

FRoNteiRA

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitores: Extensão - Wanderley Chieppe Felippe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Morais Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Alexandre Rezende Guimarães; Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



**editora
PUC Minas**

EDITORA PUC MINAS

Direção e coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Conselho editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura; Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Morais Hanriot.

EDITORA PUC MINAS • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico

Tel: (31) 3319.9904 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

e-mail: editora@pucminas.br

ISSN: 1679-5377

FRoNteira

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais



PUC Minas Curso de Relações Internacionais

Belo Horizonte
v. 22 n. 43
p. 1 - 203
1º sem. 2023

FRONTEIRA

Conselho Executivo

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Ramos

Estagiários

Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Marina D'Lara Siqueira Santos
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Vinícius Tavares de Oliveira
Victor de Matos Nascimento
Yasmin Maia de Paiva

Conselho Editorial

Alexandre César Cunha Leite (Universidade Estadual da Paraíba)
Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília)
André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília)
Antônio Jorge Ramalho da Rocha (Universidade de Brasília)
Carlos Augusto Canedo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Carlos Aurélio Pimenta Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Clóvis Brigagão (Universidade Cândido Mendes)
Domicio Proença Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Eduardo José Viola (Universidade de Brasília)
Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Flávia de Campos Mello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Henrique Altmani (Universidade Estadual da Paraíba)
João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
José Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília)
Léa Guimarães Souki (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Leonardo Nemer Caldeira Brant (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Marcelo Galuppo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Elizabeth Marques (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Izabel Valladolid de Carvalho (Universidade de Brasília)
Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Mônica Herz (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Nizar Messari (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Onofre dos Santos Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Oswaldo Bueno Amorim Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Paulo José dos Reis Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Ricardo Seitenfus (Universidade Federal de Santa Maria)
Taiane Las Casas Campos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista)

Apoio

Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Chefe do Departamento: Chyara Salles Pereira

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F935 Fronteira: Revista de Iniciação Científica. – v.1, n.1
(2001-). – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2001- .
v.
ISSN 1679-5377
Semestral
1. Relações internacionais - Periódicos. I. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Curso de Relações
Internacionais.

CDU: 327(05)

Sumário

A GIGANTE CHINA: O ESTADO QUE HOJE É ELEMENTO CHAVE PARA O SUCESSO DO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	7
<i>THE GIANT CHINA: THE STATE THAT TODAY IS A KEY ELEMENT FOR THE SUCCESS OF THE FIGHT AGAINST CLIMATE CHANGE</i>	
<i>EL GIGANTE CHINA: EL ESTADO QUE HOY ES ELEMENTO CLAVE PARA EL ÉXITO DE LA LUCHA CONTRA EL CAMBIO CLIMÁTICO</i>	
Lucas Rocha de Almeida	
Questão Christie: Investigando Nacionalismo e suas Implicações no Brasil do Segundo Reinado	30
<i>Christie Affair: Investigating Nationalism and its Implications in Brazil during the Second Reign</i>	
<i>Cuestión Christie: Investigando el Nacionalismo y sus Implicaciones en Brasil durante el Segundo Reinado</i>	
Felipe Oliveira, Natalye Matos Cezar, Paulo Leal Vita	
UMA LEITURA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO PÓS.....	53
<i>COLONIALISMO: A inversão nos discursos da política externa brasileira para a África de Jânio Quadros e João Goulart para Castelo Branco</i>	
<i>A READING OF BRAZILIAN FOREIGN POLICY FROM THE PERSPECTIVE OF POST COLONIALISM: The inversion in the discourses of Brazilian foreign policy towards Africa from Jânio Quadros and João Goulart to Castelo Branco</i>	
<i>UNA LECTURA DE LA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA DE LA PERSPECTIVA DEL POSCOLONIALISMO: La inversión en los discursos de la política exterior brasileña hacia África de Jânio Quadros y João Goulart a Castelo Branco</i>	
Júlia Davi Chagas Correa, Lívia Beatriz de Barros, Maria Silveira Bueno Ferreira de Sousa, Nataly Mayla de Sá Barbosa da Silva	

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES: A Rota Natasha e o Complexo de Segurança Europeu.....	80
<i>INTERNATIONAL WOMEN TRAFFICKING: The Natasha Route and the European Security Complex</i>	
<i>TRATA INTERNACIONAL DE MUJERES: La Ruta Natasha y el Complejo de Seguridad Europeo</i>	
Áurea Araújo, Emilly Guidi, Juliane Bruna da Silva, Julia Carvalho, Maria Eugênia Jones, Samantha Argento	
 Análise da cadeia global de valor da indústria do café no Brasil	97
<i>Analysis of the global value chain in the Brazilian industry coffee</i>	
<i>Análisis de la cadena global de valor de la industria del café en Brasil</i>	
Mônica Fonseca dos Santos Divino, Kaiza Correia da Silva Oliveira	
 A Adesão dos Países Bálticos na OTAN: uma análise à luz do Neorrealismo Defensivo	122
<i>The Accession of the Baltic Countries to NATO: an analysis in the light of Defensive Neorealism</i>	
<i>La Adhesión de los Países Bálticos a la OTAN: un análisis a la luz del Neorrealismo Defensivo</i>	
Amanda Ribeiro Silva, Ana Flávia Nery Rodrigues, Julia Pereira Nazário, Rafael Silva Lopes	
 AS MÁFIAS ITALIANA E JAPONESA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO E SUAS POLÍTICAS ANTIMÁFIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	142
<i>THE ITALIAN AND JAPANESE MAFIAS: A REFLECTION ON THE STATE AND ITS ANTI-MAFIA POLICIES FROM THE 1990s</i>	
<i>LAS MAFIAS ITALIANA Y JAPONESA: UNA REFLEXIÓN SOBRE EL ESTADO Y SUS POLÍTICAS ANTIMAFIA DESDE LOS AÑOS 1990</i>	
Fernanda Kaory Ikegami Sato	
 SEGURANÇA NO ORIENTE MÉDIO: A TCRS E O CONFLITO ISRAELO-IRANIANO	165
<i>SECURITY IN THE MIDDLE EAST: THE TCRS AND THE ISRAEL-IRANIAN CONFLICT</i>	
<i>SEGURIDAD EN ORIENTE MEDIO: LA TCRS Y EL CONFLICTO ISRAEL-IRANÍ</i>	
Irla Avelino, Débora Régis	
 A Sociedade Internacional e a ideia de Legitimidade para a Escola Inglesa: Uma análise sobre o universo de John Wick	184
Larissa Diniz Aguiar, Maria Luiza Tessaro Mariano	

A GIGANTE CHINA: O ESTADO QUE HOJE É ELEMENTO CHAVE PARA O SUCESSO DO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

THE GIANT CHINA: THE STATE THAT TODAY IS A KEY ELEMENT FOR THE SUCCESS OF THE FIGHT AGAINST CLIMATE CHANGE

EL GIGANTE CHINA: EL ESTADO QUE HOY ES ELEMENTO CLAVE PARA EL ÉXITO DE LA LUCHA CONTRA EL CAMBIO CLIMÁTICO

Lucas Rocha de Almeida¹

Recebido em: 27 de novembro de 2023

Aceito em: 24 de maio de 2024

RESUMO

A China lidera as emissões globais de gases de efeito estufa há mais de uma década, destacando-se como um ator-chave nas mudanças climáticas. Este estudo contextualiza as mudanças climáticas nas relações internacionais, utilizando a teoria neoliberal para analisar a evolução da postura e ações da China no período de 1998 a 2020. Focando na matriz energética, responsável por 89% das emissões do país, é possível examinar como as adaptações do governo chinês se alinham com as metas científicas globais. Constrangimentos e incentivos internacionais, juntamente com fatores domésticos, fundamentam a análise sobre a atuação da China nas mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, China, Matriz energética, Política ambiental.

ABSTRACT

China has been leading global greenhouse gas emissions for over a decade, emerging as a key player in climate change. This study contextualizes climate change in international relations, utilizing neoliberal theory to analyze China's stance and actions from 1998 to 2020. Focusing on the energy matrix, responsible for 89% of the country's emissions, we examine how the Chinese government's adaptations align with global scientific goals. International constraints and incentives, coupled with domestic factors, underpin the analysis of China's actions on climate change.

1. Graduado em Relações Internacionais e Pós-graduando em Gestão e Negócios em Sistemas de Energia pela UNIFACS (Universidade Salvador); Contato: lucasrochaalmeida1@gmail.com

Keywords: Climate Change, China, Energy Mix, Environmental Policy.

RESUMÉN

China ha liderado las emisiones globales de gases de efecto invernadero durante más de una década, destacándose como un actor clave en el cambio climático. Este estudio contextualiza el cambio climático en las relaciones internacionales, utilizando la teoría neoliberal para analizar la evolución de la postura y acciones de China en el periodo de 1998

a 2020. Centrándonos en la matriz energética, responsable del 89% de las emisiones del país, es posible examinar cómo las adaptaciones del gobierno chino se alinean con las metas científicas globales. Las limitaciones y los incentivos internacionales, junto con los factores internos, sustentan el análisis de las actuaciones de China en materia de cambio climático.

Palabras clave: Cambio climático, China, Matriz energética, Política ambiental.

O desenvolvimento tecnológico, o acelerado aumento da população humana, especialmente após o período da segunda guerra mundial, e a internacionalização e intensificação do uso de recursos naturais e produtos industriais são fatores essenciais para explicar as alterações e desgastes cada vez maiores e mais graves no meio ambiente. Urbanização acelerada, dependência em combustíveis fósseis, produção industrial e desmatamento elevaram as concentrações de gases estufa a níveis alarmantes em comparação com o período pré-industrial. (Luterbacher, Urs; Sprinz, Detlef F, 2001).

Posto esse cenário, desde 1975, quando Wallace Broecker publicou o termo “mudanças climáticas” na revista acadêmica *Science* e relacionou alterações no clima mundial com a emissão de gás carbônico, (Krajick, 2019) esse tema, que havia passado décadas como uma suposição, passou a ser cada vez mais evidente. Pesquisas estimam prazos e indicam uma grande diversidade de impactos para as condições do planeta Terra, afetando as mais variadas formas de vida, ameaçando ecossistemas e a forma como os seres humanos se relacionam com a natureza. Apesar do grau da devastação variar de acordo com condições locais de cada país, seus impactos têm abrangência global e tendem a incidir sobre todo o sistema internacional. Visto isso, por conta da concretização de alguns dos impactos e da aproximação dos prazos previstos pela ciência, a temática das mudanças climáticas passou a se tornar cada vez mais urgente e a estar cada vez mais presente nas preocupações da comunidade científica e nos encontros de formuladores de políticas públicas de todo o mundo (BBC, 2013).

Apesar do destaque cada vez maior para essa problemática, as concentrações crescentes de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na atmosfera continuam subindo e, entre os emissores, a China ocupa

papel de destaque. Dados internacionais apontam que a potência asiática lidera com aproximadamente 30% das emissões globais (BBC, 2021), que se concentram especialmente nos setores de produção de energia, indústria e transporte (Bloomberg, 2021), o que além de prejuízos ambientais e eventuais retaliações internacionais, traz impactos à saúde de toda a sua população: Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA²) (2022), a poluição por partículas finas foi responsável por 1.423.633 mortes no país, apenas em 2019.

Dito isso, o presente artigo tem como pergunta norteadora “de que maneira a China tem atuado com relação à composição da sua matriz energética em um contexto internacional de combate às mudanças climáticas, no período de 1998 à 2020?”. Nesse sentido, a relevância desse trabalho está atrelada ao seu objetivo geral, que é identificar a maneira como a China tem adaptado sua matriz energética frente à problemática das mudanças climáticas, como uma pesquisa indispensável para compreender a situação atual da segunda potência econômica e maior emissora do mundo nesta importante temática. Como demonstrativo da importância e da atualidade desse tema, em 2022 as tensões decorrentes da visita de Nancy Pelosi à Taiwan desencadearam, entre outras ameaças, a possibilidade do afastamento da China e EUA no setor de mudanças climáticas, pondo em risco a valiosa cooperação dos dois maiores poluidores do mundo e ameaçando o não atendimento dos prazos determinados pela comunidade científica (Davy, Tianjie, 2022).

O período de 1998 à 2020 foi selecionado em especial consideração ao seu ano inicial, quando a China assinou o protocolo de Kyoto, primeiro compromisso internacional para reduzir as emissões de GEEs (Iberdrola, 2022), até o ano de 2020, ano em que ocorreu a pandemia do COVID-19, que traz uma série de novas variáveis fora do escopo da abordagem teórica adotada (Lai, 2021). Para alcançar seu propósito, este trabalho adota como metodologia norteadora a revisão de literatura do campo teórico das Relações Internacionais e, complementarmente, artigos sobre a temática das mudanças climáticas e sua relação com a China. Além disso, para embasamento e conclusão do trabalho, adotou-se a análise de dados estatísticos provenientes de sites de organizações internacionais.

2. Tradução livro de site da UNEP

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Feita a apresentação da estrutura e dos objetivos do presente trabalho, neste momento o foco será a apresentação geral da temática das mudanças climáticas e sua relação com a matriz energética, contextualizando-a no âmbito das relações internacionais, delineando sua importância e delimitando a abordagem teórica adotada na construção deste artigo.

A princípio, o campo de estudo e de maior foco de atenção das relações internacionais foi em questões de segurança e de crescimento econômico dos Estados. A partir do final da Segunda Guerra Mundial até o final da guerra fria, emergiram, gradualmente, temas antes entendidos como periféricos e de menor importância nas discussões internacionais. A questão do meio-ambiente, nesse contexto, surgiu como um tema complexo e em expansão e, atrelada a ela, a problemática das mudanças climáticas tem maior destaque (Rowlands, Ian H, 2001). As mudanças climáticas, fenômeno de causas e de impactos globais, tem, como consequência da sua natureza e como princípio fundamental para sua resolução, a necessidade de que os Estados busquem soluções além do nível local e, por esse motivo, ganham importância dentro do campo das relações internacionais (Lai, 2021).

Considerando isso, a abordagem teórica norteadora para essa pesquisa é o institucionalismo neoliberal em sua perspectiva constitutiva, que parte do conceito de teoria de Regimes (Rowlands, Ian H, 2001), desenvolvido por Krasner. O institucionalismo neoliberal, muito associado às ideias do cientista político Robert Keohane, é uma vertente das Relações Internacionais que tem como um dos seus princípios basilares o entendimento do Estado-Nação como ator de relevância fundamental ao sistema internacional, capaz de estabelecer cooperação para minimizar custos e potencializar ganhos. Além disso, essa vertente considera também a composição doméstica dos Estados, seus *stakeholders* e instituições políticas como indispensáveis para compreender seu posicionamento e seus interesses (Rowlands, Ian H, 2001).

Partindo do supracitado, para apresentar o caráter constitutivo dessa teoria, será apresentada a definição de Regimes Internacionais elaborada por Stephen Krasner em 1983:

[...] os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscições específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva. (Krasner, 2012, p 94)

A partir dessa definição é possível compreender que uma função fundamental dos regimes internacionais é facilitar o alinhamento das expectativas e favorecer a elaboração de acordos que levam em consideração os posicionamentos específicos dos atores em assuntos de significância substancial dentro da área de foco pelo regime em específico. Além disso, observa-se o papel de organizações e fóruns internacionais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que tem como objetivo coordenar e estabelecer princípios e objetivos comuns para o conjunto de Estados membros com relação à temática das mudanças climáticas. Dito isso, a adoção da perspectiva constitutiva do institucionalismo neoliberal como referencial teórico visa destacar o papel e capacidade de influência dos regimes internacionais na política doméstica dos Estados e, nesse trabalho, será aplicada como norteadora para a análise da composição da matriz energética chinesa ao longo do período estabelecido neste artigo.

A partir do entendimento que as mudanças climáticas se estabelecem como uma condicionante com impacto global, pode-se compreender que as alterações desencadeadas no sistema internacional favoreceram a criação de uma variedade de regimes que, por sua vez, tem atuado como espaços internacionais onde se estabelecem acordos, constrangimentos e oportunidades de adaptação para uma diversidade de atores no setor de impacto ambiental. Com o acúmulo de conhecimento em torno das causas e efeitos do acúmulo dos gases de efeito estufa na nossa atmosfera, surgiram uma diversidade de instituições, organizações, fundos de pesquisa e fundos de investimentos para enfrentar essa problemática já estabelecida.

Partindo da teoria da escolha racional, em que os atores do sistema internacional tendem a buscar agir racionalmente a partir dos constrangimentos e incentivos dentro de um regime internacional, é possível inferir que Regimes internacionais surgem atra-

vés de dois processos: A imposição de constrangimentos e a tomada de decisão. Constrangimentos não são ditados apenas por fatores ambientais, mas também por atores poderosos (Keohane, Robert, 1982).

A abordagem de constrangimento-escolha compreende que, em regimes internacionais, tanto atores em posições desfavoráveis quanto atores em posição mais favorável, seja por menor vulnerabilidade ou por capacidade de adaptação à situação, fazem escolhas, mesmo que as façam sob constrangimentos mais severos. Uma formulação que ilustra essa situação está presente na citação de Robert Keohane no seu texto *The demand for international regimes* (1982, p. 329, tradução livre³): “Mudanças nas características do sistema internacional irão alterar os custos de oportunidade para os atores de várias linhas de ação, e vão, portanto, levar a mudanças de comportamento”.

Complementarmente, a perspectiva constitutiva elucida que as instituições assumem um papel de destaque em definir os interesses dos seus participantes e até mesmo na definição das suas identidades. (Rowlands, Ian H, 2001). Através dessa ótica, é possível entender que Regimes Internacionais não são somente um conjunto de Estados-Nação, com interesses determinados por jogos de poder interno, mas também são entidades próprias capazes de atuar como fator de influência na tomada de decisão e formulação de políticas de seus Estados-membros.

HISTÓRICO CHINÊS NA TEMÁTICA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Partindo da delimitação teórica e do entendimento da relevância do tema das mudanças climáticas dentro das relações internacionais, o presente trabalho agora apresentará o Estado chinês enquanto ator e seu papel na temática das mudanças climáticas através de breve contextualização histórica e do levantamento de compromettimentos nacionais e internacionais chineses sobre a composição da sua matriz energética no período de 1998 a 2020. Além disso, para compreender esse contexto, essa seção abordará como algumas variáveis domésticas, como economia, níveis de po-

3. Do original: “Changes in the characteristics of the international system will alter the opportunity costs to actors of various courses of action, and will, therefore lead to changes in behavior.” (KEOHANE, 1982, p. 329, tradução livre)

luição local e as atualizações dos planos quinquenais correspondentes ao período estudado, que ajudaram na mudança de postura da China.

Em Estocolmo, na Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, primeiro evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir questões ambientais de maneira global, nasce o conceito de política ambiental global. No cerne dessa nova temática, localiza-se a discussão entre os países dos denominados Norte e Sul globais, Estados desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente (Oliveira, 2017). As diferenças nos posicionamentos entre esses países são fundamentais para compreender a história das mudanças climáticas no campo das relações internacionais e, com isso, compreender os posicionamentos de Estados individuais, como será feito no presente artigo com relação à China.

Até os anos 70 preponderou no sistema internacional a abordagem teórica tradicionalista, com preponderância em torno de questões de segurança internacional e desenvolvimento econômico (Oliveira, 2017). Durante o período em que foi realizada a conferência de Estocolmo, essas questões, em especial a econômica, foram responsáveis por grande relutância dos países do chamado Sul global em acatar determinações de países do Norte que trariam impactos diretos à seu desenvolvimento em favor de uma ideia de preocupação ambiental global. (Oliveira, 2017)

Neste cenário, a China entra como ator pertencente ao bloco de países em desenvolvimento (Liu, 2021) e, tal como descrito por André Soares, adapta sua política internacional ambiental no período histórico que sucede Estocolmo: “Os países em desenvolvimento, tomados conjuntamente como ‘O Sul’, começam na política ambiental global como contestadores e céticos, apenas ao longo de todos esses anos que eles modificam suas posições lentamente, ainda que não totalmente” (Oliveira, 2017).

Em 1992, durante as negociações para a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQMC), a China foi um dos Estados pioneiros na adoção do “princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas (PRCD)” na sua linha argumentativa, segundo o qual todos os países são responsáveis por agirem para prevenir as mudanças climáticas, mas as responsabilidades de ação variam de acordo com o nível de desenvolvimento dos Estados (Sandalow, 2019). Nesse momento inicial, a China rei-

terou consistentemente que os Estados Unidos da América e outros Estados desenvolvidos que, historicamente, são responsáveis pela maior concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, tomassem a iniciativa de reduzir suas emissões primeiro. Enquanto isso não acontecesse, a China seguiria um modelo de desenvolvimento industrial semelhante ao utilizado pelo Norte global para alcançar a potência de suas capacidades econômicas (Liu, 2021). Por sua atuação na “germinação” do PRCD e na defesa dos direitos de desenvolvimento para os países do Sul global, a China conquistou posição de referência dentro desse grupo (Lai, 2021).

Alicerçada nesse princípio, depois de ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, a China passou por um processo de poderosa expansão de poder econômico. Um dado que ilustra isso é que, em 2001, o produto interno bruto (PIB) per-capita chinês era de US

\$1.038 e, em 2013, esse valor aumentou para US \$6.767. Além disso, a posição internacional da China com relação ao seu PIB passou de sexto para segundo maior do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos da América. Nesse período o Estado chinês assumiu o título informal de “fábrica do mundo”, devido à grande expansão e diversificação da sua produção industrial. Projetos de indústrias de energia, indústrias químicas e de aço se tornaram rapidamente escolhas prioritárias dentro da administração chinesa, mas, por sua natureza, esses projetos elevaram os níveis de consumo de energia, de poluição e de emissões de gases do efeito estufa (Liu, 2021). Nesse período, foi característico o crescimento econômico acelerado com uma massiva onda de industrialização que, entretanto, não coincidia com eficiência energética. Por conta disso, é possível inferir que o acelerado crescimento chinês ocorreu em detrimento dos seus recursos naturais e do meio ambiente. No ano de 2005, o consumo de energia por unidade de PIB já correspondia a 7 vezes ao do Japão, 6 vezes o dos Estados Unidos da América e 2,8 vezes o número da Índia (Lai, 2021).

Em 1997, conjuntamente com mais de 100 outras nações, a China, assinou o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu a necessidade de limites previamente determinados para as emissões de GEE estufa em países industrializados e economias em transição, além de ter apontado a importância da adoção de políticas e medidas de mitigação e que fossem realizados monitoramentos periódicos. Mesmo com a influência do PRCD na elaboração do protocolo, o mesmo foi ratificado

em território chinês somente em 2002. A partir desse momento, ao mesmo passo em que a poluição atmosférica se tornava um problema cada vez mais relevante em muitas cidades chinesas, a China passou a participar de projetos internacionais de mecanismos de desenvolvimento limpo e a identificar as energias renováveis como uma indústria de grande potencial de crescimento globalmente.

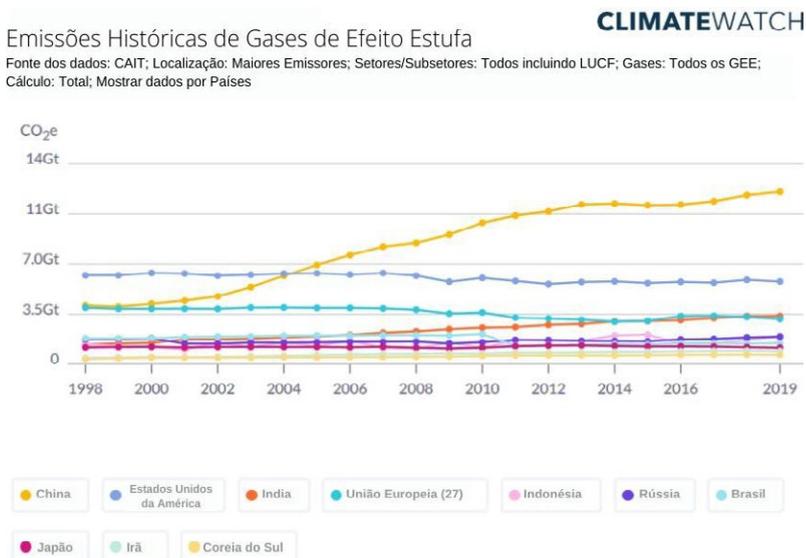
Nos anos de 2009-2011, a China recusou a se comprometer internacionalmente com metas legalmente vinculantes, ao invés disso anunciando esforços voluntários para reduzir a intensidade de gás carbônico da sua economia, conceito correspondente à relação entre PIB e emissão de GEE (Lai, 2021). Essa postura revela a compreensão dos impactos humanos no meio ambiente, mas havia a concepção de que esses assuntos deveriam ser tratados internamente, conduta essa particularmente atrelada à herança de desconfiança com relação à condução dos países desenvolvidos das discussões sobre mudanças climáticas, encarada como uma tentativa de sabotar seu desenvolvimento econômico (Oliveira, 2017).

Nesse sentido, diferentemente do tratamento dado em conferências internacionais, domesticamente a China menciona as mudanças climáticas a partir do décimo plano quinquenal (2001-2005), quando foi afirmado internamente o comprometimento do governo chinês com essa problemática e demais questões ambientais (Sandalow, 2019). Ao final desse período, em 2005, o congresso nacional chinês aprovou a Lei de Energias Renováveis, que estabeleceu incentivos tarifários e metas para a composição de energias renováveis dentro da matriz energética chinesa. Finalizados os anos do décimo plano quinquenal, às mudanças climáticas e, particularmente, metas para eficiência energética, ganharam rapidamente maior enfoque dentro da agenda de líderes chineses durante a elaboração e atuação do décimo primeiro plano quinquenal (2006-2010). É nesse período em que o governo chinês inicia seus testes com o conceito de “PIB verde”, que serviria como fator adicional para avaliar o desempenho da administração das províncias. Como efeito, enquanto crescimento do PIB e outros fatores econômicos permaneceram como os maiores focos para reconhecimento e promoções dentro da burocracia chinesa para líderes locais e provinciais, o não cumprimento das metas estabelecidas para eficiência energética e demais questões ambientais se colocou, pela primeira vez, como uma barreira potencial dentro da política interna do Estado Chinês (Sandalow, 2019).

No ano de 2006 o governo chinês elaborou o primeiro relatório de avaliação nacional sobre alterações climáticas, no qual as mudanças climáticas foram reconhecidas como uma séria ameaça à China. No ano seguinte a isso, notícias de todo o mundo indicavam que a China havia se tornado o principal emissor de gases de efeito de estufa do mundo com base nos dados de 2006, superando Estados Unidos e Índia, condição que se mantém até os dias atuais. A partir dessa nova realidade, a postura chinesa com relação às mudanças climáticas ganhou ainda mais importância nas discussões internacionais sobre esse tema. (Lai, 2021).

Abaixo, segue gráfico com emissões globais de GEE no período entre 1998 e 2019, destaque para a China em Amarelo, Estados Unidos em Azul, União Europeia (soma dos 27 países) em Azul Claro e Índia em Laranja.

Gráfico 1 - Histórico dos 10 países que mais emitem gases do efeito estufa, no período de 1998 à 2019.



Fonte: Climate Watch4, adaptado pelo autor.

A partir de dados mais modernos, é possível visualizar o momento em que a China ultrapassa os EUA no período posterior à

4. Gráfico adaptado e informações traduzidas, original disponível em: < https://www.climatewatchdata.org/embed/ghg-emissions%3Fend_year%3D2019%26regions%3DTOP%26start_year%3D1990 > Acesso em: 05 jun, 2024.

2004 e, adicionalmente, é visível o momento em que mais do que dobra esse valor em 2017, quando o Estado chinês emitiu 11,385.48 Gigatoneladas de CO₂ e os EUA emitiram 5,689.61.

Reconhecido esse cenário, com a crise de 2008, a China lançou um pacote de estímulo econômico que incluía produção de energia solar. Entretanto, ao mesmo tempo também eram incluídos projetos de construção demandantes de vasta intensidade energética, flexibilização em leis de controle ambiental e apoio a indústrias altamente dependentes de combustíveis fósseis. Consequentemente, o saldo desse pacote de estímulo econômico foi de aumento nas emissões e lento progresso na eficiência energética dentro da economia chinesa (Sandalow, 2019).

Em 13 de Janeiro de 2013, em Pequim, aconteceu um dos mais graves eventos de concentração de poluentes atmosféricos na China. Desde 2010 a já pobre qualidade do ar da região havia piorado e Pequim, cidade com mais de 20 milhões de habitantes, e regiões próximas foram as mais afetadas por esse aumento na concentração de poluentes atmosféricos. Esse fenômeno gerou um impacto estimado de mais de 600 milhões de pessoas em uma área do território chinês correspondente a 1,4 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente três vezes o tamanho da Espanha. A associação meteorologia da China afirmou que a “smog”, palavra frequentemente usada para a poluição do ar chinesa, foi a pior em 52 anos e trouxe consequências diretas para a população, em especial crianças, que sofreram de problemas respiratórios (Liu, 2021).

Ma Jun (2021), diretor do Instituto de Assuntos Públicos e Ambientais - Institute of Public and Environmental Affairs (IPE) -, uma organização de investigação ambiental sem fins lucrativos sediada em Pequim, afirma que a China sempre se denominou como um país em desenvolvimento, mas durante a Conferência de Copenhague de 2009 sua identidade passou a ser desafiada inclusive por outros países que se denominavam em desenvolvimento. Após os números recorde em poluição atmosférica no período de 2011 e 2013 e a contestação do seu status de país em desenvolvimento, especialmente após se tornar o Estado mais poluidor e a segunda economia do mundo, fatores domésticos e internacionais se correlacionam na transformação da postura chinesa sobre as mudanças climáticas (Liu, 2021). Os problemas regionais, como a grave poluição do ar evidenciada em 2013, até então eram tratados pelas lide-

ranças políticas da China como problemas locais e regionais, não necessariamente associados à necessidade de cooperação global.

A abordagem do PRCD, ainda assim, se manteve como o posicionamento internacional oficial do governo chinês frente às mudanças climáticas até 2014, quando em novembro Xi Jinping iniciou negociações diretamente com Barack Obama. A fim de estabelecer com antecedência o diálogo entre as partes, o presidente dos Estados Unidos da América e o presidente da China se reuniram previamente ao início da COP 21 (21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) e divulgaram uma declaração conjunta, reconhecendo a importância da temática e o papel fundamental que os países tem no seu enfrentamento. Nesse encontro, ambos reafirmam sua determinação de avançar na implementação de políticas climáticas domésticas, fortalecer a coordenação e a cooperação bilateral e promover o desenvolvimento sustentável e a transição para economias verdes, de baixo carbono e resistentes ao clima. Além disso, apoiaram a inclusão no resultado de Paris de um sistema de transparência aprimorado para construir confiança mútua. Como resultado, os dois países se comprometeram em assinar um acordo ambicioso em 2015, mas sem desconsiderar o PRCD. (Office Of The Press Secretary, 2015). Em 12 de Dezembro de 2015, na conferência, o governo chinês declarou pela primeira vez de forma oficial sua intenção e comprometimento com o pico de emissões de GEE acontecerem em 2030 e que faria o possível para que fosse realizado antes. (Liu, 2021).

Logo em junho de 2015, a China submeteu sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) que incluiu metas para que o pico das suas emissões fosse realizado como limite máximo em 2030, além de diminuir a intensidade de gás carbônico do seu PIB e aumentar a parcela de energia não-fóssil no suprimento total de energia primária, que ainda não passou pelo processo de conversão de matéria prima para energia a ser utilizada. Entretanto, a ONG Climate Action Tracker o avaliou como mediano, mantendo-se em nível semelhante às avaliações dos NDC dos EUA, Índia, Brasil e União Europeia (Lai, 2021). Complementarmente, a organização caracterizou as ambições do documento chinês como metas inadequadas para intensidade de gás carbônico, visto que, se considerados isoladamente, as emissões resultantes das metas de intensidade de gás carbônico para 2030 ainda seriam muito significativas e avaliadas como inadequadas. Essa ressalva foi feita com base na

avaliação de que as metas definidas pela China não são consistentes na limitação do aquecimento global resultante das mudanças climáticas em 2°C acima dos níveis pré-industriais, se distanciando ainda mais da meta de 1,5°C definida no acordo de Paris em 2015, sem que demais Estados fizessem reduções e comprometimentos superiores aos delimitados pelo NDC chinês (Climate Action Tracker, 2015).

Esse cenário de cooperação e alinhamento com os Estados Unidos da América, todavia, sofre alterações a partir da eleição de Donald Trump em 2016, que, como uma de suas primeiras medidas, retira sua nação do Acordo de Paris. Entretanto, a postura do governo da China com relação à esse compromisso internacional não se alterou (Sandalow, 2019), demonstrando um novo desdobramento da abordagem do PRCD, anteriormente associado diretamente com a adaptação primeira dos Estados Unidos da América e dos outros Estados desenvolvidos com relação às mudanças climáticas, e agora mais diretamente relacionada com a visão do Estado chinês sobre o futuro do sistema internacional e seu papel dentro dele (Liu, 2021). Segundo a análise de Sandalow (2019, tradução livre⁵) sobre o discurso de Xi Jinping em nas suas considerações de alto perfil ao décimo-nono Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em outubro de 2017: “Assumindo o assento do motorista na cooperação internacional para responder às mudanças climáticas, a China se tornou um importante participante, contribuidor e “portador da tocha” no esforço global para uma civilização ecológica”.

Através do contexto exposto previamente, é possível compreender como a intensificação da pressão internacional, particularmente de países desenvolvidos do ocidente, e a participação dentro de regimes de mudanças climáticas transformaram a abordagem da China. A poluição atmosférica e a emissão de gases de efeito estufa, antes problemas tratados localmente pelas autoridades estatais, passaram a ser compreendidos como sintomas de um problema de natureza e de solução globais. O agravamento das condições locais, como a dependência de um modelo econômico altamente poluidor e a crise de poluição em 2013 em Pequim, se

5. Do original: Taking the driving seat in international cooperation to respond to climate change, China has become an important participant, contributor, and torchbearer in the global endeavor for ecological civilization. (Sandalow, 2019, tradução livre)

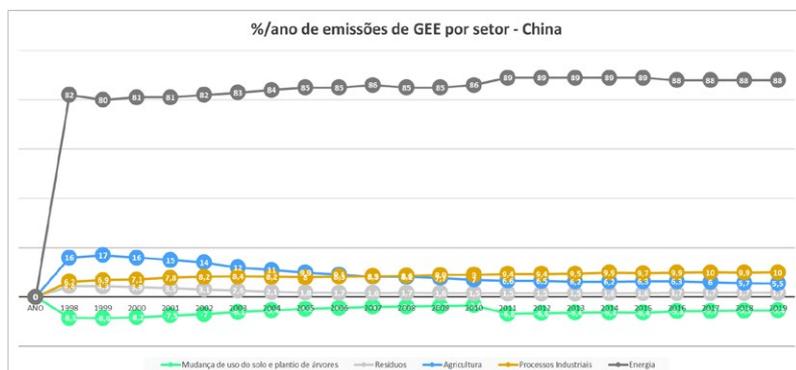
aliaram com os constrangimentos e os incentivos apresentados na arena internacional. Particularmente transformadora foi a alteração na visão e no posicionamento dos demais Estados, em especial os Estados em desenvolvimento, com os quais a China se identificava e alinhava seu discurso do PRCD, sobre a condição econômica e ambiental da China dentro regimes internacionais para as mudanças climáticas. Nesse cenário, a política da China com relação às mudanças climáticas passa por uma alteração (Lai, 2021).

A MATRIZ ENERGÉTICA CHINESA

A partir da seção anterior, é possível compreender o destaque que a China vem tomando no cenário internacional, o que a torna um ator fundamental no cenário global e, com relação às mudanças climáticas, essa realidade não é diferente. Elucidado resumidamente o contexto doméstico e internacional da China no período e feito o levantamento dos principais fatores que contribuíram para a alteração de postura com relação às mudanças climáticas, o presente artigo agora fará o levantamento de dados sobre a matriz energética.

Mundialmente, desde 1990, o setor de energia, incluindo eletricidade, transportes, manufatura, edifícios, emissões fugitivas/acidentais e outros combustíveis fósseis, é o mais emissor de gases de efeito estufa. Ilustrativamente, em 2017 a parcela desse setor nas emissões globais atingiu 73% (Friedrich; Ge; Pickens, 2020) e, com a China, essa realidade é ainda mais discrepante. Abaixo, gráfico com porcentagem anual de emissões de gases do efeito estufa (GEE) por setor na China. Através desse, é possível perceber a predominância do setor energético, atingindo o ápice de 89% das emissões totais do país pela primeira vez em 2011, que se manteve sem alterações até 2015, quando se estabiliza em 88% das emissões até 2019.

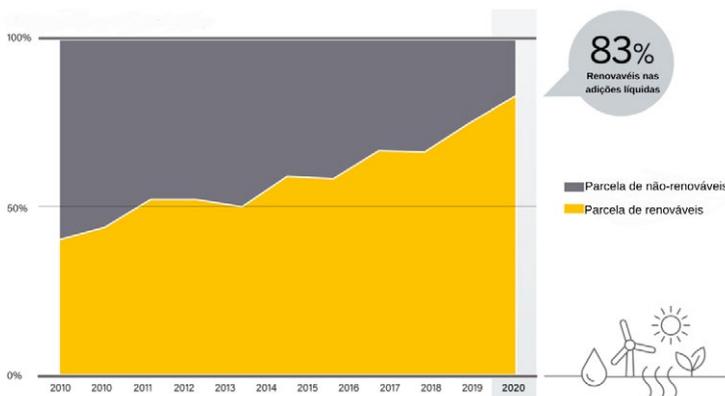
Gráfico 2 - Porcentagem anual de emissões de GEE por setor na China



Fonte: Climate Watch6, adaptado pelo autor.

Contudo, em 2019, pelo quinto ano seguido, mundialmente as adições na rede de energia renovável ultrapassaram largamente a instalação de redes de combustíveis fósseis e energia nuclear combinados, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Parcela de energia renovável e não-renovável nas adições líquidas anuais na capacidade de geração de energia, período entre 2009 e 2019



Fonte: REN217, adaptado pelo autor.

6. Gráfico adaptado e informações traduzidas, original disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/embed/ghg-emissions%3Fap3c%3DIGZgWQmtYEisUJECAGZ-gWQkY51G0_VygZ_duKxH2uNJuAUXd2A%26breakBy%3Dsector%26calculation%3DABSOLUTE_VALUE%26chartType%3Dline%26end_year%3D2019%26regions%3DCHN%26start_year%3D1990.> Acesso em: 05 jun, 2024.

7. Gráfico adaptado e informações traduzidas, original disponível em: <https://www.ren21.net/gsr-2021/chapters/chapter_01/chapter_01/> Acesso em: 05 jun, 2024.

A partir disso, é possível compreender um fenômeno de predileção por investimentos em energias renováveis, particularmente após o ano de 2014. Esse setor, todavia, de acordo dados de 2020 coletados no site World Resources Institute, apenas o setor de eletricidade/aquecimento da China corresponde a 10.97% das emissões globais. (Friedrich; Ge; Pickens, 2020)

O setor energético da China carrega a responsabilidade de sustentar a demanda da maior população e da segunda maior economia do mundo. Em 2020 o consumo de energia chinês foi

1.6 vezes maior do que o dos Estados Unidos e 4.5 vezes maior do que o da Índia, que são, respectivamente, o 2 e 3 países que mais consomem energia no mundo (Global X, 2022). O carvão mineral, fonte primária, não renovável, altamente emissora de gás carbônico, ainda corresponde a aproximadamente dois terços da energia da China (Lai, 2021). Além disso, enquanto a produção doméstica não aumentou significativamente, mantendo sua posição como segundo Estado em refino de petróleo, as importações mais do que dobraram no período entre 2000-2020, ultrapassando os EUA e assumindo, em 2017, a liderança global nesse quesito (Bingham; Greenberg; Reale, 2020). Entretanto, sua posição enquanto “fábrica do mundo”, fonte de investimentos do mundo desenvolvido e, a partir de 2006, maior emissor do planeta em gases do efeito estufa, colocaram a China em posição central no debate das mudanças climáticas.

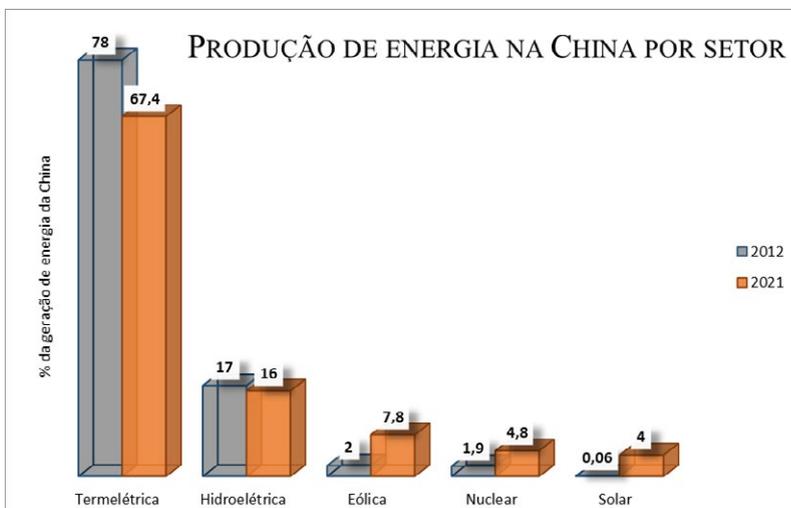
Através dos regimes internacionais para mudanças climáticas, em 1997, o Protocolo de Kyoto estabeleceu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que designa fundos e projetos para o desenvolvimento associado à menores emissões de gases de efeito estufa, com o qual a China se beneficiou com acesso a capital e tecnologia de energias renováveis (Lai, 2021). Como demonstrativo da importância desse setor, posterior e domesticamente, o décimo-terceiro Plano Quinquenal (2016–2020) incluiu limitações claras no uso de energia da nação chinesa, estabelecendo para o carvão mineral um máximo de 58% na parcela de consumo total de energia até 2020. Essa determinação foi atingida especialmente por conta da drástica redução no crescimento no consumo de energia da China, que correspondia a 6,4% no período de 2005- 2012 e, em 2012-2015, correspondia a um crescimento de 2,3%.

Além disso, o plano quinquenal do período determinou que a parcela de energia limpa no uso total de energia deveria pas-

sar de 12%, conforme estabelecido pelo décimo-segundo plano quinquenal, para 15% até 2020. Logo em dezembro do primeiro ano do novo plano, em 2016, o décimo-terceiro plano quinquenal de desenvolvimento de energias renováveis destinou \$373.1 bilhões de dólares em investimento para a instalação de nova capacidade desse setor. Desse valor, \$74.6 bilhões de dólares foram alocados para hidrelétricas, \$104.5 bilhões em energia eólica, \$149.3 bilhões em energia solar e o restante foi realocado para investimentos em biomassa, na instalação de plantas de geração e conversão de energia, em biogás e na utilização de energia geotérmica (Lai, 2021).

Compreendido como um “novo normal”, onde a China transiciona sua economia para um modelo mais ecologicamente sustentável e com menor concentração de renda. Como uma das consequências desse novo paradigma, o setor de energias renováveis se consolidou, sem dúvidas, como o maior destaque da atuação chinesa dentro das mudanças climáticas (Lai, 2021). Em 2020, a capacidade instalada de energias renováveis na China correspondia a cerca de 33% do total global e a nova capacidade instalada em 2020 correspondeu a 52% do total nesse ano. No mesmo período, a China foi o maior investidor em energias renováveis pela oitava vez seguida. Dois setores de destaque são os investimentos em energia solar e em energia eólica, que, em 2020, correspondiam a 3000 e 200 vezes, respectivamente, à sua capacidade instalada em 2005 (LIU, 2021).

Abaixo, gráfico com as fontes de geração de energia mais predominantes na China no período de 2012-2021. Destaque especial para a redução de 78% para 67,4% na participação das termelétricas, que produzem energia a partir da queima de combustíveis fósseis como petróleo, carvão mineral e gás natural ou pela fissão de material radioativo. Além disso, sobressaem no período os aumentos nas parcelas de energia eólica, 2% para 7,8%, representando um acréscimo de 5,8%, e energia solar, 0,06% para 4%, correspondendo à um acréscimo de 3,94%, ambas superando o aumento de 2,9% nas energias nucleares no mesmo momento.

Gráfico 4 - Produção de energia na China por setor da matriz energética

Fonte: Global X8, adaptado pelo autor.

A organização REN21 avaliou, a partir da quantidade absoluta de investimento com dados de 2019, os 5 Estados com maior capacidade ou geração de energia renovável no fim desse ano, e, de 10 modalidades de produção, a China lidera como maior capacidade de produção instalada em 7: Bioenergia, Geotérmica, Capacidade e Geração de energia hidráulica, Solar fotovoltaica, Usina solar, eólica, coletor de aquecimento solar de água e resultados de calor geotérmico. Aparecendo em 5 lugar na capacidade de concentração da energia térmica solar e fora do ranking apenas com relação à capacidade de coletor de aquecimento solar de água per capita. Além disso, a China foi avaliada como o Estado que mais investiu em energias renováveis. (REN21, 2020)

De acordo com Phred Dvorak para o jornal *The Wall Street Journal*, a parcela chinesa da fabricação de células solares corresponde a 80% dos valores globais. Além disso, a China investe cerca de dez vezes mais que os Estados Unidos e a Europa juntos na manufatura de energia solar (Dvorak, 2022). A partir desses dados é possível compreender a importância do setor energético e como tem sido a adaptação da matriz energética da China às mudanças climáticas, processo esse fundamental para o sucesso da minimi-

8. Gráfico adaptado e informações traduzidas, original disponível em: <<https://www.globalxetfs.com/content/files/China-Sector-Analysis-Energy.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2024.

zação dos impactos da ação humana no meio-ambiente global e, complementarmente, igualmente fundamental para a política doméstica e internacional chinesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em setembro de 2020, em uma reunião virtual da assembleia geral das Nações Unidas, Xi Jinping anunciou a meta de tornar a China um Estado neutro em carbono antes de 2060, data que, entretanto, é muito superior ao entendimento da comunidade científica da necessidade de zero emissões até 2050 para conter os efeitos mais drásticos das mudanças climáticas (Climate Action Tracker, 2022). A partir do contexto e análise sobre os dados da matriz energética chinesa, elemento central nas emissões de gás carbônico do país, é possível concluir que houve sim uma alteração da importância da temática das mudanças climáticas a nível doméstico e internacional para a China. Entretanto, a alta dependência de carvão mineral e petróleo continuam um grande obstáculo a ser superado por esse Estado, que necessita estabelecer metas mais ambiciosas para que possamos manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5 °C e a recorrência e agravamento de desastres climáticos como smogs e inundações sejam evitados.

Apesar de ter avaliado em 2015 as Contribuições Nacionalmente Determinadas da China como medianas, a partir de 06 de novembro de 2017, a organização Climate Action Tracker tem consistentemente avaliado as NDC do país como altamente insuficientes. Mesmo com altos investimentos em energias renováveis, em 2017 o uso de carvão mineral aumentou pela primeira vez em três anos, ainda que abaixo do pico de 2013, e, além disso, nesse mesmo período a demanda por petróleo e gás subiram. Juntos, esses fatores elevaram as emissões de gases do efeito estufa acima do último pico, em 2014, e levantaram ressalvas dos analistas climáticos, que previamente acreditavam que, por conta das reduções nas emissões entre 2014 e 2016, a China tinha atingido o pico das suas emissões (Climate Action Tracker, 2017).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de 2018 relatou que o carvão mineral deve deixar de ser utilizado como fonte de energia globalmente até 2050 para que o aquecimento da Terra se mantenha em 1,5°C e o papel da China nesse cenário é de extrema importância. Para seguir com o estabelecido no acordo de

Paris, o Estado chinês deve executar a eliminação gradual do carvão até 2040. Complementarmente, da mesma maneira que o restante do mundo, é essencial que o pico das emissões ocorra iminente e, posteriormente, decline de forma acelerada até a redução total. (IPCC, 2018)

A partir dos dados expostos e do entendimento de que o setor de energia tem relação fundamental com as emissões de gases do efeito estufa, é possível concluir que a China tem, de forma geral, se adaptado domesticamente e em seus posicionamentos internacionais às mudanças climáticas e sua matriz energética é peça chave para essa avaliação. Através do setor de energia será possível prever se, nos anos seguintes, a China optará pelo aprofundamento das suas ambições ambientais ou se o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, consideradas suas adaptações ao longo dos anos, irá prevalecer como o porto seguro chinês, delegando os custos aos países considerados historicamente mais poluidores. Nesse cenário, os constrangimentos e incentivos apresentados a partir dos regimes internacionais sobre mudanças climáticas tendem a manter influência crucial nas escolhas da potência mais poluidora do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACK, Richard. **A brief history of climate change**. BBC. 2013. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/science-environment-15874560>>. Acesso em 12 de nov. 2022.

BINGHAM, Emma; GREENBERG, Kara; REALE, Hannah. Where Does China Get Its Oil?: today, china is the world's largest importer of oil and second largest refiner of oil. 2020. **The Wire China**. Disponível em: <https://www.thewirechina.com/2020/07/12/where-does-china-get-its-oil/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BODANSKY, Daniel. **History of the Global Climate Change Regime**. Londres: Massachusetts Institute Of Technology, 2001. International Relations and Global Climate Change. Editado por Urs Luterbacher e Detlef F. Sprinz.

China and US pledge climate change commitment. **BBC**. 2021. < <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-56790077>>. Acesso em: 05 de set. 2022

CLIMATE ACTION TRACKER. **Climate action tracker**: China. 2015. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/media/documents/2018/4/CAT_2015-11-26_CountryAssessment_China.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

CLIMATE ACTION TRACKER. **Climate action tracker**: China. 2017. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/media/documents/2018/4/CAT_2017-11-06_CountryAssessment_China.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

CLIMATE WATCH DATA. **China Historical Emissions**. disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/embed/ghg-emissions%3Fap3c%3DIGZgWQmtYEi-sUJECAGZgWQkY51G0_VygZ_duKxH2uNJuAUXd2A%26breakBy%3Dsector%26calculation%3DABSOLUTE_VALUE%26chartType%3Dline%26end_year%3D2019%26regions%3DCHN%26start_year%3D1990>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CLIMATE WATCH DATA. **Global Historical Emissions**. 2024. Disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/embed/ghg-emissions%3Fend_year%3D2019%26regions%3DTOP%26start_year%3D1990>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CLIMATE ACTION TRACKER. **Net Zero Changes**. 2022. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/media/documents/2018/4/CAT_2017-11-06_CountryAssessment_China.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

DAVY, Christopher; TIANJIE, Ma. **Roundtable: The implications of the US and China suspending climate cooperation**: how will the next round of climate talks in Egypt be affected by the latest blow to China-US relations?. China Dialogue. 2022. Disponível em: <<https://chinadialogue.net/en/climate/roundtable-the-implications-of-the-us-and-china-suspending-climate-cooperation/?amp>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

DVORAK, Phred. The U.S.'s Struggle to Wean Itself From Chinese Solar Power: to compete in a business dominated by its geopolitical rival, the u.s. needs to build a supply chain nearly from scratch. **The Wall Street Journal**. Houston. 15 nov. 2022. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/solar-energy-china-supply-chain-11668525614?mod=Searchresults_pos4&page=1>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FRIEDRICH, Johannes; GE, Mengpin; PICKENS, Andrew. **This Interactive Chart Shows Changes in the World's Top 10 Emitters**. 2020. Disponível em: <<https://www.wri.org/insights/interactive-chart-shows-changes-worlds-top-10-emitters>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GODWARD, Marina. **O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e a trajetória de posicionamento brasileiro no regime internacional de mudanças climáticas**. 2019. 100 f. TCC (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/224747>>. Acesso em: 15 out. 2022.

IBERDROLA. **As negociações climáticas**: 25 anos em busca de consensos para combater as mudanças climáticas. 25 anos em busca de consensos para combater as mudanças climáticas. Disponível em: <<https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/acordos-climaticos-internacionais>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

IPCC. **Global warming of 1.5°C**: an ipcc special report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. S.L: Isbn, 2019. 630 p. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_Low_Res.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

JAGHORY, Dillon. **China Sector Analysis: Energy**. GLOBAL X. 2022. Disponível em: < <https://www.globalxetfs.com/content/files/China-Sector-Analysis-Energy.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

KEOHANE, Robert. The Demand for International Regimes. **The Mit Press**, Londres, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982.

KRAJICK, Kevin. **Wallace Broecker, Prophet of Climate Change**: a world explorer of oceans and atmosphere.. A World Explorer of Oceans and Atmosphere.. 2019. Disponível em: <<https://news.climate.columbia.edu/2019/02/19/wallace-broecker-early-prophet-of-climate-change/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

KRASNER, Stephen D.. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO).

LAI, Hongyi. The evolution of China's climate change policy: international and domestic political economy and a strategy for working with china. **Journal Of The British Academy**, [S.L.], v. 910, p. 69-98, 2021. British Academy.

LIU, Jianqiang. **Analysis: Nine key moments that changed China's mind about climate change**. CarbonBrief. 2021. Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/analysis-nine-key-moments-that-changed-chinas-mind-about-climate-change/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

LUTERBACHER, Urs; SPRINZ, Detlef F. **History of the Global Climate Change Regime**. Londres: Massachusetts Institute Of Technology, 2001. International Relations and Global Climate Change. Editado por Urs Luterbacher e Detlef F. Sprinz

MCGRATH, Matt. Climate change: Will China take a 'great leap' to a greener economy? **BBC**. 4 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/science-environment-56271465>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

OFFICE OF THE PRESS SECRETARY. **U.S.-China Joint Presidential Statement on Climate Change**. 2015. Disponível em: <[https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/25/us-china-joint-presidential-statement-climate-change#:~:text=In%20November%202014%2C%20President%20Barack,well%20as%20a%20new%20pillar](https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/25/us-china-joint-presidential-statement-climate-change#:~:text=In%20November%202014%2C%20President%20Barack,well%20as%20a%20new%20pillar.)>. Acesso em: 18 mai. 2024.

OLIVEIRA, André Soares. **Tratamento diferenciado dos países em desenvolvimento e mudanças climáticas**: perspectivas a partir do acordo de Paris. 2017. 256 p. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158919>>. Acesso em: 22 set. 2022.

REN21. **The Renewables 2020 Global Status Report (GSR)**. Disponível em: <https://www.ren21.net/gsr-2021/chapters/chapter_01/chapter_01/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ROWLANDS, Ian H. **History of the Global Climate Change Regime**. Londres: Massachusetts Institute Of Technology, 2001. International Relations and Global Climate Change. Editado por Urs Luterbacher e Detlef F. Sprinz

Report: China emissions exceed all developed nations combined. **BBC**. 2021 <<https://www.bbc.com/news/world-asia-57018837>.> Acesso em: 07 de set. 2022.

SANDALOW, David. **Guide to Chinese Climate Policy**: 2019. New York. Columbia: Center On Global Energy Policy, 2019. Disponível em: <https://chineseclimatepolicy.energypolicy.columbia.edu/en/short-history-chinese-climate-policies#/_ftn24.> Acesso em: 26/11/2022

The Chinese Companies Polluting the World More Than Entire Nations. **Bloomberg News**. 2021 Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/graphics/2021-china-climate-change-biggest-carbon-polluters/>.> Acesso em: 24 out. 2022.

U.S. - China Economic and security review commission. **The 13th Five-Year Plan**. 2017. Disponível em: <<https://permanent.fdlp.gov/gpo155214/The13thFiveYearPlanFinal21417Updated002.pdf>.> Acesso em: 20 out. 2022.

UNEP. **Pollution Action Note**: data you need to know. Data you need to know. 2021. Disponível em: <<https://www.unep.org/interactive/air-pollution-note/>.> Acesso em: 10 nov. 2022.

United Nations. **Causes and Effects of Climate Change**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/climatechange/science/causes-effects-climate-change>.> Acesso em: 20 nov. 2022.

United Nations Framework Convention on Climate Change. **What is the Kyoto Protocol?** Disponível em: <https://unfccc.int/kyoto_protocol.> Acesso em: 20 nov. 2022

Questão Christie: Investigando Nacionalismo e suas Implicações no Brasil do Segundo Reinado

Christie Affair: Investigating Nationalism and its Implications in Brazil during the Second Reign

Cuestión Christie: Investigando el Nacionalismo y sus Implicaciones en Brasil durante el Segundo Reinado

Felipe Oliveira¹
Natalye Matos Cezar²
Paulo Leal Vita³

Recebido em: 17 de janeiro de 2024

Aprovado em: 15 de maio de 2024

RESUMO: Durante o século XIX, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra tornaram-se mais complexas, refletindo mudanças nos interesses de ambos os países. Este estudo investiga como as influências coloniais e econômicas moldaram o nacionalismo brasileiro nesse período e sua ligação com a imprensa, especialmente durante o incidente diplomático conhecido como a “Questão Christie”. Argumenta-se que o nacionalismo no Brasil surgiu como resposta a fatores políticos, econômicos e sociais, bem como à busca por uma identidade internacional. Um aspecto crucial desta análise é a relação entre o nacionalismo e a imprensa. Na época, tavernas e praças eram locais comuns para a leitura coletiva de jornais e caricaturas, o que amplificava as vozes críticas e desempenhava um papel importante na formação da opinião pública. Utilizando uma

metodologia que analisa fontes primárias, como trechos de jornais da época, caricaturas da “Semana Ilustrada” de 1863 e as Atas do Conselho Estadual Pleno, o estudo elucida o impacto da imprensa na formação e mobilização do discurso nacionalista. A imprensa não apenas refletiu, mas também intensificou os sentimentos nacionalistas, especialmente nas críticas ao diplomata britânico William Christie.

Palavras-Chave: Política externa brasileira; Inglaterra; nacionalismo; imprensa; Brasil; Questão Christie.

ABSTRACT: During the XIX century, the diplomatic relations between Brazil and England became more complex, reflecting changes in the interests of both countries. This study investigates how colonial and economic influences shaped Bra-

1. Graduando em Relações Internacionais em jan/2024 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mail: 0806.felipe@gmail.com.

2. Graduanda em Relações Internacionais em jan/2024 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mail: naty17051997@gmail.com.

3. Graduando em Relações Internacionais em jan/2024 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mail: pauloleallv@gmail.com.

zilian nationalism in this period and its connection with the press, especially during the diplomatic incident known as “Christie Affair”. It is argued that nationalism in Brazil emerged as a response to political, economic and social factors, as well as the search for an international identity. A crucial aspect of this analysis is the relationship between nationalism and the press. At the time, taverns and squares were common places for the collective reading of newspapers and cartoons, which amplified critical voices and played an important role in shaping public opinion. Using a methodology that analyzes primary sources, such as excerpts from newspapers of the time, caricatures from the 1863 “Semana Ilustrada” and the Minutes of the Plenary State Council, the study elucidates the impact of the press on the formation and mobilization of a nationalist discourse. The press not only reflected, but also intensified nationalist sentiments, especially in its criticism of British diplomat William Christie.

Keywords: Brazilian foreign policy; England; Nationalism; Press; Christie Question.

RESUMEN: Durante el siglo XIX, las relaciones diplomáticas entre Brasil e Inglaterra se volvieron más complejas, reflejando cambios en los intereses

de ambos países. Este estudio investiga cómo las influencias coloniales y económicas moldearon el nacionalismo brasileño en este período y su conexión con la prensa, especialmente durante el incidente diplomático conocido como la “Cuestión Christie”. Se argumenta que el nacionalismo en Brasil surgió como respuesta a factores políticos, económicos y sociales, así como a la búsqueda de una identidad internacional. Un aspecto crucial de este análisis es la relación entre el nacionalismo y la prensa. En aquella época, las tabernas y plazas eran lugares comunes para la lectura colectiva de periódicos y caricaturas, lo que amplificaba las voces críticas y desempeñaba un papel importante en la formación de la opinión pública. Utilizando una metodología que analiza fuentes primarias, como extractos de periódicos de la época, caricaturas de la “Semana Ilustrada” de 1863 y las Actas del Consejo Estatal Pleno, el estudio aclara el impacto de la prensa en la formación y movilización del discurso nacionalista. La prensa no solo reflejaba, sino que también intensificaba los sentimientos nacionalistas, especialmente en las críticas al diplomático británico William Christie.

Palabras clave: Política exterior brasileña; Inglaterra; nacionalismo; prensa; Brasil; Cuestión Christie

1. INTRODUÇÃO

A questão Christie representa um dos episódios mais marcantes em termos de política externa durante toda a história das relações exteriores do Brasil. Se faz compreensível o despertar de interesse que causa em qualquer estudioso ao deparar-se com um rompimento de relações diplomáticas de uma nação independizada e localizada na periferia do sistema com um dos maiores impérios ultramarinos que a humanidade já testemunhou.

Como poderia um país do escalão ex-colonial como o Brasil sustentar uma posição de força contra um adversário tão imponente como a Inglaterra? Esse artigo busca compreender o contexto das relações entre os dois estados, examinar como o nacionalismo disseminado de forma virulenta durante essa crise diplomática se deu e em que ele se fundamenta e busca acima de tudo examinar em fontes primárias a forma como se deu esse discurso nacionalista. Em suma, o artigo busca mostrar como foi esse momento cru-

cial da política externa brasileira, explorando a identidade do país em um contexto global sob a perspectiva do nacionalismo.

O presente trabalho adota uma abordagem metodológica que se baseia na análise de fontes primárias, especificamente excertos de jornais da época, selecionados conforme o recorte temporal e a menção ao termo “questão Christie”. Foram analisadas caricaturas e desenhos publicados na revista “Semana Ilustrada” de 1863, produzidos por Henrique Fleiuss. Esses materiais foram escolhidos devido à sua popularidade e ampla difusão na mídia da época, o que os torna representativos para o estudo do impacto da imprensa na formação do discurso nacionalista durante a questão. A seleção das fontes primárias nos jornais justifica-se pela influência significativa que esses veículos de comunicação exerceram na intensificação e propagação do nacionalismo virulento (Bieber, 2023) associado ao incidente. Durante o Segundo Reinado, os jornais tornaram-se espaços permeáveis a uma participação pública ampliada, além dos costumeiros juristas, permitindo assim a manifestação de diversos setores da sociedade através desse meio (Arquivo Nacional, 2023).

Adicionalmente, a seleção de fontes concentrou-se em fontes como as Atas do Conselho Estadual Pleno – órgão que na época atuou como um influente quinto poder, consultando, preparando e esclarecendo propostas de lei para a Assembleia Geral. As Atas do Conselho revelaram-se inestimáveis para esclarecer as escolhas diplomáticas feitas pelo governo brasileiro em resposta à Questão Christie. Através destes registros oficiais, obtiveram-se informações cruciais sobre as discussões e táticas utilizadas, permitindo uma análise mais precisa da progressão e resolução do conflito.

Ao combinar fontes primárias com fontes secundárias que oferecem informação contextual, foi alcançada uma compreensão mais precisa do conflito e das suas consequências históricas. Além disso, fontes secundárias desempenharam um papel primordial ao esclarecer o envolvimento da mídia na reportagem dos fatores que levaram à Questão Christie e às discussões em torno do nacionalismo dentro da burguesia brasileira.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

O Brasil no século XIX passou por três fases distintas em sua política externa e relações com a Inglaterra. A partir do fim da Guerra do Paraguai é possível observar uma abordagem mais proativa e

focada na proteção da soberania e integridade territorial do Brasil, incluindo a busca por expansão territorial e a defesa da região amazônica. A relação com a Inglaterra também evoluiu ao longo desse período, desde a influência na Lei de 1831 para acabar com o tráfico de escravos até o conflito de interesses comerciais que levou à criação da Tarifa Alves Branco e ao consequente “Bill Aberdeen”. Esses eventos e transformações históricas tiveram um profundo impacto nas relações internacionais do Brasil durante o século XIX.

2.1 Política externa brasileira e política regional

A política externa brasileira no século XIX pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro período, de 1822 até meados da década de 1840, seguiu os interesses de Portugal, refletindo uma influência contínua da antiga potência colonial. O segundo período, a partir da década de 1850, durou cerca de uma década e enfrentou uma crise na condução da política externa brasileira. A ausência de diretrizes claras e liderança ideológica gerou incertezas nas relações diplomáticas e nos objetivos internacionais do país. O terceiro período, abrangendo até o fim da Guerra do Paraguai, foi marcado por uma postura mais ativa na política externa. O Brasil buscou proteger sua soberania e integridade territorial, expandindo-se territorialmente e defendendo a região amazônica. A participação em conflitos regionais, como a Guerra do Paraguai, teve impacto significativo nas relações diplomáticas com outras nações sul-americanas (Baldan, 2016).

Durante o Segundo Reinado no Brasil, houve mudanças notáveis na política externa, destacando-se a ênfase na diplomacia econômica, expansão do crédito externo e abertura de mercados. Isso proporcionou a base para o crescimento econômico nacional e a importância do Estado brasileiro. O país aspirava a liderar na América do Sul, participando de conferências e negociações para fortalecer sua influência e forjar alianças. No entanto, as tensões com a Inglaterra surgiram devido aos esforços britânicos para influenciar o Brasil como parte de sua zona de influência. O Império do Brasil adotou políticas para resolver disputas internacionais, incluindo a abolição do juiz conservador da nação inglesa, protestos contra a Lei Aberdeen, a Questão Christie, o rompimento e posterior reatamento das relações diplomáticas com a Inglaterra, ilustrando as complexas dinâmicas nas relações diplomáticas do Brasil do século XIX (Raja Gabaglia, 2012).

2.2 *Relação Brasil e Inglaterra*

Na primeira metade do século XIX, a Inglaterra tinha forte motivação para encerrar o tráfico de escravos no Brasil, pois o Brasil era seu principal fornecedor de mão de obra escrava, desequilibrando o comércio. A Lei de 1831, influenciada pelos britânicos e baseada na Convenção Anglo-brasileira de 1826, transformou o tráfico de escravos em pirataria por até três anos, efetivada em 1827. Apelidada de “Lei Feijó-Barbacena”, foi a primeira lei brasileira a proibir a entrada de novos escravos, representando uma conquista diplomática britânica em busca de novos mercados e interesses econômicos (Carvalho, 2012).

No período regencial brasileiro, surgiu uma questão com a Inglaterra sobre importações. O déficit comercial e problemas financeiros levaram o Ministro das Finanças, Manuel Alves Branco, a propor a Tarifa Alves Branco. Essa política substituiu a tarifa única de 15% por taxas variáveis de 2% a 60% para diferentes produtos importados. O objetivo era aumentar a receita estatal e incentivar a indústria local. No entanto, a abordagem tinha mais foco na arrecadação fiscal do que no desenvolvimento industrial, priorizando as necessidades fiscais sobre o crescimento da indústria. A pressão por essa política foi motivada principalmente por questões financeiras, não por uma estratégia deliberada de impulsionar a industrialização (Barbosa, 2014).

A implementação da Tarifa Alves Branco marcou uma mudança nas relações comerciais entre Brasil e Inglaterra. Antes, as tarifas inglesas sobre produtos brasileiros eram baixas, enquanto as tarifas brasileiras sobre produtos ingleses eram maiores. A Tarifa Alves Branco aumentou as taxas sobre produtos britânicos, levando a atritos bilaterais. Em retaliação, a Inglaterra introduziu o “Bill Aberdeen” em 1845, permitindo rastrear navios negreiros em portos brasileiros, causando tensões diplomáticas. O Brasil protestou, alegando que a lei extrapolava o acordo de 1826 e representava intromissão. Isso levou a repercussões diplomáticas e à percepção internacional do Brasil como estado pirata. O ministro brasileiro, Antônio Paulino Limpo de Abreu, protestou e buscou apoio internacional por meio de embaixadas (Carvalho, 2014; Reis, 2020).

2.3 A Questão Christie (1862-1865)

Após conflitos envolvendo o Império Brasileiro e a Inglaterra sobre o tráfico de escravos, surgiu a Questão Christie, originada em um saque de um navio britânico na costa do Rio Grande do Sul e um incidente com três oficiais britânicos bêbados no Rio de Janeiro.

Em junho de 1861, o navio britânico *Prince of Wales* encalhou perto do farol do Albardão, no Rio Grande do Sul, transportando diversas mercadorias, incluindo carvão, louças, lençóis e produtos portugueses. O naufrágio resultou na descoberta de itens espalhados na região, caixas vazias, um barco danificado e anotações sobre salários e carga. Dez corpos sem pertences foram encontrados, levantando suspeitas sobre o ocorrido, e seis deles foram enterrados localmente. O cônsul britânico suspeitou de roubo das cargas, desencadeando uma complexa dinâmica entre autoridades locais e representantes diplomáticos britânicos, contribuindo para uma situação tensa e posterior conflito diplomático (Sinésio, 2013).

Em 17 de junho de 1862, ocorreu um incidente envolvendo três oficiais da marinha britânica na Tijuca, Rio de Janeiro. Os oficiais, pertencentes à tripulação do navio *HSM Fort*, entraram em confronto com policiais brasileiros e foram detidos. No entanto, a intervenção de um almirante britânico levou à libertação dos oficiais sem a instauração de um inquérito formal. Posteriormente, Lorde Russell, chefe do Foreign Office britânico, instruiu o embaixador britânico, William Dougal Christie, a resolver tanto o incidente da prisão dos oficiais quanto o caso do naufrágio do navio *Prince of Wales*. Christie viu nesses eventos uma oportunidade para pressionar o governo brasileiro a aceitar um tratado de comércio de estilo colonial. Ele exigiu desculpas formais pela prisão dos oficiais e lançou um ultimato com várias demandas específicas, incluindo a punição do policial envolvido, indenização pelo roubo de itens do navio *Prince of Wales* e uma satisfação diplomática pelo ocorrido. O marquês de Abrantes, representante do governo brasileiro, contestou as acusações britânicas, destacando a demora do sistema judicial brasileiro e argumentando que onze suspeitos haviam sido processados, embora nem todos tivessem sido detidos. Ele também questionou as alegações britânicas sobre o impacto da presença naval na região. Essa troca de argumentos resultou em crescentes tensões, com Christie buscando medidas rigorosas e respostas efetivas do governo brasileiro, enquanto Abrantes defendia

a integridade do sistema de justiça brasileiro. A situação provocou protestos na população carioca, ameaçando propriedades, incluindo o consulado e a embaixada britânica, após o bloqueio do porto à bandeira brasileira pela frota britânica liderada pelo vice-almirante Richard Laird Warren (Sinésio, 2013; CEL et al., [s.d.]).

Após consultar o Conselho de Estado, Dom Pedro II expressou sua indignação publicamente diante da crise e preferiu abdicar do trono a se humilhar perante estrangeiros. O embaixador Christie propôs resolver os conflitos por meio da arbitragem, e o Brasil concordou em indenizar o roubo dos caixões do naufrágio do navio Prince of Wales. No caso da prisão dos oficiais, o Brasil aceitou a arbitragem, e o rei Leopoldo I da Bélgica concedeu ganho de causa ao Brasil em 1863, destacando a obrigação britânica de oferecer uma satisfação plena, mas as medidas necessárias não foram efetivamente tomadas (Youssef, 2018; Rocha, 2019).

Figura 1 - Questão Christie por Victor Meirelles (1867)



Fonte: Blog O Diário Imperial⁴.

Diante dessa recusa da Inglaterra em aceitar o veredicto arbitral, Dom Pedro II respondeu com determinação. No ano de 1863, o imperador brasileiro optou pelo rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra como forma de expressar seu descontenten-

4. Disponível em: <<http://odiarioimperial.blogspot.com/2016/12/especial-dom-pedro-ii-popularidade.html>>. Acesso em 04 de junho de 2024.

tamento com a situação. Somente em 1865, sob a mediação do rei Dom Luiz de Portugal, que compartilhava a linhagem da família Orléans e Bragança à qual Dom Pedro II pertencia, as nações encontraram um caminho para a reconciliação. Foi nesse contexto que Edward Thornton, o representante britânico, formalmente apresentou um pedido de desculpas pelo incidente, marcando o início do processo de restabelecimento das relações entre as nações (Youssef, 2018; CEL et al., [s.d.]). O imperador D. Pedro II ouviu o Conselho de Estado em 31 de maio de 1865 sobre o assunto, a conveniência do restabelecimento e se ele afetava a dignidade nacional. O voto mais importante foi dado pelo Marquês de Abrantes, que era ministro quando se verificou o rompimento. O Conselheiro votou negativamente, pois achou insatisfatório o acordo proposto. Entretanto, o voto que se impôs foi o de Pimenta Bueno, que analisou eruditamente os vários aspectos da questão. Ele foi a favor da proposta, assim como a maioria do Conselho. O Imperador estava, portanto, com uma boa base para restabelecer relações com a Inglaterra, o que explica o seu entendimento com o diplomata que o procurou pouco depois em Uruguaiana, e também foi um momento crucial, que ocorreu em 23 de setembro de 1865, com a efetiva mediação do governo português. (Iglésias, [s.d.]).

É interessante observar que durante o desenvolvimento desse conflito, houve um notável empenho do Estado brasileiro em influenciar e fomentar o sentimento nacionalista na cultura política do país. A promoção da literatura nacionalista desempenhou um papel proeminente na construção da identidade brasileira no período destacado por Calógeras (Sinésio, 2013). Isso incluiu a produção de obras “indianistas” e épicas para criar um passado compartilhado e glorioso para a nação. O Estado apoiou intelectuais na busca por documentos e arquivos históricos, e o discurso oficial legitimou uma comunidade de homens livres, identificando-os como membros de uma sociedade civilizada liderada pelas classes dominantes. O imperador também incentivou concursos literários para enaltecer a pátria e promover o sentimento nacionalista, criando condições para uma identidade cultural unificada.

3. O NACIONALISMO

Conforme as observações do sociólogo Ernest Gellner (2006), o nacionalismo pode ser definido como um princípio político que

pressupõe a necessidade de alinhamento entre a unidade política e a unidade nacional. Em outras palavras, o nacionalismo é uma teoria que busca estabelecer legitimidade política, que exige que as fronteiras étnicas não devam cruzar as fronteiras políticas e, em particular, que as fronteiras étnicas dentro de um determinado estado não devem separar os detentores do poder do restante. Já no contexto da discussão sobre a gênese do discurso nacionalista, Gellner (2006, p. 5) salienta o seguinte:

O estado constitui em si, a variável necessária para a mobilização e empreendimento do nacionalismo. A existência de unidades politicamente centralizadas e de um clima moral-político no qual tais unidades centralizadas são consideradas como garantidas e tratadas como normativas, é uma condição necessária, embora não seja de forma alguma suficiente para o nacionalismo.

Neste trecho, enfatiza-se o papel fundamental do estado na facilitação do nacionalismo, observando que a presença de unidades políticas centralizadas e a aceitação normativa delas desempenham um papel vital na promoção e empreendimento desse fenômeno.

Outro teórico muito influente no estudo no nacionalismo é Florian Bieber, que propõe a seguinte definição para o objeto de estudo:

Uma ideologia maleável que valoriza mais a identidade nacional do que outras identidades como gênero, ideologia política, grupo socioeconômico, região. O nacionalismo busca diferenciar uma nação de outras, preservá-la e priorizar a representação política por meio da identidade nacional. (Bieber. 2020. P. 22)

Ao retratar o nacionalismo como uma “ideologia maleável,” a definição reconhece a natureza mutável e adaptável das crenças nacionalistas, que podem variar conforme contextos históricos e culturais. A ênfase na valorização da identidade nacional em detrimento de outras identidades aponta para a primazia dada à nação como uma força unificadora. Além disso, é importante apontar que Bieber sustenta o autogoverno político como um ingrediente essencial conforme, uma vez que é através da agência central que se opera o nacionalismo e o seu conjunto de crenças e valores normativos que fazem dele uma ideologia.

O nacionalismo, pode ser dividido em latente ou virulento (Bieber, 2020): o latente é onipresente e às vezes de difícil percepção. Já o virulento, que é o que melhor descreve o objeto desse estudo, a onda de nacionalismo durante a questão Christie, pode ser

mais facilmente observado nas manchetes e descrito como violento, agressivo ou até como uma “onda” propriamente dita. Esse tipo de nacionalismo baseia-se no latente argumentando-se que pode ser mobilizado em revoluções – como historicamente foi, contra o Antigo Regime por exemplo – ou mais frequentemente por meio do conflito, guerras e da violência em massa e xenofobia contra vizinhos e determinados governos (Bieber, 2020). Esse nacionalismo busca rejeitar o status quo e reiterar a vontade coletiva imaginada sobre um espaço político ou cultural, em outros termos, representam uma territorialização desse espaço.

Contudo, é importante ressaltar que embora o nacionalismo possa ser uma característica perene de determinadas sociedades e o seu nível de exclusão possa variar, isso, por si só, não desencadeia uma dominância do discurso político por parte da onda virulenta. Para que isso ocorra é necessária uma conjuntura decisiva, um momento específico de crise (Bieber, 2020). Assim sendo, o nacionalismo virulento pode ser bem mais entendido como uma resposta a choques internos ou exógenos sofridos por um sistema existente, podendo ser econômicos, ideológicos, institucionais, sociais ou até diplomáticos como é o caso da questão Christie.

Hobsbawm (2012), se fazendo presente na discussão do nacionalismo sustenta em seu trabalho seminal – “Nações e Nacionalismo desde 1780” – que essa busca de legitimidade política traz consigo implicações no sentido jurídico-formal e na estrutura social. A hierarquia social que antes prevalecia começou a ser questionada e gradualmente se desintegrou. Desse modo, esse movimento levou a uma segregação cada vez maior, tanto no acesso quanto na participação política, enquanto a sociedade lutava para encontrar uma nova ordem (Hobsbawm, 2012).

O autor estabelece que a proposta de horizontalidade social, advinda das revoluções liberais, trouxe um problema fundamental: o que impediria as classes sociais de reorganizar ou desarticular o sistema jurídico-formal recentemente consolidado? Neste contexto, o patriotismo e o nacionalismo surgiram como forças que poderiam proporcionar a necessária estabilidade e promover a coesão social.

Além disso, uma nova identidade política começou a se desenvolver. Essa identidade política foi concebida como uma articulação horizontal e igualitária do exercício do poder. Ao explorar os sentimentos e emoções já presentes no contexto social mas ainda não organizados, esta identidade política procurava consolidar uma

nova ordem baseada nos princípios da igualdade e da participação ativa da população.

Essas transformações revolucionárias na Revolução Industrial e no contexto político do período moldaram o caminho para a modernidade e lançaram as bases para a sociedade contemporânea que conhecemos hoje projetando respingos no espaço colonial português, isto é, na distante periferia latino americana. Desse modo, provocando a faísca do nacionalismo brasileiro.

3.1 A construção do nacionalismo Brasileiro

A análise da construção do nacionalismo brasileiro requer uma perspectiva diferenciada, uma vez que se distancia do processo mais comum pelo qual o Estado emerge como uma união entre soberania e cultura. No contexto brasileiro, ocorre uma inversão desse padrão, no qual a cultura “brasileira” emerge como uma ligação entre soberania e Estado.

Nesse cenário, o indivíduo não busca a participação na unidade político-administrativa como ocorre na França, o movimento inverso ocorre com a imposição de sua participação. Notavelmente, a vontade de ser parte de uma entidade político-cultural homogênea, característica central do nacionalismo, não se constitui como um elemento primordial na configuração do nacionalismo brasileiro em sua forma original (Paula, 2016).

Assim, a mais importante característica a ser levada em conta na análise do desenvolvimento do nacionalismo brasileiro é a estrutura colonial e seus constrangimentos impostos à adesão da movimentação revolucionária que assola a Europa. Em outras palavras, ocorre no caso brasileiro a adaptação do nacionalismo para a sua realidade em consonância da necessidade da sociedade hierárquico-coercitiva de legitimar-se (Sodré, 1960).

A Revolução Industrial gerou a necessidade de mudança no cenário brasileiro da época, exigindo a ruptura com o sistema comercial que sustentava a dependência colonial da metrópole. Naquele período, toda a produção colonial estava voltada para o mercado da metrópole. Ademais, o século XVIII marcou uma transição econômica significativa para o Brasil, inaugurada pela atividade mineradora do ouro. Na região mineradora, não houve uma colaboração similar entre a classe dominante e a coroa, uma vez que a coroa assumiu o controle direto sobre a produção e a transformação em

valor. Isso contrasta com o ciclo açucareiro, no qual pelo menos a produção pertencia ao senhor territorial, enquanto a circulação estava a cargo da metrópole. Gerando como consequência sucessivos motins que culminaram na inconfidência mineira (Sodré, 1960).

No final do século XVIII, a expansão territorial ocorreu, formando uma base crucial para nossa atual força. Os limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid aproximam-se dos limites geográficos do Brasil atual. No entanto, a ocupação do território foi desigual, com áreas econômicas limitadas. Essa população estava dividida entre os senhores de terra e escravos, a classe dominante, e as pessoas livres que não dependiam da exploração do trabalho alheio (Sodré, 1960). Esses últimos, por sua natureza assalariada representavam uma camada social instável e sem influência política, residindo principalmente em vilas e cidades. Porém, essa parcela da população formava grande parte dos quadros administrativos, que se envolviam em conspirações e revoltas. Entretanto, as mudanças nesse cenário ocorreram somente quando ocorreu um desequilíbrio nos interesses da classe dominante e da metrópole (Sodré, 1960).

Na sequência, a Revolução Industrial impulsionou o aumento significativo na produção de mercadorias, demandando a abertura de novos mercados. É durante a invasão napoleônica à Península Ibérica e a subsequente queda das cortes metropolitanas que reformas são aplicadas na colônia, favorecendo os interesses britânicos de quebrar o monopólio comercial e estabelecer trocas diretas. Essa mudança resultou na dissociação das elites coloniais das classes dirigentes da metrópole, aproximando-as da burguesia europeia e fomentando o desejo de independência local (Sodré, 1960).

Sodré (1960) postula que a falta de uma identidade coesa de “povo” no Brasil tornou sua sorte uma questão suscetível à decisão da classe dominante, composta por senhores de terra e escravos, que eventualmente adotaram a ideia de emancipação. Nesse contexto, a emancipação estaria restrita aos interesses da classe dominante, a única detentora de poder suficiente para empreender uma luta.

Essa perspectiva se alinha com a concepção de Gellner (2006), que afirma que uma “mera categoria de pessoas” se torna uma nação quando seus membros reconhecem firmemente certos direitos e deveres mútuos, derivados de sua participação compartilhada nessa categoria. O processo de independência no Brasil testemunha esse processo, à medida que a classe dominante busca estabelecer uma

nova ordem. A monarquia, inicialmente representante da classe dominante, proporcionou uma saída conveniente da condição colonial, buscando manter a estrutura pré-existente. No entanto, à medida que o Brasil passou por mudanças significativas, o regime monárquico revelou-se incompatível com os novos rumos. Eventualmente, novas ideias emergiram na sociedade, atraindo elementos inovadores e por mais que a força das antigas estruturas ainda perdurasse a transformação se tornava inevitável (Sodré, 1960).

3.2 A sociedade agro-letrada

A discussão que segue visa explorar o aporte teórico da “sociedade agro-letrada” de Gellner (2000), que apresenta uma caracterização distinta das sociedades baseadas na agricultura e na estabilidade tecnológica. A escolha desse enquadramento teórico se justifica pela notável similaridade entre as características da sociedade agro-letrada e a estrutura colonial brasileira que ressoa da independência brasileira até a proclamação da república.

A sociedade agro-letrada, primeiramente, repousa sobre as bases da agricultura, abarcando a produção e o armazenamento de alimentos, enquanto mantém uma trajetória tecnológica notavelmente constante, caracterizada por uma ausência de avanços contínuos de descobertas e inovações que influenciam a produção. Além disso, para os indivíduos pertencentes à sociedade agro-letrada, a posição hierárquica desempenha um papel preponderante. A nobreza, por exemplo, é associada à vocação militar e ao status elevado. Assim, a estabilidade tecnológica resulta em uma oferta de alimentos menos volátil, com um limite claro estabelecido para a produção, permitindo que os excedentes sejam alocados para a coerção e a manutenção da hierarquia social.

Segundo Gellner (2000), no contexto da sociedade agro-letrada, o termo “nação”, se é que é empregado, tende a se referir mais a um agrupamento corporativo flexível - a aristocracia politicamente emancipada de um determinado território, aqueles que se comprometem com a participação política - do que à soma completa dos membros de uma cultura. O termo denota uma categoria política, não cultural, de indivíduos. Nesse tipo de sociedade, as unidades políticas têm uma propensão marcante a serem de tamanho diferente das unidades culturais. Assim, as hierarquias políticas e as redes culturais não estão ligadas e conectadas por meio do que po-

deríamos chamar de “nacionalidade”, descrevendo o caso brasileiro por exemplo.

O que se observa em comum entre o modelo agro-letrado e a estrutura fundiária colonial brasileira é a falta de uma mobilização de massa como a ocorrida nos casos europeus durante as convulsões sociais revolucionárias. Na verdade, evidencia-se um projeto claro das elites coloniais em reiterar e conservar sua posição e cargos de poder com o processo da independência brasileira.

A análise da formação do nacionalismo brasileiro à luz do conceito de sociedade agro-letrada de Gellner destaca uma notável correspondência entre as bases coloniais do Brasil e os pilares fundamentais deste conceito. A construção do nacionalismo brasileiro se encaixa de maneira coerente na estrutura da sociedade agro-letrada, uma vez que a ênfase na agricultura e a valorização da hierarquia e nobreza na sociedade colonial brasileira espelham a importância da posição hierárquica como catalisadora de um movimento independentista. Dessa forma, os princípios da sociedade agro-letrada se refletem no nacionalismo brasileiro, reforçando a compreensão de Gellner sobre a interligação entre contexto agrícola, dinâmica de poder e evolução do nacionalismo.

4. O PAPEL DA IMPRENSA

A herança da profunda dependência econômica da Inglaterra cultivada por Portugal resultou, além da proeminência da Inglaterra na economia do Brasil, em uma certa hostilidade dos brasileiros em relação aos súditos ingleses (Manchester, 1973). As pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro e pelos tratados comerciais desgastaram cada vez mais suas relações com o Brasil, e a eventual chegada do diplomata inglês, William Christie, tornaram ainda mais frequentes os conflitos entre as duas nações, e, conseqüentemente, mais frequentes as críticas à Inglaterra entre a população, e através dos jornais (Graham, 1973).

A década de 1860 viu um aumento significativo nas relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o mundo, principalmente com a Europa. O governo imperial brasileiro sabia da importância da opinião pública internacional, especialmente nos círculos políticos e econômicos europeus, então usou a imprensa como uma ferramenta estratégica para manipular e moldar essa opinião. O Brasil buscava simpatia e reconhecimento internacional com um

imperador europeu e uma imagem de modernização e civilização (Ré, 2019). A imprensa durante esse período foi mais do que apenas informar; ao contrário, foi ativa e estratégica na formação e direcionamento das opiniões da sociedade sobre assuntos políticos e diplomáticos, contribuindo para a consolidação da identidade nacional e defendendo os interesses do Brasil (Ré, 2019).

4.1 A percepção da Questão Christie pelos meios de comunicação

A dissonância entre Christie e a imprensa brasileira foi fulcral para o desgaste de sua imagem. Neste período, as tavernas e praças eram palco para a leitura coletiva dos jornais e panfletos, e, assim, suas denúncias eram ainda mais difundidas e debatidas, contribuindo para o detrimento da imagem da Inglaterra e de seu diplomata na opinião pública (Cruz, 2014). William Christie inaugurou sua participação na imprensa brasileira após sua primeira reunião com o governo imperial, na qual o diplomata se vestiu de maneira considerada deselegante, e foi criticado por isso no *Jornal do Commercio*, em uma crônica. A reação do diplomata foi extremamente negativa, e o mesmo solicitou ao Ministro do Estrangeiro, o conselheiro Sinimbu, a exigência de uma retratação do jornal (Mendonça, 2006).

Dessa forma, a relação conturbada entre Christie e a imprensa brasileira foi sendo desenhada, e, em conjunto às críticas à Inglaterra e seus súditos, as manifestações de caráter nacionalista passaram a ser cada vez mais relevantes, uma vez que serviam como contraste ao descontentamento com as nações aliadas. Um exemplo claro encontra-se na publicação de 7 de maio de 1862, do jornal *A Actualidade*, na qual a atitude dos oficiais da marinha britânica, presos após cometerem descatos na Tijuca, foi criticada, assim como a reação questionável de Christie às prisões. Segundo o jornal, o diplomata britânico interpretou este evento como uma afronta à sua nação, e, mais uma vez, solicitou ao Ministro a exigência de uma satisfação. Em frente a isso, o jornal teceu críticas à postura de Christie, enfatizando que “temos códigos muito sábios que punem o criminoso com toda a igualdade”, e declara:

“O Brasil é um pigmeu em relação á Grã-Bretanha; mas é um pigmeu que tem consciencia de seu direito, e que antes de submeter-se á pirataria terá bastante dignidade para em face do mundo lavar um protesto com sangue brasileiro. Quando se tratar disso todos os brasileiros estarão de accordo.”

Dessa forma, fica evidente o prestígio pela soberania brasileira, em detrimento da submissão à Inglaterra. Similarmente, a publicação de 5 de janeiro de 1863, do mesmo jornal, inicia-se com um texto repleto de patriotismo, exaltando o povo e governo brasileiros, e ao mesmo tempo repleto de desprezo pela nação inglesa, o que demonstra o uso do contraste entre os defeitos estrangeiros e qualidades nacionais como forma de exaltar a nação. Dessa forma, o jornal afirma:

“Nenhum povo em iguaes circunstancias ostentaria tanto entusiasmo, tanto patriotismo. Temos de que orgulhar-nos. O governo que attenda bem para o que se passa. Não lhe faltará o apoio nacional se quizer repellir as insolencias do estrangeiro. O povo ahi se levanta magestoso como um só homem para vingar a injuria recebida, ou para sepultar-se nas ruinas da patria. Começou hoje na cõrte a inscripção para os batalhões de voluntarios. Nas provincias o entusiasmo será igual ao da capital. As provincias do sul em menos de dous mezes poderão oferecer ao governo um exército de mais de 100.000 voluntários. O norte procederá com o heroismo que o distingue. A inglaterra não tem forças de desembarque para vencer-nos em terra. Seremos sempre senhores do nosso paiz.”

A partir deste fragmento também é possível perceber a propagação de discursos patrióticos como estratégia de preparação para uma possível guerra, tendo em vista que o sentimento de comunidade e de pertencimento entre uma população é crucial para que seja possível convencê-los de que vale a pena lutar por sua nação, em eventuais conflitos. Dessa forma, as publicações procuravam exaltar o povo brasileiro, por seu heroísmo e entusiasmo, ao mesmo tempo que os convenciam de que, caso necessário, batalhar por seu país seria a mais nobre opção.

Um outro exemplo de periódico que teve uma grande importância na criação de símbolos nacionais, e na propagação da imprensa como estímulo de críticas e debates políticos, foi a revista *Semana Ilustrada*. Criada em dezembro de 1860 pelos irmãos Fleiuss, Henrique e Carlos, em conjunto com o pintor Carlos Linde, por meio de um empreendimento do imperador chamado Imperial Instituto Artístico, era um periódico produzido em oito pequenas folhas, com um tom informal, preenchido por ironia, e caracterizado pelas ilustrações criativas e críticas (Cruz, 2014). Nas primeiras semanas de 1863, o *Semana Ilustrada* deu uma grande ênfase às polêmicas envolvendo a Inglaterra e seu controverso diplomata.

A publicação de 25 de janeiro, a edição 111, apresenta uma charge polêmica sobre Christie, na qual este é representado por

um marinheiro com corpo humano e cabeça de leão, que é um animal representativo da identidade britânica, com um pé na Europa e o outro no Brasil. Ao seu lado, são representados os índios, em proporções pequenas em relação ao gigante marinheiro, atirando flechas contra este. A evidente diferença de tamanho entre as representações do Brasil e Inglaterra é usada para enfatizar a disparidade de forças entre estas nações, e as flechas, além de representarem a nação brasileira por serem as armas dos índios, são usadas para simbolizar a coragem dos brasileiros em enfrentar um inimigo mais poderoso. Dessa forma, esta charge critica a ousadia da tentativa britânica de estender seu domínio em um território tão distante, do outro lado do Atlântico, que já era dominado por guerreiros valentes (Telles, 2010).

Figura 2 - Christie tentando tomar posse do Brasil e sendo ameaçado por indígenas.



Fonte: Fleiuss, Henrique. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 25 jan, 1863, ano 3, nº 1115.

5. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pagfis=887>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

Em outra publicação da *Semana*, de 18 de janeiro do mesmo ano, é lançada, sarcasticamente, a seguinte pergunta: “Quantas sumacas apresadas equivalem à dignidade ofendida de um oficial da marinha britânica? Não se sabe ao certo”. Esta clara crítica à controvérsia da apreensão dos cinco navios brasileiros mostra o caráter irônico e humorístico dos escritores, que, apesar de não se protegerem através do anonimato, não mediam esforços para apontar as falhas de Christie. Nessa mesma publicação há uma caricatura de Christie, feita por Fleiuss, na qual o diplomata está em cima de um barril de pólvora, segurando uma bomba acesa, na qual está escrito “Direito das Gentes”, rodeado por um grupo de pessoas, enquanto profere, de forma em que parece estar alcoolizado, o seguinte diálogo:

“– Christie audi nos...

– Si, yes, mim agora ouve povo brasileiro, porque vi ter razão e fala direito, e conhece que mim gosta mais de nota de banco que de nota diplomática. Se vossê [sic] fala sempre comiga assim, eu estar sempre sua amiga de vossê, porque mim não gosta de briga. Escuta: outro dia Jonatas manda mim plantar batata, e eu responde manda Jonatas plantar algodão: Jonatas fica furiosa e quer logo briga comiga: mas John Bull correr para Petropole, tomar fresca na sua cabeça. Quando pode ouvir tinir dinheiro, John Bull não faz tinir espada.”

Figura 3 - O embaixador sobre um barril de pólvora prestes a explodir.



— Christ! amé nos.....
— Si, yes, mim agora ogvo povo brasileiro, porque vé que ter razão e falla direita, e conhecer que mim gosta mais de nos: de
bancos que de nota diplomatie. Se vossé falla sempre comiga assim, eu estar sempre sua amigo de vossé, porque mim no gosta de
briga. **Escuta:** outra dia Jonathan mandar mim planta batatas, e eu responde manda Jonathan planta algodão; Jonathan ficar
furioso, e quer logo briga comiga; mas John Bull manda John Bull correr para Petropolis tomar fresca e sua cabeça. Quando pode ouve tinar di-
abaira, John Bull no faz tirar espada.

Fonte: Fleiuss, Henrique. Semana Illustrada, Rio de Janeiro, 18 jan. 1863, ano 3, nº 1106.

Em suma, é possível observar, através do posicionamento de certos meios de comunicação da época, a forma como a imprensa foi uma ferramenta importante na promoção de debates políticos

6. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bi-b=702951&pagfis=882>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

em espaços informais, como as praças e tavernas nas quais os jornais eram lidos em conjunto, e na conseqüente maior disseminação das notícias e decisões políticas. Dessa forma, pode-se afirmar que, tendo em vista que o Brasil passava por um processo de formação de uma identidade nacional, passar por conflitos diplomáticos com a maior potência do mundo foi importante para fortalecer o sentimento patriótico dentre a nação, a partir da ideia de um inimigo externo comum (Cruz, 2014).

5. CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise do nacionalismo brasileiro sob a perspectiva da sociedade agro-letrada de Gellner e do papel da imprensa no contexto das tensões diplomáticas com a Inglaterra permite compreender as complexidades do processo de formação da identidade nacional brasileira e os reflexos que essa formação produz na questão Christie: o nacionalismo é observado como uma resposta para lidar com uma ameaça externa em um período onde o Império começa a sua derradeira caminhada ao fim.

Denota-se a falta de uma identidade coesa de “povo” e a forte presença da classe dominante, composta por senhores de terra e escravos, moldaram a busca pela independência, restrita aos interesses dessa elite, mas é inegável que a mídia possuiu um papel crucial de convencimento e galvanização das massas para consolidar apoio popular tanto à figura do Imperador quanto à idéia de nação brasileira. A Revolução Industrial, as mudanças na estrutura econômica brasileira e as relações com a Inglaterra influenciaram a evolução desse nacionalismo e tortuosas relações com os ingleses foram pautadas desde o início por esse interesse econômico que descambou no agravo que foi a questão Christie, denotando possivelmente a influência da memória histórica do processo de independência que acentua-se ao lidar com grandes potências européias durante o segundo reinado.

A imprensa desempenhou um papel fundamental na propagação de discursos com teor nacionalista durante a questão Christie, no estímulo de críticas e debates políticos. Os jornais, lidos coletivamente em praças e tavernas, desempenharam um papel de mobilização da opinião pública, exaltando a soberania brasileira, criticando a Inglaterra e contribuindo para a construção de um sentimento de unidade nacional. Através de charges, caricaturas e

textos irônicos, a imprensa questionou as ações diplomáticas britânicas e enfatizou unidade através da mobilização de sentimentos como a coragem e o heroísmo do povo brasileiro diante das ameaças externas, caracterizando-se no esquadro do nacionalismo virulento de Bieber.

6. REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ace/atas5-terceiro_conselho_de_estado_1857-1864.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024

IGLÉSIAS, F. [s.l: s.n.]. **Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado (1865-1867)**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023

FLEIUSS, Henrique. **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro: 25 de Janeiro de 1863. Ano 3, nº 110, p 882. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pagfis=887>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

FLEIUSS, Henrique. **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro: 18 de Janeiro de 1863. Ano 3, nº 111, p 882. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pagfis=882>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Fig. 1 - Blog Diário Imperial. Especial Dom Pedro II: Popularidade. Disponível em: <<http://odiarioimperial.blogspot.com/2016/12/especial-dom-pedro-ii-popularidade.html>>. Acesso em 4 de junho de 2024.

Fig. 2- Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1863, ano 3, nº 110, p. 878.

Fig. 3- Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1863, ano 3, nº 111, p. 882.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. **Jornais e periódicos no século XIX**. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivo-nacional/pt-br/assuntos/jornal-e-periodicos-no-seculo-xix>>. Acesso em: 28 maio de 2024.

BALDAN, Augusto. **A política externa do Brasil Império e o território nacional**. p. 95-95. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168533/Monografia%20do%20Guilherme%20Augusto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 ago. 2023

BARBOSA, P. H. B. **As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal. Em Tempo de Histórias**, n. 24, 30 ago. 2014. Acesso em: 11 ago. 2023

BIEBER, Florian. **Nações e Nacionalismos: uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos**. São Paulo: Editora Contexto, 2023. Acesso em: 13 ago. 2023

CARVALHO, J. D. A. C. DO L. **O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831**. Revista HEERA, p. 95-114, 2012. Acesso em: 12 ago. 2023

CARVALHO, J. D. A. C. DO L. **“PARA BRITÂNICO LAMENTAR”? AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E INGLATERRA E A LEI DE 1831**. Revista Sociais e Humanas, v. 27, n. 3, p. 09-17, 2014. Acesso em: 12 ago. 2023

CEL, V. et al. **A QUESTÃO CHRISTIE -1861/1865**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/A%20QUEST%C3%83O%20CHRISTIE%201861-1865%20A.p df>>. Acesso em: 13 ago. 2023

CRUZ, Geison Siqueira Tavares da. **A Questão Christie e a anglofobia na imprensa fluminense**. 2014. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)–Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. Disponível em: <http://rima.im.ufrjr.br:8080/jspui/handle/1235813/3290>. Acesso em 08 ago. 2023.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2006.

GELLNER, Ernest. **O advento do Nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe**. Gopal Balakrishnan (org). Um mapa da questão nacional. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GRAHAM, Richard. **Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863**. Revista da USP, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/121593/118496>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**. São Paulo: Paz, 2012. Acesso em: 10 ago. 2023.

MENDONÇA, Renato. **Um Diplomata na Corte da Inglaterra**. Brasília. Senado Federal, 2006. Acesso em: 10 ago. 2023.

PAULA, Pedro Augusto Oliveira de. **Elementos do Desenvolvimento do Nacionalismo Brasileiro no Império**. Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política como exigência do curso de Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Nascimento. Brasília, 2016.

RAJA GABAGLIA, R. **Tratados internacionais e políticas de potência: Império Brasileiro (1844-1889)**. 2012. Rio de Janeiro. p 14-16. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/282/254>>. Acesso em: 13 ago. 2023

RÉ, H. A. **Um agente do Império brasileiro em Londres: William Henry Clark e o fim da política da escravidão saquarema**. Antíteses, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 727-748, 2019. DOI: 10.5433/1984-3356.2018v11n22p727. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/34058>. Acesso em: 13 ago. 2023.

REIS, Diogo Alves. **Além do “para inglês ver”: as relações entre Brasil e Reino Unido (1861-1889)**. 2020. 188 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/40471>. Acesso em: 13 de ago. 2023.

ROCHA, Denise. **A Questão Christie(1861-1863) e o rompimento das relações diplomática entre o Brasil e a Grã-Bretanha: ECO NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE(1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA**. Cap 20. O Brasil dimensionado pela História. Editora Atena. 2019. Acesso em: 16 ago. 2023

SINÉSIO, D. **A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras. (1862-1865)**. 2013. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1698.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2023

SODRÉ, Nelson. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

TELLES, Angela. **Desenhando a nação**. Revistas ilustradas no Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Funag, 2010

YOUSSEF, A. E. **Questão Christie em perspectiva global**. *Revista de História*, n. 177, p. 01-26, 4 dez. 2018. Acesso em: 16 ago. 2023

UMA LEITURA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO PÓS

COLONIALISMO: A inversão nos discursos da política externa brasileira para a África de Jânio Quadros e João Goulart para Castelo Branco

A READING OF BRAZILIAN FOREIGN POLICY FROM THE PERSPECTIVE OF POST COLONIALISM: The inversion in the discourses of Brazilian foreign policy towards Africa from Jânio Quadros and João Goulart to Castelo Branco

UNA LECTURA DE LA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA DE LA PERSPECTIVA DEL POSCOLONIALISMO: La inversión en los discursos de la política exterior brasileña hacia África de Jânio Quadros y João Goulart a Castelo Branco

Júlia Davi Chagas Correa ¹

Lívia Beatriz de Barros²

Maria Silveira Bueno Ferreira de Sousa ³

Nataly Mayla de Sá Barbosa da Silva⁴

Recebido em: 24 de novembro de 2023

Aceito em: 15 de maio de 2024

1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: juliadavi@live.com

2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: livia.ferreira0517@gmail.com

3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: masbfs@gmail.com

4. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: natalymayla@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe-se a realizar uma análise de discurso, a partir de uma perspectiva pós-colonial, respaldada pelos pressupostos apresentados por Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Silvio Almeida, Abdias do Nascimento e Homi K. Bhabha. Neste sentido, a proposta é explorar a inversão da política externa brasileira para África, partindo de 1961, com o governo de Jânio Quadros e João Goulart, até 1967, com o fim do governo de Castello Branco. Para isso, pretende-se investigar os discursos proferidos pelos presidentes listados, bem como as medidas adotadas em seus governos para o continente africano. Desse modo, a análise será feita tendo como base uma pesquisa documental e bibliográfica, além dos parâmetros de análise de discurso de política externa estabelecidos por Lene Hansen.

Palavras-chave: Política Externa Independente; África; colonialismo; racismo.

ABSTRACT

This article proposes to accomplish a discourse analysis, from a post-colonial perspective, supported by the assumptions presented by Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano,

Silvio Almeida, Abdias do Nascimento and Homi K. Bhabha. In this sense, the proposal is to explore the inversion of Brazilian foreign policy towards Africa, starting from 1961, with the government of Jânio Quadros and João Goulart, until 1967, with the Cas-

tello Branco government. For this, we intend to investigate the speeches given by the presidents listed, as well as the measures adopted by their governments for the African continent. Therefore, the analysis will be based on documentary and bibliographical research, in addition to the foreign policy discourse analysis parameters established by Lene Hansen.

Key-words: Independent Foreign Policy; Africa; colonialism; racism

RESUMEN

Este artículo se propone realizar un análisis del discurso, desde una perspectiva poscolonial, sustentado en los supuestos presentados por Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Silvio Almeida, Abdias do Nascimento y Homi K. Bhabha. En este sentido, la propuesta es explorar la inversión de la política exterior brasileña hacia África, a partir de 1961, con el gobierno de Jânio Quadros y João Goulart, hasta 1967, con el fin del gobierno de Castello Branco. Para esto nos proponemos investigar los discursos pronunciados por los presidentes enumerados, así como las medidas adoptadas por sus gobiernos para el continente africano. Así, el análisis se basará en investigaciones documentales y bibliográficas, además de los parámetros de análisis del discurso de política exterior establecidos por Lene Hansen.

Palabras-chave: Política exterior independiente; África; colonialismo; racismo

INTRODUÇÃO

Com foco no período de 1961 a 1967, o presente artigo busca analisar comparativamente os discursos da política externa brasileira para África durante os governos de Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco. Com o auxílio de conceitos da teoria pós-colonial, como as percepções acerca de dominação e desigualdade apresentadas por Boaventura (2001) e Quijano (2005), as questões raciais e sociais pontuadas por Silvio Almeida (2018) e Abdias do Nascimento (1978) e a construção binária e ambivalente de identidade proposta por Bhabha (1987), visa-se examinar os elementos que aproximaram e/ou distanciaram o Brasil da África.

Em primeira análise, ilustraremos as medidas adotadas pela Política Externa Independente (PEI), instituída por Jânio Quadros e mantidas, após sua renúncia, por João Goulart, orientado pelo plano de aproximação com o continente africano, a partir da instrumentalização da política externa como um mecanismo contra o colonialismo e o racismo (Saraiva, 1993). Posteriormente, traçaremos as medidas adotadas pela Política Externa Interdependente, estabelecida por Castelo Branco, após o Golpe Militar de 1964, que seguiu uma linha de cooperação com os Estados Unidos, somado ao tradicional apoio a Portugal. Assim, em contraste aos dois governos anteriores, Castelo Branco afastou-se da questão colonial e de quaisquer movimentos pela independência das colônias africanas (Bueno; Cervo, 2015).

Neste contexto, a fim de promover a discussão que se propõe, este artigo se baseará na metodologia de pesquisa documental e bibliográfica, respaldos, principalmente, por Bueno e Cervo (2015), Lessa e Oliveira (2014) e Saraiva (1993). Além da análise de discursos, baseado nos parâmetros de política externa, linguagem e identidade estabelecidos por Lene Hansen (2006). Para a autora, os discursos são ferramentas políticas formadoras de identidade, e esta é caracterizada como produtora e produto de uma política externa específica, articulada de acordo com os interesses de um Estado.

FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO, DESIGUALDADE E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO BRASIL SOB ALENTE PÓS-COLONIAL

A presente seção tem o intuito de expor os conceitos e concepções de estudiosos da teoria pós-colonial, bem como, abordar teóricos clássicos da formação da estrutura social e do pensamento brasileiro. Inicialmente, partindo de autores como Aníbal Quijano (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2001), expõe-se a perpetuação de práticas e discursos que reproduzem e mantêm as relações de dominação e desigualdade. Em diálogo a isso, será utilizado das obras de Silvio Almeida (2018) e Abdias Nascimento (1978), para verificar as sequelas de uma formação histórica e cultural hierárquica, desigual e racista em um país vítima da colonização, o Brasil. Por fim, será discorrido sobre o papel da identidade, sob a lente crítica pós colonial, na interação entre os Estados. Para isso, aprofun-

daremos nos estudos de Homi K. Bhabha (1987), autor que aborda o binarismo entre “Eu” e o “Outro”, o Hibridismo, o Terceiro Espaço e a ambivalência entre dois valores na formulação do outro colonizado, compreendendo as dinâmicas complexas na formulação das identidades pós coloniais.

A permanência de uma sociedade racialmente e socialmente desigual: uma condição herdada e mantida após o jugo colonial

Para Boaventura de Sousa Santos (2001), a teoria pós-colonial das Relações Internacionais, a fim de reivindicar o espaço de direito das narrativas dos povos colonizados, busca, acima de tudo, desconstruir a narrativa colonial escrita pelo colonizador. Intrínseca a esta teoria, está a magnitude em reconhecer a constituição mútua e o estabelecimento do binarismo entre “Eu” enquanto colonizador e “Outro” enquanto colonizado na formação das relações de poder como conhecemos hoje. Isto é, cabe à teoria pós-colonial denunciar a perpetuação de discursos, práticas, representações e relações políticas presentes na modernidade que não se findaram após a independência do jugo colonial, mantendo o jogo de poder e dominação em diversos aspectos (Quijano, 2005). Dito isso, a teoria pós-colonial pode traduzir-se

[...] em um conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex potência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc (Santos, 2001, p. 99).

Para além disso, é importante ressaltar que a perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global, foi responsável, ainda, por propagar todas as formas de racismos contidas no discurso colonial. Desse modo, em sua obra “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”, Aníbal Quijano argumenta que a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado, com uma sociedade hierarquizada em colonizadores e colonizados e fundamentado na ideia de raça. Além disso, aborda o papel da hegemonia eurocêntrica em submeter as populações dominadas à sua definição de conhecimento, transferindo, assim, a colonialidade do poder para a dimensão do conhecimento. Nas palavras do autor,

Não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 126).

Concomitante a isso, elabora acerca da capacidade da democratização e da cidadania de atuarem como ferramentas de promoção de igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais. Em outros termos, considera que o moderno Estado-nação como conhecemos hoje, é organizado politicamente e implica na existência de instituições modernas de cidadania política. Isto é, é necessário que haja uma mínima democratização do controle político, ideológico e social para a criação de uma identidade nacional.

Entretanto, considera que o Estado-nação, além de ser uma estrutura de poder, é produto do poder. Deste modo, o autor sublinha que a sociedade é uma estrutura de poder parcial ou total, que expõe a prevalência de certo grupo sobre os demais (Quijano, 2005). Isto é, em sua configuração, é impossível ignorar as disputas por “controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 130). Em vista disso, argumenta que mesmo após a independência dos Estados, especialmente, no caso do Brasil que trataremos posteriormente, as sociedades coloniais lideradas, ou por assim dizer, dominadas, por uma pequena minoria branca não compartilhavam, e, ainda não compartilham, dos mesmos interesses políticos e sociais dos povos indígenas, de negros e ou mestiços.

Além disso, para Silvio Almeida (2018), advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, nasceu de uma condição histórica herdada das lógicas de discriminação de raça. Desse modo, pode projetar-se por meio de práticas conscientes e inconscientes que geram desvantagens ou privilégios a depender do grupo racial a que esses indivíduos pertençam (Almeida, 2018). Com isso, avalia-se que o racismo está presente na estrutura da sociedade e possui elementos sociais, políticos, históricos e culturais. Para Almeida, a ideologia racista está intrínseca ao inconsciente coletivo de diversas maneiras, seja na naturalização de desigualdades, na transformação da cultura

afrodescendente em algo exótico, ou na marginalização e difícil ascensão da população negra na sociedade brasileira.

E, embora deva ser considerado o papel do indivíduo na propagação dos preconceitos, o autor sublinha a capacidade das instituições e de suas práticas de moldar e difundir as ações e comportamentos desses indivíduos. Assim dizendo, o autor considera que essas instituições – conjunto de normas que são parte da sociedade e derivadas dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social – promovem a criação e estabelecimento de juízos de valores, como, por exemplo, o racismo (Almeida, 2018). Como também, manifestam discriminações de gênero, de cor e sexual, principalmente, pois, as instituições podem ser consideradas a materialização do Estado (Almeida, 2018).

Em complemento a isso, em sua obra, “O Genocídio do Negro Brasileiro”, Abdias do Nascimento considera que a organização governamental brasileira, suas leis e forças, estão desde muito tempo sob a tutela das classes dominantes brancas. Não obstante, possuem o monopólio do “controle social e cultural: do sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas - a imprensa, o rádio, a televisão- e a produção literária” (Nascimento, 1978, p. 93). E, não são usados apenas como instrumentos a serviço das classes poderosas, mas como interrompem a condução da cultura africana e obscurecem a sua herança e legado. Assim,

A assimilação cultural é tão efetiva que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas (Nascimento, 1978. p. 94).

Em suma, embora os valores culturais africanos estejam presentes no Brasil desde a colônia, a sua expressão é desvalorizada ao olhar de um grupo prevalecente, em meio a uma luta de interesses que se contrapõem. Nesse sentido, observa-se a permanência do colonialismo na socialização e na construção de uma mentalidade discriminatória e severa a determinados indivíduos que não pertencem ao grupo social dominante. Especialmente com a falta de representação de outras identidades culturais nas instituições brasileiras e no sistema governamental.

A formação da identidade sob a abordagem crítica da teoria pós-colonial de Homi K. Bhabha

No que tange os estudos da Teoria Pós-colonial, é necessário evidenciar a complexidade e fluidez desse tema em um contexto que transcende as barreiras geográficas. A teoria oferece uma lente crítica para a análise das identidades que são moldadas por experiências de colonização e resistência. Ademais, ao examinar as narrativas pós-coloniais, entende-se que as identidades são construídas pelo encontro de diferentes discursos culturais e históricos em um processo contínuo de negociação entre as ambiguidades e multiplicidades que surgem dessas interações. Dessa forma, buscamos compreender as dinâmicas complexas e fluidas que as identidades se formam.

Neste contexto, cabe ressaltar que a identidade na abordagem pós-colonial, a partir da interação com o outro, permite o sentimento de pertencimento coletivo (Rocha, 2015), ou seja, a ideia de fazer parte de um grupo maior promove maior facilidade nas relações entre os Estados por meio da identificação. Para melhor conceituação, apoiaremos nos estudos críticos de Homi K. Bhabha (1987), aprofundando no binarismo entre “Eu” e o “Outro”, mencionado na seção acima. Destarte, entende que o Outro é caracterizado por aquilo que é percebido como diferente, estranho, de forma depreciativa em relação à identidade colonizadora. O autor afirma:

O lugar do Outro não deve ser pensado, como Fanon algumas vezes sugere, como um ponto fenomenológico fixo, oposto ao Ser, e que representa uma consciência cultural alienada. O Outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial (Bhabha, 1987, p. 120 *apud* Sá, 2008, p. 23).

Isto posto, Bhabha (1985) compreende que a construção do “Outro” é fundamentalmente a negação - cabe ressaltar que a negação não é uma exclusão total, mas sim um contraste que define a identidade em questão - ou o oposto de uma identidade primordial, ou seja, é essencial para definir ou diferenciar as identidades. Dessa forma, o “Outro” não é entendido de uma forma isolada, e que o binarismo em relação ao “Eu” é essencial para a construção de significado. Salienta-se, entretanto, que “Eu” e o “Outro” não são categorias estáticas no processo de interação.

Neste contexto, o conceito de ambivalência desenvolvido por Homi K. Bhabha (1990) está intrinsecamente relacionado à construção do “Outro”. As identidades são formadas em um espaço am-

bivalente, ou seja, que carrega em si dois valores ou poderes contrários de interação entre culturas colonizadoras e colonizadas, ou seja, dois opostos incompatíveis de diferenças incomensuráveis. Na mesma linha, as representações do “Outro” são simultaneamente imitativas e subversivas, o qual o “Outro” é frequentemente representado de maneira mimética, ou seja, a cultura colonizada imita a cultura colonizadora, cabe ressaltar que a mímica é utilizada como uma estratégia do poder e do saber colonial.

O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da singularidade significativa do “outro” que resiste totalização - uma repetição que não retornará como o mesmo, o menos na origem que resulta em estratégias políticas e discursivas onde o ato de acrescentar não finaliza a soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e conhecimento, produzindo outros espaços para uma produção de sentido subalterna (Bhabha, 1990, p. 312 *apud* Sá, 2008, p. 27).

Através do conceito de ambivalência, oferece uma lente única para compreender as dinâmicas complexas das identidades pós-coloniais. Desta forma, em “O Local da Cultura”, Homi K. Bhabha desenvolve conceitos como o Hibridismo e o Terceiro espaço. O conceito do Hibridismo estabelece que as identidades são formadas a partir da interação com outras identidades, isto é, “formadas pela interação de culturas entre si, interação essa que contesta as bases formadas anteriormente e traz mudanças constantes para ambas as identidades que interagem” (Costa, Toledo, 2020, p. 204). Além disso, Bhabha (1998) afirma que a hibridização não é algo tangível, mas sim uma forma de conhecimento, ou seja, é uma abordagem fundamental que se aplica ao entendimento do mundo.

A hibridização não é algo que existe por aí, não é algo a ser encontrado num objeto ou alguma entidade mítica “híbrida” - trata-se de um modo de conhecimento, um processo para entender ou perceber o movimento de trânsito, ou de transição ambígua e tensa que necessariamente acompanha qualquer tipo de transformação social sem a promessa de clausura celebratória, sem a transcendência das condições complexas, conflitantes, que acompanham o ato da tradução cultural (Bhabha, 2000 (b) *apud* MENEZES de SOUZA, s/d, p. 1 *apud* Oliveira, 2012, p. 115)

Ademais, o hibridismo vai além de descrever a interação entre culturas, resultando em modificações mútuas. Ele também implica na emergência de um Terceiro Espaço, que se caracteriza por in-

corporar simultaneamente elementos de ambas as culturas, sem se vincular necessariamente a nenhuma delas (Costa; Toledo, 2020). Tal categoria é apontada pelo autor como um local de encontro e interação cultural, onde diferentes influências e identidades se misturam e são negociadas. É um espaço de diálogo, onde as fronteiras culturais são contestadas e reconstruídas.

Além disso,

A intervenção do Terceiro Espaço, que torna a estrutura de significado e referência um processo ambivalente, destrói o espelho da representação, onde conhecimento cultural é continuamente revelado como um código integrado, aberto, expansivo. Tal intervenção desafia abertamente nosso senso de identidade histórica da cultura como uma força simultaneamente homogeneizante e unificadora, autenticada por um Passado originário, mantido vivo na tradição nacional de “nós, o Povo”. [...] É esse Terceiro Espaço, embora não-representável em si mesmo, que constitui as condições discursivas da enunciação e que assegura aos significados e símbolos da cultura uma falta de unidade primordial ou fixidez; ou seja, que até esses mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historiados e lidos de novo (1988, p. 21, *apud* Sá, Luís, 2008).

É o Terceiro Espaço que, embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo. [Neste espaço está-se livre para] negociar e traduzir suas identidades culturais na temporalidade descontínua, intertextual, da diferença cultural (Bhabha, 1998, p. 67-68).

Para o autor, o “Terceiro Espaço” é um conceito que representa um espaço de interação e negociação onde as culturas se encontram. Em acréscimo a isso, a passagem destaca a ideia de que os signos culturais e símbolos não têm uma unidade primordial ou fixidez intrínseca, e podem ser apropriados, traduzidos, re-historiados e reinterpretados em contextos diversos, desafiando assim a ideia de uma identidade cultural monolítica (Bhabha, 1998). Outrossim, é nesse espaço que as minorias excluídas podem negociar, e que nessa negociação antagônica retrata o processo de interpretação cultural que resulta na manifestação de diferenças.

O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da singularidade signi-

ficante do “outro” que resiste totalização - uma repetição que não retornará como o mesmo, o menos na origem que resulta em estratégias políticas e discursivas onde o ato de acrescentar não finaliza a soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e conhecimento, produzindo outros espaços para uma produção de sentido subalterna (Bhabha, 1990, p. 312 *apud* Sá, 2008, p. 27).

Em suma, a perspectiva de diferença cultural, conforme articulada pelo autor, destaca a impossibilidade de totalização do conhecimento quando confrontada com a singularidade significativa do “outro”. Este enfoque desafia a ideia de uma soma estática de conhecimento, revelando que a adição de perspectivas culturais distintas não resulta em uma totalidade homogênea. Dessa forma, abre espaço para a emergência de significados subalternos, promovendo a produção de sentidos alternativos que resistem à simplificação e à totalização. Assim, a diferença cultural não apenas enriquece o campo do conhecimento, mas também desafia as dinâmicas de poder, fomentando uma compreensão mais complexa e inclusiva das diversas manifestações culturais.

A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA ÁFRICA: GOVERNOS DE JÂNIO QUADROS, JOÃO GOULART E CASTELO BRANCO

Com o auxílio principal das obras de Bueno e Cervo (2015), Lessa e Oliveira (2014) e Saraiva (1993), a presente seção busca abordar as dinâmicas da política externa brasileira de 1960 a 1967. Partindo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, que estabeleceram a Política Externa Independente, direcionado por princípios como a autonomia e o pragmatismo, a autodeterminação dos povos, a luta contra o colonialismo e o subdesenvolvimento, e a manutenção da paz, de 1961 a 1964. Além desta, será apresentada a Política Externa Interdependente, instituída durante o primeiro governo militar, pelo general Humberto de Alencar Castello Branco. Esta, tinha como objetivo a aproximação com os Estados Unidos e Portugal, bem como o afastamento das questões coloniais e das lutas por independência e desenvolvimento. Desse modo, pretende-se expor, a partir da conduta adotada por cada presidente, a relação e os discursos estabelecidos na política externa brasileira para África.

A Política Externa Independente e a sensibilidade ao passado colonial apresentada nos discursos de Jânio e Jango

A Política Externa Independente (PEI) constituída por Jânio Quadros e seu chanceler, Afonso Arinos de Melo Franco, e mantida, posteriormente, por João Goulart e San Tiago Dantas, seguiu, segundo Bueno e Cervo (2015), uma nova diretriz para a política internacional do Brasil. Esta, provém de um conjunto de ideias direcionadas, principalmente pela autonomia e o pragmatismo, “pois buscava pelos interesses do país sem preconceitos ideológicos; e [...] adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil” (Bueno; Cervo. 2015, p.332).

Com a conjuntura bipolar do sistema internacional e a onda de independências nos países afro-asiáticos, a PEI, instituída em 1961, foi diretamente influenciada pela Conferência de Bandung, realizada em 1955. Nesta ocasião, as nações recém-independentes se colocaram em oposição ao alinhamento automático ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e ao bloco comunista, liderado pela União Soviética, criando um grupo de países “não-alinhados”. Estes, enxergavam qualquer alinhamento como uma tentativa de neocolonialismo (Amado, 1996). Sob essa perspectiva, a independência da política externa, na visão de Jânio, se estendia em uma maior maleabilidade na condução das relações internacionais e na expansão de parcerias econômicas, políticas e culturais com os Estados do Terceiro Mundo, ao invés de uma aliança integral com alguma superpotência (Lessa; Oliveira, 2014).

No entanto, é importante ressaltar, que mesmo sem um alinhamento automático, a PEI manteve as relações tradicionais com os Estados Unidos. Contudo, retomou relações com o Oriente, ampliando as trocas comerciais e políticas com o bloco comunista. Além disso, a política exterior do Brasil lutava contra o subdesenvolvimento e o colonialismo nas nações do cone-sul; buscava a expandir o mercado internacional brasileiro; prezava pela não intervenção e autodeterminação dos povos; pretendia diminuir as tensões e manter a paz no sistema internacional; além de ampliar as das relações entre o Brasil e as nações afro-asiáticas (Bueno; Cervo, 2015). De acordo com Cervo e Bueno (2015), o Brasil deveria ser o elo de ligação entre a África e o Ocidente, sustentando os movimentos de descolonização que se espalharam pela África e pela

Ásia. Em discurso ao Congresso Nacional, Jânio ressaltou que “Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, [...] que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, [...] sem exceção, atinjam sua independência” (Brasil, 1961).

Os 15 princípios da PEI mostravam-se abrangentes, o que incluía tanto o respeito à tradicional posição do Brasil e o compromisso com o “Ocidente” quanto à abertura para o comércio com todos os países, incluindo os socialistas, e o apoio ao anticolonialismo. Sua força advém do mito de uma política exterior que conciliava a luta contra o subdesenvolvimento com a defesa de interesses comuns ao Brasil e às nações africanas e asiáticas, ao lado da fidelidade ao sistema interamericano e à democracia (Lessa; Oliveira, 2014. p. 129).

Como sucessor de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros tinha a responsabilidade de sanar certos déficits deixados pelo governo anterior. Segundo Bueno e Cervo (2015), JK tentou estabelecer um Plano de Metas que, ao final do seu mandato, não teve o sucesso esperado. Com a alta emissão de papel-moeda e o aumento da dívida externa deixados pelo projeto de industrialização de JK, Quadros e Afonso Arinos precisaram articular uma política externa que possibilitasse alívio econômico ao Brasil (Pires, 2010). Assim, a ampliação das relações com o Oriente, vinham, não só da influência de Bandung, mas também da necessidade de aumento do mercado internacional brasileiro. Bueno e Cervo (2015) apontam que “Quadros não perdia de vista o aumento do mercado para a produção brasileira” (Bueno; Cervo, 2015, p.342). Dessa forma, buscaram estabelecer laços comerciais mais estreitos com nações socialistas e afro-asiáticas, reconhecendo o potencial de crescimento econômico e as oportunidades de intercâmbio comercial.

Além disso, é importante ressaltar que o seu discurso acerca das diretrizes da política externa também abordava a importância da soberania e do respeito à identidade cultural e política de todos os povos, contribuindo para uma visão de solidariedade internacional e apoio à descolonização, principalmente, no continente africano. Segundo Saraiva (1993), Afonso Arinos foi essencial na instrumentalização da política externa contra o colonialismo e o racismo, dado seu histórico na luta racial do Brasil. Em 1951, a Lei 1390/51, popularmente conhecida como Lei Afonso Arinos, foi promulgada por Getúlio Vargas, caracterizando-se como a primeira lei nacional

que criminalizava a discriminação racial (Saraiva, 1993). Dessa forma, Arinos era um símbolo fundamental para a consolidação das relações com a África, reconhecendo o direito dessas nações de se libertarem do jugo colonial e de buscarem seu próprio desenvolvimento. Assim, ainda em seu discurso ao Congresso Nacional, Quadros afirmou que

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas. (Brasil, 1961).

Como pontuado em seu discurso de posse,

[...] O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou. Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais, que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso. Fiel à sua origem, às suas tradições, às suas tendências, à sua geografia, a nação não esquece, antes solenemente ratifica, todos os seus compromissos legais e genuínos. Abrimos nossos braços a todos os países do continente (Brasil, 1961).

Com a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, popularmente conhecido como Jango, tomou posse da presidência. Goulart e seu chanceler, San Tiago Dantas, conservaram a tendência de independência nas relações internacionais, entretanto mais alinhados às forças populares de esquerda, possuindo um diferencial em relação à política de Quadros, a reforma social. Dessa forma, segundo Saraiva (2007), Goulart manteve o equilíbrio dos interesses domésticos com a justiça social e a participação popular, promovendo reformas agrárias e laborais que visavam a superação das desigualdades históricas e da superexploração vivenciada pelos trabalhadores. Além disso, entendia a importância de ressaltar o passado colonial brasileiro, apoiando os movimentos anticoloniais no continente africano, acirrando vínculos com países como An-

gola e Moçambique. Nesse contexto, Goulart ressaltou em seu discurso na Sessão de Instalação da LI Conferência Interparlamentar

Não tenho dúvida em afirmar que o sentimento coletivo brasileiro louva a iniciativa desta Conferência, no sentido de fixar princípios e procedimentos para abreviar a aplicação da Declaração das Nações sobre a outorga da independência aos países e aos povos coloniais. A mancha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional. (Brasil, 1962).

Neste contexto, Goulart promoveu iniciativas para estabelecer acordos comerciais e de cooperação técnica e cultural, visando o desenvolvimento conjunto e a solidificação de relações bilaterais com os países africanos. Essas ações, representaram uma tentativa significativa de posicionar o Brasil como um parceiro engajado e solidário no processo de emancipação e crescimento da África. Dessa maneira em seu pronunciamento no almoço oferecido no Palácio do Alvorada a U Thant, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, João Goulart afirmou que

Esteja Vossa Excelência convencido de que o Governo brasileiro, expressando o profundo sentimento nacional, está disposto a empenhar-se sem vacilação pela libertação dos povos de toda e qualquer forma de opressão política ou econômica, e há de atuar, nas relações internacionais, para que prevaleçam no mundo as liberdades democráticas, e para que a voz do povo decida sempre da sorte dos governos (Brasil, 1962).

Nesse sentido, o Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, enfatizou que o Brasil, em seus “compromissos de Nação pacífica, desejosa de manter universais relações de amizade”, confirmando que as diretivas do governo anterior continuaria, aumentando “a área de convivência internacional” e “restabelecendo comunicações com povos cujo regime difere do nosso pela filosofia que o inspira” (Brasil, 1961, p.116-127). No entanto, é importante salientar que as políticas de Jango, juntamente com sua chancelaria, se chocaram fortemente com os interesses das elites econômicas e militares do Brasil, por ressaltarem tendências sociais, associadas, diretamente, com as propostas de reformas, que movimentariam a estrutura da sociedade. Além disso, ao longo de seu governo, Goulart teve desentendimentos com os Estados Unidos.

Segundo Bueno e Cervo (2015), os Estados Unidos demonstraram aversão à figura de João Goulart, associando seus ideias reformistas com o comunismo. Para os norte-americanos, o capital privado estadunidense estaria ameaçado devido às estratégias brasileiras de estatização. De acordo com John Kennedy, presidente dos EUA na época, o Brasil estaria fazendo uma má administração dos empréstimos estadunidenses, sendo o plano econômico de Goulart e de sua equipe ineficiente. Ademais, houve, neste momento, uma aproximação entre os militares brasileiros e os norte-americanos, um espírito de solidariedade e o fornecimento de suporte naval, caso fosse necessário, para a consolidação do golpe (Bueno; Cervo, 2015).

Desse modo, com a insatisfação da elite nacional e com as acusações norte-americanas, a política brasileira entrou em crise, fomentando o que viria a ser o Golpe Militar de 1964. Este golpe, pôs fim ao governo de João Goulart e estabeleceu uma nova orientação nas relações internacionais do Brasil (Saraiva, 2007). Sendo assim,

Não existem provas quanto à participação do governo norte-americano nos acontecimentos que puseram fim ao mandato de Goulart, em março/abril de 1964. Mas não há dúvida de que acompanhou todo o desenrolar da crise, que estava alinhado aos conspiradores e - o mais importante - que organizou uma força-tarefa para atuar nas águas brasileiras com a finalidade de dar apoio aos revoltosos, fornecendo-lhes armas, munições, combustíveis e lubrificantes, se necessário (BUENO; CERVO, 2015, p. 389).

A Política Externa Interdependente e o discurso de afastamento da África

Com o Golpe Militar de 1964, a política externa brasileira foi realinhada. Em contraposição a Política Externa Independente, instituída por Jânio Quadros e mantida por João Goulart, o general Humberto de Alencar Castello Branco, juntamente com seu Chanceler Vasco Leitão da Cunha, estabeleceu a Política Externa “Interdependente”. Em discurso ao Itamaraty, Castello Branco explicou que o termo “interdependente” estaria associado, diretamente, com a dinâmica internacional. Segundo o presidente, nenhuma nação consegue se manter de forma autônoma no sistema, sendo necessário a “aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político” (Bra-

sil, 1964). Neste contexto, a nova chancelaria colocou a PEI como um desvio na conduta internacional do Brasil, sendo necessário revertê-la. Assim, segundo Bueno e Cervo (2015), Castello Branco recuperou o alinhamento com os Estados Unidos e apresentou um caráter econômico liberal, voltado para ampliação da entrada de capital estrangeiro no país. Desse modo, as novas diretrizes foram implementadas “em conformidade com a bipolaridade e o desenvolvimento associado dependente” (Bueno; Cervo, 2015, p. 400). Castello Branco enfatizou que:

A formulação de nossa política externa, norteada pelos objetivos nacionais, busca também o robustecimento do poder nacional e, em particular, o dos instrumentos que nos permitam alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social. Além desses objetivos, visamos a outro que os condiciona: a existência de paz mundial (Brasil, 1964).

Neste sentido, Leitão da Cunha rompeu com princípios “como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina” (Bueno; Cervo, 2015, p. 394). Além disso, de acordo com Paulo Fagundes Vizentini (1998), enquanto a PEI se colocava a favor do multilateralismo e da ampliação das relações entre ocidente e oriente, a nova conduta se apresentava a favor do bilateralismo, do ocidentalismo e da luta anticomunismo. Somado a isto, Castelo Branco “posicionava os países subdesenvolvidos dentro do conflito Leste-Oeste, abandonando o enfoque do antagonismo Norte-Sul” (Vizentini, 1998, p. 31). Assim, colocando-se contra ao apoio às lutas anticoloniais no continente africano e restabelecendo “laços afetivos e políticos com Portugal” (Bueno; Cervo, 2015, p. 395),

A chancelaria e a Presidência abriram fogo contra a Política Externa Independente, deturpada e sem “utilidade descritiva” em face da realidade bipolar; contra a política neutralista, que não servia a um país externamente ativo como o Brasil; contra o nacionalismo prejudicial, que afugentava o capital estrangeiro; contra a estatização, que obstruía sua penetração e com desenvolvimento da livre empresa; e contra a ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e o Ocidente, em nome do anticolonialismo (Bueno; Cervo, 2015, p. 395).

Com a aproximação entre o Brasil e o centro hegemônico, caracterizado pelas nações do Norte Global, o universalismo apresentado

na política externa anterior não se manteve. Segundo Bueno e Cervo (2015), Castello Branco comprometeu-se, quase que exclusivamente, com o ocidente, traçando uma estratégia baseada na eliminação de “atritos nas relações entre o Brasil e a potência hegemônica do bloco ocidental para viabilizar a associação dos capitais, dos mercados e da tecnologia, em harmonia com a afinidade política” (Bueno; Cervo, 2015. p. 401). Além de “enquadrar as relações interamericanas em esquema funcional - a serviço da bipolaridade - mediante a segurança coletiva e o mesmo tipo de vínculos econômicos” (Bueno; Cervo, 2015. p. 401). Desse modo, com o bloco soviético o governo brasileiro estava em conformidade, de acordo com Castello Branco, em manter uma “aproximação comercial, técnica e financeira, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica” (Brasil, 1964).

Ademais, como apresentado por José Sombra Saraiva (1993), o Brasil abandonou sua presença política crescente no continente africano, tendo em vista a política continental norte-americana e as relações com Portugal. É importante ressaltar, que o alinhamento aos Estados Unidos precedeu o Golpe, isto é, a “derrubada do governo Goulart e implantação do novo regime ocorreu com o apoio direto de Washington, apesar dos constantes desmentidos das autoridades norte-americanas na época” (Vizentini, 1998. p. 37). Neste sentido, Castello Branco negava o “alinhamento automático” aos Estados Unidos, feito, anteriormente, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). No entanto, realizou em sua política externa e interna, “quase todos os atos que os EUA” reclamaram (Vizentini, 1998. p. 37).

Já nas relações com Portugal, a chancelaria de Castello Branco era a favor da manutenção dos laços com a ex-metrópole, colocando-se em oposição à administração feita durante a PEI. Segundo Vizentini (1998), Juracy Magalhães, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a partir de dezembro de 1965, reuniu-se com diplomatas e ministros portugueses para discutir as métricas da nova relação. As negociações eram em torno de acordos culturais, comerciais e técnicos, a fim de estreitar os laços entre as nações. Além disso, Portugal esperava obter respaldo nas votações da ONU e em outros fóruns políticos e o apoio, mesmo que moral, contra Angola, Guiné e Moçambique, que recebiam amparo financeiro dos comunistas (Vizentini, 1998).

Em declaração à imprensa, Juracy Magalhães pontuou que queria “reafirmar a confiança do Brasil nos destinos eternos de Por-

tugal” (Vizentini, 1998. p. 61). Sob essa perspectiva, Eliézer Oliveira (1976) destaca que o Brasil assumiu uma postura de afastamento de grande parte das nações africanas, e tornou a diplomacia para a África portuguesa mais conservadora, além de votar favoravelmente ao colonialismo português na ONU e em outros fóruns políticos internacionais. Desse modo, para Castello Branco, o anticomunismo deveria “ser encarado como instrumento para a preservação da paz, face à inevitável ocorrência de guerras de liberação, enquanto persistir o sistema colonial” (Brasil, 1964). Entretanto,

Nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer, nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente (Brasil, 1964).

Além disso, o presidente ressaltou que “Portugal saberia resolver seus problemas na África dentro das “tradições históricas” que haviam sido transpostas para o Brasil. Segundo ele, tais tradições haviam ajudado à formação da nacionalidade brasileira até formar uma sociedade de tipo multiracial” (Brasil, 1965. p. 35 *apud* Saraiva, 1993. p. 12). Nesse cenário, o pólo de atração brasileiro “foi transferido da África Negra em favor de um diálogo separado com a África do Sul e com os interesses portugueses na região”, mantendo distante das questões coloniais e garantindo apenas laços comerciais. Segundo Saraiva (1998), em 1965, o Brasil enviou a primeira missão comercial para África Ocidental visitando nações como Libéria, Gana, Senegal, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim. Já a segunda missão, ocorreu em 1966, incluindo Moçambique, África do Sul, Angola e, novamente, Costa do Marfim e Gana.

Com o afastamento diplomático, a política externa culturalista para África, estabelecida durante a PEI, foi silenciada. De acordo com Antonio de Figueiredo (1996), na XXI Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1966, onde foi assinado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que aborda questões como a autodeterminação, a liberdade e autonomia dos Estados, o ministro Juracy Magalhães não incluiu uma palavra sobre a questão colonial em seu discurso inaugural. Dessa forma, em grande parte dos discursos proferidos pelo ministro e pelo presidente, voltados para a política externa, houve o silenciamento das relações com o continente afri-

cano. Em seus discursos, Castello Branco não abriu espaço para defesa dos direitos de autodeterminação e independência, salientando apenas o “dever optar por uma íntima colaboração com o sistema ocidental, em cuja preservação assenta a própria sobrevivência das nossas concepções de vida e dignidade humana” (Brasil, 1966).

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DISCURSOS SOB A LUZ DO PÓS COLONIALISMO

Para uma melhor compreensão da análise que se pretende fazer nesta seção, utilizaremos dos parâmetros metodológicos de análise de discurso, política externa e identidade estabelecidos por Lene Hansen (2006). Para a autora, é a partir da linguagem que as “coisas” recebem significado, atribuindo a estas uma identidade particular. Dessa forma, ao articular seus discursos como ferramenta de aproximação com a África, Jânio Quadros e João Goulart construíram uma identidade comum entre o Brasil e os países africanos. Por mais que, historicamente, o Brasil e a África possuam um passado colonial semelhante, isto é, para teoria pós-colonial, uma identidade comum moldada pelas experiências de colonização e resistência, foi a partir dos discursos que a “Ponte sobre o Atlântico” - ideia construída pelo livro do IPEA, juntamente com o Banco Mundial - foi construída. Para Lene (2006), é fundamental compreender a linguagem como política, vendo-a como um lugar de reprodução de subjetividades e identidades. Assim, os discursos são um sistema de significados justapostos, onde um elemento é valorizado ou excluído em detrimento de outro (Hansen, 2006).

Neste contexto, utilizando das principais premissas da teoria pós-colonial de Boaventura (2001) e Quijano (2005), é necessário destacar os mecanismos utilizados pelas potências colonizadoras para manter uma certa influência sobre os Estados que sofreram com a colonização, mesmo após a sua independência. Desse modo, como mencionado anteriormente, a manifestação dessas relações de poder podem ser analisadas a partir da construção e manifestação de juízos de valores, discursos e práticas conscientes e inconscientes que, não obstante, se tornam intrínsecas à estrutura social dessas ex-colônias. Assim como acontece no Brasil, visto que esses mecanismos são produzidos por instituições e forças sociais que, na verdade, deveriam atender as necessidades de uma grande massa da sociedade e não apenas uma minoria.

Dessa forma, Silvio Almeida (2018) considera que a formação desigual da sociedade brasileira, em seus aspectos raciais, econômicos e sociais, é própria de uma formação herdada por séculos de construção de um imaginário coletivo contaminado pela colonização e pautado na segregação e naturalização dessas desigualdades. Nesse sentido, semelhantemente a outros autores, Abdias do Nascimento (1978) argumenta que a organização governamental brasileira e suas instituições, há muito tempo operam a fim de obstruir a noção de qualquer origem em comum entre o Brasil e os países do continente africano. E, com isso, impedem a disseminação de um pensamento cultural que abrace qualquer elemento compartilhado entre essas duas regiões.

Todavia, com a proposição da Política Externa Independente e da busca pelo multilateralismo, a partir da aproximação com as nações afro-asiáticas e seus movimentos de descolonização, examina-se o interesse brasileiro em ser o elo entre o Ocidente e o continente africano. Neste sentido, construindo tal pretensão e discurso de política externa, Quadros afirmou que “o nosso esforço em África, [...] não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano” (Brasil, 1961). Para ele, a questão moral “justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África” (Brasil, 1961). Um movimento, que sem dúvida, abraça a proposta anticolonial de reconhecimento de um passado colonizado em comum, e aproxima-se da possibilidade de desconstruir um imaginário colonial e racista que exclui as raízes da história cultural e social brasileira.

Além disso, destaca-se a promulgação da primeira lei nacional que criminaliza a discriminação racial que, apesar de ter sido promulgada por Vargas, leva o nome de Afonso Arinos. Sob essa perspectiva, analisa-se que Arinos foi um símbolo essencial na construção da narrativa da política externa Brasil-África, principalmente, por reconhecer na África Negra o direito dos Estados de saírem da condição colonial e da necessidade de buscarem seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, ao declarar que “o colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou. Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem” (Brasil, 1961), Quadros demonstra que sua atividade política, juntamente com Arinos, foi baseada na instrumentalização da política externa contra o colonialismo e o racismo, criando o elo identitário comum entre as duas regiões.

De modo semelhante, examina-se que durante o mandato de Goulart, sua chancelaria, comandada por San Tiago Dantas, não apenas buscou a manutenção desses ideais, como também, chocou-se com os interesses dos grupos de poder do Brasil. Com a proposição de reformas sociais, agrárias e tributárias, a chancelaria buscou tratar de uma sociedade desigual, em diversas esferas, com um histórico de privilegiar uma minoria em detrimento de uma maioria, confrontando, então, os interesses das elites econômicas e militares do país.

Utilizando, assim, da democratização e da cidadania como ferramentas de promoção de igualdade legal, civil e política dentro da estrutura de poder do país. Goulart, afirmou em seus discursos que “a mancha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional” (Brasil, 1962). E que o governo brasileira iria “ empenhar-se sem vacilação pela libertação dos povos de toda e qualquer forma de opressão política ou econômica” (Brasil, 1962), reforçando a identidade compartilhada estabelecida por Jânio e Afonso Arinos.

No entanto, cabe ressaltar que, de acordo com Hansen (2006), a linguagem é um elemento construído, logo é instável. Sob essa perspectiva, os discursos políticos responsáveis pela construção da identidade são instrumentos de ação variáveis, construídos de acordo com os interesses políticos de um Estado, em um determinado momento, legitimando sua própria proposta política. Para a autora, “é apenas através da representação discursiva da política externa, ou nos termos de “performances” de Judith Butler, que a identidade passa a existir, mas esta identidade é, ao mesmo tempo, construída como a legitimação da política proposta” (Hansen, 2006, p. 19. *apud* Butler, 1990:25; Campbell, 1992:8–9; Weber, 1998, tradução nossa)⁵.

Dessa forma, com Golpe de 1964 e o início do governo de Castello Branco, houve renúncia ao apoio à emancipação das nações afro-asiáticas, principalmente, da África Negra, além do estabelecimento de um ideal liberal e do realinhamento com Portugal e Esta-

5. It is only through the discursive enactment of foreign policy, or in Judith Butler's terms 'performances,' that identity comes into being, but this identity is at the same time constructed as the legitimization for the policy proposed

dos Unidos. Assim, nas poucas vezes que comentou sobre a África, o que já é, segundo Lene (2006), uma escolha na articulação de discurso político de acordo com os interesses. E, neste contexto, uma articulação de “não discurso” esboçando o “não interesse” de sua política exterior na África, Castello Branco mencionou que a “nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal” (Brasil, 1964).

Nesta perspectiva, sob a lente de Quijano (2006), o realinhamento do Brasil com as potências ocidentais pode ser visto como a reafirmação de uma colonialidade do poder e do saber. Isto é, o governo de Castello Branco submeteu-se à definição de conhecimento eurocêntrico hegemônico, aderindo à constituição de um poder mundial hierárquico. Com isso, passou a negar a importância do reconhecimento de saberes alternativos e da presença de traços culturais dos povos colonizados, dificultando, sobretudo, a criação de uma identidade do país colonizado.

Neste sentido, Homi K. Bhabha (1987), aborda o binarismo entre o “Eu” e o “Outro” como responsável pela construção das identidades, a partir das relações de poder que são estabelecidas e pela diferença. Tal conceito está intrinsecamente ligado à ambivalência desenvolvida pelo autor, pois estabelece a coexistência de dois poderes opostos interagindo em uma mesma cultura. Em outras palavras, Bhabha (1990) propõe a ambivalência como a coexistência da cultura do colonizador e do colonizado, opostas entre si, mas formadoras das sociedades colonizadas. Contudo, o autor afirma que a “Outro”, isto é, os colonizados têm a tendência de seguirem a cultura do colonizador, reforçando a colonização do saber e do poder apresentadas anteriormente.

Além disso, o hibridismo emerge a partir dessa fusão de diferentes identidades em um local intermediário nomeado como o terceiro espaço. Neste sentido, por mais que o terceiro espaço não exista fisicamente, as sociedades colonizadas e, neste caso, o Brasil, seriam um exemplo imaginário de terceiro espaço, onde as identidades culturais da metrópole e da colônia interagem entre si. No entanto, a mudança na conduta internacional demonstra a ideia de “dois brasis”. Isto é, Jânio Quadros e João Goulart, na busca de definir um “Eu” distinto, independente das potências ocidentais, seguiram a linha de um Brasil que se intersecciona com a África, exaltando a cultura do colonizado a partir de sua identidade. Diferentemente de Castello Branco, que seguiu um caminho oposto, mantendo o padrão cultural colonial de “Eu” e “Outro”.

Em suma, como pontuado por Lene Hansen (2006), o foco analítico está “na construção discursiva da identidade como constitutiva e produto da política externa” (Hansen, 2006, p. 20, tradução nossa)⁶. Dessa forma, a política externa brasileira foi produção e produto dos discursos de identidade. Isto é, imersos em um contexto internacional influenciado, diretamente, pela Conferência de Bandung e pela necessidade de expansão de mercado consumidor, Jânio Quadros e João Goulart criaram um discurso de aproximação com África, respaldado, principalmente, pelo “passado comum”, e utilizaram dessa identidade como mecanismo de legitimação da sua própria política. Neste sentido, Castello Branco fez o mesmo, contudo em uma perspectiva oposta a Jânio e Jango. Este, criou o discurso de aproximação com os estadunidenses e os portugueses, baseando-se no contexto bipolar e na construção do perigo do comunismo, afastando-se das questões norte-sul e, por consequência, do continente africano. Dessa forma, mobilizando uma nova identidade para o Brasil, inspirada no colonizador e não mais no entendimento do passado comum com as demais colônias, assim, legitimando sua política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar comparativamente os discursos e a condução da política externa brasileira para África, no período de 1961 a 1967, entre os governos de Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco, a fim de compreender a inversão da política externa brasileira para a África entre os respectivos governos. Para isso, partimos das medidas adotadas pela Política Externa Independente (PEI), instituída por Jânio Quadros, juntamente com seu chanceler, Afonso Arinos, e mantidas, posteriormente, por João Goulart e San Tiago Dantas, regida pelo plano de aproximação Brasil-África. Em seguida, foram apresentadas as métricas da Política Externa Interdependente, estabelecida por Castello Branco, após o Golpe de 1964, guiada, principalmente, pela aproximação brasileira com os Estados Unidos e Portugal.

Posteriormente, a partir das lentes pós-coloniais, que tratam acerca das relações de dominação e desigualdade, como Boaventura

6. Is on the discursive construction of identity as both constitutive of and a product of foreign policy.

(2018) e Quijano (2005), foi possível compreender as dinâmicas de afastamento e aproximação entre o Brasil e o continente africano. Em adição a isso, os estudiosos de questões raciais e sociais, como Silvio Almeida (2018) e Abdias Nascimento (1978), em paralelo aos estudos de Bhabha (1987), contribuem para a compreensão de como as sequelas da formação histórica da sociedade e do pensamento brasileiro estimulam a construção binária e as complexas dinâmicas da identidade brasileira.

Neste contexto, os governos de Quadros e Goulart, influenciados pela Conferência de Bandung, em 1955, e pela necessidade e de ampliação de mercado, aproximam-se das nações afro-asiáticas, a partir da instrumentalização da política externa como ferramenta contra o colonialismo e o racismo. Em outras palavras, ambos os presidentes utilizaram de seus discursos para se aproximarem da África, construindo uma narrativa de identidade comum, dado às raízes históricas semelhantes entre ambas as regiões.

Conforme delineado por Hansen (2006), a instabilidade é intrínseca à linguagem. Os discursos políticos desempenham um importante papel na construção e legitimação da identidade e da própria política, no entanto, não são estáticos, podendo ser alterados de acordo com a estratégia política de um Estado. Nesse sentido, o Golpe de 1964 e o subsequente governo de Castello Branco representaram a maleabilidade desses discursos. Isto é, em Castello Branco houve a inversão dos discursos de política externa, evidenciados pela adoção de uma postura de alinhamento com os Estados Unidos e Portugal, abandonando a luta contra o colonialismo, e por consequência, a aproximação com a África.

Esse redirecionamento reflete, não apenas em uma mudança na política externa, mas também na construção da identidade nacional, salientando, ainda mais, a concepção de “dois Brasis”. De acordo com o conceito de ambivalência de Bhabha (1990), para Jânio e Jango teríamos um Brasil pró-independência, consciente da construção colonial e favorável à autodeterminação dos povos, exaltando, assim, uma identidade compartilhada com a África. Já para Castello Branco, teríamos um Brasil pró-Occidente, apagando o seu passado colonial e mantendo a identidade e hierarquia do colonizador. Dessa forma, o presente artigo ressalta, a partir dos conceitos pós-coloniais firmados, a intersecção entre discurso, política externa e identidade.

Cabe ressaltar, por fim, que mesmo com uma base bibliográfica e documental substancial, a ausência de discursos de Castello

Branco referente ao tema limitou o aprofundamento de partes da análise comparativa, a qual nos propusemos a realizar. Nesse cenário, optamos por utilizar das ideias expostas por Lene Hansen (2006), que pontua que a articulação discursiva é regida pelos interesses políticos, de modo que, o “não discurso” de Castello Branco se torna um discurso de “não interesse” nos países africanos. Ademais, a pesquisa apresenta uma limitação espacial, não sendo possível um maior aprofundamento do tema. Assim, a expansão da pesquisa seria um possível caminho a ser traçado no futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte. Letramento, 2018. AMADO, Rodrigo. A política externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, José (Org.).

Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

BHABHA, Homí K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Àvila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BHABHA, Homi K. “Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree Outside Delhi”, May 1817. **Critical Inquiry**, v. 12, n° 1, pp. 144-165. 1985.

BRASIL. Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). **Discurso no Palácio do Itamaraty**. Rio de Janeiro. Biblioteca Presidência da República. 31 de julho de 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos>

[/1964-1/25.pdf/view](#). Acesso em: 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). **Discurso no Palácio das Laranjeiras**. Rio de Janeiro. Biblioteca Presidência da República. 17 de janeiro de 1966. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos>

[/1966/53.pdf/view](#). Acesso em: 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961-25 de agosto de 1961). **Discurso do Presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz Brasil”**. Rio de Janeiro. 31 de Janeiro de 1961. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961-25 de agosto de 1961). **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República**

na abertura da Sessão Legislativa de 1961. Rio de Janeiro. 1 de Fevereiro de 1961. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_ja-nio_quadros.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente João Goulart (1961-1964) **Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar.** Brasília. 24 de Outubro de 1962. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente João Goulart (1961-1964) **Discurso no almoço oferecido no palácio do alvorada a U Thant, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.** Brasília. 8 de Agosto de 1962. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2023.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**, London: Routledge.1990.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**, Manchester: Manchester University Press. 1992.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 2015.

COSTA, Karla; TOLEDO, Áureo. Hibridismo, Resistência, Povo: um diálogo entre Ernesto Laclau e Homi Bhabha. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 201-218. 2020

ELÍBIO JÚNIOR, A.M., DE ALMEIDA, C. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. In: **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013.

FIGUEIREDO, Antônio de. **A questão racial em Angola e Moçambique.** In Política externa independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war.** London and New York: Routledge, 2006.

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique A. (Coord.). **História das Relações Internacionais do Brasil.** Saraiva, 2014.

SOUZA, Lynn Mário Trindade Menezes de. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha.** Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. Tradução . São Paulo: Global, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVIERA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Nilceia Bueno. A perspectiva teórica de Homi K. Bhabha: Um caminho possível para a formação continuada de professores de Língua Estrangeira. **Revista X**, v.1, p. 112-123, 2012

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

ROCHA, João Pedro. “QUEM SOU EU, NA VERDADE?”: sobre identidades “pós-coloniais” em Frantz Fanon. **Anais do XI Encontro Estadual de História da ANPUHQ** v.11, n.3, p. 218-224. Universidade Estadual de Goiás. Goiás. 2015.

SÁ, Luiz Fernando Ferreira. Homi Bhabha leitor de Paradise Lost: uma conversação pós-colonial. **Fragmentos**, Florianópolis, n.35, p. 21-35, Jul-dez. 2008

SANTOS, B. de S. Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. In: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) **Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade**. Porto, Afrontamento, 2001,

SARAIVA, José Flavio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas; In: **Ciências & Letras (Revista FAPA)**. Edição especial nº 21/22. Porto Alegre, 1998

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 30, n. 118 (abr./jun. 1993). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176132>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva: 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

WEBER, Cynthia. Performative States, **Millennium**, 27 (1):77-95. 1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/400500863/Weber-Performative-States>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES: A Rota Natasha e o Complexo de Segurança Europeu

INTERNATIONAL WOMEN TRAFFICKING: The Natasha Route and the European Security Complex

TRATA INTERNACIONAL DE MUJERES: La Ruta Natasha y el Complejo de Seguridad Europeo

Áurea Araújo¹

Emilly Guidi²

Juliane Bruna da Silva³

Julia Carvalho⁴

Maria Eugênia Jones⁵

Samantha Argento⁶

Recebido em: 11 de fevereiro de 2021

Aceito em: 05 de julho de 2021

RESUMO

O presente artigo tem como proposta usar a Rota Natasha como instrumento para análise das condições às quais as mulheres vítimas de redes de tráfico transnacionais são cooptadas para fins sexuais e como essa questão se configura em um problema de segurança humana. Toma-se como ponto de partida o entendimento de que a Europa é um complexo de segurança que, devido à proximidade geográfica de seus participantes, faz com que a maioria dos países europeus tenham que buscar soluções conjuntamente. Buscou-se, portanto, analisar o caso da

Rota Natasha para melhor compreender os efeitos das redes de prostituição na segurança humana das mulheres vítimas e no contexto de articulação sociopolítica da Europa para encontrar medidas de proteção às vítimas e prevenção ao tráfico humano.

Palavras-chave: Tráfico humano. Redes internacionais de prostituição. Rota Natasha. Complexo Regional de Segurança. Segurança humana.

ABSTRACT

This article proposes to use Rota Natasha as an instrument to analyze the conditions under which

1. Bachelor in International Relations at PUC Minas.

2. Bachelor in International Relations at PUC Minas.

3. Bachelor in International Relations at PUC Minas.

4. Bachelor in International Relations at PUC Minas.

5. Bachelor in International Relations at PUC Minas.

6. Bachelor in International Relations at PUC Minas.

women victims of transnational trafficking networks are co-opted for sexual purposes and how this issue constitutes a human security problem. The starting point is the understanding that Europe is a security complex that, due to the geographic proximity of its participants, means that most European countries have to seek solutions together. Therefore, we sought to analyze the case of Rota Natasha to better understand the effects of prostitution networks on the human security of female victims and in the context of sociopolitical articulation in Europe to find measures to protect victims and prevent human trafficking.

Key-words: Human Traffic. International prostitution networks. Natasha Route. Regional Security Complex. Human Security.

RESUMEN

Este artículo propone utilizar Rota Natasha como instrumento para analizar las condiciones bajo las

cuales las mujeres víctimas de redes transnacionales de trata son cooptadas con fines sexuales y cómo este tema constituye un problema de seguridad humana. El punto de partida es la comprensión de que Europa es un complejo de seguridad que, debido a la proximidad geográfica de sus participantes, significa que la mayoría de los países europeos tienen que buscar soluciones juntos. Por lo tanto, buscamos analizar el caso de Rota Natasha para comprender mejor los efectos de las redes de prostitución en la seguridad humana de las mujeres víctimas y en el contexto de la articulación sociopolítica en Europa para encontrar medidas para proteger a las víctimas y prevenir la trata de personas.

Palabras clave: Tráfico humano. Redes internacionales de prostitución. Ruta Natacha. Complejo de Seguridad Regional. Seguridad humana.

INTRODUÇÃO

O tráfico é uma prática criminosa que pode ter alcance local, regional e internacional. Atualmente, o fluxo ilícito de mercadorias e pessoas constitui um grave problema para o sistema internacional, tendo em vista que é um mercado extremamente complexo e que movimentava bilhões de dólares todos os anos por meios ilegais. Contrabando de drogas e armamentos, transporte de mercadoria não regulamentada pelas autoridades competentes, transporte e comércio não autorizados de órgãos, e cooptação de pessoas para trabalho e para exploração sexual são as modalidades mais consideradas no estudo deste tipo de crime.

No enquadramento do tráfico internacional de pessoas, o tráfico para fins de exploração sexual é a modalidade mais lucrativa, de maneira que apresenta um elevado número de vítimas. De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), estima-se que as redes internacionais de prostituição, apenas na Europa, movimentam €2.5 bilhões por ano (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010). A alta rentabilidade dessa modalidade influencia fortemente a ocorrência desse fluxo, uma vez que as vítimas se transformam em mercadorias e são transportadas ao longo de rotas de tráfico, como ocorre com qualquer outro bem material dentro do comércio. A Rota Natasha,

que será abordada ao longo do artigo, por exemplo, consiste num fluxo que parte da porção Oriental do continente europeu até a Ocidental, podendo chegar a abranger o norte do continente africano e os Estados Unidos da América. Com isso, entendemos que esse problema atua, principalmente, em um determinado complexo de segurança, localizado na Europa, e demanda dos países em que o tráfico está presente uma medida que atenda às necessidades que compõem a segurança humana.

Todavia, para entender como ocorre a manutenção das redes de prostituição em um Complexo de Segurança Regional, é necessário ir além do âmbito econômico, prestando atenção nas rotas escolhidas pelos traficantes, e a atuação estatal quanto à resolução do problema. Sendo assim, o esforço deste artigo é mostrar que com a ampliação de sua agenda, os estudos de segurança passaram a considerar novos assuntos para discussão, e a partir disso, o tráfico de pessoas, mais especificamente o tráfico de mulheres para fins sexuais, como uma questão de segurança. Dessa forma, mostraremos a atuação do Complexo de Segurança europeu frente a este problema, uma vez que há a necessidade de cooperação entre os Estados para prover a segurança.

Sendo assim, utilizando como estudo de caso o continente europeu, o presente relatório técnico tem por objetivo analisar estatisticamente a incidência do tráfico internacional para exploração sexual na Europa, em comparação com o resto do mundo.

A amostragem aleatória de 30 países europeus, faremos observações a partir da coleta de dados preexistentes. Para isso, utilizaremos como fonte secundária o banco de dados Counter Trafficking Data Collaborative (CTDC), que agrupa dados globais sobre o tráfico humano questão fornecidos por organizações de todo o mundo. Esse banco de dados conta com, aproximadamente, 91.000 casos de vítimas mundiais de tráfico humano. Para o presente relatório, faremos observações de apenas 30 países concentrados na Europa, utilizando variáveis tanto qualitativas quanto quantitativas, e aplicando medidas de dispersão e variabilidade, de forma a considerarmos hipóteses acerca da incidência do tráfico voltado para a exploração sexual no continente europeu.

TRÁFICO COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA

A perspectiva tradicional dos estudos de segurança tinha como principal foco o fenômeno da guerra, sendo os Estados os

protagonistas do sistema internacional. A agenda de segurança centrava-se, basicamente, no estudo da ameaça e no uso da força militar, uma vez que o conflito entre os Estados era considerado uma possibilidade sempre iminente. Entretanto, com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional passou por diversas mudanças: a ordem bipolar passa a ser reconfigurada, houve o estabelecimento de relações transatlânticas, o fenômeno da globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitaram a intensificação dos fluxos entre as nações e o fim da ameaça iminente de um conflito nuclear entre as grandes potências. Dessa forma, em função das mudanças que ocorreram no cenário internacional, houve uma busca pela ampliação do campo, uma vez que a nova ordem estabelecida passou a demandar uma redefinição da agenda que pudesse incluir novos setores e níveis de análise aos estudos de segurança (Buzan; Waever; Wilde, 1998).

A perspectiva ampliada de segurança, então, proporcionou uma ampliação da agenda para novos temas, de forma que os estudos de segurança passaram a ir além do nível sistêmico e da agência estatal como ocorria na visão tradicional. Os problemas internacionais não se restringiam mais ao fenômeno da guerra, mas era necessário pensar novos temas que ameaçavam a segurança humana e do Estado. Assim, passou-se a analisar tanto o sistema internacional, como os subsistemas (regiões), as unidades, as subunidades e os próprios indivíduos. Quanto aos setores, além dos setores militar e político, o econômico, societário e ambiental também passaram a ser considerados importantes para a análise de segurança (Buzan; Waever; Wilde, 1998). Sendo assim, essa ampliação do campo proporcionou, por exemplo, a incorporação de questões como o tráfico humano à agenda de segurança dos Estados.

Há a compreensão de que o tráfico internacional de pessoas está muito além de questões econômicas e políticas, visto que afeta os indivíduos de uma sociedade e, quando os fins são para exploração sexual, em especial as mulheres. A partir disso, a inserção destas no meio social do país no qual seria o seu “destino final” torna-se complicada e conturbada. A própria finalidade do fluxo das redes de prostituição coloca em risco a vida das mulheres, que são submetidas à inúmeras formas de violência física, psicológica e abuso sexual. Com isso, essas vítimas do tráfico têm seus direitos de escolha e liberdade violados ao chegarem em seu destino, pois são expostas a situações de violência que vão desde a retirada da

documentação quando entram nas redes de prostituição, até manipulação e coerção psicológica por meio de ameaças (Hughes, 2000).

Portanto, é possível estabelecer uma relação existente entre o tráfico e a segurança humana. O termo segurança humana ganhou evidência no início dos anos 90, sendo formalmente definido pela primeira vez em 1994, no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Rocha, 2017). Esse relatório trouxe uma concepção de segurança vinculada ao indivíduo e ao próprio desenvolvimento humano, englobando tanto a segurança de ameaças crônicas, como fome e doenças, quanto a segurança da violência física em si. Nessa perspectiva, a segurança humana possui dois componentes, sendo eles a liberdade das necessidades (*freedom from want*) e a liberdade do medo (*freedom from fear*) que, juntos, preocupam-se com questões relacionadas à proteção dos direitos humanos, acesso à saúde e educação, redução da pobreza, crescimento econômico e prevenção de conflitos, por exemplo (Rocha, 2017). Dessa forma, é possível inferir que o tráfico internacional de pessoas, e a exploração sexual à qual a mulher é submetida nas redes de prostituição, interferem diretamente na sua segurança humana, uma vez que suas liberdades são violadas e seus direitos humanos, apagados.

Conforme expresso por Hughes (2014), uma pesquisa realizada pelo Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC) revelou que o tráfico para exploração sexual representa 58% dos fluxos ilícitos que acometem o mundo, sendo que dentre esses, 62% dos casos ocorreram apenas na Europa (Eurostat *apud* Hughes, 2014). Com isso, ao se analisar o sistema internacional, nota-se que o percentual de vítimas traficadas para exploração sexual demonstra ser maior na Europa do que nas demais regiões do mundo, o que se deve, em parte, à Rota Natasha: uma rede internacional de prostituição cujo fluxo ilícito acomete tal continente. Portanto, tendo em vista que o tráfico internacional para fins de exploração sexual é uma problemática que atinge a segurança humana, principalmente no que diz respeito às mulheres, compreende-se que as redes de prostituição não são apenas um problema quantitativo, mas uma questão relacionada à própria seguridade da população feminina europeia.

Além disso, uma vez que as redes internacionais de tráfico se configuram transnacionalmente, coloca-se em questão a necessidade de cooperação entre os Estados afetados pelo mesmo, uma vez

que não é suficiente que um país realize políticas públicas efetivas de combate ao tráfico se os demais não fizerem o mesmo. Sendo assim, levanta-se o questionamento acerca das consequências da Rota Natasha e das medidas adotadas pelos Estados europeus, na forma de um complexo de segurança, para diminuir a ocorrência desse fluxo ilícito, tanto na região europeia quanto internacionalmente.

O COMPLEXO DE SEGURANÇA EUROPEU

Quando pensamos na Europa, é possível identificar a existência de um Complexo de Segurança Regional (CSR), na medida em que há uma interdependência nas questões de segurança envolvendo os Estados deste continente. Dessa forma, os problemas não podem ser pensados isoladamente, havendo a necessidade da cooperação para a segurança. De acordo com Buzan e Waever (2003):

A ideia central da Teoria dos Complexos de Segurança Regionais é que, como a maioria das ameaças viajam mais facilmente por distâncias curtas do que longas, a interdependência da segurança é normalmente padronizada em bases regionais aglomeradas: os complexos de segurança. (Buzan; Waever, 2003, p. 4, *tradução nossa*).⁷

Segundo Buzan e Waever (2003), a estrutura de um Complexo de Segurança Regional (CSR) possui o mesmo princípio ordenador do Sistema Internacional: a anarquia. Ademais, suas subunidades (os Estados) possuem funções semelhantes, mas capacidades distintas que acabam por variar a distribuição de poder dentro de um CSR entre unipolar, bipolar e multipolar - alterando de acordo com a quantidade de potências regionais dentro da mesma. O processo de integração europeu e a formação de uma identidade coletiva (em detrimento de uma fragmentação que poderia resultar em um complexo multipolar com diversas potências regionais e o restabelecimento da rivalidade e da excessiva preocupação com a balança de poder), faz com que haja a predominância de um complexo central na região, ou seja, unipolar, o que permite, portanto, que as decisões referentes à pauta de segurança sejam coordenadas. Todavia, tal centralização ocorreu através da construção de instituições políticas no lugar de apenas uma potência regional central, mas de

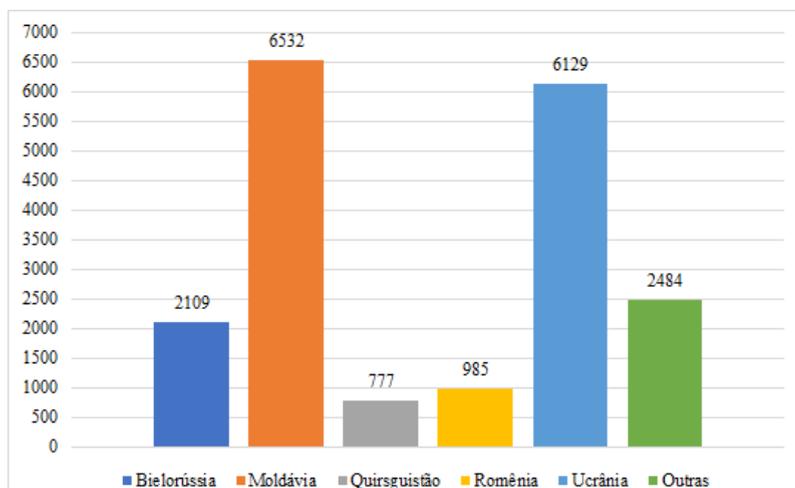
7. The central idea in RSCT is that, since most threats travel more easily over short distances than over long ones, security interdependence is normally patterned into regionally based clusters: security complexes (Buzan; Waever, 2003, p. 4).

maneira a manter a existência das unidades de Estados soberanos, o que confere a União Europeia uma característica singular quando comparada com outros complexos de segurança regionais centrais (Ahlner; Grubbe, 2005).

Todavia, existem outros Estados dentro do continente europeu que não fazem parte da União Europeia e estão diretamente ligados ao problema da Rota Natasha: os balcãs ocidentais, que formam um subcomplexo dentro do CSR europeu. A dinâmica desse subcomplexo se difere do complexo central da União Europeia, pois caracteriza-se pela multipolaridade e por um padrão de inimizade, visto que possui várias tensões e formações conflituosas dentro dele, como por exemplo, entre a Bósnia e o Kosovo. Esse é um dos motivos pelos quais esses países apresentam um desejo de adesão à União Europeia - uma vez que integrar o bloco e consequentemente a OTAN proporciona uma qualidade completamente nova de segurança, colaborando para a elaboração de novos mecanismos institucionais para a proteção de suas seguranças internas (Pejic, 2016). Em 2013, a Croácia tornou-se o primeiro dos países a aderir, enquanto Montenegro, Sérvia, República da Macedônia do Norte e a Albânia são oficialmente países candidatos. Ademais, a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo são candidatos potenciais à adesão (Munter, 2019).

Além disso, como pode ser consultado no gráfico abaixo (Figura 06), a maior porção das vítimas são de nacionalidades de países do leste europeu, fato que pode ser atribuído ao histórico de subdesenvolvimento da região, por decorrência das crises advindas da fragmentação do regime soviético (Hughes, 2014). Isso ocorreu pois o fim do sistema bipolar fez com que as economias até então socialistas precisassem se integrar rapidamente ao modelo capitalista de produção, porém, a insipiência da governança dos Estados recém-formados tornou essa inserção mais custosa e repleta de crises e alto índice de desemprego. Esse cenário abriu margem para o surgimento e solidificação de redes de tráfico que, frente a um governo com grande dificuldade de gestão e controle, passaram a se comunicar e se expandir entre fronteiras, agregando o status transnacional a essa atividade ilícita. Identificamos, então, que os países da nossa amostra recebem cerca de 17.545 vítimas de tráfico que são originárias de países da Europa Oriental, como a Albânia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Eslováquia, Hungria, Moldávia, Romênia, Rússia, Sérvia e Ucrânia.

Figura 06 - Principais nacionalidades das vítimas de tráfico



Fonte: Elaborado com dados extraídos do CTDC (2020).

Esse número indica que aproximadamente 84% das vítimas de nossa amostra são de nacionalidade de países do leste europeu, principalmente da Ucrânia e da Moldávia. Ademais, estima-se que uma média de 586 vítimas, com desvio-padrão de 1496,31, sejam transportadas da porção leste do continente para cada um dos países que compõem a nossa amostra. Assim sendo, entendemos que especialmente em países subdesenvolvidos, a hipersexualização do corpo feminino e a permanência da dificuldade das mulheres se inserirem no mercado de trabalho, ou serem inseridas de uma maneira desigual (como apontado pela própria desigualdade salarial), favorecem o aliciamento dessa população pelas redes de tráfico, que costumam fazer promessas de boas oportunidades de ascensão social, o que cativa a atenção das vítimas. Entretanto, esse discurso é uma estratégia de ludibriação, visto que na realidade essas mulheres são inseridas em redes ilegais de prostituição e sofrem com constantes ameaças e privações. Para reforçar a nossa análise, o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), divulgou em 2018, no *Global Report on Trafficking in Persons*, que, aproximadamente, 75% das mulheres aliciadas por redes ilícitas se tornam vítimas do tráfico para fins de exploração sexual (Hughes, 2014; Winter, 2019).

Sendo assim, embora dentro do continente europeu existam focos de tensões, há predominância de padrões de amizades entre

os Estados, principalmente porque a União Europeia, em função de seus valores e identidades compartilhados, constitui-se como uma comunidade de segurança.

O CASO DA ROTA NATASHA

A Rota Natasha ganhou forma no contexto do pós-Guerra Fria, a partir de 1980, quando o Estado soviético se aprofundou em uma crise econômica e política e não conseguia suprir as necessidades de sua população. Segundo Hughes (2000), economias fragilizadas e países emergentes são cenários propícios para o surgimento e para o fortalecimento do tráfico. No caso europeu em questão, é possível inferir que a dissolução da União Soviética propiciou uma fragmentação política e fragilização econômica no leste do continente, que tornava insuficiente o provimento de recursos para a população. Nesse cenário, fluxos ilícitos e corruptivos emergiram como uma estratégia de manutenção de um status mínimo de bem-estar econômico, mesmo que o benefício só pudesse ser sentido de fato por quem estava à frente do “mercado negro” (Hughes, 2000).

Entre as décadas de 1990 e 2000, as atividades ilícitas deixaram de ter um caráter majoritariamente doméstico e conquistaram o status internacional. Isso ocorreu, principalmente, pelo contato que os países recém autônomos passaram a ter com os vizinhos europeus que já estavam fundamentados no modelo capitalista neoliberal. Enquanto a Europa Oriental era o ponto de saída, a porção Ocidental era o local de chegada, o que configurou, portanto, um mercado transnacional com oferta e demanda. De acordo com Bertone (1999), foi assim que a Rota Natasha se consolidou como um *shadow market*, em função do estabelecimento do contato, até então impedido pela Cortina de Ferro, entre Leste e Oeste (Bertone, 1999).

Atualmente, ainda que se concentre majoritariamente na Europa, o seu fluxo chega até mesmo a englobar o norte da África e EUA, configurando a Rota Natasha como a principal rede de tráfico internacional de mulheres no mundo. Como as mulheres são recrutadas no leste europeu, levadas para a porção ocidental e, por fim, dispersas pelos demais destinos, não é possível analisar o problema do tráfico de mulheres isoladamente em cada país, pois trata-se de um fluxo que se configura sob a forma de uma rede transnacional. A própria prevalência da Rota Natasha como a rede mais ativa de tráfico internacional de mulheres informa a dificuldade no trata-

mento dessa prática ilícita no âmbito da União Europeia, uma vez que a maioria das vítimas são de nacionalidades não pertencentes ao bloco (Bertone, 1999).

A questão da nacionalidade das vítimas é um ponto que está relacionado com o processo migratório, um fator considerado como uma das causas da instabilidade dos países europeus. Visto a globalização, os imigrantes são tidos como uma ameaça para a soberania nacional dos Estados europeus e para a sua identidade cultural (Mayorga, 2011) e alguns Estados realizaram o fechamento de suas fronteiras, alegando que essa seria a resposta para a chamada “nova ordem global”. Os motivos para a adoção de tal ação também estariam atrelados ao racismo e a xenofobia (Mayorga, 2011) e o receio por parte da sociedade europeia é evidente, refletindo assim na formulação de leis e tratados de imigração e consequentemente nos procedimentos, sejam eles institucionais ou não. Ou seja, tem-se a ideia de que “(...) o Estado como forma de organização política está baseado na contraposição entre nacionais e estrangeiros e na exclusão destes, traduzida na dicotomia cidadão/estrangeiro” (Mayorga, 2011, p.326-327).

Ademais, há também uma dificuldade quanto à consciência do problema e à legislação, pois por mais que o vínculo entre o tráfico e a prostituição no bloco europeu seja um tema levantado nos debates políticos, feministas e até mesmo naqueles que envolvem a sociedade, as posições quanto ao assunto são antagônicas (Mayorga, 2011). De maneira geral, a prostituição é vista como uma profissão por alguns países europeus e como exploração por outros, o que acaba por ocasionar uma fragmentação de ideias e uma dificuldade de chegar a um consenso para adotar uma legislação comum sobre o assunto.

Contudo, de 2012 até 2016, a Comissão Europeia adotou uma estratégia para a erradicação do tráfico humano e um plano de ação adotado foi a coleta e a publicação de informações quanto à idade e ao gênero das vítimas (Hughes, 2014). Entretanto, o envolvimento de terceiros, em maior parte indivíduos e entidades com fins lucrativos torna difícil a distinção das tendências na aplicação e na prevalência visto que as autoridades europeias registraram um aumento do número de vítimas em 2005 e 2006 (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010). Ainda segundo o relatório divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2010), a Alemanha e a Romênia são países que relataram

uma queda do número de processos penais e de vítimas detectadas. Todavia, países localizados na Europa Ocidental e Central registraram um aumento, onde o perfil das vítimas foi sendo traçado para que houvesse uma precaução maior por parte da União Europeia.

Hoje, parece que cerca de 60% das vítimas detectadas são originárias dos Balcãs, da Europa Central e da ex-União Soviética. Talvez 13% venham da América Latina, cerca de 5% da África e cerca de 3% do Leste Asiático. Uma grande parte das vítimas (cerca de 20%) são de origens não especificadas ou são vítimas locais. Este é um perfil diferente do passado (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010, p. 8).

Dessa forma, visto que uma parte das vítimas vem de outros continentes, torna-se ainda mais complexo analisar os impactos do tráfico nos países e suas respectivas populações. Uma das dificuldades é ter controle sobre o fluxo em si, dado que grande parte das mulheres e meninas que são recrutadas no leste europeu transitam por vários países da Europa até chegarem ao seu destino. Embora haja engajamento para a mensuração do número de pessoas afetadas pelas redes de tráfico internacional, o cuidado com as vítimas é limitado até pelo seu próprio reconhecimento, visto que lhes são retirados os passaportes e demais documentos (Bertone, 1999; Hughes, 2000). Portanto, os maiores esforços se concentram no mapeamento das rotas para identificar como elas atuam e onde se concentram – prerrogativa majoritariamente desempenhada pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), EUROPOL e Organização Internacional de Migração (OIM).

Entretanto, isso não abstém os Estados de sofrerem os impactos desse fluxo ilícito, tanto no que diz respeito às suas políticas domésticas que lidam com a vítima ou com o agressor, quanto na co-responsabilidade e interdependência uns com os outros dentro do complexo. Em relação à dimensão interna, os países no geral tendem a encarar o tráfico como um problema de segurança por tratar disso como uma prática que não se enquadra nos moldes burocráticos legais do Estado, ou seja, é um fluxo que subverte a lógica ao atuar à margem do aparato regulatório estatal e por empregar, como ocorre com as mulheres traficadas, a violência. A coerção, manipulação e violação da integridade física e psicológica do indivíduo são inaceitáveis do ponto de vista dos direitos humanos, corrente essa que é defendida pelos países da União Europeia (Hughes, 2000).

O Parlamento Europeu juntamente com a Comissão Europeia e o Conselho, em 2000, ratificaram a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Em 2009, quando o Tratado de Lisboa entrou em vigor, os direitos, princípios e liberdades percorridos na Carta tornaram-se vinculativos aos países membros, dessa forma, era obrigação de tais Estados promover os direitos humanos em todo o mundo e também, a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos da UE (Conselho europeu, 2020). Em 1950, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos foi ratificada pelos 47 Estados-membros do Conselho da Europa, os 27 Estados-membros da União Europeia fazem parte da Convenção. O Tratado de Lisboa, por ser vinculante, obriga a União Europeia como um todo a aderir à Convenção, dessa forma, tanto a União Europeia quanto a sua legislação estão sujeitas a essas normas, tanto quanto os Estados-membros. Tendo em vista que a base da Carta é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem como princípio promover os direitos das mulheres, ao cair na problemática de tráfico de pessoas, especificamente tráfico de mulheres para fins sexuais, a UE tem trabalhado em busca de atingir o objetivo de promover tais direitos (Conselho europeu, 2020).

A União Europeia trata os direitos fundamentais como uma questão horizontal, ou seja, todas as atividades da UE são afetadas por tal e, independente do tema que se trata, ou qual o seu nível, são levados em consideração em todos os âmbitos do Conselho (Conselho europeu, 2010). Como uma tentativa de assegurar a legislação descrita na Carta, o Conselho adotou algumas medidas, como um relatório anual feito pela Comissão, nele é apresentado a aplicação da Carta, dando abertura para a realização de um debate anual sobre os itens descritos, após o debate são adotadas as conclusões sobre o relatório. As conclusões de 2017, por exemplo, concentraram-se em temas como violência contra a mulher (Conselho europeu, 2010). Outra medida adotada, é que o Conselho mantém uma relação de cooperação com a Agência dos Direitos Fundamentais da UE, assim, a base jurídica adotada é a da Agência e, assegura que os relatórios anuais são pertinentes, de alguma forma, para possíveis trabalhos que o Conselho realizará. Por fim, outra medida é a garantia de que os direitos fundamentais são assegurados em todas as instâncias do Conselho (Conselho europeu, 2010).

Há um organismo especializado chamado Grupo dos Direitos do Homem (COHOM), que cuida dos assuntos internacionais rela-

cionados com os direitos humanos, uma das suas principais tarefas é identificar as prioridades estratégicas da UE, a nível de questões geográficas e assuntos temáticos. Além disso, o Grupo dos Direitos do Homem tem como objetivo, a nível mundial, promover desenvolvimento e fiscalizar a execução referente às políticas da UE na competência de democracia e direitos humanos, isso se estende a nível de diálogos e consultas com países que não são membros da UE, e também, quais as diretrizes que a UE adota sobre direitos humanos (Conselho europeu, 2020).

Ademais, em conjunto com a Comissão Europeia, o UNODC organizou um evento para promover a Ação Global contra o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes, no evento foi discutido o tráfico de mulheres e meninas com fins de exploração sexual em situações de conflito e pós-conflito, pois estes são um ambiente fértil tanto para o tráfico humano quanto para outras formas de exploração. De acordo com os oradores do evento, não há como desassociar o tráfico de pessoas com o gênero, foi reiterado também que, para um combate eficaz é necessária mais conscientização, apoio às vítimas e igualdade de gênero (Nações Unidas Brasil, 2019).

Assim, percebe-se que a União Europeia como um todo tem consciência da gravidade da problemática do tráfico humano, e tenta de várias formas erradicar o problema, porém, ao não conseguir com exatidão identificar onde as rotas atuam e onde se concentram e, apesar de investir em políticas e organizações capacitadas para resolução, tem consciência de que podem fazer mais, pois, às vezes não estão fazendo da forma correta ou não abordando todos os aspectos do problema.

Por outro lado, existe essa co-responsabilidade, porque a Rota Natasha opera de acordo com as dinâmicas de mercado: oferta e demanda. Isso significa que o aliciamento de meninas e mulheres se torna uma prática reiterada no Leste Europeu em decorrência do consumo que existe sobre a exploração do trabalho imposto a essas pessoas que parte, majoritariamente, da Europa Central, em países como Holanda, Alemanha e Bélgica. Logo, não adianta que Ucrânia, Albânia e Rússia, por exemplo, atuem de forma independente. Como já foi dito anteriormente, o tráfico foge do controle absoluto do Estado e, no caso, por atuar, também, transnacionalmente, fragiliza os esforços de políticas públicas unilaterais.

Frente a isso, a União Europeia compreendeu que, devido ao tráfico internacional de mulheres ser uma questão de segurança den-

tro do complexo regional, o bloco deveria garantir avanços nas estratégias para lidar com o problema. Sendo assim, em 2003, o Conselho Europeu aprovou a “Estratégia Europeia de Segurança”, que pela primeira vez estabeleceu princípios e definiu objetivos claros para promover os interesses da União Europeia em matéria de segurança, baseando-se em seus “valores fundamentais”. Uma das ameaças à segurança estabelecida foi o crime organizado e, dentro dessa modalidade, o tráfico de seres humanos (Conselho europeu, 2003). Dessa forma, empreende-se que o fato de a União Europeia se configurar como uma Comunidade de Segurança, dentro do complexo regional europeu, facilita a formulação de diretrizes, uma vez que além da interdependência nas questões de segurança, há o compartilhamento de valores e objetivos em comum, que configuram numa identidade coletiva e expectativa pacífica mútua (Adler, Barnett, 1998).

O documento deixa claro que a comunidade acredita que os países membros não conseguem enfrentar sozinhos essas ameaças e que a União Europeia deve combater multilateralmente essas práticas pois percebe, como um todo, que ela enfraquece as estruturas do Estado (Conselho europeu, 2003). Posteriormente ao documento de 2003, e reconhecendo a gravidade e a recorrência do tráfico humano dentro da União Europeia, o parlamento europeu adotou uma diretiva anti-tráfico em 2011. Um relatório feito pela comissão europeia para acompanhar o progresso no combate a esse tipo de crime transnacional revelou que, entre 2013 e 2014, os países membros da União Europeia reportaram 15.846 vítimas de tráfico humano, sendo 76% das vítimas do sexo feminino. Do total das vítimas registradas, 67% foram traficadas para exploração sexual. O parlamento europeu reconhece que o número real de vítimas é, provavelmente, muito maior. (European parliament, 2019).

Esses dados apresentam que o tráfico não se configura apenas como um problema do ponto de vista do Estado, como também se enquadra em um problema de segurança humana. Ao dar ênfase no indivíduo em relação ao Estado é possível compreender as causas socioeconômicas que ameaçam a segurança humana e mobilizar recursos para tratá-las. Além disso, permite que o tráfico seja entendido não só como uma ameaça ao aparato estatal, como também aos próprios indivíduos e assim, o combate não deve levar apenas a lógica instrumental do mercado em consideração, deve partir da ideia de que qualquer diretiva sobre esse problema tem que considerar a dimensão humana, atuando via regra dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a ampliação da agenda de segurança e a quebra da visão unicamente estatal, começou a fazer parte dos estudos de segurança novos temas e abordagens que passaram a analisar também diferentes níveis do sistema internacional. Abrindo portas para assuntos como a segurança humana, o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual constitui-se como um problema de segurança que tem a mulher como principal alvo, uma vez que são submetidas a diversas situações que ferem diretamente os direitos humanos. A partir disso, compreende-se como as redes de tráfico de mulheres constituem-se como um problema de segurança para os Estados e quais as dificuldades em combatê-lo.

Demonstramos acima que esse problema do tráfico de mulheres para fins de prostituição acomete principalmente a Europa, onde prevalece o fluxo da Rota Natasha. Uma vez que a União Europeia é considerada um Complexo de Segurança Regional, as diretrizes para resolver o problema têm de ser pensadas multilateralmente, admitindo-se que a Rota é caracterizada por fluxos transnacionais. Apresentamos ainda, a aprovação do Conselho Europeu referente a um documento que demonstra que será apenas através da cooperação multilateral que problemas como o tráfico humano podem ser resolvidos. Dessa forma, entendemos o complexo como espaço de interação entre os Estados que permite a resolução de problemas de maneira mais efetiva e que produz maiores ganhos.

Dessa maneira, identificamos que a população dos países que compõem a porção leste do continente europeu (Armênia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, República Tcheca, Croácia, Eslováquia, Estônia, Hungria, Kosovo, Letônia, Lituânia, Macedônia, Moldávia, Montenegro, Polônia, Romênia, Rússia, Sérvia, Ucrânia) está mais sujeita ao aliciamento por essas redes ilegais, o que, de acordo com Hughes (2014), está associado ao histórico de subdesenvolvimento econômico da região por conta de cerca de 70 anos de domínio soviético (Hughes, 2014). Portanto, concluímos que o tráfico internacional de mulheres com fins para exploração sexual não se trata de um problema unicamente estatal, mas sim de segurança humana. Sendo assim, para que ele seja resolvido, é necessário que os Estados se articulem e mudem suas posturas ao tratar do problema, considerando a mulher como indivíduo central

prejudicado, e a partir disso seguir as diretrizes que garantam os direitos humanos a esses indivíduos.

Por fim, consideramos que a adoção de análises estatísticas e técnicas são um suporte bastante valioso para que as autoridades competentes - governos e organizações internacionais - compreendam de forma mais abrangente e detalhada o fenômeno do tráfico internacional de pessoas e saibam equacionar as variáveis envolvidas nessa prática criminosa. Assim, é possível que políticas públicas sejam elaboradas de forma mais efetiva e direcionada a conter o avanço das redes transnacionais, além de conceber diferentes formas de tratamentos às vítimas conforme à modalidade de tráfico na qual se enquadram. Com isso, partindo do pressuposto que o tráfico internacional é um problema que afeta a segurança nacional e a proteção da vida humana, entendemos que essa é uma área de estudo que deve ser constantemente revisitada com o propósito de apontar soluções para a problemática.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Cambridge University Press: Cambridge, 1998.

AHLNER, Johan; GRUBBE, Magnus. **European security**: Turkey's role in the new global context. Lund University Publications Student Papers: Lund, 2005. Disponível em: <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1332553&fileId=1332554>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BERTONE, Andrea M. Sexual Trafficking in Women: International Political Economy and the Politics of Sex. **Gender Issues**, v. 18, n. 01, p. 04-22, dez. 1999. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1obj9ViKoXs1m2pLRpgq4211v-d2dkqrLy/view>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: A New Framework for Analysis. Lynne Rienner Publishers: Boulder, 1998.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers**: The Structure of International Security. Cambridge University Press: Cambridge, 2003.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Defesa e Promoção dos Direitos Humanos**. 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/human-rights/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Uma Europa Segura num Mundo Melhor: Estratégia Europeia em Matéria de Segurança**. Bruxelas, 12 dez. 2003. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/30824/qc7809568ptc.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

COUNTER TRAFFICKING DATA COLLABORATIVE. **Global Dataset**, abr. 2020.

Disponível em: <https://www.ctdatacollaborative.org/map/ctdc>. Acesso em: 04 nov. 2020.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Human trafficking**: nearly 16,000 victims in the EU. 17 out. 2017. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20171012STO85932/human-trafficking-nearly-16-000-victims-in-the-eu>. Acesso em: 20 nov. 2019.

HUGHES, Donna M. The “Natasha” Trade: the Transnational Shadow Market of Trafficking in Women. **Journal of International Affairs**, Nova Iorque, v. 53, n. 02, p. 25-651, mar. 2000. Disponível em: http://www.prostitutionresearch.com/pdfs/natasha_trade.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

HUGHES, Donna M. Trafficking in Human Beings in the European Union: gender, sexual exploitation, and digital communication technologies. **SAGE Journals**, Londres, v. 04, n. 04p. 01-08, out. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244014553585>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MAYORGA, Claudia. Cruzandofronteiras.Prostituiçãoeimigração. **CadernosPagu**, Campinas, n. 37, p. 323-355, jul./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104=83332011000200014-&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2020.

MUNTER, André de. Balcãs Ocidentais. **Fichas Técnicas sobre a União Europeia**, Parlamento Europeu, dez. 2019. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.5.2.pdf. Acesso em 10 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **UNODC**: Tráfico de pessoas afeta desproporcionalmente mulheres e meninas do mundo. 26 dez. 2019. Disponível em: <https://na-coesunidas.org/unodc-traffic-de-pessoas-afeta-desproporcionalmente-mulheres-e-meninas-no-mundo/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PEJIC, J. Western Balkans in the Light of Regional Security Complex Theory. **Vestnik RUDN. International Relations**, Moscou, v. 16, n. 03, p. 494-504, 2016. Disponível em: <http://journals.rudn.ru/international-relations/article/view/14767/13806>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ROCHA, Raquel M. de A. **Segurança Humana**: histórico, conceito e utilização. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-08092017-155459/publico/Raquel_Maria_Almeida_Rocha.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Trafficking in persons to Europe for sexual exploitation**. Viena: UNODC, 2010. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/publications/TiP_Europe_EN_LORES.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

WINTER, Chase. Women, girls main victims of sexual exploitation trafficking: UN. **Deutsch Welle (DW)**, [S.l.], 07 jan. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/women-girls-main-victims-of-sexual-exploitation-trafficking-un/a-46978357>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Análise da cadeia global de valor da indústria do café no Brasil

Analysis of the global value chain in the Brazilian industry coffee

Análisis de la cadena global de valor de la industria del café en Brasil

Mônica Fonseca dos Santos Divino¹
Kaiza Correia da Silva Oliveira²

Recebido em: 17 de junho de 2022
Aceito em: 06 de fevereiro de 2023

RESUMO

O objetivo do presente artigo foi analisar a cadeia global de valor do café brasileiro a partir da produção e do mercado externo, tendo em vista que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de café, assim como também um dos principais consumidores em escala mundial. A produção brasileira é concentrada nos estados do Centro-Oeste e sua exportação é direcionada para países europeus e para os Estados Unidos. Contudo, o país não se insere competitivamente na Cadeia Global de Valor (CGV) do setor, por integrar-se basicamente em estágios de baixo valor agregado devido, sobretudo, a ausência de investimentos nacionais que permitam a realização de *upgrading* na cadeia.

Palavras-chave: Cadeias produtivas. Comércio Internacional. CGV

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the Brazilian coffee global value chain from production and the foreign market, considering that Brazil is one of the largest coffee producers in the world, as well as one of the main consumers worldwide. Brazilian production is concentrated in the states of the Midwest and its export is directed to European countries and the United States. However, the country is not competitively inserted in the Global Value Chain (GVC) of the sector, as it is basically integrated in stages of low added value due, above all, to the absence of national investments that allow the performance of upgrading in the chain.

Keywords: Productive chains. International Trade. CGV.

1. Graduada em Economia pela Universidade Salvador – UNIFACS. E-mail: monicafsdvino@outlook.com

2. Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia, professora auxiliar na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), professora celetista do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano Salvador (PPDRU/UNIFACS). E-mails: kaizaoliveira@uneb.br; kaiza.oliveira@ulife.com.br

RESUMEN

El objetivo de este artículo fue analizar la cadena global de valor del café brasileño desde la producción y el mercado externo, considerando que Brasil es uno de los mayores productores de café del mundo, así como uno de los principales consumidores a escala global. La producción brasileña se concentra en los estados del Centro-Oeste y sus exportaciones se dirigen a países europeos y Estados Unidos. Sin

embargo, el país no está incluido competitivamente en la Cadena Global de Valor (CGV) del sector, ya que se encuentra básicamente integrado en etapas de bajo valor agregado debido, sobre todo, a la ausencia de inversiones nacionales que permitan escalar la cadena.

Palabras-clave: Cadenas productivas. Comercio internacional. CGV.

INTRODUÇÃO

Dados mais recentes sobre a economia brasileira apontam que o Brasil depende de um grande volume de exportações de recursos naturais, em especial as *commodities*, que são setores econômicos de baixo valor agregado e baixa intensidade tecnológica. O que sinaliza para uma influente deficiência na integração competitiva da sua economia no mercado internacional.

A grande demanda tecnológica importada para atender o mercado interno brasileiro pode ser reflexo da falta de ampliação de investimentos produtivos no país, o que resulta à não exportação de produtos com maior valor agregado e na perda de oportunidade de ganhos de maiores escalas (Confederação Nacional da Indústria, 2020).

Esses efeitos podem ser identificados quando se analisa a cadeia de produção de café brasileiro. O país é um dos principais exportadores de café em escala mundial, contudo, possui uma cadeia agroindustrial com produção primária completa, mas carece de especialização na fase industrial. Consequentemente, essa carência consequência ganhos reduzidos em atividades produtivas de maior rentabilidade, em comparação com países como a Itália e Alemanha, que produzem pouco ou não produzem café, mas reexportam o produto, tendo um grande reconhecimento em termos de valor adicional na cadeia global de valor mundial, dado o volume de investimento industrial, conforme Conceição, Ellery Junior e Conceição (2019).

Dado esse contexto, identifica-se que os investimentos no setor industrial cafeeiro, poderiam trazer benefícios internos e externos para o Brasil, gerando receita para o país e integrando-o ao comércio global de forma mais competitiva, gerando mais benefícios econômicos e sociais ao país. Assim sendo, o objetivo desta pesqui-

sa foi responder ao seguinte questionamento: Como se encontra, atualmente, a produção brasileira de café em comparação com outros países considerados *players* no comércio internacional e qual o papel desempenhado pelo país na Cadeia Global de Valor do café?

Nesse contexto, considerando para tanto, a organização do processo produtivo brasileiro em comparação com a economia mundial e seu comércio exterior, o presente artigo tem por objetivo analisar a Cadeia Global de Valor do café, através da produção brasileira entre os anos de 2012 a 2020, especificando a estrutura de produção, consumo nacional, exportação e importação da indústria cafeeira mundial, assim como da Cadeia Global de Valor do café em escala, identificando os principais importadores do café brasileiro, esclarecendo as fases de funcionamento do mercado internacional de café, como também esquematizando a governança do setor do café no Brasil e entendendo assim seus principais pontos para melhores práticas.

Trata-se de um estudo de revisão literária em que os dados serão coletados através de artigos e boletins anuais dos anos de 2012 a 2022, em instituições especializadas no estudo do café, como a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – e o Conselho de Exportadores de Café do Brasil – Cecafé –. Assim, o artigo foi dividido em seis seções: 1. Introdução, 2. Apresenta a cadeia global de valor e suas especificações internacionais, 3. Mapeamento da produção global de café e comércio internacional, 4. Analisa a dinâmica de produção e comércio exterior brasileiro, 5. Apresenta as barreiras comerciais à comercialização de café no Brasil, e por fim, a síntese dos principais pontos do capítulo é apresentada.

CADEIA GLOBAL DE VALOR DO CAFÉ

Segundo Lima (2015) as CGVs são formadas por empresas que deixaram de ser delimitadas nacionalmente e passaram à condição de redes de negócios fragmentadas, em termos organizacionais e globalmente distribuídas. Estas incluem diversas fases de um processo produtivo que envolve desde o plantio ou fabricação de um bem, até o seu destino final, com a inserção das ações do pós-venda.

Essa nova Divisão Internacional do Trabalho foi possível devido: (i) a abertura dos mercados após a década de 1990, que induziu muitos países a se especializarem em setores específicos, isto é, etapas e estágios produtivos onde tivessem maior especialização

produtiva intensificando o fluxo de relações bilaterais entre países e (ii) em decorrência da difusão dos avanços na tecnologia de comunicações e transportes que permitiu que empresas se estabelecessem em distintos locais e operassem através de redes de comercialização dispersas geograficamente (Elms; Low, 2013).

O que resultou em uma crescente fragmentação internacional das cadeias de produção com bens produzidos a partir de componentes importados de diversos países, levando a movimentos de integração produtiva a partir de uma maior verticalização dos processos produtivos e integração de amplas redes de produção e comércio (Hummels; Ishii; Yi, 2001).

O termo Cadeias Globais de Valor pode ser considerado um derivativo da teoria de vantagens competitivas de Porter (1990), que estabelece o entendimento de como ocorre a criação de valor ao longo da cadeia produtiva através da divisão das atividades entre primárias e de suporte que se relacionam através de elos produtivos. Outro ponto é que a teoria de Porter elucida como a competitividade dentro das cadeias pode ser construída de acordo com o ambiente econômico, as instituições e o papel do Estado através das políticas públicas, que se tornam de suma relevância para a construção dessa vantagem e para analisar como operam as CGVs.

Amparado em uma concepção de competição que aborda mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala, Porter (1990) acredita que a teoria da vantagem comparativa é inadequada para a compreensão das novas relações no comércio internacional. Pois, dentro da cadeia há diversas etapas de produção, onde uma empresa ou corporação multinacional que não só exporta pode atuar em outro país, através de subsidiárias estrangeiras, abrindo margem para a competitividade do setor de atuação, sendo integradas a um sistema global. Em contrapartida, ao longo dos anos, pode haver mudanças significativas no nicho econômico dado o aumento da competição, o que pode levar a empresa a retroceder ou mesmo não avançar na CGV.

Segundo Dicken (2000), mudanças na economia mundial decorrentes da globalização levaram as economias a se organizarem através de redes que adotam métodos mais complexos de produção pelos quais estágios são interligados e controlados através de relações de poder altamente desiguais. Na visão do autor, a nova geoeconomia é formada pelo movimento globalizante no qual atores principais e teias de relações em rede existentes entre eles re-

fletem combinações distintas de expansão geográfica e integração ou interconexão como: processos localizantes, processos internacionalizantes, processos globalizantes e processos regionalizantes.

Essa visão ratifica o entendimento de que a inserção das empresas nas redes de negócios ou nas CGVs não depende apenas de suas decisões individuais, mas também da ação de atores externos as suas condutas como as transnacionais, da criação de um ambiente de negócios que equilibrem melhor as desigualdades de forças entre atores locais e globais, junto com instituições de apoio, que permitam ao país usar e aprimorar seus insumos de forma produtiva. Ou seja, de investimentos, adoção de políticas estratégicas e interação no sistema de inovação (Humphrey; Schmitz, 2002).

Mapeamento da produção global de café e comércio internacional

Segundo Barbosa, Souza e Maciel (2021, p. 148): “O café é uma *commodity* estratégica para muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, sendo uma das mais comercializadas e valorizadas na economia mundial”. Embasados nos estudos de Bamber, Guinn e Gereffi, (2014), os autores apontam que a cadeia do café contempla seis segmentos de agregação de valor, conforme o quadro 1 abaixo especifica, que envolve desde a estrutura de insumos a de produtos, dada uma estrutura de governança na qual existem atores que exercem influência sobre sua dinâmica.

- a) Insumos: trazendo visão que o café necessita de vários insumos para a sua produção. Sendo necessária à sua qualidade para estabelecer a destinação final do produto;
- b) Produção: O café é cultivado em pequenas propriedades, com os seus dois tipos de espécies predominantes, arábica e *conillon*;
- c) Processamento: nesse estágio o café em natura é curado e moído. O primeiro processo pode ser seco ou úmido. Quando seco, expõe-se o café cereja ao sol durante um mês. Se úmido, ele é mergulhado na água. Este processo transmite melhor sabor para o café, resultando em preços relativos maiores. Em seguida, a moagem e lavagem são realizadas com vistas a remover camadas de pele ou casca. Tem-se, então, o grão de café verde (*green coffee*). Nessa fase, os pequenos produtores e o Estado são, ainda, importantes atores;

- d) Trade: com mais de 80% dos grãos sendo comercializados internacionalmente, concentrando os seus acordos com as multinacionais que controlam grande parte do volume comercializado internacionalmente (Bamber; Guinn; Gereffi, 2014);
- e) Torrefação: O processo de torrefação, resulta em grãos de café torrado ou em café solúvel. Sendo que há a especificação de grãos ou mesmo ou mistos. A torrefação concentra-se em grande parte dos países da Europa, América do Norte e recentemente no Leste Asiático;
- f) Comercialização: O café é comercializado principalmente no varejo, correspondendo a 70-80% do consumo de café. A competição nesse mercado se dá com base na qualidade do café, a partir de certificados que, usualmente, destacam as condições em que ele foi produzido (Bamber; Guinn; Gereffi, 2014).

Quadro 1 - Cadeia Global de Valor do Café

	Insumos	Produção	Processamento	Trade	Torrefação	Comercialização (varejo)
Segmentos de valor da cadeia	mudas	arábica	processo úmido	negociantes de café commodity (tradicional)	café torrado	supermercados
	fertilizante	robusta	processo seco	negociantes de cafés especiais	café instantâneo	serviços de alimentação
	spray		Moagem		Descafeinação	cafeterias
	terra					
	trabalho					
assistência técnica						
Atores	pequenos produtores, comerciantes, ONGs, governo	pequenos produtores, Estado	pequenos proprietários, cooperativas, Estados, negociantes	traders (Neumann, Ecom, Olam), importadores certificados, (Green Moutain), importadores diretos (Intelligentsia)	grandes torrefadores (Sara Lee), produtores de café instantâneo, (Nestle), redes de cafeterias (Starbucks), pequenas cafeterias	supermercados, restaurantes (McDonalds), cafeterias (Starbucks)

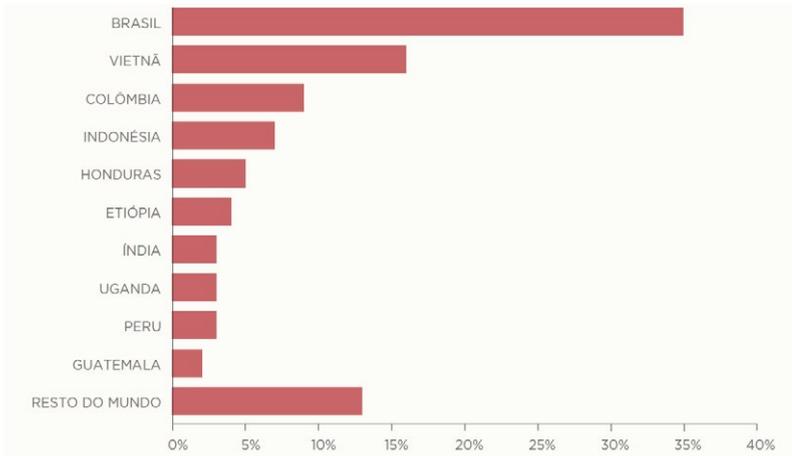
Fonte: Bamber, Guinn e Gereffi (2014) apud Barbosa, Souza e Maciel (2021, p. 149).

De acordo com dados fornecidos pela *United States Department of Agriculture* (2022), tanto a produção quanto o consumo mundial de café têm crescido ao longo dos anos, em decorrência, sobretudo, da diversificação da bebida que tem conseguido atrair cada vez mais admiradores.

De acordo com a Figura 1, que aponta a participação dos países na produção mundial de café, é possível observar que os países latino-americanos, principalmente o Brasil, se destacam entre os princi-

país produtores mundiais. Segundo os dados apresentados, o Brasil foi responsável por mais de 35% da produção mundial, seguido por Vietnã e Colômbia. Contudo, esses países de forma individual, não representam nem metade da produção brasileira no ano de 2022.

Figura 1 - Participação dos países na produção mundial de café, 2017



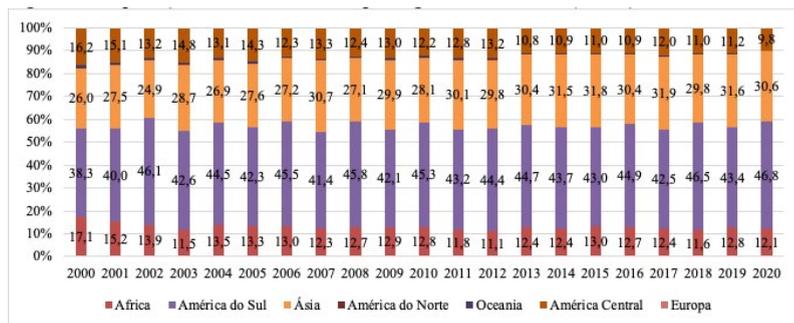
Fonte: USDA, 2017 apud Fundação Getúlio Vargas (2021).

Em se tratando de valores referentes ao comércio internacional, a exportação mundial de café no acumulado dos onze primeiros meses de 2020 atingiu cerca de US\$ 5,6 bilhões, valor que representa um crescimento de 13% em comparação ano anterior. Apesar do recuo dos volumes exportados no período, a alta dos preços do café no mercado internacional favoreceu o aumento dos valores de exportação do café. Os maiores valores nesse período foram comercializados com os Estados Unidos (US\$ 1 bilhão), Alemanha (US\$ 958,3 milhões), Bélgica (US\$ 414,6 milhões), Itália (US\$ 398,8 milhões) e Japão (US\$ 393,2 milhões) (Fundação Getúlio Vargas, 2021).

Em 2017 o consumo mundial de café atingiu o volume de 157 milhões de sacas, enquanto a produção atingiu 162 milhões. Pelo lado da oferta, os cinco maiores produtores mundiais responderam por 71% do volume produzido. Já pelo lado da demanda, os cinco maiores consumidores consumiram cerca de 68% de todo o café produzido no mundo. Além disso, tanto a oferta quanto o consumo mundial têm crescido ao longo dos anos. Conforme a Figura 2 aponta, nota-se que as exportações por continentes, é realizada

primordialmente por países da América do Sul com uma média de 42% do total, seguidos pela Ásia com 30% da exportação mundial.

Figura 2 – Exportações mundiais de café, por região, 2000 a 2020 (Em %).



Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2022).

Entretanto, mesmo com todo o volume produzido e exportado, na América do Sul, o Brasil apresenta demanda por produtos importados composta basicamente por café torrado e cafeína, que são produtos com maior teor industrial e complexidade produtiva, obtidos principalmente da Suíça, China, Itália, Espanha e França.

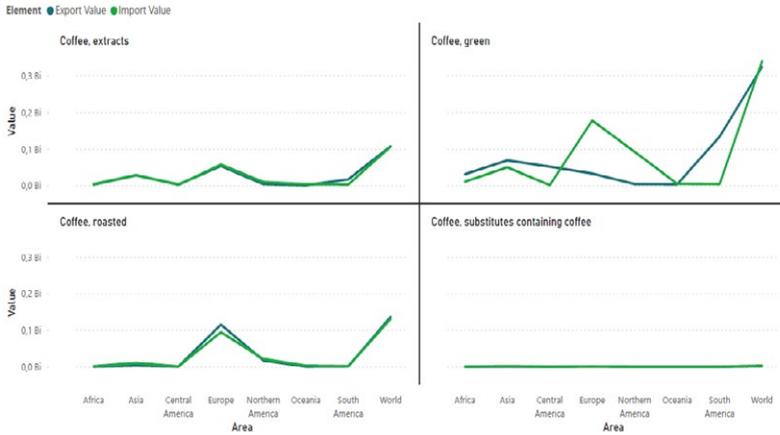
Quando se analisa o consumo de café por região na Figura 3, observa-se que a União Europeia importou, de diferentes países produtores, um volume físico de 42,71 milhões de sacas de 60kg de café, no período de outubro de 2018 a março de 2019, das quais 8,92 milhões das sacas foram adquiridas do Brasil, volume que equivale a 20,9% desse total (Organização Internacional do Café, 2021).

Observa-se ainda que a grande demanda mundial de consumo em larga escala é de países europeus que, por não possuírem território para o plantio da planta, demandam em largas escalas café dos países menos desenvolvidos, que por características agrícolas, produzem grandes levas do produto para exportação, conforme figura 3.

Assim, identifica-se que países em desenvolvimento participam das fases iniciais da cadeia de valor, enquanto os países desenvolvidos geralmente estão em elos de último estágio de produção e comercialização, de modo que dominam a indústria de café torrado e moído, pois em seus territórios estão as sedes das multinacionais responsáveis pela comercialização do café solúvel (Schimanski; Zhang, 2014).

Figura 3 – Consumo de café por região de acordo com o valor,

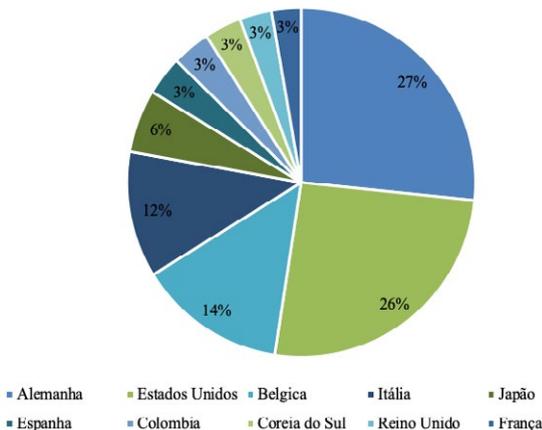
ano, elemento e item, 2021.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FAO (2022).

Conforme observa-se na Figura 4, as grandes importações do café verde, extratos e café torrado advêm, sobretudo, do continente europeu que em sua maioria é composto de países desenvolvidos. Concomitantemente, estes países também são os principais exportadores de café solúvel do mundo, devido ao fato de possuírem as grandes torrefadoras e políticas comerciais que incentivam a torrefação do café.

Figura 4 – Demanda exterior do café brasileiro (arábica e conilon), 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados Cecafé (2022).

A Alemanha, especialmente por não ser produtora de café, Bélgica, Itália e outros países, eliminaram as tarifas de importação de grãos de café verde e, simultaneamente, estabeleceram tarifas de importação de café torrado e instantâneo, tipicamente ao redor de 9% (Bamber; Guinn; Gereffi, 2014). Nos Estados Unidos existem tarifas de importação para o café instantâneo, mas não para o café torrado. A Suíça, em particular, aumentou consideravelmente sua participação no mercado de café torrado e instantâneo em virtude da crescente demanda de países consumidores por café em dose única (incluindo as cápsulas de café). A Nestlé, cuja produção se concentra no país, tem liderado esse segmento (Organização Internacional do Café, 2021).

Considerando que a indústria brasileira de café é bem consolidada, o produto está presente na grande maioria dos lares do Brasil e seu consumo se revela inelástico ao preço, exemplo percebido em períodos de crise em que não há queda do consumo. Outro ponto é que a concentração das indústrias cafeeiras se dá na região Sudeste do país, com 28 empresas em São Paulo e 18 em Minas Gerais. Há também uma certa concentração dessas empresas em estados de fronteira como Paraná e Bahia. Esse tipo de concentração ao redor da principal região produtora pode ser considerado estratégico, visto que o Brasil é um país que depende em larga escala do modal rodoviário, a localização pode facilitar a logística e reduzir custos (Fundação Getúlio Vargas, 2021).

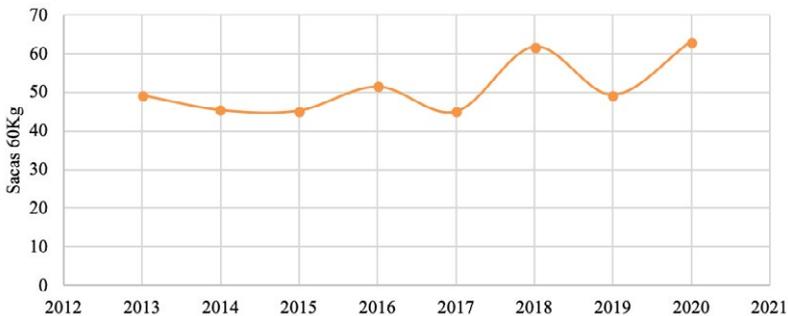
Com o aumento das operações através das CGVs, muitos países viram no setor de café a expansão de produção, produtividade, agregação de valor, emprego e comércio internacional, e aproveitaram a oportunidade de se beneficiarem do melhoramento do produto do café verde. O valor então é agregado pela melhoria da qualidade do produto e a especificação de características geográficas singulares e outros atributos (p. ex. segurança e sustentabilidade). Contudo, frequentemente, essas qualidades são integradas na cadeia produtiva através das multinacionais, que mesmo sem produzir café, conectam os cafeicultores a mercados de valor elevado explorando o mercado de reexportação de café processado a consumidores finais no mundo todo. Essas estratégias, próprias da produção em cadeias, leva a custos mais baixos por unidade e maior competitividade de algumas origens de café verde, que devido as técnicas avançadas de processamento aumentam a oferta de café processado, de solúvel em particular (Conceição; Ellery; Zuchi, 2019).

ANÁLISE DA DINÂMICA DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A indústria cafeeira brasileira concentra-se nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso, que correspondem por 98,6% da produção nacional, dentro de um território de 2,16 milhões de hectares destinados para a produção (Companhia Nacional de Abastecimento, 2020).

A safra predominante plantada no Brasil é de domínio das espécies *Arábica* e *Conillon* ou *Canephora*. A produção média para as duas espécies é de 51,27 milhões de sacas de 60kg/ano entre o período de 2013 a 2020, conforme apresenta a figura 5. A safra do café *Arábica* abrangeu 70% da área destinada para o plantio do país, predominantemente plantado dentro do maior estado produtor de café do país, Minas Gerais. Já a espécie *Conillon* ou *Canephora*, correspondeu a 30% produção média anual, e sua maior produção encontra-se nos estados de Rondônia, Espírito Santo e Bahia (Companhia Nacional de Abastecimento, 2020).

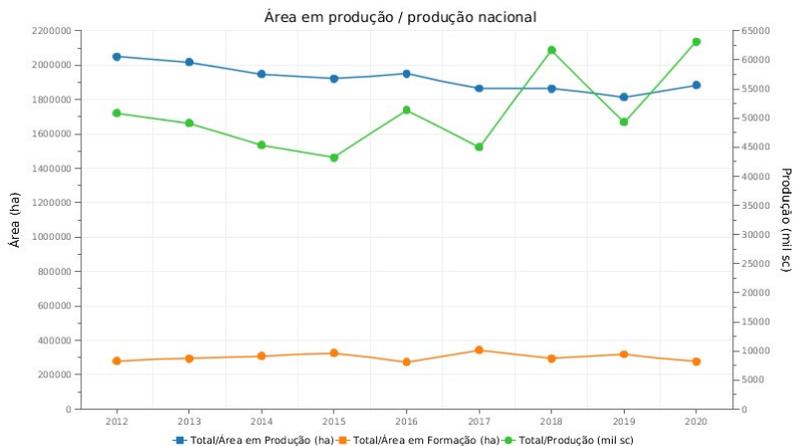
Figura 5 - Produtividade média anual brasileira prevista do café, em sacas de 60kg – 2013 a 2020 (em milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CONAB (2020).

A figura 6 mostra a área total em produção em hectares (ha), área total em formação em hectares (ha) e o total em produção em milhões de sacas de 60kg, entre os anos de 2012 a 2020 no Brasil, abrangendo o plantio das espécies de café *conillon* e *arábica*. Os dados apontam que a expansão da área plantada tem estado relativamente estável no período analisado, todavia, a produtividade do grão tem crescido, haja visto que a produção tem crescido principalmente a partir de 2017.

Figura 6 – Área de produção e formação do café Conillon e arábica, 2012 a 2020 no Brasil

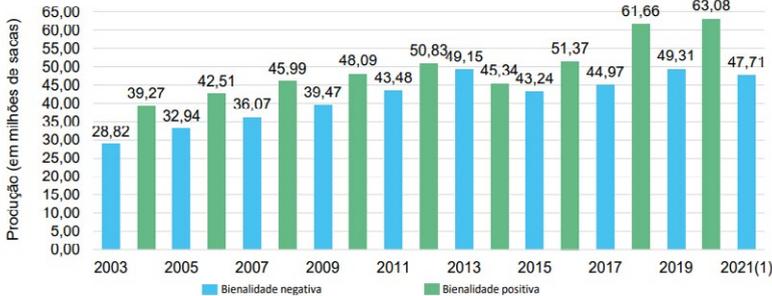


Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2020).

A grande variação nos resultados dos dados apresentados elucidam o conceito de bienalidade do café (Figura 7). Onde, nos ciclos de bienalidade negativa há um aumento na área de formação devido ao esgotamento da planta, ocasionando uma safra menos intensa no ano vigente e havendo a necessidade de recuperação para que no ano seguinte haja uma maior produção e colheita, com resultados positivos.

Essa característica se dá em sua maioria para o café arábica, devido a sensibilidade da planta, apesar da sua produção ser em maiores números. Em contraponto ao café *conillon*, possui uma maior resistência aos estresses e sofre com a bienalidade com menor intensidade (Companhia Nacional de Abastecimento, 2021).

Figura 7 – Produção de café total (arábica e *conilon*) no Brasil em anos de bialidade positiva e negativa



LEGENDA: (1) ESTIMATIVA EM DEZEMBRO/2021.

FONTE: CONAB.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2021).

A Figura 7 apresenta o levantamento da produção para o ano de 2020 que foi de 63.077 mil sacas beneficiadas, representando uma redução de 27,9% em relação ao volume colhido na safra passada. Tal redução é mais significativa na produção do café arábica em virtude, neste ano, dos efeitos do clima e da bialidade negativa. Enquanto em 2019, o rendimento nacional foi de 33,5 scs/ha, para a temporada foi estimado atingir 27,2 scs/ha, representando uma redução de 23,1% em relação ao ano de 2019.

Já a Tabela 1 apresenta o comparativo da área, produtividade e produção de café total (arábica e *conilon*) no Brasil para as safras de 2019 e 2020. Observa-se que o estado de Minas Gerais é o que apresentou maior participação na área plantada e na produção brasileira com cerca de 34.647,1 sacas na safra de 2020, o que representou um aumento percentual de 41,1% em relação à safra de 2019. Cabe salientar que a representatividade do estado foi tamanha em termos de produção que se equiparou à quantidade produzida no mesmo ano do 2º maior produtor mundial, o Vietnã. Ainda de acordo com as informações contidas na Tabela 1 é possível observar que, apesar de ter a maior parcela da produção nacional, Minas Gerais perde em termos de produtividade para estados das regiões norte e nordeste.

A participação da produção de café pelos principais estados produtores pode ser melhor observada através da figura 8. Conforme mostra a figura de referência, Minas Gerais seguido por Espírito Santo, Bahia e São Paulo são os estados com maior nível de produ-

ção no território brasileiro. Os dados mostram ainda que a partir de 2015 a produção de café cresceu no Brasil, contudo, apresentou descontinuidades nesse ritmo de crescimento nos anos de 2017 e 2019 devido, conforme já explicitado acima, a bialidade negativa desses períodos.

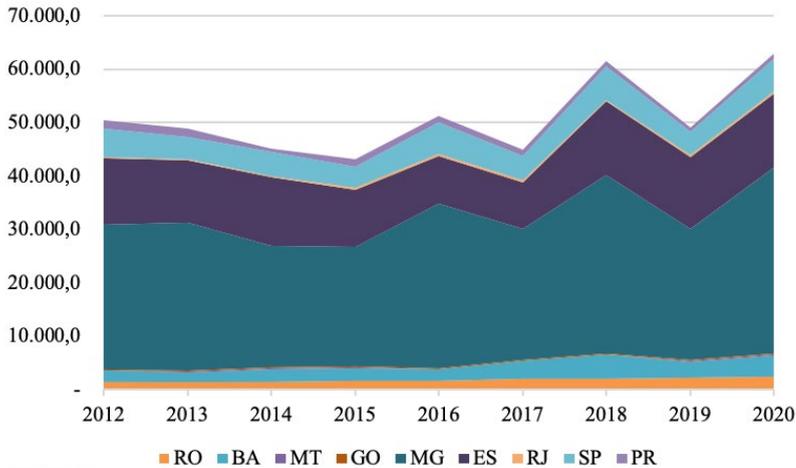
Tabela 1 - Comparativo de área em produção, produtividade e produção de café total (arábica e conilon) no Brasil, safras de 2019 e 2020

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / REGIÃO	ÁREA EM PRODUÇÃO (ha)			PRODUTIVIDADE (sc/ha)			PRODUÇÃO (mil sacas beneficiadas)		
	Safra 2019	Safra 2020	VAR. %	Safra 2019	Safra 2020	VAR. %	Safra 2019	Safra 2020	VAR. %
	(a)	(b)	(a/b)	(c)	(d)	(d/c)	(e)	(f)	(f/e)
NORTE	7.820,0	6.180,0	1,3	35,05	38,46	9,7	2.198,7	2.444,9	11,2
RO	7.820,0	6.180,0	1,3	35,05	38,46	9,7	2.198,7	2.444,9	11,2
NORDESTE	12.400,0	8.680,0	9,1	30,82	37,54	21,8	3.000,0	3.986,7	32,9
BA	12.400,0	8.680,0	9,1	30,82	37,54	21,8	3.000,0	3.986,7	32,9
Cerrado	2.300,0	1.000,0	4,4	33,33	40,70	22,1	300,0	350,0	16,7
Planalto	7.200,0	6.000,0	13,6	17,53	26,00	48,3	900,0	1.516,7	68,5
Atlântico	2.900,0	1.680,0	6,1	48,65	54,01	11,0	1.800,0	2.120,0	17,8
CENTRO-OESTE	4.090,0	2.997,0	2,6	24,14	26,81	6,9	370,7	406,2	9,6
MT	2.790,0	1.425,0	14	14,41	16,50	14,4	121,4	158,4	30,5
GO	1.300,0	1.572,0	11,5	35,96	40,39	12,3	249,3	247,8	0,6
SUDESTE	291.167,0	268.047,6	4,1	26,80	33,32	24,3	42.636,1	56.166,8	29,4
MG	246.281,0	205.988,5	5,9	24,98	33,27	33,3	24.553,6	34.647,1	41,1
Sul e Centro-Oeste	155.249,0	129.468,2	8,4	28,15	35,57	26,4	13.978,8	19.152,2	37,0
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	40.235,0	32.919,7	4,5	24,73	30,96	25,2	4.591,9	6.000,8	30,7
Zona da Mata, Rio Doce e Central	46.502,0	39.912,4	2,6	19,36	30,94	59,0	5.354,2	8.791,0	64,2
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	4.295,0	3.688,3	0,7	25,25	28,04	11,0	628,7	703,1	11,8
ES	31.301,0	36.737,0	1,6	34,27	34,87	1,8	13.498,0	13.958,0	3,4
RJ	1.433,0	1.367,0	2,2	20,92	31,00	48,3	245,0	371,0	51,4
SP	12.142,0	11.855,0	0,1	21,55	30,67	42,2	4.339,5	6.180,7	42,4
SUL	2.300,0	1.980,0	3,6	25,83	26,40	2,2	953,0	941,9	1,2
PR	2.300,0	1.980,0	3,6	25,83	26,40	2,2	953,0	941,9	1,2
OUTROS	1.150,0	1.399,0	19,3	15,26	17,74	16,2	150,8	141,4	6,2
NORTE/NORDESTE	20.220,0	14.860,0	6,1	32,48	37,89	16,7	5.198,7	6.431,6	23,7
CENTRO-SUL	297.547,0	261.024,5	3,9	26,76	33,11	23,7	43.959,8	56.504,9	28,5
BRASIL	318.917,0	277.283,6	3,9	27,20	33,48	23,1	49.309,3	63.077,9	27,9

Legenda: (*) Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2020).

Figura 8 – Produção de café (arábica e conilon) arábica nos principais estados produtores no Brasil, 2012 a 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (2020).

Outro ponto em que o Brasil se destaca é no consumo de café, ao ocupar a terceira posição no consumo global do produto, atrás apenas da União Europeia e Estados Unidos, com cerca de 23 milhões de sacas em 2020 ou 14,35% do consumo mundial (Tabela 2). Cabendo salientar que existe uma expectativa de consumo crescente para cerca de 26 milhões em 2025 segundo o Conselho de Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), o que enquadraria o Brasil no nível de consumo atual dos EUA.

A média de crescimento do consumo de café no mundo gira em torno de 1,5% a 2,0%. Essa média crescente é puxada principalmente pelos países que compõe a União Europeia, Estados Unidos e pelo Brasil (Brasil, 2022).

Tabela 2 - Valores de consumo interno brasileiro, comparativamente a países selecionados, 2020 (saca 60kg)

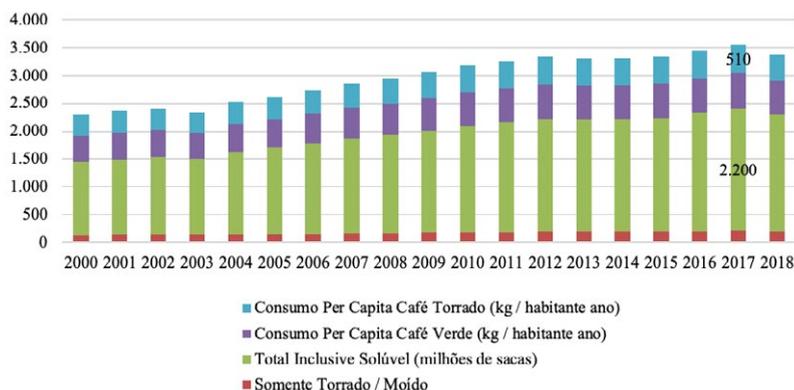
País	Classificação	Qtd (sacos 60kg)	Compartilhamento de Região	Compartilhamento Mundial
União Europeia	1º	41.400	100%	25,11%
Estados Unidos	2º	26.400	77,70%	16,01%
Brasil	3º	23.655	84,03%	14,35%

Japão	4º	7.450	48,53%	4,52%
Filipinas	5º	6.250	39,77%	3,79%
Canadá	6º	5.025	14,79%	3,05%
Mundo	-	164.862	N/D	N/D

Fonte: USDA - GATS (2022).

Quando se analisa o consumo interno no Brasil por tipo de café, observa-se que no período entre 2000 e 2018, o consumo tem crescido, sido guiado, preferencialmente, pelo aumento do consumo de café solúvel. Esses dados, no entanto, indicam pontos de estrangulamento e vulnerabilidade da cadeia produtiva brasileira, tendo em vista que esse tipo de produto é basicamente importado ou produzido internamente por multinacionais em solo brasileiro, indicando que o valor adicionado restante ao Brasil, o maior produtor de café do mundo, é reduzido quando comparado ao valor adicionado que países como Alemanha e Bélgica agregam ao produto verde importado do Brasil e reexportado para o mesmo país. O que indica que o Brasil pode não ser competitivo em elos importantes da cadeia da produção que proporcionariam maior inserção internacional e retornos financeiros com a produção e exportação (Figura 9).

Figura 9 – Consumo per capita de café no Brasil, 2000 a 2018 (Em kg) Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2022).

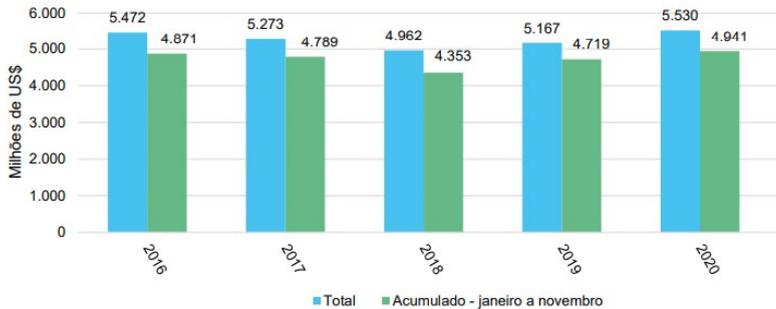


Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2022).

A figura 10 apresenta o valor das exportações de café brasileira entre 2016 a 2020. Observa-se que no ano de 2020, o Brasil

registrou 9,42% de crescimento no volume das exportações brasileiras dado um aumento de 4,3 milhões de sacas de café verde, o que representou um acréscimo de 38,6% em valores em dólares exportados em comparação ao ano de 2019. A soma das exportações de café solúvel, café verde e torrado e moído chegou a 44,5 milhões de sacas para o ano (Cecafé, 2020) (Figura 10).

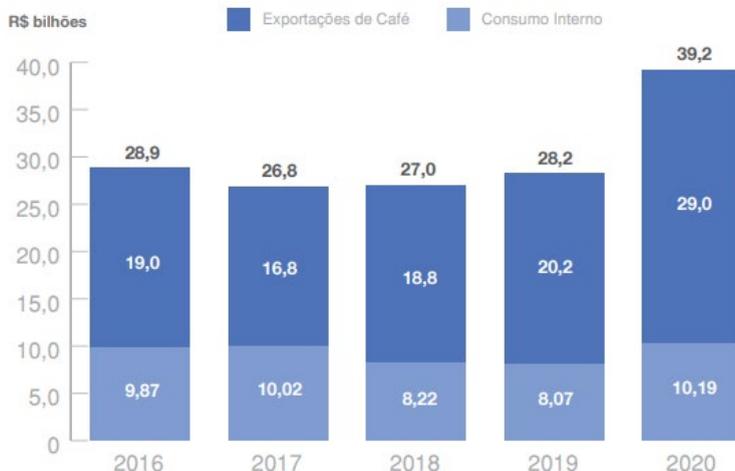
Figura 10 – Exportação brasileira de café, 2016 a 2020 (Milhões US\$)



Fonte: Ministério da Economia (2022).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021), o Valor Bruto da Produção – VBP mostrou a evolução do desempenho da lavoura de café ao longo dos anos. A receita Cambial com as exportações alcançou a US\$ 5,6 bilhões o equivalente a R\$ 29 bilhões. Representando 5,6% das exportações do agronegócio brasileiro e 2,7% dos embarques totais do país (Figura 11).

Figura 11 – Valor bruto gerado pelas exportações e consumo interno de café no Brasil, 2016 a 2020



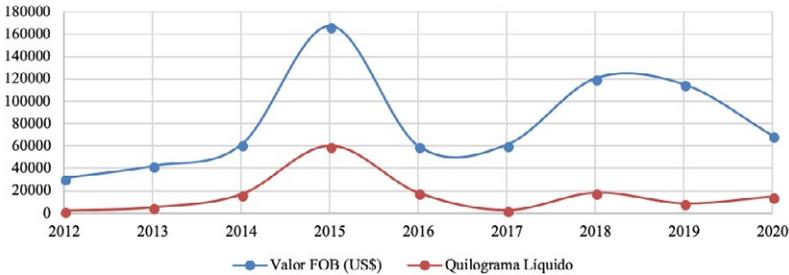
Fonte: Cecafé (2020).

O maior volume de exportação é correspondente do café verde, composto pelas espécies arábica com 79,7% e *conillon* com 11,1%, além da indústria do café solúvel que representa 9,2% das exportações totais do país, e com total 40,4 milhões de sacas exportadas para países como os Estados Unidos, que importaram 5,6 milhões de sacas de café, e correspondem a 18,5% do total vendido no período; depois vem a Alemanha, com 5,1 milhões de sacas importadas (16,9%); Bélgica, em terceiro, com 2,4 milhões de sacas (7,8%); Itália, na sequência, com 2,3 milhões de sacas (7,4%); e o Japão, em quinta colocação, com 1,5 milhão de sacas (5,1%) (Cecafé, 2020).

O Brasil exporta café para países como os Estados Unidos, Alemanha sendo os principais destinos, com respectivas participações de 19,8% e 17,3%, seguidos por Itália (7,1%), Bélgica (7%) e Japão (6,5%). Os portos de Santos e do Rio de Janeiro concentraram cerca de 91% dos embarques do café brasileiro para o exterior no acumulado dos onze primeiros meses deste ano, o porto de Santo com participação de 76% e o porto do Rio de Janeiro com 15% (Cecafé, 2020).

Segundo dados estatísticos de comércio exterior do Brasil disponibilizados pelo Ministério da Economia, no período entre 2012 e 2020 foram exportados cerca de 728 bilhões de dólares em sacas de café brasileiro. Sendo que, os anos que mais contribuíram positivamente para esses valores foram os anos de 2015 e 2018 (Figura 12).

Figura 12 - Exportações brasileiras de café, 2012 a 2020 (Em bilhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2022).

O quadro 2 apresenta as 10 principais empresas de atuação do café no Brasil, entre as quais se destaca o grupo “3 Corações” que detêm de 40% do mercado nacional da indústria cafeeira, exportando para países como Estados Unidos, Bolívia, Chile e Paraguai.

Quadro 2 - 10 maiores empresas brasileiras de café, 2022.

ESTADO	EMPRESA
CE	GRUPO TRÊS CORAÇÕES
SP	JACOBS DOUWE EGBERTS BR COM. DE CAFES LTDA
SE	INDS. ALIMENTS. MARATA LTDA
SP	MELITA DO BRASIL IND E COM. LTDA
SP	MITSUMI ALIMENTOS LTDA
MG	COOP. REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPE LTDA - COOXUPE
PB	SÃO BRAZ S/A IND. E COM. DE ALIMENTOS S. A
MG	CAFÉE BOM DIA LTDA
SP	CAFÉ PACAEMBU LTDA
GO	CAFÉ RANCHEIRO AGRO IND. LTDA

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas (2021).

O Grupo 3 Corações produz cafés especiais que receberam a denominação “Rituais”. São produzidos em diferentes regiões cafeeiras como Cerrado Mineiro tem em seu portfólio as seguintes marcas de café: 3 Corações, Santa Clara (líder nas regiões Norte e Nordeste), 3 Fazendas (fabricado no RN pela 3 Corações Alimentos

e em SP e MT pela Café Brasileiro), Itamaraty (fabricado em Santa Luzia - MG), Pimpinela, Kimimo, Iguaçu, Letícia, Fino Grão, Fort (fabricado em Santa Luzia e Natal), Três (café em cápsula), Haiti, Iguaçu, Amigo e Cruzeiro. No segmento de sucos é dono da Frisco.

O café que é importado pelas principais empresas dominantes do comércio internacional do café, é em sua base o café verde. Ele é comercializado pelas principais Cooperativas, que fazem a ligação Brasil x Exterior, e são direcionados para as principais empresas do ramo da torrefação. Lá eles são torrados, moídos “gourmetizados” em novas especificações de café e posteriormente reexportados para outros países.

Quadro 3 – Empresas dominantes do comércio internacional por segmento, 2014

Comércio Internacional					
	Traders	Importadoras Certificadas e/ou diretas	Grandes Torrefadoras	Produtoras de Café instantâneo	Varejo
Empresas	Neumann	Green Moutain	Sara Lee	Nestle	Walmart
	Ecom	Intelligentsia		Starbucks	McDonalds
	Olam			Kraft Foods	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bamber, Guinn e Gereffi (2014).

Conforme o quadro 3 acima, das principais empresas que dominam a cadeia global do café, sete empresas são dos Estados Unidos (Green Moutain, Intelligentsia, Sara Lee, Starbucks, Kraft Foods, Walmart, McDonalds), duas da Suíça (Ecom e Nestlé), uma da Alemanha (Neumann) e uma de Cingapura (Olam) (Bamber; Guinn; Gereffi, 2014).

BARREIRAS COMERCIAIS À COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL

A Governança dentro da Cadeia Global de Valor do Café, depende das relações de poder e autoridade que dão fluidez ao sistema: disponibilidade de recursos financeiros, materiais e humanos.

A definição relacional, entre as partes, pode mudar o desenvolvimento e a maturidade da indústria (Bessa, 2012).

Dentro do sistema cafeicultor brasileiro, há uma dependência das grandes indústrias de café solúvel com os pequenos cafeicultores. Pois, a qualidade do café solúvel depende diretamente da qualidade dos grãos, e a boa relação com o produtor propicia maior controle das técnicas de manuseio, custos e a qualidade. Assim como, o acesso ao mercado externo depende das multinacionais diretamente ligadas a esses pequenos produtores.

Surgem então as Cooperativas, como Coopervitae e Minasul, para fazer o intermédio de comunicação entre as partes, que tem objetivos comerciais e de produção em comum, além de oferecerem linhas de crédito especiais para pequenos e médios agricultores de modo a impulsionar as atividades. O fator de comercialização internacional fica sob responsabilidade das multinacionais, em especial a Kraft Foods e a Nestlé, que correspondem 75% do volume vendido mundialmente. Elas exercem grande força no mercado por motivo de ordem produtiva e mercadológica e, geralmente, os produtos oferecidos por essas grandes empresas possuem grandes diferenciais, o que impulsiona para que o café vendido tenha um valor agregado mais elevado. Tendo uma maior contribuição, participarem ativamente em países distintos de outros meios e elos da cadeia, eliminando intermediários. Controlando a taxa de preços, eliminação de tributos e o controle de qualidade dos produtos (Bessa, 2012)

As formas de melhoria dentro da cadeia global de valor do café frequentemente dependem do incremento e cumprimento de padrões obrigatórios e voluntários que os reguladores dos governos, do setor privado e, em última análise, os consumidores do mundo inteiro requerem. Melhoramento pode ser definido como a adoção, por produtores ou firmas, de atividades de maior valor para incrementar tanto o valor agregado quanto as capacidades e os benefícios da produção. Pode ocorrer por obtenção de maior qualidade, possibilitando aos cafeicultores a se posicionarem no segmento dos cafés especiais, premium ou gourmet. Também se refere à adoção de padrões internos e externos (esquemas de certificação ou rotulagem) voltados para a sustentabilidade econômica, social e ambiental (Organização Internacional do Café, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a importância do Brasil para esse segmento, seja como produtor, seja como consumidor. Além disso, a relevância do café no Brasil e no mundo vai além da produção de grãos, existe toda uma indústria que produz diferentes tipos de bebida, seja em pó, em cápsulas ou como insumo para doces e demais produtos. O fenômeno conhecido como gourmetização do café pode estar contribuindo para capturar diferentes nichos de mercado. Portanto é importante entender como a agroindústria funciona no Brasil.

Levando-se em consideração os pontos apresentados, conclui-se que o mercado cafeeiro do Brasil é muito ligado ao setor primário, e sua lucratividade depende das exportações para os países que investem na industrialização e especificação do mercado do café e que estão bem inseridos na Cadeia Global de Valor.

A realização de investimentos aliado ao incentivo às empresas nacionais como a redução de impostos e taxas pelo Governo, crédito, infraestrutura e, sobretudo, uma política comercial e industrial mais ativa podem levar o Brasil a se inserir na CGV de forma mais competitiva. Ou seja, podem proporcionar ao Brasil a possibilidade de realizar *upgrading* na cadeia, deixando a condição de mero país agroexportador dos grãos verdes para dominar estágios mais qualificados especificamente para a produção industrial do café gourmet e solúvel, que hoje dominam a demanda de consumo mundial.

REFERÊNCIAS

Acomp. safra brasileira de café, v. 6– Safra 2020, n. 4- **Observatório Agrícola:** quarto levantamento, Brasília, p. 1-46, dezembro 2020. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/levantamento/Conab_safra_2020_n4.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

BAMBER, Penny; GUINN, Andrew; GEREFFI, Gary. **Burundi in the Coffee Global Value Chain**. [S.l.]: Duke University: Center on Globalization, Governance and Competitiveness, 2014.

BAMBER, P. *et al.* (2014-01-08), “**Conectando Produtores Locais em Países em Desenvolvimento a Cadeias de Valor Regionais e Globais: Atualização**”, *Documentos de Política Comercial da OCDE*, No. 160, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5jzb95f18851-en>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BARBOSA Lúcio; SOUZA, Carla; MACIEL, Laura. **A participação de Minas Gerais e do Brasil na cadeia produtiva global do café**. Economia e Região, **Repositório Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**. 2021. Disponível

em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/3316/1/A%20participa%c3%a7%c3%a3o%20de%20Minas%20Gerais%20e%20do%20Brasil%20na%20cadeia%20produtiva%20global%20do%20caf%c3%a9.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. COMEX STAT. **Exportações de café**. 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/31717>. Acesso em: 15 abr. 2022

BRASIL. Ministério da Economia. COMEX STAT. **Café torrado, extratos, essências e concentrados de café**. 2022b. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/31717>. Acesso em: 15 abr. 2022

BESSA, F. **Tecnologias Fazem da Bahia o Quarto produtor de Café no Brasil**. Embrapa Café, 2012.

CAVATON, Thiago. CECAFE - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **Relatório mensal – setembro 2021**. Embrapa. Disponível em: http://www.consortiosquisacafe.com.br/images/stories/noticias/2021/Setembro/CECAFE_Relatorio_Mensal_SETEMBRO_21.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022

_____. **Relatório mensal de exportações**. 2021. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Relatório mensal junho 2020**. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – CECAFÉ, 2020. Embrapa. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/CECAFE_Relatorio_Mensal_JUNHO_2020.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira**, v. 6 – Safra 2020, n. 4. Observatório Agrícola: quarto levantamento, Brasília, p. 1-46, dezembro 2020. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/levantamento/Conab_safra_2020_n4.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira de café, Brasília, v.8 , safra 2021, n. 4, dezembro. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafes/boletim-da-safra-de-caffe/item/17268-4-levantamento-de-caffe-safra-2021>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CONCEIÇÃO, Júnia; ELLERY, Junior Roberto; ZUCHI, Pedro. **CADEIA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: AGREGAÇÃO DE VALOR E EXPORTAÇÃO**. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 24 | Jan./Abr. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9786/1/BEPI_n24_Cadeia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Brasil 2019-2020**. Brasília: CNI, 2020. 93 p. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ca/fc/cafc2274-9785-40db-934d-d1248a64dd94/competitividadebrasil_2019-2020_v1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

DICKEN, Peter. **Mudança Global: Mapeando as Novas Fronteiras Da Economia Mundial**. Grupo A-Bookman, 2000. Ano. Grupo A – Bookman Disponível em:

https://books.google.com.br/books/about/Mudan%C3%A7a_Global_Mapeando_as_novas_frente.html?id=KCyEAQAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 12 abr. 2022.

ELMS, Deborah K.; LOW, Patrick (Ed.). **Global value chains in a changing world**. Geneva: World Trade Organization, 2013. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/aid4tradeglobalvalue13_intro_e.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A indústria cafeeira no Brasil e suas interações com o comércio internacional**. FGV Projetos. 2021. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-03/coffe_fgv_PT.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Production Indices: coffee**, 2021.

HUMPHREY, John; SCHMITZ, Hubert. **How Does Insertion in Global Value Chains**

Affect Upgrading in Industrial Clusters? Regional Studies, v. 36, n. 9, p. 1017-1027, 1 dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0034340022001022198>. Acesso em: 09 maio. 2022.

LIMA, Uallace Moreira. A dinâmica e o funcionamento da Cadeia Global de Valor da indústria automobilística na economia mundial. **Texto para Discussão**, n. 2065, p. 66, 2015. Repositório IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3735/1/td_2065.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 10 maio. 2022.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Preços de matéria-prima recebidos pelos produtores de café no Brasil**. Associação Brasileira da Indústria do Café. Disponível em: <https://estatisticas.abic.com.br/estatisticas/preco-pago-ao-produtor-2/>. Acesso em: 28 maio. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **O Futuro do Café**. Relatório de Desenvolvimento do Café. 2021. Disponível em: <https://www.internationalcoffeecouncil.com/cdr2021>. Acesso em: 14 maio. 2022.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SCHIMANSKI, Suzana. ZHANG, Liping. **Cadeias Globais de Valor e os Países em Desenvolvimento**. 2014, Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI). Academia.edu. Disponível em: https://www.academia.edu/54692227/CADEIAS_GLOBAIS_DE_VALOR_E_OS_PA%C3%8DSES_EM_DESENVOLVIMENTO_1?bulkDownload=thisPaper-topRelated-sameAuthor-citingThis-citedByThis-secondOrderCitations&from=cover_page. Acesso em: 18 maio. 2022.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Market and Trade Data**. PSD Online Reports and Data of coffee. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/downloads>. Acesso em: 27 set.. 2023.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **FAS - Global Agricultural Trade System (GATS)**. Data of coffee. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/gats/default.aspx>. Acesso em: 27 set.. 2023.

A Adesão dos Países Bálticos na OTAN: uma análise à luz do Neorrealismo Defensivo

*The Accession of the Baltic Countries to NATO: an
analysis in the light of Defensive Neorealism*

*La Adhesión de los Países Bálticos a la OTAN: un
análisis a la luz del Neorrealismo Defensivo*

Amanda Ribeiro Silva¹
Ana Flávia Nery Rodrigues²
Julia Pereira Nazário³
Rafael Silva Lopes⁴

Recebido em: 02 de dezembro de 2022

Aceito em: 09 de outubro de 2023

RESUMO

O intuito do presente artigo é apresentar o contexto histórico do momento em que os Estados Bálticos se aliam à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, com isso, analisar esse período com uma lente teórica neorrealista defensiva. Assim, com o estudo das obras de Kenneth N. Waltz e, também, textos acerca do campo da Ciência Política foi desenvolvida uma análise que busca compreender o motivo pelo qual a Estônia, Letônia e Lituânia, que eram ex-repúblicas soviéticas, aderiram à OTAN em 2004.

Palavras-chave: Neorrealismo Defensivo; Segurança; Estados Bálticos; OTAN.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to present the historical context of when the Baltics States joined the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and, then, analyze this period with a defensive neorealist theoretical lens. Thereby, with the study of the principal works of Kenneth N. Waltz and, also, some texts about the Political Science field, an analysis was developed looking forward to understanding the reason why Estonia, Latvia and Lithuania, which were former Soviet republics, joined NATO in 2004.

Keywords: Defensive Neorealism; Security; Baltic States; NATO.

1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: amandaribeirosilva2410@gmail.com

2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: ananery327@gmail.com

3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: juliap.nazario1999@gmail.com

4. Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: rafaelslopes2016@gmail.com

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar el contexto histórico del momento en que los países bálticos se unieron a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y, por lo tanto, analizar este período con una lente teórica neorrealista defensiva. Así, con el estudio de las obras de Kenneth N. Waltz y,

también, de textos del campo de la Ciencia Política, se desarrolló un análisis que busca comprender la razón por la cual Estonia, Letonia y Lituania, que fueron ex repúblicas soviéticas, se adhirieron a OTAN en 2004.

Palabras clave: Neorrealismo defensivo; Seguridad; Estados bálticos; OTAN.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar a adesão dos Estados Bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia) na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2004, a partir do questionamento do motivo dessa adesão. Ao decorrer do artigo foi utilizada a obra de José Flávio Sombra Saraiva (2007), e também um aprofundamento sobre o contexto histórico com a ajuda de autores, como Fabiano Mielniczuk (2020). Assim, enfatizando o período da Guerra Fria (1947-1991), berço de criação da OTAN, e o pós Guerra Fria até 2004, quando os países ingressam na aliança.

Além da descrição histórica, serão discutidos e relacionados os conceitos sobre política e poder pelas obras de Norberto Bobbio (1998, 2000, 2009), com ênfase em sua análise sobre as classes de poder. E, também, sua visão sobre o fenômeno da guerra, passando pela questão do equilíbrio do terror e da dissuasão, expressões utilizadas no contexto histórico, levando em conta a relação entre a OTAN, os países Bálticos e os conceitos trabalhados.

Como lente teórica, foi utilizado o Neorrealismo Defensivo de Kenneth N. Waltz (1979), de modo a desenvolver as concepções acerca da estrutura política, do sistema internacional e das unidades, em especial o Estado, buscando ampliar a discussão para traçar os comportamentos dos atores dentro do sistema, destacando o conceito *bandwagoning* trabalhado pelo autor.

Por fim, foi realizada uma análise relacionando todos os conceitos teóricos trabalhados com período histórico em que os países do Báltico se aliaram à OTAN, buscando responder o questionamento inicial deste trabalho.

DA QUEDA DA URSS À EXPANSÃO DA OTAN: CONCEITOS E CONTEXTO

Para a sintetização desta seção, foram desenvolvidos os conceitos de poder presentes no campo da Ciência Política e também os pontos principais do Neo Realismo Defensivo de Kenneth N. Waltz. Além disso, no contexto histórico foi abordado mais sobre o passado e a história dos Estados Bálticos e sobre a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).

Poder, política e segurança

A discussão sobre política, Estado e poder se faz presente nas Ciências Sociais há longos séculos, enquanto pensadores se destinaram a compreender as implicações de cada um em determinados contextos. Partiremos da premissa da relação entre eles – conceito presente no pensamento de Norberto Bobbio – para uma compreensão mais precisa e mais focada no conceito de poder.

Passaremos sumariamente pelos conceitos de Max Weber sobre a construção sociológica do Estado. Weber define o Estado como “monopólio da força legítima” e entende-se que o poder coercitivo e o uso legítimo da força fazem parte de sua formação. Partindo dessa base, Weber nos apresenta uma concepção moderna sobre a política e sua relação intrínseca com os variados tipos de poder. “Política, (...) significaria para nós aspiração à participação no poder ou a exercer influência sobre a distribuição do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado, entre os diversos grupos humanos que o Estado abarca.” (Weber, 2015, p. 63). Com essa definição, o foco passa a ser a compreensão acerca das classes de poder propostas e discutidas por Bobbio. (Bobbio, 2000; Weber, 2015)

Poder como definição ampla, “(...) designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode se referir a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais.” (Bobbio, 1998, p.933). A definição de poder apresentada por Bobbio amplifica seu significado se partimos de uma visão neutra, no entanto, o foco será estreitar tal definição se aproximando de conceitos menos amplos e mais específicos.

Iniciaremos a discussão no sentido do poder social, que diz respeito ao homem como sujeito e objeto de poder, além do Poder sobre as coisas. Na vida em sociedade, o Poder sobre as coisas pode

se tornar mais preciso quando se converte em recursos e pode garantir a possibilidade de exercer o Poder sobre o homem. Dentro dessa definição, é importante determinar a esfera do Poder, que pode se alterar nos diversos campos aos quais é empregado. (Bobbio, 1998)

Seguiremos então trazendo a definição de Poder atual, caracterizado como um tipo de Poder social. Diz respeito à capacidade de determinar comportamentos e, conseqüentemente, possibilitar a ação, quando no exercício de poder. Se refere à tentativa de determinado indivíduo modificar a conduta do outro, podendo estar relacionado com interesses específicos, manipulação ou até mesmo pelo uso do Poder coercitivo por parte daquele que detém o poder. Já aquele que é objeto de poder, pode-se aplicar a relação de voluntariedade ou de involuntariedade, movido pelo uso do poder coercitivo por parte do detentor do poder. Por conseguinte, para que na relação exista Poder, é necessário que o comportamento de um seja causa do comportamento do outro. (Bobbio, 1998)

O conceito de Poder potencial também diz respeito à capacidade de determinar o comportamento do outro, no entanto, se caracteriza pela possibilidade de exercer algum poder. Dentro desse conceito, a questão da disposição de recursos (como riqueza, força, informação...) é necessária para a efetivação do Poder, além da habilidade em converter tais recursos em Poder. É possível que um indivíduo dotado de recursos não tenha poder sobre o outro se este não estiver disposto a mudar sua conduta, ainda que possa estar sob ameaça. É possível então particularizar as relações de Poder estabilizado no nível individual, importante na instância social e política, que compreende muitas vezes em uma relação de mando e obediência; ou as relações de Poder institucionalizado, quando o Poder estabilizado se articula para diversas funções, como por exemplo um governo ou um exército. (Bobbio, 1998)

A seguir explicaremos brevemente o papel das percepções sociais e das expectativas, além da discussão sobre os modos de exercício de poder. O papel das percepções sociais e das expectativas diz respeito ao comportamento do indivíduo, que acaba por determinar o exercício de Poder. Está ligado com a imagem da distribuição do Poder feita pelo indivíduo, logo, a reputação do Poder estabelece um possível recurso do Poder efetivo, podendo estar ligado com previsibilidade de comportamentos. É importante salientar que existem diversos tipos de exercício do poder, como a ameaça,

a manipulação, a persuasão ou a promessa de recompensa, ou seja, podem ser ou não ligados à coação. Partindo então das várias constatações de Poder, segue-se para a realidade social, compreendendo quando de fato acontece uma relação de Poder e o grau de aplicação. A mensuração do Poder determina as várias dimensões onde o comportamento funciona como causa. (Bobbio, 1998)

Após essa abordagem, focaremos agora na tipologia moderna das formas de Poder na esfera política para Bobbio. O autor apresenta três classes do poder: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. O poder econômico se dá pela capacidade de um indivíduo provido de recursos de influenciar o comportamento daqueles que estão em situação inferior em questão de posse de recursos, mediante promessas e concessões de vantagens. O poder ideológico baseia-se no poder consentido por um indivíduo que detém certa autoridade e que expressa certa influência na formulação de ideias, podendo exercer controle sobre a conduta de um subordinado. Por fim, o poder político se trata do poder pertencente aos detentores da força física, principalmente por aqueles que possuem o controle de armamento e por isso são capazes de exercer uma coerção em relação aos demais. Todos esses poderes perpetuam a desigualdade e corroboram para as subdivisões da sociedade, baseando-se assim em detentores de poder e subordinados. (Bobbio, 1998)

A partir desse panorama conceitual sobre os diversos tipos de poder, discutiremos acerca de uma abordagem mais específica: o fenômeno da guerra – um possível comportamento na esfera do poder político – segundo as visões de Norberto Bobbio. Destacamos anteriormente que poder está relacionado com a política e, conseqüentemente, pode-se compreender que política está relacionada com a guerra, que nesse caso específico, envolve também a moral. Segundo Bobbio (2009, p. 211) “o tema “a moral e a guerra” nada mais é do que um aspecto do tema geral da relação entre moral e política, porque a guerra é a manifestação mais clamorosa da política”.

A princípio, levaremos em conta o conceito de equilíbrio do terror, expressão criada no período da Guerra Fria (1947 – 1991) que começa a ser utilizada depois da descoberta das armas nucleares e, conseqüentemente depois, usada como definição do conceito de dissuasão. O equilíbrio do terror modifica diretamente o equilíbrio entre as potências. O temor recíproco – expressão hobbesiana que justifica o contrato social sobre os indivíduos em estado de natureza – existe no sistema internacional, e, ainda que não induza a

instituição de um poder comum supraestatal, sustenta o equilíbrio entre as potências. (Bobbio, 2009)

Aprofundaremos então nesse conceito apropriando uma definição mais ornada para a estratégia da dissuasão, levando em conta o cenário de possível destruição mútua sob o uso de armamentos nucleares. O equilíbrio do terror e o princípio do temor recíproco é levado à um nível mais alto para se alcançar o objetivo de impedir a agressão. Se tratando das relações entre Estados no sistema internacional, a reciprocidade do temor é garantida pelo equilíbrio das forças. Por assim dizendo, a igualdade garante a dissuasão. (Bobbio, 2009)

É um equívoco, no entanto, confiar cega e unicamente no equilíbrio do terror, já que este está em constante desequilíbrio. “Não há nada de mais irracional do que depositar a própria confiança na racionalidade da história” (Bobbio, 2009, p. 68). O período de paz conquistado sob o efeito balanceador do equilíbrio do terror é deveras breve para que qualquer conclusão seja formada, além de não haver razões para tratar esse equilíbrio como fator único de dissuasão. Para se compreender essa questão sobre o equilíbrio do terror, Bobbio afirma haver uma inversão dos termos da doutrina do equilíbrio:

“(…) Estas armas não servem para fazer a guerra, mas para evitá-la. (...) as armas se transformam, de instrumentos de guerra, em instrumentos de paz (...). É a sublimação do mote: “*Si vis pacem, para bellum*” (se desejas a paz, prepara a guerra). Mote repleto de falsidade, porque desde as origens da história até os dias de hoje os Estados prepararam a guerra para depois, (...) também a fazerem. O aspecto paradoxal dessa doutrina está no fato de que o fim da corrida armamentista seria não a vitória, não a liberdade, não a justiça, mas a paz. Como se afirmássemos que a paz (...) justificasse por si só a construção dos instrumentos de guerra. O meio não é mais a guerra, (...) mas os instrumentos de guerra, que paradoxalmente serviriam para manter a paz.” (Bobbio, 2009, p.224-225)

O aumento de armamentos no mundo revela a ambiguidade das relações internacionais. A busca pelo fortalecimento armamentista se constrói à sombra de negociações pelo desarmamento que nunca são efetivamente inferidos. A desconfiança mútua impõe a impossibilidade prática para o estabelecimento da paz. “Estados no mundo são como indivíduos no estado de natureza. Eles não são perfeitamente bons nem são controlados por lei”. (WALTZ, 2001, p.163, tradução nossa). Se para Hobbes, no estado de natureza a garantia dos indivíduos é caracterizada pelo poder superior, na

balança internacional o equilíbrio das forças é caracterizado pela fragilidade: a segurança própria só é garantida pela superioridade. (Bobbio, 2009)

O Neorrealismo Defensivo de Waltz

Dentro de seu livro “Teoria da Política Internacional”, lançado no ano de 1979, Kenneth N. Waltz trouxe uma nova perspectiva para o campo das Relações Internacionais de como compreender o sistema internacional e as interações que nele ocorrem, o Neorrealismo Defensivo. Com isso, explicaremos os conceitos centrais da teoria, que são apresentados pelo autor para compreender esse sistema e o comportamento dos atores dentro dele.

As teorias sistêmicas são aquelas que abandonam o uso de características específicas de análise, como os níveis das unidades e do Estado, e consideram os efeitos estruturais, ou seja, identificar o que seria decorrente das interações das unidades dentro do sistema político internacional. Assim, seria possível traçar as ações esperadas dentro do sistema mostrando como isso afeta os atores que estão interagindo e até mesmo o funcionamento do sistema. Segundo Waltz (1979), a influência que a estrutura exerce sobre as relações entre os atores é meramente uma causa de suas ações. É certo afirmar que essas teorias vão isolar essas causas e explorar seu impacto para as relações internacionais. (Waltz, 2002; Diniz, 2007)

A princípio, é fundamental conceituar a estrutura, indicando o que ela é e o que ela representa. Com isso em consideração, o autor discorre que ela se baseia em um meio físico e social que propicia um espaço para ações e interações, e isso faz com que seja possível pensar no sistema como um todo, e isso define a ordem das partes que estão dentro dele. Então, a estrutura não é um apenas um grupamento de instituições políticas, mas sim a forma como elas são dispostas. (Waltz, 2002)

Após conceituar a estrutura, Waltz (1979) desenvolve três aspectos que a explicam e facilitam sua compreensão, são eles: princípio ordenador, especificação da função das unidades e distribuição das capacidades. O primeiro desses aspectos, se mostra sendo a primeira organização de como as partes de um sistema estão relacionadas, essa ordenação pode ser uma anarquia, internacionalmente, ou uma hierarquia, domesticamente. O segundo parâmetro - função das unidades -, traz mais informações que são importantes

para identificar, mais precisamente, o lugar de algumas unidades em comparação às outras, em uma hierarquia isso levaria à diferenciação das unidades, e em uma anarquia há a ausência da diferenciação funcional entre os atores. Por fim, distribuição das capacidades, reconhece que algumas unidades se diferenciam de outras com relação a capacidade de desempenhar determinadas funções e isso designaria a polaridade de um sistema. (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

A partir da utilização dos pontos mencionados acima é possível definir uma estrutura política internacional, é capaz de moldar os processos políticos, logo, o posicionamento dos atores dentro do sistema é importante. Quando ocorrem mudanças nessa organização, se pode acarretar muitas alterações dentro da estrutura e, até mesmo, na estrutura. Um exemplo disso é a alteração do princípio ordenador, que pode passar de uma anarquia para uma hierarquia, isso seria classificado como uma mudança da estrutura, já uma exemplificação de uma mudança na estrutura se relaciona com o terceiro aspecto (distribuição das capacidades), onde um cenário bipolar, passaria para uma multipolaridade. (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

Em meio às alterações que são capazes de ocorrer na organização das unidades dentro da estrutura é premente ressaltar como o autor entende as polaridades que um sistema contém. Primeiramente, é possível identificar duas vertentes principais: a bipolaridade, que se caracteriza pela presença de duas grandes potências, e a multipolaridade, onde há a presença de três ou mais grandes potências. De acordo com Waltz (1979), a diferença entre elas se encontra com base no balanceamento – é necessário um Estado balancear seu poder com o mais forte, caso tenha planos de dominação mundial. No caso da bipolaridade, onde apenas duas potências lutam para conter os desequilíbrios, seus esforços internos são suficientes para manter uma estabilidade, pois a força controlaria força, um exemplo disso é a Guerra Fria (1947-1991), onde se tinham duas potências os Estados Unidos e a União Soviética. Na questão da multipolaridade, o sistema se torna mais flexível, pelas mudanças nos alinhamentos que vão constituir uma maneira adicional de ajuste, com isso, esse sistema é incomparavelmente mais instável e menos previsível. (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

Em decorrência de tudo mencionado acima, com sua análise da política internacional conforme sua definição de estrutura, Waltz (1979) chegou à conclusão de que não há nenhuma autoridade que é superior as unidades do sistema, no entanto isso não

significa a falta de uma ordem, mas sim que esse ordenamento é obtido por meio das interações dentro da estrutura. Portanto, com a falta de um poder superior que oriente as ações e interações nesse sistema ele é considerado anárquico, dessa forma, cada unidade pode contar apenas consigo mesma para garantir seus objetivos e sua segurança, em última instância. Sendo assim, o autor define que as relações no sistema internacional possuem um caráter, que foi nomeado, “autoajuda” (*self-help*). (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

A ideia de autoajuda se relaciona com o pensamento de “cada um por si”, isso faz com que as unidades desempenhem o máximo de atividades possíveis, além de usarem uma parcela de seu poder, para terem a capacidade de se proteger dos outros ao invés de empreender em seu próprio bem. Logo, como mencionado previamente, o mais importante para os atores na autoajuda é a garantia de sua sobrevivência e essa preocupação é o que vai moldar seus comportamentos dentro do sistema internacional anárquico. (Waltz, 2002)

Com o conhecimento de que para Waltz (1979), o principal objetivo dos Estados é garantir sua sobrevivência no sistema internacional, vale ressaltar que para que isso ocorra os atores estatais precisam garantir sua segurança, o que é evidentemente mais importante. A afirmação acerca de como se garantir dentro do sistema para o autor se diverge da de outros realistas, que enxergam a maximização de poder como sendo o mais importante. Não obstante, em sua obra Waltz (1979) não descarta que o poder é um meio útil para sobreviver dentro do sistema internacional, todavia, ele vai dizer que esse não é o que motiva o comportamento dos Estados em um espaço de incertezas. (Waltz, 2002)

Tendo em vista o desenvolvimento de seu trabalho, o autor identifica que os Estados mais fortes conseguem garantir sua sobrevivência com mais facilidade do que os mais fracos, porém esses precisam agir buscando favorecer sua permanência no sistema. Com isso, Waltz (1979) desenvolve o conceito de *bandwagoning*, que basicamente é o comportamento do mais fraco se aliar ao mais forte, criando uma certa forma de equilíbrio. Assim sendo, para desenvolver um pouco mais sobre esse tópico, é interessante citar a obra de Tucídides acerca da Guerra do Peloponeso (431 a.C - 404 a.C), especialmente o “diálogo meliano”, em que melios (mais fracos) e atenienses (mais fortes), realizam uma coalizão para que o povo de Melos consiga se salvar e sobreviver dentro do sistema.

No “bandwagoning”, os mais fortes conseguem controlar os mais fracos, todavia, isso é um comportamento racional desses, pois o forte conseguiria ter o controle dele qualquer forma, então essa seria uma alternativa para a sobrevivência no âmbito internacional, especialmente, em um sistema multipolar, onde há grande instabilidade e pouca previsibilidade. (Waltz, 2002; Tucídides, 1987)

Em síntese, a partir da apresentação dos conceitos principais do Neorrealismo de Waltz (1979) e discussões relevantes para o campo da Ciência Política, é possível compreender o funcionamento do sistema internacional anárquico e como os Estados tendem a se comportar dentro dele, pois é um espaço imprevisível e repleto de incertezas.

Da criação da OTAN à sua expansão para o Leste Europeu

Para a contextualização da adesão dos países Bálticos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999, é essencial retomar alguns períodos históricos para uma melhor compreensão do assunto. Será discutido brevemente sobre o período de Guerra Fria (1947 – 1991), considerado o berço de criação da OTAN; seguido pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e sua relação com os países da ex-república; o processo de crise de identidade da OTAN; o início de expansão da Organização após o fim da Guerra Fria; e por fim a adesão da Letônia, Estônia e Lituânia no Tratado.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma nova ordem internacional surgia, com duas grandes potências disputando a liderança. Um lado era representado pelos Estados Unidos, cuja força constituída pelo ambiente econômico movimentava a Guerra Fria. Juntamente com sua política industrial e financeira, também predominava a luta contra o comunismo. Já do lado Soviético, Stalin procurava uma forma de convivência com os norte-americanos, ensaiando projetos para receber auxílio econômico para reconstrução da URSS. (Saraiva, 2007).

No decorrer deste período, houve planos e doutrinas impostos. Em 1947, a Doutrina Truman foi criada para conter o avanço do comunismo soviético, que se espalhava pela Ásia. Já o plano Marshall, fundado no mesmo ano, foi criado na intenção de reconstruir a Europa Ocidental pós Segunda Guerra Mundial, ainda que por trás dessa narrativa, a ideia dos Estados Unidos era reconstruir

o seu próprio mercado. Ambos os pontos foram indispensáveis nesse primeiro momento da guerra, denominado “relação quente”. (Saraiva, 2007)

Um outro tópico indispensável na relação quente foi o desdobramento militar executado pelos Estados Unidos: a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949. A OTAN foi criada com o objetivo de ser uma aliança militar para seus membros contra uma possível agressão soviética. O artigo 5º do Tratado determinava que um ataque a um, seria um ataque a todos, estabelecendo o conceito de segurança coletiva de seus membros. Inicialmente a OTAN contava com 13 membros e atualmente possui 28 (Estônia, Letônia e Lituânia, sendo ex-repúblicas soviéticas). Além disso, a aliança também tentava conter a propagação do comunismo pelo mundo. (Saraiva, 2007)

Em resposta às criações do gigante ocidental, o lado soviético também teve suas reações. As primeiras reações de Stalin foram o fortalecimento militar da URSS e o desenvolvimento da bomba atômica; a segunda reação foi o *Kominform*, um aglomerado comunista para a propagação do mesmo; o terceiro momento foi o primeiro experimento da bomba atômica em 1949. Este momento fez com que a República se igualasse aos Estados Unidos. Em 1955, uma aliança militar similar a OTAN surgiu da parte dos soviéticos, o denominado Pacto de Varsóvia (1955) que tinha como intuito a proteção contra o ocidente e seus integrantes eram os Estados soviéticos. (Saraiva, 2007).

A partir de 1955 se inicia um segundo momento da Guerra Fria chamado de coexistência pacífica. Quando se inicia uma flexibilização entre os dois gigantes pela modificação do cenário internacional, uma ordem bipolar emerge. Seis grandes fatores são prioridades nesse período: 1. o *aggiornamento* econômico, que recebia fundos através do plano Marshall para a reconstrução da Europa; 2. a flexibilização intra-imperial, que envolvia disputa por territórios; 3. a desintegração do bloco soviético (alguns partidos comunistas possuíam crenças diferentes sobre o mundo comunista), que caracteriza o esfriamento das tensões entre as potências; 4. o processo de descolonização dos países da Ásia e da África, que se inicia em decorrência do enfraquecimento dos países europeus que não se interessavam mais como antes pelas colônias africanas; 5. a política externa independente, que não era um assunto muito discutido, pois envolvia os países neutros na

guerra; 6. o declínio das armas nucleares, pela percepção de destruição mútua. (Saraiva, 2007).

Partindo dessa contextualização, passaremos a evidenciar a atuação da OTAN na Europa. É importante destacar que durante seu período de atuação, ocorreu uma mudança em seu caráter, o que modificou todo o cenário internacional. Para poder compreender essa mudança de caráter, primeiramente é necessário regressar ao final da década de 80, pois foi nesse período em que houve as mudanças principais no sistema internacional, acabando com a bipolaridade e tornando-o multipolar, principalmente no campo econômico e ideológico. Tal “nova ordem mundial” é marcada pela crise e fim do regime socialista soviético, o fortalecimento de práticas econômicas de cunho neoliberal e a ascensão de novas potências.

A decadência do regime soviético é evidente a partir de diversos graus de análise, seja nas mudanças em sua estrutura, como no abandono gradual do comunismo e a adoção de medidas liberais, como a *glasnost* e a *perestroika*, dessa forma integrando-se à divisão internacional do trabalho, marcado pela forte aproximação de valores ocidentais. A adoção de tais medidas, apenas demonstram a irrelevância e fraqueza do modelo econômico socialista perante ao mundo cada vez mais interdependente. Por um lado, existiu um relativo sucesso com a implementação da *glasnost*, mas, por outro lado, a *perestroika*, foi insuficiente para “consertar” a fragilidade da economia. Um outro fator que pode ser considerado como um golpe nesse modelo econômico, é o abandono de diversos países dentro da área de influência soviética, além de diversos conflitos que buscavam uma autonomia política do estado centralizador soviético. Seja por causas econômicas, políticas, diplomáticas ou militares, a combinação desses fatores dificultou a administração centralizadora da União Soviética, enfraquecendo-a e causando sua ruptura em 1991. (Saraiva, 2007).

Apesar das fortes pressões externas, Saraiva (2003, p. 269) aponta que as principais causas da queda da URSS foram motivos internos, principalmente graças à impossibilidade de realizar reformas relevantes, comparando isso com as análises de Tocqueville em relação ao choque causado por tentativas de mudanças políticas em sistemas de grande rigidez social. Sendo assim, é dentro do Império Soviético onde acontecem as causas de seu destino final, destacando-se os casos do acidente da usina nuclear em Chernobyl em 1986 e a queda do Muro de Berlim em 1989.

A partir do fim da Guerra Fria, com a ruptura do regime socialista soviético (1991), o sistema internacional passa por grandes mudanças, deixando de ser de uma ordem do tipo bipolar e tornando-se multipolar, destacando-se a liderança dos EUA como a grande potência desse sistema. Devido a tais mudanças, os Estados buscaram se adequar aos novos princípios e normas nessa “nova ordem mundial”, existindo um forte diálogo entre os EUA e agora a nova Rússia em relação a diversos tratados voltados para o desarmamento e para políticas de cunho liberal. Apesar dessa forte aproximação entre os Estados governados por Yeltsin e Reagan, o Estado Russo buscou exercer seu papel de herdeiro legal da URSS, esforçando-se como uma liderança local em algumas regiões no leste europeu e na Ásia (Saraiva, 2007).

O momento mais crucial com o fim da Guerra Fria, foi a dissolução do Pacto de Varsóvia. Independentemente do fim desse pacto, a OTAN ainda permaneceu no sistema devido a vontade de manutenção de seus membros, entretanto, a instituição sofreu uma crise de identidade, pois, o seu papel original de barrar o avanço do comunismo se torna vazio, sendo necessário adaptar-se à nova realidade. (Mielniczuk, 2020).

Esse “novo mundo”, marcado pela globalização que trazia grandes avanços tecnológicos eliminando as fronteiras no mundo, e principalmente a existência do discurso sobre a necessidade da promoção de economias de mercado e a expansão do mundo democrático garantiria a “paz democrática” de Russett *et al.* (1995). Assim iniciou-se o processo para a expansão da OTAN em países da Europa Central e do Leste, ampliando em áreas que anteriormente estavam sobre a zona de influência da URSS. Quase de imediato houve uma reação negativa por parte do Kremlin, que considerava tais avanços como irracionais, pois não existia uma real ameaça para os países. (Mielniczuk, 2020).

Um exemplo em que podemos perceber essa alteração no caráter da OTAN, é o caso de sua interferência na região de Kosovo em 1999, visando acabar com a guerra civil e restabelecer a ordem na região, trabalhando em conjunto com outras Instituições Internacionais – como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) – foi estabelecida a paz a partir dos princípios democráticos ocidentais. Dessa forma, a OTAN deixa de ser uma organização voltada para a defesa dos países membros e se torna uma ferramenta para a ex-

pansão dos valores liberais hegemônicos do ocidente, protagonizados pela liderança dos EUA. (Gheciu, 2005).

Em pouco tempo o Estado Russo percebeu essa mudança de orientação nas ações da OTAN, não comparecendo à Cúpula de Washington em 1999, onde foi formalizada a adesão dos antigos países membros do espaço soviético, Polônia, Hungria e República Tcheca, na organização em uma primeira expansão territorial efetiva após Guerra Fria. Assim, a Rússia apenas observou essas transformações da OTAN, deixando de ser uma aliança militar de defesa e passando a exercer poder para as demais regiões do globo na justificativa de promover ajuda humanitária em países necessitados. Mielniczuk (2020), faz uma comparação entre as questões separatistas no Kosovo e os chechenos, ressaltando que os Sérvios eram aliados históricos da Rússia, mas, no entanto, sofreram intervenções por parte da OTAN, trazendo um sentimento de insegurança, pois temiam que em algum momento, a aliança seria capaz de intervir na própria Rússia, “Sérvia hoje, Rússia amanhã”. (Mielniczuk, 2020).

No fim de 1994 foi criado pela OTAN, a PpP (Parceria para a Paz), que tinha a função de ajudar os antigos Estados comunistas a se desenvolverem militarmente sob um regime democrático e ampliar o debate sobre uma possível adesão à OTAN. No caso da entrada dos países Bálticos, é evidente uma reorganização dessa instituição, seu papel fundamental de aliança militar ainda persiste, entretanto, o seu papel político fica cada vez mais óbvio, com a promoção de valores democráticos na Europa Oriental. (Kramer, 2002).

Retomando o período de ruptura da URSS, Gorbachev tentava impedir a desintegração, desse modo, lançou um ultimato à Lituânia para que o país aderisse à constituição soviética. Alguns dias depois, tropas soviéticas ocuparam edifícios em Vilnius (capital da Lituânia) e abriram fogo contra manifestantes do protesto. O mesmo aconteceu em Riga, capital da Letônia. O uso da força contra os Bálticos gerou revolta nas demais repúblicas soviéticas e Yeltsin assinou tratados de reconhecimento da independência com cada país báltico. Gorbachev tentou recuperar a relação com os países, mas a situação na União Soviética já estava fora de seu controle. Quando Yeltsin assume o poder no que agora é a Rússia, os Bálticos têm sua independência reconhecida. (Amaral, 2011).

Na segunda rodada da expansão da OTAN, Estônia, Letônia e Lituânia já independentes, se tornaram aspirantes a membros. O

governo russo e outros aliados se opuseram à admissão dos Bálticos na aliança, usando os argumentos de que os países não estavam preparados e que o território não poderia ser defendido contra um ataque russo. Ademais, o governo declarou que os Bálticos foram anexados voluntariamente ao bloco soviético, e que tropas soviéticas foram convidadas para ocupar seu território. Porém, em 2001, o Ministro das Relações Exteriores russo declarou que o assunto sobre ocupação e anexação dos Bálticos pela URSS não atendeu as realidades políticas, históricas e legais, sendo assim, desprovidas de mérito. (Kramer, 2002).

Desde 1945, o argumento utilizado pelos Estados Unidos era de que a Rússia teria anexado ilegalmente os Bálticos, e com a independência deles em 1991, foram reconhecidos pelo governo norte americano. Em 1998, os EUA assinaram o *Baltic Charter of Partnership*, uma carta que criava condições para que a Estônia, Letônia e Lituânia pudessem se candidatar na aliança. Uma pré-condição para a adesão na organização, era se integrar no Programa de Paz da OTAN, onde se juntaram em 1994. Ao enviarem tropas aos Balcãs nas operações de manutenção da paz na região, os Bálticos se mostraram preparados para a adesão. Os próprios pressionaram seu caso diplomático, que era ingressar na OTAN. (Kramer, 2002).

Nos anos em que havia a União Soviética, os países Bálticos de destacavam das outras repúblicas por terem territórios altamente desenvolvidos. Por conta de suas importantes relações econômicas com a Europa Ocidental, os Bálticos consideraram que com o fim do socialismo, obteriam sua entrada quase imediata na OTAN. A pretensão dos Estados Bálticos ao ingressarem na Organização era fortalecer sua soberania e independência, ter o suporte de segurança dos Estados Unidos e da Europa Ocidental contra qualquer instabilidade (utilizando do artigo 5º), e ter uma fronteira de segurança da chamada “área cinzenta da Europa”, que envolvia países como a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia. Nesse sentido, a opção mais viável seria a incorporação dos países na OTAN. Assim, afirma-se que os interesses dos Estados Bálticos giram em torno de questões econômicas, políticas e até culturais, mas o interesse inerente pela segurança se sobressai aos mencionados anteriormente. (Suárez, 2014).

A relação dos três países com a Rússia se tornou mais fria após essa aproximação do ocidente. A esperança Báltica era de que a Rússia os visse como independentes, sem aderir uma postura autoritária com sentimento de posse soviética sobre os países. A Lituânia

e a Estônia tiveram motivos similares para entrar na organização, com motivações de segurança ou de defesa. A Estônia ainda teria a questão da dimensão econômica oferecendo segurança aos potenciais investidores do mercado estoniano, os quais poderiam ter receios se assumissem compromisso de longo prazo. (Amaral, 2011).

Essa possibilidade de adesão dos três países representava um ato de hostilidade para Moscou, já que isso significaria o avanço da OTAN em território da antiga URSS, sendo um risco para a sua segurança e integridade territorial, já que as fronteiras russas estariam muito próximas da Europa Ocidental. Havia atritos com Moscou e o risco de uma continuação da Guerra Fria. A prioridade de política externa dos três países em 1993 era ingressar na organização, e a admissão na OTAN representou o retorno ao Ocidente em busca de segurança, temendo uma ameaça Russa. (Amaral, 2011; Suárez, 2014).

Em 2004, a adesão dos Estados Bálticos no Tratado do Atlântico Norte foi oficializada, os três países se juntaram a outras ex-repúblicas soviéticas como Bulgária, Eslováquia e Eslovênia. No início se depararam com algumas dificuldades, principalmente pelo baixo número de soldados com língua inglesa e pela precariedade de treinamento para as Missões de Paz. Esse impasse foi resolvido com a inserção de programas de língua inglesa e um rigoroso treinamento militar. (Kramer, 2002).

A adesão respondeu aos interesses dos membros da OTAN, baseados em matéria de segurança. Os Bálticos, com o auxílio da Organização, contribuíram para a expansão de uma zona de segurança, estabilidade e relação de boa vizinhança em uma Europa pós-soviética. No entanto, os três países sempre mantiveram claramente suas intenções na entrada para a aliança, que era estar sob proteção contra um possível ataque russo, tendo o amparo do artigo 5º. Porém, ainda existe uma incerteza sobre até que ponto os países estão completamente livres da preocupação de um eventual ataque russo. (Suárez, 2014; Kramer, 2002).

ANÁLISE DO PROCESSO DE ADESÃO

Para início de nossa análise acerca da adesão dos Bálticos à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), será usada a perspectiva Neorrealista defensiva de Waltz (1979) e os demais conceitos apresentados na seção 1.1.

A princípio, vale lembrar que os Bálticos faziam parte da URSS, que era uma grande potência econômica e militar da época, e que garantia a segurança desses países e, após sua dissolução em 1991, a crise econômica foi tão acentuada que deixou o novo Estado Russo enfraquecido perante as demais potências, fazendo com que o Leste europeu estivesse mais vulnerável para as influências do mundo ocidental. Com isso, é perceptível que os Estados ficaram fragilizados com o fim do bloco comunista, e ao aceitarem o convite da OTAN para fazerem parte da aliança, o Ocidente toma o lugar de influência que era ocupado pela URSS.

Levando em consideração a teoria Neorrealista defensiva de Waltz (1979) para compreender o comportamento dos Estados Bálticos, é preciso, em primeira instância, frisar que como para o autor o que motiva a ação dos Estados dentro do sistema internacional é a garantia de sua sobrevivência, que é atestada por meio das forças que tendem a fornecer a segurança de cada um. Além disso, é necessário mostrar que os atores são racionais, e isso deixa claro que suas ações dentro do sistema internacional são importantes para assegurar sua sobrevivência, como foi a decisão dos Bálticos ao entrarem na OTAN.

Em decorrência do que foi mencionado acima, o sistema internacional para a teoria em uso, é tido como anárquico e isso faz com que ele seja marcado pela incerteza e insegurança, pois não há como prever o que o outro fará, logo, a busca por segurança é primordial para que as unidades consigam garantir sua sobrevivência. Durante o período em estudo, o sistema internacional é visto como uma multipolaridade, pois após o fim da Guerra Fria (1947-1991), em que a ordem vigente era bipolar, o sistema perde uma grande potência, fazendo com que o mundo saísse de um momento em que se havia uma maior estabilidade dentro da estrutura, para uma ordem em que o que reina é a imprevisibilidade e a instabilidade.

Com a percepção de uma possível ameaça, como dito anteriormente, os Bálticos ingressaram na organização buscando segurança, já que estão em uma posição desfavorável geograficamente, envoltos por países mais fortes como a própria Rússia, que não aprova essa adesão, causando uma insegurança mútua entre os três países. A adesão também se torna uma estratégia para a OTAN no sentido de ter mais controle sobre as regiões próximas à Rússia.

Dessa forma, a Estônia, Letônia e Lituânia, ao aceitarem o convite da OTAN e se aderirem à mesma em 2004, estão realizando

um comportamento comum dentro da multipolaridade, o *bandwagoning*, que garantiria a esses Estados sua sobrevivência e segurança no sistema. Tendo isso em vista, é interessante realizar uma analogia do contexto em estudo com o “diálogo meliano” apresentado por Tucídides e que já foi mencionado previamente. Determinada passagem, mostra o momento em que os atenienses (mais fortes) convidam os mélios (mais fracos) a se aliarem a eles visando assegurar por meio dessa aliança proteção a eles, e com isso, após um longo debate, os mélios concordam com essa aliança já que proporcionaria a eles segurança em meio a instabilidade do cenário. Portanto, essa situação é muito similar com o que está sendo analisado, já que aliança com a OTAN proporcionaria aos Bálticos a segurança coletiva, contida no artigo 5º do tratado, que afirma a defesa daqueles que eventualmente sejam atacados.

Agora usando dos conceitos de Bobbio para abranger um pouco mais sobre essa conjuntura, sabe-se que para que exista poder, é necessário que haja uma relação de mando e obediência, o comportamento de um é a causa do comportamento do outro. As três classes de poder na esfera política propostas pelo autor podem ser associadas no contexto central anteriormente apresentado. Os poderes têm relação com os Estados Bálticos e sua adesão à OTAN. Pode-se compreender que os EUA como a maior potência do sistema internacional exerciam poder econômico sobre os outros atores. Os americanos interviram em várias regiões do Leste Europeu, como o exemplo da Guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia. Se tratando dos Países Bálticos não foi diferente. Os EUA os convidaram para entrar na aliança e em troca prometeram segurança. Ainda que a adesão tenha sido voluntária, a ameaça de sofrer com possíveis conflitos contra a Rússia os fizeram confiar na OTAN, para que garantissem sua sobrevivência.

A partir daí, é possível notar a forte presença de poder ideológico em relação aos Bálticos. Quando ainda eram repúblicas do bloco soviético, a região tinha como influência os ideais comunistas (econômicos, ideológicos). Com a dissolução da URSS, esse vácuo de poder e influência passou a interessar aos EUA e ao Ocidente. Com a mudança de caráter da OTAN, a propagação dos ideais liberais passou a agir em parte do Leste Europeu, e novamente, os três Países Bálticos estavam sob influência de uma nação maior, agora os EUA, caracterizando, assim como antes, o conceito de poder ideológico.

Sabe-se que os EUA foram os fundadores da OTAN. Durante a Guerra Fria, a corrida armamentista revelou a periculosidade das

armas nucleares. EUA e URSS detinham o maior poderio sobre a bomba atômica e isso caracterizava o conceito de poder político, já que o controle sobre a potência das armas definia um tipo de coerção aos demais. Em último grau, essa coerção seria a guerra, uma forma não legítima de força física.

É possível ainda estabelecer um paradoxo sobre tal situação. Os EUA possuem o poder potencial (armamento), mas não significa que querem efetivamente usá-lo em alguma ocasião e, conseqüentemente, torná-lo atual (ação de usar as armas). A posse sobre as armas pode significar uma ameaça àqueles que não as possuem, mas a ameaça provoca a dissuasão. Os mais fracos não enfrentam os mais fortes porque um possível contra-ataque seria terrivelmente pior do que a iniciativa de se iniciar um conflito. Os EUA possuem esse poder de dissuasão. Uma aliança com a OTAN significaria que esse poder de dissuasão se estenderia para seus membros por meio da segurança coletiva (artigo 5º).

Em suma, a partir dessa análise, é possível afirmar que a motivação dos Estados Bálticos - Estônia, Letônia e Lituânia - a aderirem a OTAN em 2004, foi a busca por garantir sua sobrevivência no sistema internacional. Por conseguinte, sabendo que a permanência no âmbito internacional é garantida por meio da segurança, a adesão à aliança militar forneceria a proteção proposta pelo artigo 5º (segurança coletiva).

CONCLUSÃO

Neste artigo, foram analisadas as implicações causadas pelas principais mudanças ocorridas no sistema internacional durante o fim da década de 90 e o início do novo milênio. Mudanças como a ruptura do socialismo soviético, dando um fim a antiga ordem bipolar mundial, causando um impacto em questões relacionadas à segurança dos Estados no Leste europeu, que até então, estavam sob a área de influência da URSS, ocasionando um vácuo de poder na região.

Portanto, conclui-se que, às necessidades de segurança imediata e a longo prazo para as Repúblicas Bálticas, são asseguradas a partir de sua adesão à OTAN, especialmente pela existência do artigo 5º da organização. Os conceitos de Waltz, em relação à natureza incerta e insegura do sistema internacional, juntamente com a noção de poder para Bobbio, protagonizado pela liderança norte americana, são as principais justificativas que causaram a entrada da Estônia, Letônia e Lituânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, José Estanislau. **Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos**: subsídios para a política externa brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: [Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos - subsídios para a política externa brasileira](#). Acesso em: 24 mai. 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O Terceiro Ausente: Ensaio e Discursos sobre a Paz e a Guerra**. Manole, 2009.

DINIZ, Eugenio. **Política internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

GHECIU, Alexandra. **NATO in the 'New Europe'**: The Politics of International Socialization After the Cold War. Bibliovault OAI Repository, the University of Chicago Press, 2005.

KRAMER, Mark. **NATO, the Baltic states and Russia**: a framework for sustainable enlargement. *International Affairs*, v. 78, n. 4, p. 731-756, 2002. Disponível em: [NATO, the Baltic states and Russia: a framework for sustainable enlargement](#). Acesso em: 24 mai. 2022.

MIELNICZUK, Fabiano. **Quo vadis, Putin?**. São Paulo: Insight Inteligência, 2020.

RODRIGUEZ SUAREZ, Pedro Manuel. **Las repúblicas bálticas frente a Europa y Rusia**. *Puebla: Tla-melau*, v.8, n.37, p.112-130, 2015. Disponível em: [Las repúblicas bálticas frente a Europa y Rusia](#). Acesso em 03 de jun. 2022.

RUSETT, Bruce. **"The Democratic Peace"**. *International Security*, vol. 19, n. 4, p. 164-84. JSTOR, 1995. Disponível em: [The Democratic Peace](#). Acesso em: 31 mai. 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the State, and War**: a Theoretical Analysis. Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria da política internacional**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

AS MÁFIAS ITALIANA E JAPONESA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO E SUAS POLÍTICAS ANTIMÁFIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

THE ITALIAN AND JAPANESE MAFIAS: A REFLECTION ON THE STATE AND ITS ANTI-MAFIA POLICIES FROM THE 1990s

LAS MAFIAS ITALIANA Y JAPONESA: UNA REFLEXIÓN SOBRE EL ESTADO Y SUS POLÍTICAS ANTIMAFIA DESDE LOS AÑOS 1990

Fernanda Kaory Ikegami Sato¹

Recebido em: 14 de dezembro de 2021

Aprovado em: 19 de setembro de 2022

RESUMO

A pesquisa analisa as máfias italiana e japonesa e as principais medidas antimáfia adotadas pelos Estados, na década de 1990. Trata-se de um tema de grande relevância para a sociedade, pois essas organizações criminosas bem estruturadas disputam o monopólio da violência com os Estados, mesmo que de forma ilegal e por meio de suas próprias regras, influenciando e interferindo em questões políticas e de segurança. O trabalho busca trazer reflexões e discussões a partir dos resultados obtidos, que demonstraram uma insuficiência das políticas antimáfia e a necessidade de medidas que não estejam limitadas à esfera de segurança pública. Para a realização da pesquisa, foi realizado o estudo dos elementos básicos fundamentais à compreensão do tema e utilizou-se o

método documental e bibliográfico, apoiando-se em literatura nacional e internacional.

Palavras-chave: Máfia; políticas antimáfia; organização criminosa; Estado.

ABSTRACT

This research analyzes the Italian and Japanese mafias and the main anti-mafia measures adopted by the States in the 1990s. This is a topic of great relevance to society, as these well-structured criminal organizations compete for the monopoly of violence with the States, even if illegally and through its own rules, influencing and interfering in political and security issues. The paper seeks to bring reflections and discussions based on the results obtained, which demonstrated an insufficiency of anti-mafia policies and the need for measures that are not

1. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Anhembi Morumbi e em Letras pela Universidade de São Paulo. Email: kaory@usp.br

limited to the sphere of public security. To carry out the research, the basic elements fundamental to understanding the topic were studied and the documentary and bibliographic method was used, relying on national and international literature.

Keywords: Máfia; anti-máfia policíes; criminal organization, State.

RESUMEN

La investigación analiza las mafias italianas y japonesas y las principales medidas antimáfia adoptadas por los Estados en los años 1990. Se trata de un tema de gran relevancia para la sociedad, ya que estas organizaciones criminales bien estructuradas compiten por el monopolio de la violencia con los

Estados, aunque sea ilegalmente y a través de sus propias reglas, influyendo e interfiriendo en cuestiones políticas y de seguridad. El trabajo busca traer reflexiones y discusiones a partir de los resultados obtenidos, que demostraron una insuficiencia de políticas antimáfia y la necesidad de medidas que no se limiten al ámbito de la seguridad pública. Para realizar la investigación se estudiaron los elementos básicos fundamentales para la comprensión del tema y se utilizó el método documental y bibliográfico, apoyándose en literatura nacional e internacional.

Palabras clave: Máfia; políticas antimáfia; organización criminal; Estado.

INTRODUÇÃO

Na atualidade cada vez mais atores não-estatais são discutidos dentro do campo das relações internacionais devido ao peso que oferecem nas tomadas de decisão. Podem também ser vistos estrategicamente como instrumentos de pressão e coerção, dependendo da natureza desse tipo de ator. Há um senso comum de que as autoridades são impotentes frente às máfias, e de que as mesmas são extremamente violentas, o que poderia enfraquecer a legitimidade estatal.

As máfias podem ter forte relevância para o mercado por conta de sua competência no controle e criação de empresas com altos fluxos financeiros, inclusive se relacionar com figuras públicas em altos escalões de governos e de grandes empresas. Nesse sentido, trata-se de um tema de grande pertinência à sociedade, pois esses grupos bem estruturados disputam o monopólio da violência com os Estados, mesmo que de forma ilegal e por meio de suas próprias regras, e acabam por influenciar e interferir em questões políticas e de segurança. Inclusive, podem ser vistas de forma mais competente, e até legítima, do que o próprio Estado por parte da população.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a relevância de certos atores não-estatais criminosos para o debate sobre a eficácia das contramedidas em níveis nacionais e multilaterais, no âmbito da segurança internacional, e sobre novas possibilidades na tomada de decisões que buscam conter esses atores. Para isso, a pesquisa analisa a atuação das máfias italiana e japonesa, a par-

tir dos anos 1990, identificando os pontos de convergência entre elas, que possam caracterizá-las como máfias; e verifica as principais medidas de combate das mesmas e seus efeitos na sociedade. Nota-se que devido à expansão do tema, foram selecionados para o estudo os grupos mafiosos *'Ndrangheta* da região de Calábria e *Cosa Nostra* da Sicília, na porção meridional da Itália. E no caso do Japão, os grupos serão abordados de modo mais genérico, com base na principal associação do país, a *Yamaguchi-gumi*.

A escolha particular desses grupos se justifica pelo entendimento de que a máfia italiana seria uma introdução propícia ao tema, visto que a própria palavra máfia se origina da Itália. No caso italiano, as associações mafiosas não apenas prosperaram por razões econômicas, mas prosperaram em uma forte conexão com o tecido social. De maneira semelhante, a máfia japonesa conseguiu sobreviver e prosperar sem receber muito escrutínio da sociedade e das autoridades. E embora a forte presença de grupos mafiosos no Japão, um dos países considerados mais seguros do mundo, crie uma situação contraditória, esse debate ainda recebe pouco interesse acadêmico no exterior.

Ambos os países abrigam algumas das maiores organizações criminosas que, apesar de estarem passando por um processo de encolhimento em suas estruturas atualmente, não podem ser ignoradas. O artigo irá examinar brevemente algumas das diversas acepções e implicações acerca do uso da palavra 'máfia', encontradas durante a pesquisa. Logo após, separo as máfias italiana e japonesa em cada seção para melhor clareza e, por último, retomo os principais pontos de convergência que considero entre os grupos e coloco minhas considerações finais acerca dos impactos das políticas antimáfias sobre as populações.

MÁFIA: ANÁLISE CONCEITUAL

Em primeiro lugar, mostra-se necessária uma breve análise conceitual do termo máfia, uma vez que é um conceito de múltiplas definições e sem um consenso entre os acadêmicos. Portanto, serão abordadas a seguir aquelas definições consideradas mais relevantes para as discussões no decorrer do artigo.

Uma das grandes referências para a discussão da terminologia 'máfia', é a obra *História da Máfia*, de Salvatore Lupo, que a identifica como “[...] uma organização criminosa a qual possui laços com as

instituições do Estado, com as empresas capitalistas, com o sistema financeiro e com a política” (Lupo, 2002, *apud* Apolinário; Filippetto, 2016, p. 79). Ainda em sua ampla definição, a coloca:

[...] como espelho da sociedade tradicional, com atenção aos fatores políticos, econômicos ou – com maior frequência – socioculturais; como empresa ou tipo de indústria criminosa; como organização secreta mais ou menos centralizada; como ordenamento jurídico paralelo ao do Estado, ou como *anti-Estado* (Lupo, 2002, p. 21, *apud* Bernadet, 2016, p. 16).

Enquanto Gambetta (1993, *apud* Hill, 2006, p. 9, tradução nossa) caracteriza a máfia como “[...] uma empresa econômica específica, uma indústria que produz, promove e vende proteção privada”², Paoli (2004) diz ser quase impossível apontar uma função abrangente ou objetivo que caracterize o fenômeno da máfia. Para ela, as máfias são organizações multifuncionais e flexíveis, em razão da forte coesão e identidade coletiva formada e da confiança nos contratos de fraternização não específicos e de longo-prazo.

A autora distingue as coalizões mafiosas do sul italiano, assim como a própria máfia japonesa, de outras organizações contemporâneas que transitam sistematicamente no mercado ilegal. De acordo com o seu texto, são poucas as associações no mundo do crime organizado que possuem o mesmo grau de complexidade e longevidade. Nem o seu comércio e nem a maximização de lucros são vistos pela autora como o objetivo principal dos grupos do tipo máfia.

A ideia de uma relativa tolerância da máfia por parte do público, advém de seu discurso dignificante no sentido de “proteger” a população contra os abusos do Estado ou garantir serviços aos quais o cidadão não tem acesso no sistema legal. De acordo com Apolinário e Filippetto:

A estratégia é se rebelar contra o Estado em defesa do indivíduo fragilizado, criando uma espécie de Estado paralelo. Todavia, esses movimentos não almejam verdadeira transformação de natureza social, nem tomada do poder. Ao contrário, como parasitas precisam da manutenção do *status quo*, pois vivem exatamente dos vácuos de atuação e da ineficiência estatal (Apolinário; Filippetto, 2016, p. 85).

A transição entre o que é considerado criminoso e não-criminoso, com conotações tanto negativas quanto positivas, assume

2. Trecho na língua original: “Gambetta argues that the essential characteristic of the mafia is that it is ‘a specific economic enterprise, an industry which produces, promotes, and sells private protection’ (1993:1)” (Hill, 2006, p. 9).

um papel ambíguo que é considerado por Cappellaro, Compagni e Vaara (2021) uma estratégia deliberada dessas organizações. A própria dificuldade em tentar definir a máfia e a confusão em pretender fazer distinções em torno da mesma são utilizadas para afastar o escrutínio público. A capacidade de sigilo através da ocultação de membros e informações e da comunicação secreta nos traz um conhecimento limitado e ambíguo sobre suas atividades, as quais permeiam uma zona “cinzenta” onde se misturam “práticas ilegítimas, porém legais, com práticas ilegais, porém legítimas”³ (Cappellaro; Compagni; Vaara, 2021, p. 8, tradução nossa), como observaremos nas duas seções seguintes.

A MÁFIA ITALIANA

O termo máfia é, segundo Raab (2005, *apud* Bernadet, 2016, p. 17), uma gíria siciliana-árabe, cujo significado é “agir como um protetor contra a arrogância dos poderosos”. Esse termo passou a ser utilizado no lugar de *cosche*, denominação dos clãs compostos sobretudo de camponeses da Sicília para se protegerem das autoridades, pois a região, de localização estratégica e vulnerável, quase no centro do Mar Mediterrâneo, sofreu sucessivas invasões e opressões ao longo de sua história - pelos “[...] fenícios, gregos, [...] espanhóis, austríacos e finalmente pelos hostis exércitos italianos” (Raab, 2005, *apud* Bernadet, 2016, p. 17).

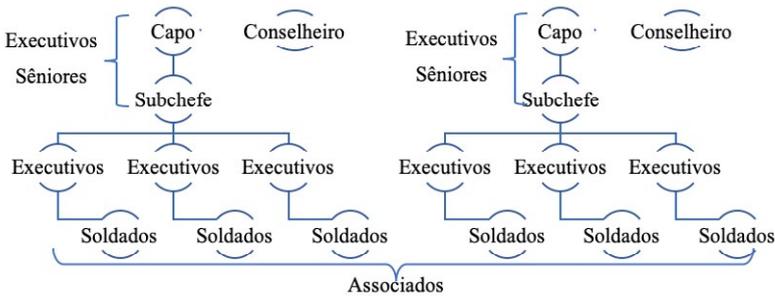
A presença de grupos mafiosos na Sicília e Calábria data desde a metade do século XIX. Raab (2005, *apud* Bernadet, 2016, p. 19) afirma também que a partir da unificação italiana, em 1861, as *cosche* se aproveitaram da desorganização da recente Monarquia: fizeram um pacto secreto com o governo central de Roma para capturar os bandidos não mafiosos mais violentos e ajudar a manter a ordem, em troca da não interferência em suas atividades ao longo da Sicília. Em contrapartida, com a unificação, esses grupos foram formalmente criminalizados pelo Estado, forçando-os a agirem em variados graus de sigilo para escaparem de prisões e processos criminais.

Cada um desses clãs, também denominados de “famílias” pelos seus membros, possui um líder para o qual era atribuído o nome de *padrino* ou *capo di famiglia* e a responsabilidade de arbitrar dispu-

3. Trecho original: “[...] leading to confusing mixes of illegitimate but legal practices and illegal but legitimate ones” (Cappellaro; Compagni; Vaara, 2021, p. 8).

tas em seu território. São grupos independentes e fazem parte de uma confederação, por meio da qual podem cooperar em empreendimentos criminosos específicos e são supervisionados por comitês, estes compostos pelos chefes dos principais grupos (Tabela 1). As maiores coalizões são a *Cosa Nostra* e a *Ndrangheta*, cada uma com cerca de 100 “famílias”⁴. Nelas, somente homens nascidos na Sicília ou na Calábria ou descendentes de famílias mafiosas podem ser recrutados e devem passar por um ritual de iniciação no grupo.

Tabela 1 - Estrutura das máfias italianas



Fonte: Paoli (2004)

O novato deve assumir uma nova identidade permanentemente para se tornar um “homem de honra” e subordinar todas as suas lealdades anteriores aos membros da máfia. Se necessário, deve estar pronto para sacrificar a própria vida pela sua nova “família” e é obrigado a manter segredo sobre as ações, estratégias e composição de seu grupo. A cerimônia de afiliação também cria uma espécie de pacto de irmandade entre os membros que passam a ser “irmãos” (Paoli, 2004, p. 21).

Os órgãos dirigentes da *Cosa Nostra* e *Ndrangheta* reivindicam um poder absoluto, no qual controlam todos os aspectos da vida de seus membros, além de buscarem exercer um poder semelhante sobre as comunidades onde seus membros residem:

Mesmo hoje, embora a maioria das regras da máfia não seja mais sistematicamente aplicada, as famílias exercem uma certa soberania por meio de um sistema generalizado de extorsão, tributando as principais atividades produtivas realizadas em seu território, que corresponde a uma vila ou

4. Em meados da década de 1990, os membros da *Cosa Nostra* e *Ndrangheta* foram estimados em 3.500 e 5.000 integrantes homens, respectivamente (Paoli, 2007, p. 856).

município, ou a um bairro nas grandes cidades (Paoli, 2004, p. 22, tradução nossa).⁵

Desde o início da década de 1990, as máfias sicilianas e calabresas lucraram com atividades empresariais que dependem do exercício de dominação política regional. Por meio da intimidação, violência e conluio com políticos corruptos, elas têm praticado a extorsão sistemática e lutado para controlar o mercado de obras públicas. Seus membros desfrutaram de conexões políticas do alto escalão, resultando na partilha de poder entre a máfia e o Estado italiano nas áreas da Sicília e da Calábria (Paoli, 2004, p. 22). Assim, as ações dos grupos mafiosos foram aceitas e até legalizadas por representantes do governo⁶.

Apesar do considerável poder na região, não conseguiram garantir o monopólio de nenhum setor da economia ilegal fora do sul italiano. Os mesmos aparatos normativos e culturais que estruturaram essas associações mafiosas dificultaram a extensão geográfica de seu poder e a iniciativa empresarial (Paoli, 2004). *Cosa Nostra*, por exemplo, proíbe estabelecer famílias fora de Sicília e a restrição no recrutamento também tem prevenido as duas casas de admitirem membros com experiência necessária para competir no mercado ilegal.

Cosa Nostra teve um papel central no comércio transcontinental de heroína da Ásia para os Estados Unidos via Sicília durante a primeira metade dos anos 1980, mas logo perdeu essa posição depois de ser alvo de investigações e substituída por fornecedores mexicanos, chineses e colombianos no mercado estadunidense (Paoli, 2007, p. 858). Além disso, diferente dos anos 1990, em que a *Ndrangheta* tinha um grande papel no tráfico de narcóticos com suas extensas filiais no norte da Itália e no exterior, importando largas quantias de cocaína e haxixe da América Latina e do norte

5. "Even today, although most mafia rules are no longer systematically enforced, mafia families exercise a certain 'sovereignty' through a generalized system of extortion. As a state would do, they tax the main productive activities carried out within their territory, which usually corresponds to a village or town, or to a neighborhood in larger cities." (Paoli, 2004, p.22)

6. Apesar de ser necessário avaliar com certa desconfiança as confissões de membros mafiosos nos julgamentos criminais durante a década de 1990, não se deve ignorar os relatos que denunciam o envolvimento de grandes figuras públicas com a máfia, como o ex-primeiro-ministro Giulio Andreotti, membros do Parlamento, juízes da Suprema Corte e principais burocratas dos serviços secretos e das forças policiais especiais (Cappellaro; Compagni; Vaara, 2021, p. 30).

da África, atualmente ela enfrenta uma nova competição contra outros traficantes italianos e estrangeiros que possuem conexões mais diretas com países produtores e de trânsito de drogas (Paoli, 2007, p. 859).

O processo de integração europeia na década de 1990 e seu consequente relaxamento dos controles de fronteira, aceleraram a internacionalização dos mercados ilegais. Na Itália, essa internacionalização também foi favorecida pelas suas forças de segurança que, na mesma época, desmantelaram os ramos mais consolidados dos grupos controlados por *'Ndrangheta* e *Cosa Nostra* no centro e no norte do país. Dessa forma, ambas as casas vêm sofrendo um movimento de recuo, limitando seu envolvimento no comércio internacional de narcóticos e concentrando suas atividades dentro de seus territórios. Atualmente, quem ocupa os espaços vazios do mercado ilícito, antes controlados pelas famílias calabreses e sicilianas, são gangues de diferentes etnias, origens e composições (Paoli, 2007, p. 869).

Como resultado, a máfia italiana vem penetrando em setores estratégicos da economia nas últimas décadas. Além dos setores de primeira necessidade como saneamento básico, habitação, recursos hídricos e transporte rodoviário, ela está presente na “[...] agricultura e distribuição comercial; [n]a pecuária; em segmentos como de peixes; carnes; [n]o turismo; jogos e casas noturnas; resíduos (lixo); rádio, internet e televisão comercial” (Mancini, 2013, p. 94).

Boa parte de suas receitas também resulta da manipulação dos processos licitatórios de obras públicas e da extorsão a todos os empreendimentos econômicos de suas áreas. Hoje mais do que nunca pessoas e empresas em distritos densamente dominados por mafiosos são exploradas, à medida que são chamadas para compensar os ganhos perdidos com a concorrência no comércio de drogas e outros serviços ilegais⁷ (Svimez, 2001, apud Paoli, 2007, p. 876).

Por essa mesma razão, *Cosa Nostra* e *'Ndrangheta* tornaram-se ainda mais dependentes das decisões tomadas pelas administrações públicas, locais e centrais para fins econômico-financeiros e judiciais. Cada vez mais esses grupos vêm enfrentando constrangimentos em suas ações devido à, sobretudo, aplicação de leis que con-

7. De acordo com estimativas produzidas por associações empresariais, 50 a 80% dos lojistas na maioria das cidades do sul da Itália ainda pagam o pizzo (valor extorquido em troca de “proteção”) (Svimez, 2001, apud Paoli, 2007, p. 876).

denam a formação da máfia e prejudicam seu status social, sendo sucessivamente menos aceitas pela opinião pública (Paoli, 2007).

A Itália foi precursora das leis anti crime organizado e coloca a luta contra a máfia como objeto de legislação e policiamento especiais. As inovações legislativas e institucionais introduzidas a partir dos anos 1990 foram fundamentais para o considerável sucesso no combate ao crime “mafioso”. A pertença à máfia passa a ser criminalizada e a apreensão de bens tornou-se uma importante ferramenta simbólica e material dentro da legislação italiana, na medida em que o grupo criminoso é enfraquecido com o confisco⁸ de seus bens pelo Estado e a confiança nas instituições é reforçada. Essa medida é utilizada desde o primeiro julgamento contra a *Cosa Nostra* em 1986 e, desde 1996, os bens tomados são usados para ordem pública ou para fins institucionais ou sociais, como a doação a instituições de caridade ou associações civis (Paoli, 2007).

Em 1991, foram decretadas duas leis que concederam aos desertores da máfia sanções especiais e benefícios penitenciários, e garantiram a todas as testemunhas e/ou vítimas proteção do Estado, assistência financeira e a possibilidade de mudança de residência e identidade para incentivá-los a depor e a fornecer provas contra os grupos mafiosos. No mesmo ano foi criado o órgão policial especializado na luta contra o crime organizado, a *Direzione Investigativa Antimafia* (DIA) para assegurar a implementação de atividades de inteligência dirigidas ao crime organizado e conduzir investigações exclusivamente relativas à máfia.

O correspondente judicial da DIA é a *Direzione Nazionale Antimafia* (DNA), que reúne e coordena as 26 Diretorias Distritais Antimáfia (DDAs) para articular os procedimentos, e estas, por sua vez, centralizam as investigações antimáfia em cada distrito. A DNA não pode realizar investigações por conta própria, mas pode obter informações, inclusive sobre a existência de um crime, muitas vezes vindas de declarações dos *pentiti*, como eram chamados os colaboradores desertores da máfia.

Outra grande inovação legislativa foi a medida de emergência que se transformou em lei em agosto de 1992, a qual incorporou um sistema especial de detenção para os líderes de associações ma-

8. De acordo com o prefeito de Reggio, na Calábria, bens no valor de 700 milhões de euros foram apreendidos na província durante a década de 1990, contribuindo para o dreno financeiro enfrentado pelos grupos mafiosos (Paoli, 2007, p. 862).

fiosas e concedeu responsabilidades adicionais ao DIA e à Polícia Judiciária para interceptação, buscas e interrogatórios, além de introduzir novos delitos e diferentes procedimentos para os julgamentos contra a máfia. A medida também

[...] reconheceu como provas judiciais os depoimentos obtidos pelo Ministério Público durante os inquéritos preliminares, ainda que não tenham sido confirmados nas audiências públicas; e permitiu o interrogatório por videoconferência de testemunhas da máfia para evitar colocar em risco sua segurança (Paoli, 2007, p. 872, tradução nossa)⁹.

Em menor grau de eficácia, foram criadas no mesmo período as políticas “indiretas” contra a máfia, de natureza administrativa e civil e não ancoradas no direito penal. Um dos exemplos é a possibilidade de dissolução de conselhos municipais e provinciais e a destituição de prefeitos de províncias ou regiões quando há evidência de uma conexão entre os administradores locais e os mafiosos. A conscientização da população, principalmente nas escolas, é outra ação essencial que as instituições públicas regionais e locais utilizam para apoiar a difusão de movimentos coletivos contra as máfias e para sensibilizar as gerações mais novas sobre o problema (Paoli, 2007).

Uma última medida notável a ser citada é o Programa Operacional Nacional (PON), amplamente financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu¹⁰. O objetivo geral do PON é criar condições de segurança e estimular o desenvolvimento no sul da Itália, onde os índices socioeconômicos são mais preocupantes. Mais especificamente, busca obter respostas e decisões mais rápidas por parte das forças policiais e dos tribunais; incluir novas tecnologias para fornecer segurança, controlar efetivamente o território e proteger os recursos culturais e ambientais; e difundir uma cultura da legalidade com uma série de iniciativas dirigidas aos jovens (Paoli, 2007, p. 875).

O resultado mais direto desses esforços no combate à máfia pode ser observado com as prisões dos dois últimos chefes conhe-

9. “[...] recognized as judicial evidence testimonies obtained by the prosecutor’s office during the preliminary inquiries, even if they were not confirmed during the public hearings; and allowed for videoconference questioning of mafia witnesses to avoid endangering their security” (Paoli, 2007, p. 872).

10. A Comissão Europeia e os Estados-Membros da União Europeia definem em parceria as prioridades do Fundo Social Europeu e o modo como este distribui os seus recursos para ajudar as pessoas a conseguirem melhores empregos.

cidos da *Cosa Nostra*, Toto Riina (este com mais de 22 anos na clandestinidade) e Bernardo Provenzano, em janeiro de 2003 e abril de 2006, respectivamente. Fora isso, centenas de presos menos conhecidos foram presos e julgados entre essas duas grandes prisões. De acordo com o relatório da DIA (2007), entre 1992 e junho de 2006, o Ministério Público pôde emitir 1.627 mandados de prisão contra membros da máfia siciliana e 2.317 contra membros da máfia calabresa, apesar desses dados não representarem *de facto* o número total de presos. Outro exemplo é a prisão de Rocco Morabito, um dos chefes de *Ndrangheta*, foragido desde 2019 e considerado o 2º homem mais procurado da Itália. Sua captura ocorreu em maio deste ano (2021) em João Pessoa (PB), numa operação policial internacional que contou com a cooperação da unidade especializada em crime organizado da polícia italiana, da Interpol, do FBI e do Departamento de Estado norte-americano (G1, 2021).

Os decretos de lei concedendo sanções e benefícios penitenciários e estabelecendo um programa de proteção estatal a partir de 1991, possibilitou o aumento de testemunhas e depoimentos contra a máfia, e de chefes abertos à negociação com o Estado em troca de uma flexibilização das pesadas sentenças impostas. Outro impacto das políticas antimáfia foi o fato das “famílias” se tornarem o mais invisível possível. Desde o início dessa década houve uma diminuição considerável no número de assassinatos relacionados ao crime organizado, registrados na Sicília e Calábria (Tabela 1).

Tabela 2 - Assassinatos e assassinatos relacionados ao crime organizado reportados em Calábria e Sicília

	Calábria		Sicília	
	Assassinatos	Assassinatos do crime organizado	Assassinatos	Assassinatos do crime organizado
1990	326	141	428	150
1991	277	165	481	253
1992	151	46	399	200
1993	126	43	252	85
1994	121	42	249	90
1995	95	24	223	88
1996	103	30	180	66
1997	100	32	131	34
1998	85	28	140	35

	Calábria		Sicília	
	Assassinatos	Assassinatos do crime organizado	Assassinatos	Assassinatos do crime organizado
1999	82	26	116	28
2000	84	34	86	13
2001	88	28	82	20
2002	61	17	70	11
2003	69	26	61	10

Em relação à *Cosa Nostra*, procedimentos mais rígidos foram estabelecidos para autorizar seus membros de assassinar outros integrantes da máfia ou pequenos criminosos. O capo Provenzano, de acordo com a DIA, pediu a seus irmãos da máfia que se concentrassem em atividades empresariais que não gerassem muito alarme social, como extorsão, manipulação de licitações públicas e, na medida do possível, tráfico de drogas (Paoli, 2007, p. 865).

Apesar dos êxitos observados, a luta pela aplicação das leis antimáfia perdeu gradualmente o apoio político e público, por conta das críticas a uma excessiva confiança nas declarações dos *pentiti* e das acusações a políticos de alto escalão e funcionários públicos de apoiar grupos mafiosos sem evidências suficientes. Como resposta foram tomadas medidas mais duras, a elencar: foi imposto aos desertores a obrigação de revelar os bens obtidos ilicitamente e de cumprir pelo menos parte de suas sentenças; exigência de um interrogatório das declarações das testemunhas durante o julgamento; e proibição das “declarações em prestações”, forçando os *pentiti* a declarar tudo o que sabem em seis meses.

Essas reformas, no entanto, causaram uma redução no número de novas deserções da máfia e na capacidade da polícia e do Ministério Público de obter novas informações, bem como de condenar suspeitos de mafiosos¹¹. A lentidão e a ineficiência do sistema judicial italiano, apontadas por Paoli (2007), também dificultam as investigações antimáfia em razão do atual desequilíbrio de pessoal e recursos entre os promotores, fortalecidos no início da década de 1990, e a falta de funcionários e juízes nos tribunais.

11. Isso é evidenciado por uma diminuição considerável na capacidade dos promotores de obter condenações por “serem mafiosos”: entre 2000 e 2008, 78% das acusações emitidas pelo tribunal antimáfia de Palermo, Sicília, foram anuladas por falta de provas (Cappellaro; Compagni; Vaara, 2021, p. 34).

Outro efeito colateral indesejado dos sucessos da aplicação da lei é a abertura para uma série de associações criminosas de médio e pequeno porte competirem entre si pelo controle dos vácuos de poder deixados com o enfraquecimento dos grupos mafiosos mais poderosos. Em uma análise de Paoli (2004, p. 28), *Cosa Nostra* e *Ndrangheta* sem o apoio político necessário, a longo prazo, o país poderá ter o mesmo modelo de crime organizado que é generalizado no resto da Europa: “[...] uma miríade de empresas criminosas que vendem mercadorias proibidas sem ambições de exercer um poder político de qualquer tipo”¹².

A MÁFIA JAPONESA

O termo *yakuza* para se referir à máfia japonesa é historicamente impreciso por se referir a três grupos distintos – *bakuto* (provedores de jogos de azar ilegais), *tekiya* (vendedores ambulantes) e *gurentai* (jovens delinquentes que cometem repetidamente atos ilegais no centro da cidade) (Utsumi, 2018). A própria derivação da palavra ‘*ya*’ (oito) ‘*ku*’ (nove) ‘*za*’ (três), constituindo a pior mão possível em um jogo de cartas tradicional japonês, mostra sua referência original aos jogadores de azar (Hill, 2006, p. 36). Essa terminologia não alude a uma organização específica, mas a vários grupos independentes, cujos subgrupos mantêm um certo grau de autonomia sobre suas atividades.

Embora seja ainda comumente conhecida no Ocidente como *yakuza*, a partir de 1991, a Agência Nacional da Polícia (ANP) do Japão decidiu que o termo deveria ser substituído por *boryokudan* no debate doméstico, uma vez que esse primeiro estava associado a uma visão mais positiva da máfia. Como seus integrantes se autodenominam *ninkyō*, *gokudo* ou *yakuza*, que indicam uma pessoa “protetora” dos fracos e opositora dos fortes e das autoridades públicas, *boryokudan* vem para evitar que sejam falsamente glorificados e caracterize sua identidade real (Utsumi, 2018). *Boryokudan*, assim, é definido pela ANP como “[...] qualquer organização que possa facilitar seus membros a cometerem coletivamente ou habitualmente atos ilegais de violência”. Por conseguinte, a mídia também acatou esse uso e, atualmente, é a palavra mais usada pe-

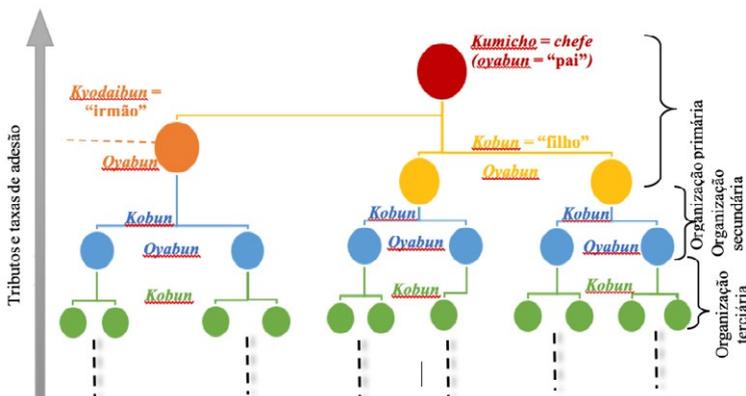
12. “[...] a myriad of criminal enterprises selling prohibited commodities with no ambitions to exercise a political power of any sort” (Paoli, 2004, p. 28).

los meios de comunicação japoneses. O presente artigo, contudo, utiliza ambas as expressões como sinônimos, sem a intenção de sustentar uma conotação em particular, como acontece no Japão.

A *yakuza* tem suas raízes no período Edo (1603 a 1848), durante a transição conturbada de um Japão “feudal” para um Estado moderno, a partir de um grupo de guerreiros em decadência (*samurais* que haviam perdido seus privilégios), camponeses sem terra e bandidos, os quais ofertavam proteção no lugar de um governo central ainda instável. Porém, a organização contemporânea tomou forma no início do século XX. É composta por mais de 80.000 membros (Ko, 2006, p. 416) e apresenta 24 sindicatos (ANP *apud* Baradel, 2020, p. 2), sendo os três principais *Yamaguchi-gumi*, *Inagawa-kai* e *Sumiyoshi-kai*, representando mais de 70% do número de afiliados.

A estrutura organizacional da máfia japonesa se dá na forma de sindicatos que englobam grupos-membros relativamente autônomos e, estes, devem pagar taxas mensais de filiação e obedecer às ordens fornecidas pela organização principal, a qual aderiram. De maneira sucinta, os sindicatos são compostos pelas *ikka* (famílias fictícias), onde são formados vínculos de diferentes graus entre os indivíduos para manter a coesão vertical e horizontal do grupo (Tabela 2). Os laços são formados através da cerimônia *sakazuki*, na qual os integrantes realizam um ritual de troca da bebida alcóolica (*sake*) em porções equivalentes ao cargo de cada indivíduo.

Tabela 3 - Estrutura organizacional do *Boryokudan*



A organização principal é constituída por um único chefe (*kumicho*) ou *oyabun* (“pai”) e seus subordinados *kobun* (“filhos”). Cada um destes, por sua vez, é um *oyabun* de um grupo secundário com seus próprios subalternos e esse arranjo vertical segue sucessivamente. Os *kyodaiibun* (“irmãos”), com posição diretamente abaixo do *kumicho* e chefes de grupos do mesmo nível, estabelecem as relações horizontais entre si.

Fonte: Utsumi (2018)

Tradicionalmente, dizia-se que a máfia japonesa evitava atividades predatórias e não gostava de fraude e roubo, dos quais cidadãos comuns eram vítimas. Era preferível o fornecimento de bens e serviços ilegais nascidos de uma demanda pública e, mesmo que alguns desses serviços, como cobrança de dívidas, exigissem o uso ou ameaça de violência, a maioria dos negócios da *yakuza* podia ser realizada sem recorrer a métodos agressivos. Suzuki Tomohiko, jornalista sobre *yakuza* mais ativo, confirmou que dois terços dos negócios da *boryokudan* são legais (Baradel, 2020). Ele afirma também que a partir da bolha econômica da década de 1980 no país, perceberam que não iriam sobreviver apenas em atividades ilegais e passaram a se engajar no mercado legal.

O que se observa na atualidade, contudo, é a menor tolerância da opinião pública a respeito da *yakuza*, pois ela vem prejudicando diretamente a vida de pessoas comuns. O *mikajime* (dinheiro de proteção), mascarado como “taxas de segurança”, é cobrado em todos os seus negócios e donos de loja são forçados a comprar bens e serviços de empresas de propriedade da *yakuza* a preços exorbitantes (Baradel, 2020, p. 9). Clubes noturnos, bares, restaurantes, indústrias de caminhões e construtoras estão entre os estabelecimentos mais vulneráveis ao negócio de proteção.

A crescente percepção desses mafiosos como *boryokudan* (grupos patológicos violentos), resultou em maior pressão sobre as autoridades para que tomem maiores providências contra eles, e em vigorosas campanhas anti-*yakuza* organizadas por civis. Além disso, houve o crescimento de ações judiciais e denúncias contra esses grupos, mesmo com a falta de um programa eficaz de proteção a testemunhas no Japão. Ao contrário do que ocorreu na Itália com o decreto de lei para proteção estatal, em 1991, não há no Japão um programa nacional para oferecer novas identidades e realocação àqueles que deponham em julgamento e a seus parentes (Hill, 2006).

Um fenômeno também observado nos últimos anos é a diminuição da transparência, o que torna cada vez mais difícil identificar atividades criminosas. A *yakuza* passa a oferecer serviços considerados de grande risco e alto custo, como a demolição de construções antigas, remoção de entulho, manuseio do amianto¹³ e despejo de

13. Devido ao risco sísmico no Japão, as construções são periodicamente demolidas e reconstruídas e os telhados da maior parte delas são feitos com amianto, material considerado cancerígeno para os seres humanos (Baradel, 2020, p. 10).

lixo tóxico. Para reduzir seus preços, essas operações são feitas de maneira irregular (sem medidas de segurança, treinamento para trabalhadores, autorizações para a eliminação de resíduos etc.), muitas vezes com o emprego de estrangeiros, que podem estar em necessidade desesperada de dinheiro e/ou não estar cientes dos riscos de saúde causados pelo amianto e da ilegalidade do despejo de lixo contaminado em áreas rurais.

Outra tendência é a colaboração com grupos criminosos internacionais no tráfico de pessoas; pirataria de *software*, armas e produtos químicos ilegais para o Japão; e contrabando de bens japoneses roubados, sobretudo veículos, para venda no exterior. A maior parte das operações criminosas transnacionais é cometida por grupos de outros países da Ásia, enquanto a *boryokudan* se envolve indiretamente como financiadora¹⁴ (Rankin, 2012).

Sobre a influência da *yakuza* na esfera política, enquanto na maior parte do último século os partidos políticos usufruíam das forças da máfia japonesa para coerção de votos e intimidação de esquerdistas¹⁵, no século XXI, qualquer conexão com um membro mafioso poderia levar a sua renúncia¹⁶. Um pesquisador veterano sobre *yakuza*, Mizoguchi Atsushi, reclama que jornalistas estrangeiros exageram o poder da máfia no Japão e diz que a *yakuza* de hoje não possui quase nenhuma influência política (2011, *apud* Rankin, 2012, p. 8).

A partir da década de 1990, observa-se duas principais medidas contra o crime organizado adotadas pelo governo japonês: a investigação estratégica e a criação de novas legislações. Sobre a primeira medida, a ANP estabeleceu o Departamento de Crime Organizado em 2004, composto por quatro divisões: Divisão de Planejamento Estratégico e Análise; Divisão do Crime Organizado Japonês; Divisão de Drogas e Armas de Fogo; e Diretoria de Operações Investigativas Internacionais (Ko, 2006). Por meio destas,

14. Por exemplo, diz-se que ela paga gangues da Coréia do Sul para fabricar anfetaminas, geralmente em instalações secretas na Tailândia e na China, e depois as contrabandea para o Japão (Rankin, 2012, p. 12).

15. Desde a fundação do Partido Liberal Democrata, em 1955, o Japão esteve predominantemente sob o poder do partido conservador, o qual abriga facções ideológicas de direita.

16. Um dos fatores que levou à renúncia do primeiro-ministro Mori Yoshiro em 2002 foi a revelação de que ele tinha participado em um casamento, no qual um chefe da *yakuza* também estava presente e o simples fato de estar no mesmo ambiente era visto como inapropriado (Rankin, 2012, p. 8).

a polícia vem concentrando suas forças na análise do comportamento atual da *yakuza* e de transações suspeitas que envolvam uma grande quantidade de dinheiro ou crimes cometidos por organizações criminosas.

No que tange ao uso do dispositivo legal, o governo elaborou o *Botaihou* (leis de contramedidas à *boryokudan*). Dentro desse conjunto de leis destacam-se três principais: a Lei Anti-*Boryokudan* (1991); a Lei Especial Antidrogas (1991); e a Lei de Punição do Crime Organizado (1999).

A Lei Anti-*Boryokudan* representou uma mudança no consenso das pessoas de que ninguém deve ser tolerante e utilizar a *yakuza* e foi a primeira a identificar especificamente a *boryokudan*. Em 2005, ela foi revisada de forma a responsabilizar os chefes desses grupos por quaisquer danos resultantes das brigas entre seus membros. Isso levou à aposentadoria do chefe do Yamaguchi-gumi, o topo da *yakuza* (Ko, 2006, p. 419) e, de certo modo, o enfraquecimento da infraestrutura das organizações como um todo.

A Lei Antidrogas e a Lei de Punição do Crime Organizado foram aplicadas conforme os tratados internacionais e cada vez mais vemos uma expansão das sanções legais formais, aproximando o Japão daquilo que seus parceiros do G7¹⁷ veem como “[...] um padrão global em sua batalha compartilhada contra o crime organizado”¹⁸ (Hill, 2006, p. 262). Essas duas leis, junto com a Lei de Prevenção à Transferência de Recursos Criminais (2007) (Rankin, 2012, p. 1), criminalizam a lavagem de dinheiro, obrigam os institutos financeiros a relatar transações suspeitas à Unidade de Inteligência Financeira e promovem a cooperação internacional no combate ao crime organizado. Elas possibilitam o confisco dos lucros obtidos pelas organizações criminosas, representando um impacto prejudicial na receita e no prestígio público da *yakuza*.

A criação dessa Unidade de Inteligência Financeira surge a partir dos esforços da Agência Nacional da Polícia em responder a maior presença de estrangeiros membros de organizações criminosas transnacionais em solo japonês. Para isso, a instituição conta com a cooperação com outras agências nacionais e internacionais (por meio de estruturas como a Força-Tarefa de Ação Financeira

17. No texto original o autor usa o termo G8, uma vez que, no período da publicação, Rússia ainda era membro.

18. “[...] Japan’s G8 partners see as a global standard in their shared battle against organized crime” (Hill, 2006, p. 262).

(FATF), o Grupo Ásia/Pacífico sobre Lavagem de Dinheiro (APG) e o grupo Egmont) no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

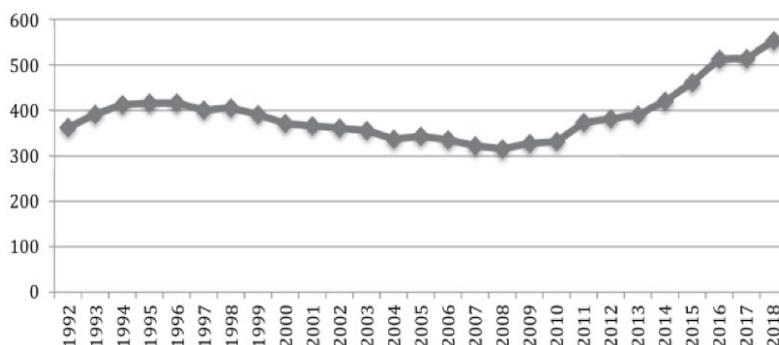
O objetivo final do *Botaihou* consiste em controlar as atividades ilegais e as demandas da *yakuza* à população (dinheiro de proteção, subcontratação etc.) para evitar danos aos cidadãos comuns. Entre as várias emendas realizadas, a de 2008 é a mais significativa, pois institui a responsabilidade dos cidadãos ligados à máfia japonesa, que fazem, por exemplo, transações comerciais, pagamento de um membro da *yakuza*, entre outros. Dessa forma, o envolvimento com esses grupos se torna deveras arriscado, a ponto de muitos civis ficarem receosos na procura e uso de seus serviços.

Por outro lado, a introdução do *Botaihou* e a consequente severidade das contramedidas policiais impulsionaram a máfia japonesa a diversificar progressivamente seus negócios em atividades “menos toleráveis”. A tendência de aumento no número de crimes por 1000 membros da *yakuza* (Tabela 3), a partir de 2010, pode ser interpretado como uma intensificação das atividades ilegais por menos membros da *yakuza* e/ou uma expansão das atividades que agora são definidas como ilegais (encolhimento da zona “cinzenta”). Nas palavras de Baradel:

Ao declarar que a *yakuza* é uma organização criminosa com a qual as empresas legítimas não devem se envolver, esses regulamentos definiram claramente as fronteiras antes confusas entre o comportamento criminal e o legal: as áreas cinzentas agora são negras, já que qualquer envolvimento com a *yakuza* é criminalizado (Baradel, 2020, p. 13, tradução nossa¹⁹).

19. “By stating that the *yakuza* is a criminal organization that legitimate companies should not engage with, these regulations clearly defined the previously blurred boundaries between criminal and legal behavior: grey areas are now black, as any involvement with the *yakuza* is criminalized” (Baradel, 2020, p. 13).

Tabela 4 - Número de ofensas por 1000 membros da yakuza



Fonte: Hanzai Hakusho (relatório da polícia) para os anos indicados, Soshiki Hanzai no Jōsei (situação atual do crime organizado), 2017, 2018, 2019, apud Baradel (2020, p. 9).

Um outro agravante a essa situação é a promulgação do *Bohaijourei* (regulamentos de exclusão) em 2010, o qual impede os membros da *yakuza* ou ex-membros que deixaram o grupo por menos de cinco anos de: obterem seguro; abrir uma conta em banco; assinar quaisquer contratos; e alugar um apartamento²⁰. Isso prejudica, por exemplo, um ex-membro de arranjar um emprego formalmente.

A prolongada estagnação econômica japonesa desde os anos 1980 atingiu duramente alguns setores lucrativos da *yakuza* e, como qualquer outro negócio, teve que cortar seus custos, otimizando suas operações e dispensando membros que falharam em pagar suas “mensalidades”. Frente ao árduo trabalho em troca de uma baixa remuneração, há uma menor atração pelo estilo de vida na máfia e uma crescente preferência dos homens jovens por trabalhos mais lícitos e rentáveis na periferia do submundo, como anfitriões de bares, gerentes de agências de garotas de programa e casas de massagem. Isso constitui uma forte preocupação por parte das *boryokudan*, pois a escassez de jovens “valentões” reduzirá seriamente a eficácia de suas operações, já que toda a indústria *yakuza* se baseia na capacidade de causar violência decisiva (Rankin, 2012, p. 5).

Tanto o *Botaihou* quanto o *Bohaijourei* tiveram uma repercussão negativa nas finanças da *yakuza*, pois minaram a sua base social e prejudicaram suas conexões com atores lícitos. O cresci-

20. O *Bohaijourei*, promulgado na prefeitura de Fukuoka (2010), embora aplicado em todo o país, não é uma lei nacional e, portanto, pode variar de região para região (Baradel, 2020).

mento acentuado de contramedidas punitivas e da estigmatização de sujeitos desviantes, junto com uma longa crise econômica no país, proporcionaram um aumento de formas indetectáveis (como o maior envolvimento no mercado financeiro) e predatórias de crime. Enquanto a elite administrativa, que representa os grupos da *yakuza* como um todo, busca se infiltrar na esfera legal onde o mercado é mais lucrativo, menos perigoso e dá-lhes maior visibilidade e uma reputação positiva; a esfera ilegal permanece povoada por membros de baixo escalão, que não têm experiência para se envolver em formas mais sofisticadas de crime (como os crimes de colarinho branco).

Ao mesmo tempo, o ostracismo de ex-membros impossibilita sua reabilitação e reintegração na sociedade, os empurrando novamente para a vida criminosa, mas dessa vez unindo-se a grupos desorganizados e de curto prazo (*hangure*). Essa situação incomoda a polícia, porque resulta em uma população criminosa cada vez mais desorganizada e desconhecida (Baradel, 2020).

Essas mudanças na legislação colocaram a *boryokudan* para fora da zona semilegal que povoava e a empurraram para um ambiente de total ilegalidade e intolerância. Com a decadência de sua imagem pública e a gradativa necessidade de se esconder, os grupos mafiosos participaram até de lutas sociais, como a oposição do *Yamaguchi-gumi* ao uso de drogas, mesmo em contraste com seus próprios interesses, e o auxílio no desastre de Fukushima em 2011²¹. Tais atitudes, embora aparentem ser paradoxais, são uma tentativa estratégica para promover uma imagem mais positiva. Ainda assim, a *yakuza* encontra-se enfraquecida e precisa se adaptar às novas dificuldades impostas para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações das máfias, assim como as principais contramedidas adotadas pelos Estados, foram apresentadas com o intuito de elucidar a conjuntura desses atores não estatais, pouco discutidos na mídia e na academia, e como reagiram às políticas antimáfia aplicadas na década de 1990. A pesquisa buscou esclarecer como essas organizações se camuflam e se relacionam nos diversos se-

21. Após o terremoto e tsunami de 2011, em Fukushima, a *yakuza* conseguiu se mobilizar rapidamente e foi uma das primeiras a chegar na região atingida com caminhões de suprimentos de emergência (Rankin, 2012).

tores da sociedade para trazer maior consciência acerca dos riscos e consequências que possuem sobre os governos e as populações, além de procurar ampliar a discussão sobre novas estratégias de contenção e prevenção. Nesse sentido, a partir das análises realizadas, observamos a necessidade de políticas públicas que atuem em diferentes esferas – o combate a esses crimes organizados não pode ser visto apenas como uma questão de segurança, mas como um tema multifacetado que deve alcançar as desigualdades e crises sociais e econômicas.

Vimos que a *Cosa Nostra*, a *Ndrangheta* e a *yakuza* se assemelham, não apenas pelo seu longo histórico, mas pelos seus rituais sofisticados, aparatos simbólicos e pelas suas estruturas articuladas, cuja hierarquia se fundamenta em um arranjo familiar. Tanto na Itália como no Japão observamos a eficiência desses grupos em se infiltrarem no tecido social, através do fornecimento de bens e serviços que o Estado é incapaz de proporcionar ou que são considerados ilegais. Embora venham sofrendo baixas com as dificuldades em seu recrutamento e perpetuidade, eles ainda transitam em uma área nebulosa, pois se relacionam tanto com o submundo quanto com a esfera legal, e podem inclusive beneficiar estrategicamente funcionários públicos e empresários em troca de uma certa complacência em suas ações.

Com relação à sociedade civil, por muito tempo ela pareceu tolerar em certa medida a existência dos mafiosos, uma vez que se apresentavam como os “justiceiros e protetores” do povo. Porém, a partir da década de 1990, verifica-se a implementação de políticas intrusivas e autoritárias em reação a um percebido agravamento da ameaça do crime organizado. As novas leis especificamente criadas para o combate das associações criminosas possibilitaram o confisco de bens e a prisão de membros dos grupos mafiosos, impactando negativamente as finanças e a própria estruturação dessas organizações.

Por outro lado, a permanência de uma crise econômica no Japão e da precariedade no sul da Itália mantêm o ingresso de pessoas no mundo ilegal, sinalizando a necessidade de medidas para além da esfera de segurança pública, pois a maior parte das decisões tomadas não atingem diretamente os problemas socioeconômicos, os quais fomentam a formação de organizações criminosas. Muitas das medidas eram de caráter punitivo e não preventivo e trouxeram consequências indesejáveis.

A criação de penas mais duras àqueles envolvidos com a máfia levou a um maior sigilo. Houve ainda a transição de preferência por novas formas de crime, como a penetração no mercado legal por meio do uso de pessoas de fora da organização mafiosa e de empresas em setores de finanças, construção civil, imóveis, eliminação de resíduos industriais e entre outros, sendo, portanto, mais difíceis de serem detectáveis.

Aqueles incapazes de entrar nesses setores passaram a se envolver em crimes mais violentos e desorganizados. Isso representa uma nova preocupação para os governos e comunidades que precisarão lidar com esses novos grupos mais predatórios e a transformação das máfias frente aos desafios econômicos, organizacionais e jurídicos.

Infere-se, então, que a adoção de políticas antimáfia mais inflexíveis, não obstante resultados positivos, trouxe em cena outros atores criminosos aparentemente mais violentos e imprevisíveis, gerando uma situação paradoxal e desafiadora para os Estados. Finalmente, a análise buscou expor as adversidades que ambos os países ainda apresentam no seu combate às máfias, mostrando-se como tema relevante para a reflexão e discussão de novas ações que possam confrontar tais agentes que colocam em risco a segurança pública e prejudicam milhares de vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLINÁRIO, Maria da Conceição Benevenuto; FILIPPETTO, Rogério. Máfia, Crime Organizado E Associação Criminosa: Elementos Para Uma Perspectiva Brasileira. **Doutrina Nacional**, [s. l.], v. 15, ed. 27, p. 77-115, 1 dez. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/35090567/MAFIA_ORGANIZED_CRIME_AND_CRIMINAL_ASSOCIATION_ELEMENTS_IN_BRAZILIAN_PERSPECTIVE_ROG%C3%89RIO_FILIPPETTO. Acesso em: 25 nov. 2020.

BARADEL, Martina. Yakuza Grey: The Shrinking of the Il/legal Nexus and its Repercussions on Japanese Organised Crime. **Global Crime**, [s. l.], 31 ago. 2021. DOI 10.1080/17440572.2020.1813114. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17440572.2020.1813114>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BERNADET, Luis Fernando Acosta. **A Securitização do Crime Organizado dentro da Política Externa Estadunidense na Década de 1970-1980: Estudo de Caso da Máfia Italiana La Cosa Nostra**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Campus Santana do Livramento, Universidade Federal do Pampa, [s. l.], 2016. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/ri/731>. Acesso em: 13 jan. 2021.

CAPPELLARO, Giulia; COMPAGNI, Amelia; VAARA, Eero. Maintaining Strategic Ambiguity for Protection: Struggles over Opacity, Equivocality, and Absurdity around the Sicilian Mafia. **Academy of Management Journal**, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 1-69, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/full/10.5465/amj.2017.1086>. Acesso em: 23 fev. 2021.

GAMBETTA, Diego. **The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection**. [S. l.]: Harvard Univ Pr, 1993. *E-book*.

G1 (org.). **Mafioso preso no Brasil era um dos 10 fugitivos mais perigosos do mundo, diz imprensa italiana**. [S. l.], 25 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/25/mafioso-presno-no-brasil-era-um-dos-10-fugitivos-mais-perigosos-do-mundo-diz-imprensa-italiana.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

HILL, Peter. **The Japanese mafia: Yakuza, Law, and the State**. [S. l.]: Oxford university press, 2006. *E-book*.

KO, Shikata. Yakuza – organized crime in Japan. **Journal of Money Laundering Control**, [s. l.], v. 9, ed. 4, p. 416-421, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/13685200610707653>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MANCINI, Cristiane. **A Máfia na Economia Italiana: Um estudo sobre anos recentes (2005-2011)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pós-Graduação em Economia Política da PUC/SP, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://tedeantiga.pucsp.br/handle/handle/9219>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PAOLI, Letizia. Italian Organised Crime: Mafia Associations and Criminal Enterprises. **Global Crime**, [s. l.], v. 6, ed. 1, p. 19-31, 2 fev. 2004. DOI 10.1080/1744057042000297954. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1744057042000297954>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PAOLI, Letizia. Mafia and organised crime in Italy: The unacknowledged successes of law enforcement. **West European Politics**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 854-880, 3 set. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402380701500330>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PAOLI, Letizia. **Mafia Brotherhoods: Organized Crime, Italian Style**. [S.l.]: Oxford/New York: Oxford University Press, 2003. ISBN 0-19-515724-9.

RANKIN, Andrew. 21st-Century Yakuza: Recent Trends in Organized Crime in Japan. **The Asia-Pacific Journal**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1-27, 13 fev. 2012. Disponível em: <https://apjjf.org/2012/10/7/Andrew-Rankin/3688/article.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

UTSUMI, Yuko. **Countermeasures against Organized Crime Groups (Boryokudan) in Japan**. [S. l.]: Police Policy Research Center, National Police Agency of Japan, mar. 2018. Disponível em: https://www.criminologysymposium.com/download/18.7f57ba351641b9cdc3dd234/1531989744019/THU12_Yuko_Utsumi.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

SEGURANÇA NO ORIENTE MÉDIO: A TCRS E O CONFLITO ISRAELO-IRANIANO

SECURITY IN THE MIDDLE EAST: THE TCRS AND THE ISRAEL-IRANIAN CONFLICT

SEGURIDAD EN ORIENTE MEDIO: LA TCRS Y EL CONFLICTO ISRAEL-IRANÍ

Irla Avelino¹
Débora Régis²

*Recebido em: 09 de março de 2023
Aceito em: 04 de dezembro de 2023*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, através da metodologia do process tracing, analisar o conflito envolvendo Israel e Irã e suas consequências locais e regionais. Para isso, a análise será feita com base nos estudos de Barry Buzan e Ole Waever sobre a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, desenvolvida para entender como as dinâmicas de poder regionais influenciam questões de segurança. Desse modo, este trabalho resume brevemente os momentos de cooperação entre Israel e o Irã até o início das hostilidades, buscando mostrar como o desenvolvimento do programa nuclear iraniano dificultou as relações entre os países e como este conflito afeta a dinâmica das relações entre os diferentes Estados da região.

Palavras-Chave: Irã; Israel; complexos regionais; programa nuclear.

ABSTRACT

This article aims, through the process tracing methodology, to analyze the conflict involving Israel and Iran and its local and regional consequences. For this, the analysis will be based on the studies of Barry Buzan and Ole Waever on the Theory of Regional Security Complexes, developed to understand how regional power dynamics influence security issues. Thus, this work briefly summarizes the moments of cooperation between Israel and Iran until the beginning of hostilities, seeking to show how the development of the Iranian nuclear program has hindered relations between the coun-

1. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, integrante do Centro de Pesquisa em Política, Relações Internacionais e Religião (CEPRIR), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Contato: irla.menezes@aluno.uepb.edu.br

2. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, integrante do Centro de Pesquisa em Política, Relações Internacionais e Religião (CEPRIR) e do Grupo de Pesquisa sobre Realismo Periférico e a obra de Morgenthau na atualidade, além de fellow student da Stand With Us Brasil. Contato: debora.regis@aluno.uepb.edu.br

tries and how this conflict affects the dynamics of relations between the different states of the region.

Keywords: Iran; Israel; regional complexes; nuclear program.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo, a través de la metodología de seguimiento de procesos, analizar el conflicto que involucra a Israel e Irán y sus consecuencias locales y regionales. Para ello, se realizará un análisis basado en los estudios de Barry Buzan y Ole Waever sobre la Teoría de los Complejos de Se-

guridad Regional, desarrollados para comprender cómo las dinámicas de poder regionales influyen en los temas de seguridad. Así, este trabajo resume brevemente los momentos de cooperación entre Israel e Irán hasta el inicio de las hostilidades, buscando mostrar cómo el desarrollo del programa nuclear iraní dificultó las relaciones entre los países y cómo este conflicto afectó la dinámica de las relaciones entre los diferentes estados de región.

Palabras Clave: Irán; Israel; complejos regionales; programa nuclear.

INTRODUÇÃO

Segundo relatório anual de 2022 do *Heidelberg Institute for International Conflict Research*³, o sistema internacional vem enfrentando uma escalada no número de conflitos ao redor do mundo, em especial na região do Oriente Médio. Os dados deste relatório corroboram o argumento de Barry Buzan e Ole Waever (2003) de que as nações do Oriente Médio, bem como suas dinâmicas de segurança, nasceram de conflitos, em especial nos anos pós-Imperialismo europeu na região, e tais hostilidades se perpetuam até os dias atuais. Desse modo, entendendo a importância da temática para os estudos de Segurança e Relações Internacionais, o presente artigo traz uma análise acerca do conflito entre Israel e Irã e as questões de segurança acarretadas pelo mesmo, que traz consequências não só a nível local, mas afeta toda a região do Oriente Médio, além de trazer o elemento nuclear para o conflito.

Nesse sentido, este trabalho traz como hipótese central a questão nuclear como fator de projeção regional do conflito, ultrapassando as fronteiras de seus Estados principais. Assim, para entendermos como se iniciou o conflito e como a questão do desenvolvimento nuclear pode ser um fator ímpar para compreendê-lo, utilizamos da metodologia do *process tracing*, que permite analisar uma cadeia de acontecimentos, chamados também de variáveis, e gerar inferências sobre as hipóteses que visam entender os resultados de tais processos (Bennett; Checkel, 2012; De Lima,

3. O relatório completo, bem como outros arquivos e dados, pode ser encontrado em: <<https://hiik.de/conflict-barometer/bisherige-ausgaben/?lang=en>>

2017). Logo, buscaremos traçar, em conjunto com a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, de Barry Buzan e Ole Waever (2003), lente teórica deste trabalho, como o conflito se iniciou, o que mudou com a introdução do elemento nuclear e como isso é central à problemática.

Assim, o artigo se divide em três partes, a fim de, de um modo conciso, aplicar a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança às particularidades do conflito israelo-iraniano. Logo, a primeira parte se dedica a expor os principais pontos da teoria desenvolvida por Buzan e Waever. A segunda parte apresenta, por sua vez, um panorama geral das relações entre os governos de Tel Aviv e Teerã, desde os anos de cooperação até o início das hostilidades. A seguir, a terceira parte expõe como o conflito se expandiu para uma problemática regional, principalmente tendo em vista o desenvolvimento do programa nuclear iraniano.

A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA E O ORIENTE MÉDIO

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) foi desenvolvida por Buzan e Waever (2003) com o objetivo de analisar as novas dinâmicas de segurança no mundo pós-Guerra Fria, focando-se em arranjos regionais de poder e a relativa, porém crescente, autonomia de tais relações na política internacional. Ademais, o período estudado pelos autores sofreu uma grande influência dos processos de descolonização e formação de novos Estados em regiões outrora dominadas pelas superpotências mundiais, como a Ásia e a África (Buzan; Waever, 2003), o que corrobora com o empenho em analisar as realidades específicas dessas áreas geográficas. Assim, ao analisarem o fim da ordem bipolar e os crescentes arranjos regionais de poder, os autores convergem com a abordagem neorrealista⁴ ao buscarem entender a relação entre estrutura, distribuição e dinâmicas de poder, ao passo que também são influenciados pelo Construtivismo, ao analisarem como as questões de segurança são criadas através de

4. Apesar de Buzan e Waever entenderem a importância de analisar as relações entre estrutura e unidades, tais autores compreendem que se afastam da visão neorrealista ao passo que esta confere demasiada importância ao nível global das relações de poder e segurança, enquanto a TCRS dá ênfase a uma perspectiva regionalista (Buzan; Waever, 2003).

processos políticos e de variáveis locais específicas (Buzan; Waever, 2003).

De acordo com Buzan, Waever e De Wilde, em sua obra *Security: A New Framework for Analysis*, os complexos de segurança podem ser definidos como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão ligados que não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados um do outro” (1998, p. 201). Tal definição elucida o argumento dos autores de que, para a maioria dos Estados, seus problemas de segurança são influenciados por seus vizinhos, alegando uma distinção entre as dinâmicas de segurança entre os níveis global, regional e estatal (Buzan; Waever, 2003). Dessa maneira, compreende-se que entre as unidades partes desses complexos existe uma relação de interdependência de segurança. Logo, os autores argumentam que estes complexos são definidos a partir de padrões de amizade e inimizade entre as unidades, afetados por questões geopolíticas e históricas comuns. Assim sendo, para os fins deste artigo, cabe focarmos no complexo regional do Oriente Médio e suas particularidades.

Em sua obra *Regions and Power: The Structure of International Security* (2003), Buzan e Waever argumentam que o Oriente Médio, apesar da interferência de potências estrangeiras e de uma parte considerável de seus Estados terem sido alvos do imperialismo ocidental, é uma região com um considerável nível de autonomia quando se trata de segurança e relações de poder. Para os autores, essa área de interdependência cobre desde o Marrocos até as fronteiras com o sudeste asiático, envolvendo desde países árabes até Israel (Buzan; Waever, 2003). Assim, para a teoria dos CRS, o complexo do Oriente Médio teria sido formado de uma maneira conflituosa, visto as tensões experienciadas entre os Estados da região, em especial no período pós-colonial e tendo os conflitos regionais hodiernos raízes em tais instabilidades (Buzan; Waever, 2003).

Não obstante, é ímpar observar que, em se tratando de uma região tão complexa e com atritos tão perenes, como destacam Buzan e Waever (2003), seus conflitos logo tomam proporções transnacionais. É nesse contexto que os autores afirmam que, não possuindo traços culturais compartilhados - para além da religião, na maioria dos casos- e coesão social doméstica, os países do Oriente Médio baseiam suas relações de segurança a partir de símbolos e

conflitos partilhados com seus homólogos, como é o exemplo das tensões entre boa parte da região e Israel (Buzan; Waever, 2003). Assim, os autores argumentam que sem um fator comum, seria muito difícil caracterizar apenas um único Complexo Regional para o Oriente Médio (Buzan; Waever, 2003).

Além disso, a falta de coesão social também é um ponto sensível para a região. Como demonstram os teóricos,

Fortes ligações entre regimes autoritários, recursos petrolíferos, capital internacional e alianças com grandes potências permitiram que os Estados [...] mobilizassem extensas forças de segurança interna para suprimir suas populações e desvincular seus regimes da sociedade civil (Buzan; Waever, 2003, p. 194, tradução nossa⁵).

Dessa maneira, muitos conflitos envolvendo a esfera doméstica dos Estados do Oriente Médio logo se espalham para a esfera regional, pois diversos grupos, sobretudo islâmicos, não conseguem construir alianças políticas concretas e acabam por fragmentar e rivalizar suas atuações. Assim, muitos desses grupos locais que possuem algum tipo de aliança ou compartilham do mesmo inimigo com seus homólogos regionais recebem o suporte deles em conflitos domésticos, pulverizando as consequências do mesmo para outras áreas e atores da região (Buzan; Waever, 2003).

Logo, por sua complexidade, grande extensão geográfica e seu vasto número de Estados, o CRS do Oriente Médio é dividido em três subcomplexos: o Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Omã, Emirados Árabes, Catar, Kuwait, Bahrein e Iêmen), o Levante (Israel, Palestina, Síria, Egito, Jordânia e Líbano) e o Magrebe (Líbia, Sahara Ocidental, Marrocos, Tunísia e Argélia). Assim sendo, o Levante e o Golfo Pérsico, segundo os autores, seriam subcomplexos de influência mútua, principalmente tendo em vista o Pan-Arabismo⁶ e todo o movimento do *mundo islâmico* no Oriente Médio, tendo os conflitos nessa região se aprofundado com as tensões entre países islâmicos e Israel, em especial o Irã (Buzan; Waever, 2003). Central para a problemática apresentada por este trabalho,

5. "Strong links among authoritarian regimes, oil resources, international capital, and great power have allowed rentier states to deploy extensive internal security forces to suppress their populations and delink their regimes from civil society."

6. "O Pan-Arabismo designa o movimento cuja premissa central é que os povos do mundo árabe constituem uma só nação unida por património linguístico, cultural, religioso e histórico comum, apelando ao comunismo supranacional entre os Estados árabes baseado em preceitos nacionalistas, seculares e estatizantes [...]" (Pinto, 2016, p. 84).

Israel também é considerado por Buzan e Waever como um catalisador de diversos conflitos ao longo do complexo do Oriente Médio e, em maior ou menor grau, as tensões com tal Estado envolveram boa parte dos países islâmicos da região, além de agentes não estatais, como os grupos Hamas⁷, Hezbollah⁸ e a Organização para a Libertação da Palestina⁹ (Buzan; Waever, 2003). Outro Estado central para este trabalho, o Irã, um país persa e islâmico, parte do subcomplexo do Golfo, também é uma peça-chave para entender as relações de segurança no Oriente Médio, principalmente tendo em vista suas tensões tanto com outros países do seu subcomplexo, como o Iraque e a Arábia Saudita, quanto com países externos ao mesmo, como Israel.

O CONFLITO ISRAEL-IRÃ SOB UMA PERSPECTIVA LOCAL

Irã e Israel, como já exposto, fazem parte de um mesmo complexo regional e, de maneira mútua, influenciam as questões de segurança um do outro, em especial após a década de 1970, tendo suas relações abertamente hostis uma datação recente, apesar das antigas tensões entre mulçumanos e judeus na região (Buzan; Waever, 2003; Feldberg, 2006; Kaye et al, 2011). Com isso, é de extrema importância que analisemos como as relações entre tais Estados evoluíram de brandas para hostis em um espaço curto de tempo e como suas questões de segurança estão fortemente interconectadas, levando em consideração a visão doméstica de cada um em relação ao outro. Para tal, tomemos como referência temporal o período pós-independência de Israel, envolvendo, também, os períodos pré e pós-Revolução Iraniana.

7. Também conhecido como Movimento de Resistência Islâmico, o Hamas foi fundado em 1987 após revolta popular palestina, denominada Primeira Intifada (1987-1993), e tem como principal objetivo a substituição do Estado de Israel por um Estado palestino, cobrindo os territórios que vão desde a Faixa de Gaza até a Cisjordânia. Para aprofundamento no assunto, recomenda-se: Lopes, 2014.

8. O Hezbollah é um partido político xiita e um grupo militar que se originou no Líbano em meados de 1975, quando da guerra civil enfrentada pelo país. Apoiado pelo Irã, o grupo é conhecido pela sua oposição ao Estado de Israel e à influência exercida pelo Ocidente na região. Para aprofundamento no assunto, recomenda-se: Gleis, Berti, 2012; Norton, 2014; Robinson, 2020;

9. A OLP, fundada em 1964, é uma entidade responsável por representar o povo palestino e possui identidade jurídica internacional reconhecida. Para aprofundamento no assunto, recomenda-se: Buzetto, 2012; Sloboda, 2015; Gomes, 2020.

Os Anos De Cooperação

Desde sua guerra de independência (1948-49), que reuniu Estados árabes contra o recém-criado Estado, Israel, por meio da chamada Doutrina da Periferia¹⁰, tentou se aproximar de países não-árabes localizados na região, em especial o Irã, que, mesmo não reconhecendo sua independência formalmente de imediato, mantinha relações tácitas de cooperação com o país (Kaye et al, 2011). Nesse cenário, as tensões com seus vizinhos árabes fizeram com que Israel adotasse uma posição defensiva em relação a seus desafios de segurança, dando grande foco na estruturação de um exército forte (Cohen-Almagor; Guiora, 2020). Não obstante, seus laços com o país persa foram sendo estreitados a partir da década de 1950, pois havia certo receio de ambas as nações em relação ao movimento do Pan-Arabismo na região e, principalmente, a ascensão do Iraque sob o regime de Saddam Hussein, um inimigo comum para o Irã e para Israel (Kaye et al, 2011). Além disso, a cooperação entre os países também era alimentada pela influência dos EUA no governo de Tel Aviv e seu apoio ao regime de Teerã, de modo que, no contexto da Guerra Fria, tais relações também visavam o afastamento da União Soviética da região (Feldberg, 2006; Simon, 2010).

Assim, enquanto as tensões com as nações árabes e Israel continuavam latentes, destacando-se os conflitos durante a Guerra dos Seis Dias (1967)¹¹ e a Guerra do Yom Kippur (1973)¹², as relações deste Estado com o Irã eram bastante promissoras, em especial durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, quando trocas econômicas e a cooperação energética, por exemplo, eram intensas (Simon, 2010;

10. A Doutrina da Periferia foi formulada pelo primeiro-ministro israelense David Ben-Gurion, na década de 1950; "It was based on the premise that Israel would have to establish close relations with the region's non-Arab countries to protect itself from hostile Arab neighbors." (KAYE et al, 2011, p. 10)

11. Conflito envolvendo Israel e países árabes da região, como Egito, Síria, Iraque e Jordânia, iniciado em junho de 1967 após meses de tensão nas regiões fronteiriças entre os países. O conflito também contou com o apoio de forças internacionais, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos, e outros países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita. Para maior aprofundamento na temática, recomenda-se a leitura de: Gat, 2005; Bunch, 2008

12. O conflito, conhecido também como Guerra do Ramadã, é considerado consequência direta dos enfrentamentos de 1967, e envolveu, basicamente, os mesmos atores. Foi considerado um evento de grande impacto nas dinâmicas regionais, sobretudo securitárias e econômicas, visto que, em consequência do conflito, iniciou-se a Primeira Crise do Petróleo. Para maior aprofundamento no assunto, recomenda-se a leitura de: Bolia, 2004; Kumaraswamy, 2013.

Kaye et al, 2011). O aprofundamento dos laços entre os países era estratégico e, enquanto Israel diminuía seu isolamento diplomático na região, o Irã buscava imprimir, cada vez mais, sua influência no Golfo Pérsico (Simon, 2010).

O Início Das Hostilidades

No entanto, ao passo que a política interna iraniana ia se desgastando em meio à crise entre a elite que estava no comando e as forças sociais e religiosas que exigiam mudanças (Ferreira; Galvão, 2021), as relações de cooperação entre Israel e o país persa também foram enfraquecendo. Assim, com a Revolução Iraniana de 1979, a queda do Xá Reza Pahlavi e a chegada do aiatolá Khomeini ao poder, a política externa do Irã adotou um tom mais ideológico e assertivo em relação aos seus vizinhos, em especial às nações árabes e, claro, Israel, alcunhado de “a entidade sionista” pelo governo pós-revolucionário (Kaye et al, 2011; Cohen-Almagor; Guiora, 2020). Assim, os discursos do líder supremo Khomeini passaram a carregar um tom que ia de encontro ao povo israelense e seu Estado¹³ (Pamplona, 2007; Kaye et al, 2011).

Por outro lado, a ameaça iraquiana ainda era bastante visível no Oriente Médio e a invasão do país ao Irã, em 1980, fez com que o governo de Teerã ponderasse a respeito do seu afastamento de Israel, importante contraponto em relação ao mundo árabe. Então, como o regime teocrático de Khomeini também havia cortado alianças diplomáticas com os EUA e outros países do Oriente Médio, como os do Golfo Pérsico, unidos em uma aliança pró-regime

13. Como exemplo desses discursos, Pamplona (2007) utiliza-se da ocasião em que o líder iraniano, ao discursar sobre uma greve de trabalhadores numa refinaria de petróleo do país em 1978, afirma que Israel seria inimigo declarado do Islã: “Apparently some of the `ulama from Qum went to Abadan to study the situation there, and it was said that these 600,000 barrels of oil which are being exported are being sent to Israel. Some of the workers did not go on strike, and now 600,000 barrels are being sent abroad out of a total of some ten million barrels that were exported previously. The regime deceived these workers by telling them that this oil was to be used for the running of the country! They said it was for us! And so the poor workers carried on working. However, now it is clear from what is being said that this oil is going to Israel. It is illegal, it is sinful (haram), for this group of people who have disregarded the strike by others and have been deceived by the government into believing the oil is for domestic consumption, if they know that this oil is destined for Israel, the enemy of the Qur`an and Islam.” (Pamplona, 2007, p. 67)

de Hussein¹⁴ (Kaye et al, 2011; Do Espírito Santo; Baldasso, 2018), o Irã sofria com um grande desfalque em relação ao conflito com os iraquianos. Nesse cenário, a cooperação entre o Irã e Israel era vista como uma saída estratégica para o conflito e a ajuda do governo de Tel Aviv com equipamentos de guerra e armamentos foi crucial para as investidas contra o Iraque, mesmo tais trocas tendo sido feitas de maneira secreta (Simon, 2010; Kaye et al, 2011).

O apoio durante a guerra contra o Iraque, no entanto, não restabeleceu as relações amigáveis entre Israel e o Irã, ao passo que a Guerra do Golfo, perpetrada pelos EUA contra o Iraque já na década de 1990, deixou um vazio de poder no centro do Oriente Médio, vazio este que o Irã buscava preencher e se afirmar como uma potência regional (Kaye et al, 2011). Ademais, somado às tensões envolvendo outros atores regionais, explicitadas de maneira mais profunda nas seções seguintes, a questão do desenvolvimento de programas nucleares começava a tomar centralidade nas tensões entre os governos de Teerã e Tel Aviv. Israel, até então, não explicitava suas atividades nucleares, mesmo as tendo iniciado ainda na década de 1950¹⁵ (Silva, 2010; Lima; Freitas, 2016), enquanto o Irã, signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) desde 1970, tinha um programa nuclear que era anunciado como servindo apenas para fins energéticos e de modernização do país (Lima; Freitas, 2016). Nesse cenário, durante as décadas de 1990 e o início dos anos 2000, as divergências entre os países foram se aprofundando, tendo em vista que a problemática nuclear foi ganhando cada vez mais a atenção e preocupação

14. Apesar das diversas controvérsias de seu governo, Saddam Hussein, em muitos momentos, foi considerado uma figura carismática, visto como uma liderança capaz de desenvolver domesticamente o Iraque e o transformar numa potência regional. Além disso, muito se discute sobre o papel de Hussein no mundo árabe, pois ele possuía aspirações de transformar essa grande comunidade em um ator forte não só regional, mas internacionalmente reconhecido, obedecendo a uma ordem política comum. Assim, o líder iraquiano possuía boas ligações com outras lideranças sunitas, denominação islâmica da qual ele fazia parte. Para maior aprofundamento na temática, recomenda-se a leitura de: Jibrin, 2006; Furtado, 2008.

15. O governo israelense, segundo Kristensen e Norris (2014, p. 97), possui uma “política de opacidade” em se tratando de seu programa nuclear, ou seja, suas autoridades não revelam a real capacidade nuclear do país. Logo, é uma tarefa complexa traçar a linha do tempo do programa nuclear israelense e seus avanços, bem como achar dados e informações mais precisas, em especial de fontes sólidas, para tecer comentários mais profundos sobre esse assunto. No entanto, reforçando a importância de se debater a temática, recomenda-se, para uma maior esclarecimento, a leitura de: Kristensen, Norris, 2014.

de outros atores regionais. Não obstante, além dos discursos explicitamente hostis das lideranças iranianas a Israel, em especial após a chegada do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao poder em 2005 (Simon, 2010), e de toda a questão do programa nuclear de ambos os países, o Irã, buscando minar o governo de Tel Aviv, utiliza-se de outros atores regionais em áreas de conflito com Israel, como o grupo libanês Hezbollah, também antissionista, ao passo que os israelenses buscaram utilizar de táticas preventivas e de dissuasão contra o Irã, visando retardar e prevenir ataques de larga escala (Kaye et al 2011; Pereira, 2021). Anteriormente, em 1981, durante a Operação Ópera¹⁶, Israel já havia demonstrado sua capacidade de defesa e dissuasão, utilizando táticas preventivas contra alvos nucleares fora das fronteiras do país, fomentando a possibilidade de ataques a alvos iranianos em algum momento (Bandeira, 2012).

Assim sendo, fica nítido que o conflito entre Israel e Irã transborda as fronteiras dos países e envolve outros atores importantes para a dinâmica política, econômica e, sobretudo, de segurança da região, corroborando com a visão trazida por Buzan e Waever (2003) de que são através das relações com os vizinhos e unidades próximas que as estruturas de securitização vão sendo formadas a um nível regional, o que será analisado adiante.

A RIVALIDADE EM UM NÍVEL REGIONAL

Para a Teoria Clássica dos Complexos Regionais de Segurança (Buzan; Waever, 2003), o subsistema regional deve ser priorizado como objeto de análise de segurança, visto que a intervenção do poder global somente pode ser compreendida através do entendimento da dinâmica regional de segurança, e as unidades, por si só, não configuram objetos de análise de segurança, visto que esta é fundamentalmente relacional. Assim sendo, estando necessariamente associados, cabe a explanação da conjuntura histórica regional que ultrapassa a rivalidade entre Irã e Israel e o desenvolvimento do programa nuclear iraniano. Para Buzan e Waever (2003), as rivalidades do subcomplexo de segurança do Golfo Pérsico concentravam-se

16. Investida israelense contra instalação nuclear do Iraque, planejada pela agência de inteligência israelense, o Mossad, é considerada uma investida do Estado de Israel para conter o avanço nuclear nocivo na região e demonstrar sua capacidade de defesa (De Oliveira, 2018).

nas relações conflituosas entre Irã, Iraque e Arábia Saudita, direcionada por disputas territoriais, competição ideológica, divisões étnicas e sectárias, busca por maximização de poder, bem como disputa por recursos naturais.

O Enfraquecimento Do Regime De Saddam Hussein E Suas Consequências Para O Irã

Nesse sentido, a Revolução Iraniana de 1979, uma coalizão de setores da sociedade que, inconformados com “ocidentalização” do Irã, instaurou uma República Islâmica de orientação xiita no país, sob liderança do clérigo Khomeini, alterou as configurações de poder do Oriente Médio, visto que o objetivo iraniano de disseminar o processo revolucionário veio a romper a convivência pacífica com seu poderoso vizinho, o Estado sunita do Iraque. Este passou a representar o maior obstáculo do líder supremo iraniano, uma vez que se tratava de um governo sunita liderado por Saddam Hussein e que controlava uma imensa população xiita. Além desse fator, disputas fronteiriças pelo Estreito de Omuz e confrontos com apoio iraniano à minorias separatistas curdas no Iraque, fazem a guerra Irã-Iraque eclodir em 1980, com o bloqueio dos principais poços petrolíferos iraquianos e o bombardeio de navios petroleiros pelo Irã em resposta à invasão do Iraque em seu território (Adam; Chaise, 2014).

Nesse contexto, Saddam contou com o apoio dos Estados Unidos, da União Soviética, Grã-Bretanha e da França, e, em âmbito regional, da Arábia Saudita, Jordânia e do Egito, ao passo que o Irã se viu isolado, apoiado apenas pela Síria, Líbia, Argélia e Iêmen. As potências ocidentais e os países do Oriente Médio que apoiaram o Iraque pretendiam conter a Revolução Islâmica e sua expansão para a região. Apesar disso, a guerra contra o Iraque funcionou para o Irã como instrumento de consolidação da Revolução Islâmica, pois pôde demonstrar ao Ocidente que o novo regime possuía condições de resistir às intervenções ocidentais e que contava com o apoio popular, além disso, com o enfraquecimento do governo iraquiano, o Irã consolida-se também como potência regional no Golfo (Adam; Chaise, 2014). Buzan e Wae- ver, em “*Regions and Powers*” (2003, p.37), definem como potência regional “um ator que conta na determinação da estrutura de polaridade de um complexo de segurança nacional”, e o Irã, com a

Revolução Islâmica e o “saldo positivo” da Guerra do Golfo, passa a ser parte decisiva na configuração dos pólos de poder do sub-complexo do Golfo Pérsico, ao passo que o regime iraquiano se enfraquece e perde influência.

A Invasão Do Iraque E O Programa Nuclear Iraniano

Entretanto, os condutores do novo regime iraniano percebem o isolamento regional e global, evidenciado na Guerra do Golfo, e a posse de poder nuclear do Iraque, que utilizou armas de destruição em massa contra o Irã na referida guerra, e de Israel, que, desde a sua fundação, reconhece que a sua segurança reside na auto-suficiência militar, como fatores imprescindíveis em caso de novos confrontos posteriores. A ideia do desenvolvimento de um programa nuclear passa a ser então encarada como um modo de obtenção de respeito da comunidade internacional e de sobrevivência regional (Adam; Chaise, 2014; Lima; Rato, 2007). Com a política externa estadunidense no contexto da “Guerra ao Terror”¹⁷ de efetivar presença militar no Oriente Médio e a invasão dos Estados Unidos no território iraquiano, a narrativa iraniana de que a Revolução Islâmica estava ameaçada e vulnerável ganha forças, e o desenvolvimento do programa nuclear iraniano é visto como o único meio de salvaguardar a Revolução Iraniana.

A narrativa que enfatiza a valorização do martírio propagada pelo xiismo¹⁸, corrente do islã historicamente minoritária e perseguida, se transpassa para a política externa iraniana, que visa encontrar formas de fazer a Revolução sobreviver em um mundo hostil (Lima; Rato, 2007). A experiência histórica do país reforça essa construção ideológica, uma vez que enfrentou uma série de ameaças e intervenções externas e ocupações territoriais pela Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética. Ao passo que a deposição do regime de Saddam retirou uma preocupação do regime revolucionário, o quadro geoestratégico advindo aumentou o

17. Se refere às respostas políticas dos Estados Unidos aos atentados terroristas conhecidos como o “11 de setembro”, feitos pelo grupo islâmico extremista Al Qaeda, que envolvia a adoção de uma estratégia de reação militar imediata contra os grupos terroristas e os países do Oriente Médio que mantinham relações com tais entidades. Para mais informações, consultar: RODRIGUES, Alexandre Reis. O 11 de Setembro e a política externa americana. *Relações Internacionais*, n° 3, p. 5-11, set. 2004.

18. Corrente do Islã que acredita que a comunidade muçulmana deve ser liderada por Ali, genro do profeta Muhammad, e seus sucessores.

sentimento de vulnerabilidade de Teerã, que temia ser o próximo alvo dos Estados Unidos (IBIDEM, 2007).

Capacidade Nuclear Iraniana E Suas Consequências Regionais

Entretanto, não se pode resumir o desenvolvimento de um avançado programa nuclear a uma mera questão de sobrevivência. O programa nuclear iraniano faz parte do projeto de hegemonia regional e de expansão de poder (Kam, 2008; Freitas; Lima, 2016). As decisões do governo iraniano no que se refere à forma de utilização do programa nuclear de cunho armamentista não são previsíveis; porém, sabe-se que o projeto de nuclearização da teocracia visa dissuadir o Estado de Israel e manter uma posição dominante no Oriente Médio, o que já configura uma ameaça para seus vizinhos do Golfo e para outros Estados da região (Kam, 2008).

Nesse sentido, o programa nuclear iraniano altera as configurações geopolíticas de poder no Oriente Médio uma vez que, em decorrência da ameaça iraniana, a Arábia Saudita vem se aproximando de Israel, e este normalizou relações com os Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Marrocos e Sudão através dos Acordos de Abraão. Os países do Golfo, assim como o Estado de Israel, temem uma expansão do Irã através do Hezbollah, e com a introdução do elemento nuclear no regime iraniano, o receio de que o Irã se utilize desse poder para reafirmar o comando de táticas terroristas¹⁹ do Hezbollah contra Israel ou contra Bahrein, ou ainda para praticar chantagem nuclear para fortalecer suas ambições hegemônicas é fortalecido (Kam, 2008; Singer, 2021).

O programa nuclear iraniano tem o potencial de desestabilizar a região, desencadeando uma corrida nuclear generalizada, visto que outros países, como Arábia Saudita, Egito e Turquia, irão bus-

19. Neste artigo, utilizaremos como base as definições de terrorismo do cientista político David Rapoport. Rapoport categoriza o terrorismo e as ações de grupos rebeldes em “ondas”, de acordo com o contexto, os padrões de ação e as ideologias. Para o autor, o terrorismo pode ser definido, em especial na primeira onda, como uma estratégia utilizada por grupos rebeldes para alcançar objetivos políticos através da violência extra-normal - ou seja, ações além do previsto nas convenções de guerra - e táticas específicas do contexto para o abalo de estruturas públicas. Enquadramos o Hamas e o Hezbollah na terceira e na quarta onda do terror, a “Nova Onda de Esquerda” e a “Onda Religiosa”, que são caracterizadas, respectivamente, pela combinação do radicalismo com o nacionalismo e pelo uso da religião para justificar os princípios e as ações terroristas dos grupos rebeldes. Para mais informações, consultar: RAPOPORT, David. Quatro ondas do terror e o 11 de setembro. Antropoética, vol. 08, n.1, 2002.

car fazer frente ao poderio nuclear iraniano também desenvolvendo tecnologia nuclear de cunho armamentista. Além da escalada nuclear, os países do Golfo Pérsico temem que um Irã nuclear possa vir a incentivar a militância xiita das suas populações, gerando confrontos internos (Kam, 2008; Lima; Rato, 2007).

Consequências Do Programa Nuclear Iraniano Para O Conflito Com Israel E As Proxy Wars Envolvidas

A República Islâmica do Irã e o Estado de Israel fazem parte de diferentes subcomplexos regionais dentro do Oriente Médio, não têm fronteiras comuns e nem reivindicações territoriais conflitantes diretas. Isso reduz, em certa medida, o potencial de atrito militar direto entre os dois Estados. Em contrapartida, a retórica antissemita de negação do Holocausto do Irã e de considerar Israel como um invasor em território que deveria retornar ao domínio do Islã, além do patrocínio e da manutenção aos grupos islâmicos que praticam atos terroristas contra Israel, fazem do Irã uma ameaça para a segurança de Israel e uma pauta urgente a ser solucionada na política externa israelense (Kam, 2008; Lima; Rato, 2007; Scheindlin, 2017).

Irã e Israel não são iguais em termos militares, pois enquanto Israel gasta 5,4% do seu PIB em segurança, sendo um dos países que mais destina recursos do orçamento para o setor militar segundo dados do Banco Mundial (2020), o Irã gasta 6,8% (correspondendo, entretanto, o PIB deste último a 60% do PIB de Israel)²⁰, e essa assimetria de poder aumenta o potencial desestabilizador da rivalidade. O Irã pode se sentir mais tentado a usar suas capacidades não convencionais de militância para compensar a superioridade militar israelense, fazendo com que Israel se sinta mais vulnerável a ataques apesar da superioridade bélica. A introdução do elemento nuclear iraniano, portanto, traz um caráter ainda mais instável para o conflito, cooperando para o sentimento de vulnerabilidade do Estado de Israel (Rand et al, 2011).

Guerras por procuração já ocorrem entre o Irã e Israel desde a fundação do Hezbollah, durante a ofensiva militar israelen-

20. PIB do Irã: US\$231.5 bi. Gastos Militares do Irã: US\$15,83 bi Porcentagem PIB em gastos militares: 6,8% PIB de Israel: US\$401,9 bi. Gastos Militares de Israel: US\$21,7 bi Porcentagem PIB em gastos militares: 5,4% Para mais informações, consultar: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=IR-IL>>

se no Líbano, em 1982, para combater forças palestinas que atuavam no sul do país, com o intuito sírio e iraniano de atacar Israel sem riscos de confronto direto. O Hezbollah foi treinado e armado com patrocínio iraniano e com a cooperação síria, mobilizando xiitas que estavam em território libanês contra Israel. O governo sírio fornece apoio logístico e refúgio no Líbano para o Hezbollah, promovendo atentados terroristas por meio desse grupo contra Israel. Já o apoio de Teerã ao Hamas se concretizou a partir da tomada do controle de Gaza pelo grupo, após as eleições palestinas e a guerra civil²¹ resultante, fornecendo armamentos que desencadearam na Operação Chumbo Fundido²² de Israel, em 2008. O patrocínio do Irã ao Hamas, por sua vez, representa uma estratégia da teocracia iraniana de retardar o processo de paz do conflito Israel-Palestina, e assim evitar uma maior integração de Israel com o Oriente Médio (Byman, 2003; Kam, 2008).

O programa nuclear do Irã tende a projetar a expansão do país para além de sua esfera de influência tradicional, a região do Golfo Pérsico, e aumentar sua presença no subcomplexo do Levante, ao redor de Israel, fornecendo mísseis ainda mais potentes ao Hezbollah, utilizando o território sírio para atacar o Estado de Israel (Rand et al, 2011). O Hezbollah não é um ator independente, obedece ao comentado estratégico do Irã. A maior parte do arsenal terrorista do Hezbollah, particularmente os mísseis de curto e de médio alcance, que podem atingir Tel Aviv a 150 quilômetros da fronteira norte de Israel, são fabricados no Irã e exportados via Aeroporto Internacional de Damasco, na Síria. Daí, o material bélico é transportado em comboios motorizados ao Hezbollah, no Líbano. A inteligência israelense, o Mossad, identifica constantemente oficiais da Guarda Iraniana que estão no terreno libanês, supervisionando as ações terroristas (Pinheiro, 2006). A ampla percepção israelense de que um Irã com capacidade nuclear tentaria expandir sua influência de forma a desafiar diretamente Israel aumenta o risco e o potencial de conflito militar direto (Rand et al, 2011).

21. Confronto entre dois partidos políticos que disputam o controle da Faixa de Gaza, atualmente sob domínio do grupo terrorista sunita Hamas.

22. Ofensiva militar israelense em resposta ao lançamento de foguetes da Faixa de Gaza pelo Hamas em direção ao sul de Israel. Para saber mais, consultar: BONATO, Rafael Augusto da Cunha. No conflito com o Hamas, Israel tem opções limitadas. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2021.

Nessa perspectiva, em um contexto contemporâneo, o atual conflito travado entre Israel e Hamas iniciado com a invasão do grupo político terrorista em território israelense para matar e capturar civis e fazê-los de reféns na Faixa de Gaza no dia 7 de outubro de 2023, além de ter contado com o lançamento de milhares de foguetes direcionados para o território israelense, proporcionou, para Israel, efeitos de surpresa nos níveis operacional e estratégico da guerra. De modo simultâneo, enquanto Israel respondia aos ataques do Hamas, o Hezbollah lançava, do sul do Líbano, foguetes e mísseis em direção ao norte de Israel (Moita, 2023).

Tal cenário catastrófico corrobora com o argumento central do presente trabalho, uma vez que os ataques dos grupos paramilitares acontecem, por meio do financiamento bélico do Irã, em meio a um contexto de normalização das relações diplomáticas e de aproximação entre Israel e países árabes do Golfo Pérsico (Moita, 2023). Há também, relatos de fontes de notícias internacionais que atestam que houve o aumento da atividade cibernética iraniana, através de um grupo de hackers vinculados ao Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, durante os dias antecessores e sucessores à invasão do Hamas, realizando ataques às infraestruturas críticas de transporte, logística e tecnologia de Israel (The Record 2023; Cyberscoop, 2023).

CONCLUSÕES

Partindo do recorte temporal que data a partir da independência do Estado de Israel, tendo como mudança brusca nas relações entre os dois Estados a Revolução Iraniana de 1979, é possível enxergar essa rivalidade, construída historicamente entre os países, sob a perspectiva regionalista da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, que fornece uma estrutura analítica mais adequada para compreensão da hostilidade existente entre os dois países, que se transforma em um problema de segurança regional.

Nesse sentido, utilizando-se do método qualitativo de análise *process tracing* e tendo como base teórica a TCRS, foi traçada uma análise histórica do surgimento das rivalidades entre Israel e Irã, datando da Revolução Iraniana de 1979 até o contexto atual, que se configura como o ápice dessa rivalidade devido à adição de mais uma variável na análise: a questão nuclear. A ascensão do programa nuclear iraniano, então, potencializa o conflito en-

tre Israel e Irã, transformando-o em um problema de segurança regional e evidenciando o caráter interdependente do complexo regional em pauta de segurança, de modo que problemas de segurança nacional não podem ser solucionados de forma isolada, ou analisados separadamente por Estados de um mesmo complexo. Os Acordos de Abraão e as novas configurações relacionais de poder no Oriente Médio, formadas em decorrência da ameaça iraniana, juntamente com o risco da corrida nuclear generalizada na região expressam essa premissa da TCRS e confirmam a hipótese central do presente trabalho.

Além das consequências regionais da rivalidade, em relação à possibilidade de um embate direto entre os dois Estados, depreende-se que, com o desenvolvimento do seu programa nuclear, o Irã tende a expandir sua esfera de atuação para além do Golfo Pérsico, aumentando sua influência no subcomplexo do Levante através das *proxy wars* já existentes entre Israel e país persa, o que intensifica o potencial de um confronto militar direto, apesar da não existência de reivindicações mútuas conflitantes ou de fronteiras em comum.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Gabriel; CHAISE, Julia. **A Guerra Irã-Iraque: instrumento de consolidação iraniana no Oriente Médio**. São Paulo, outubro de 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Israel versus Irã: Apocalipse now!. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 131, p. 198-215, 2012.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. **Process Tracing: From Philosophical Roots to Best Practices** (SWP 21). 2012.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge University Press, 2003.
- BYMAN, Daniel. O Hezbollah deve ser o próximo? **Foreign Affairs**, n. 6, dezembro de 2003.
- COHEN-ALMAGOR, Raphael; GUIORA, Amos. Israel's Democracy and Security. Em: **Routledge Handbook of Democracy and Security**. Londres: Routledge, 2020.
- CYBER OPS LINKED TO ISRAEL-HAMAS CONFLICT LARGELY IMPROVISED, RESEARCHERS SAY. Cyberscoop, 2023. Disponível em: <https://cyberscoop.com/iran-reactionary-opportunistic-hamas-israel/>

DE LIMA, Iana Alves. Técnicas Qualitativas em análises de Causalidade: Aplicações do Process Tracing. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, 2017.

DE OLIVEIRA, MARIANA DE LIRA TENÓRIO. [GRADUAÇÃO | MONOGRAFIA] **O PAPEL DA INTELIGÊNCIA NA POLÍTICA DE DEFESA DE ISRAEL: UM ES-TUDO DE CASO DO MOSSAD**. Portal de Trabalhos Acadêmicos, v. 5, n. 2, 2018.

FELDBERG, S. A Conjuntura Atual no Oriente Médio: uma visão isralense. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 30–34, 2006.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques; GALVÃO, Pamella Noemi Rodrigues. O IRÃ DO AIATOLÁ KHOMEINI: UMA BATALHA ANTIOCIDENTAL SOB A ÉGIDE DE DEUS? **Revista Mescla**, v. 1, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufop.br/mescla/article/view/4814>. Acesso em: 8 jun. 2022.

IRANIAN IMPERIAL KITTEN HACKERS TARGETED ISRAELI ORGANIZATIONS IN OCTOBER. *The Record*, 2023. Disponível em: <<https://therecord.media/charming-kitten-targeted-israel-cyberattacks>> Acesso em: 05/03/2024.

KAM, Efraim. **Israel e um Irã Nuclear: Implicações para o controle de armas, dissuasão e defesa**. Instituto de Estudos de Segurança Nacional, Tel Aviv, N.º 94, julho de 2008.

KAYE, Dalia Dassa et al. **Israel and Iran: A Dangerous Rivalry**. **RAND Corporation**, 2011. <http://www.jstor.org/stable/10.7249/mg1143osd>. Acesso em: 8 de jun. 2022.

LIMA, Martonio Mont'alverne Barreto; FREITAS, Mateus Oliveira de. PROGRAMA NUCLEAR DO IRÃ E PANORAMA INTERNACIONAL. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 3, n. 44, p. 355 - 380, fev. 2017. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1920/1268>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MOITA, Sandro Teixeira. Análise de Situação Conflito Israel x Hamas. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro. 2023.

PEREIRA, V. A. **A assimetria estratégica Irã-Israel e sua relação com o conflito árabe-israelense**. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro, 2021

PAMPLONA, Marco Antônio Villela. **Nação e Revolução no Irã entre 1978 e 1988**. 2007. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

PINHEIRO, Álvaro. Israel, Hezbollah e o Conflito Assimétrico 10.5102/uri.v4i1.269. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 4, n. 1, 2006.

RATO, Vasco; LIMA, Bernardo Pires. **A Encruzilhada Iraniana: Armas Nucleares e Consequências Geoestratégicas**. Nação e Defesa, N.º 117 - 3.ª Série pp. 179-196, 2007.

SCHEINDLIN, Dahlia. Ten Years with Netanyahu. **Berlin: Friedrich Ebert Stiftung**, 2017.

SINGER, Joel. The abraham accords: normalization agreements signed by Israel with the UAE, Bahrain, Sudan, and Morocco. **International Legal Materials**, v. 60, n. 3, p. 448-463, 2021.

SIMON, Steven. **Iran and Israel**. The Iran Primer. 2010. Disponível em: Acesso em: 01 nov 2016.

A Sociedade Internacional e a ideia de Legitimidade para a Escola Inglesa: Uma análise sobre o universo de John Wick

Larissa Diniz Aguiar¹
Maria Luiza Tessaro Mariano²

Recebido em: 28 de junho de 2023

Aceito em: 24 de abril de 2024

Resumo: O aumento da presença das relações internacionais na vida cotidiana das pessoas fez com que muitas delas tivessem vontade de estudar um pouco mais a fundo os assuntos e temas da atualidade. Porém, o estudo das RI vai muito além do que acontece hoje, e o estudo das teorias é de grande importância para começar a se pensar as RI. Através de fenômenos cotidianos, podemos pensar em várias formas de estudar esses temas e teorias, e uma dessas formas se encontra em obras cinematográficas, como é o caso deste artigo que busca analisar os filmes de John Wick com uma visão mais voltada à Escola Inglesa. Aqui, o intuito será relacionar os conceitos centrais e a ideia de Legitimidade com os filmes, e a partir disso entender essa relação como algo que pode ser estudado e aprofundado. Por fim, chegamos a conclusão de que é possível entender conceitos complexos de RI através de filmes e das coisas que vivem ao nosso redor todos os dias.

Palavras-chave: John Wick, Escola Inglesa, Relações Internacionais, Atualidades, Teoria, Legitimidade.

Abstract: The increased presence of international relations in people's daily lives has made many of them want to study a little deeper current issues and topics. However, the study of IR goes beyond what happens today, and the study of theories is of great importance to start thinking about IR. Through everyday phenomena, we can think of

several ways to study these issues and theories, and one of these ways is found in cinematographic works, as is the case of this article that seeks to analyze the John Wick movies with a English School-oriented view. Here, the intent will be to relate the core concepts and the idea of Legitimacy to the films, and from this to understand this relationship as something that can be studied and deepened. In the end, we came to the conclusion that it is possible to understand complex IR concepts through films and, above all, through everyday things in which we live.

Keywords: John Wick, English School, International Relations, Current Events, Theory, Legitimacy.

Resumen: El aumento de la presencia de las relaciones internacionales en la vida cotidiana de las personas ha hecho que muchas de ellas quieran profundizar un poco más en las cuestiones y temas de hoy en día. Sin embargo, el estudio de las RI va mucho más allá de lo que ocurre hoy en día, y el estudio de las teorías es de gran importancia para empezar a pensar en las RI. A lo largo de los fenómenos cotidianos, podemos pensar en varias formas de estudiar estos temas y teorías, y una de estas formas se encuentra en las obras cinematográficas, como es el caso de este artículo que busca analizar las películas de John Wick con una visión más enfocada en la Escuela Inglesa. Aquí, la intención será relacionar los conceptos centrales y

1. Analista Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.e mes-tranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

2. Analista Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

la idea de Legitimidad con las películas, y a partir de eso entender esta relación como algo que puede ser estudiado y profundizado. Al final, llegamos a la conclusión de que es posible entender conceptos complejos de RI a través del cine y, sobre todo, a

través de las cosas cotidianas en las que estamos involucrados.

Palabras clave: John Wick, Escuela Inglesa, Relaciones Internacionales, Actualidad, Teoría, Legitimidad.

Introdução

Nos últimos anos, as Relações Internacionais (RI) enquanto campo de estudo tem se tornado cotidiano na vida da maioria das pessoas, seja por causa do agravamento das mudanças climáticas, seja por causa de conflitos que eclodem ao redor do mundo, seja apenas por estudo ou por curiosidade. A partir disso, este artigo tem o intuito de demonstrar como as teorias de relações internacionais podem ser aprendidas e enxergadas através de situações cotidianas e, até mesmo, filmes e histórias fictícias. Neste artigo, buscaremos relacionar a Escola Inglesa, teoria *mainstream* de Relações Internacionais, com uma franquia de filmes famosos atualmente, John Wick.

Na primeira parte deste artigo, buscar-se-á explicar um pouco mais sobre a Escola Inglesa e, principalmente, sobre o conceito de legitimidade trazido por Ian Clark (2005) em um de seus livros. Na segunda parte, será feita a análise dos filmes, quatro no total, com um resumo de cada e uma breve relação com os conceitos centrais da Escola Inglesa, buscando mostrar como pode-se entender os pontos centrais da teoria em cada filme. Na terceira e última parte, será feita a análise propriamente dita, relacionando o que foi descrito na primeira e segunda partes, e explicando de que forma pode-se encontrar elementos da Escola Inglesa nos filmes e entender a teoria a partir disso.

O objetivo principal deste artigo é demonstrar de que forma pode-se transformar os estudos das teorias de Relações Internacionais em algo mais presente na vida dos estudantes, e como, muitas vezes, prestando um pouco mais de atenção em partes do nosso cotidiano, podemos enxergar as RI mais próximas do nosso dia a dia. Ao fim do artigo, espera-se que o entendimento de conceitos da Escola Inglesa possa estar mais claro, ao mesmo tempo que a visão do filme possa ter se tornado mais acadêmica, ajudando de forma mais didática a entender uma teoria que, muitas vezes, é considerada mais complicada pelos estudantes de relações internacionais.

Conceitos gerais da Escola Inglesa

Antes de focarmos na ideia de Ian Clark(2005), sobre legitimidade e sociedade internacional, precisamos primeiro entender alguns conceitos importantes e específicos da Escola Inglesa, que nos ajudará a entender, mais a frente, a relação entre o mundo das RI e o universo de John Wick.

Para os estudiosos da Escola Inglesa, o mundo e as relações entre os Estados não devem ser vistas apenas como poder, riquezas, dominação e capacidades, mas também deve ser entendido como um mundo no qual há reconhecimento, associação, membresia, interesses, reciprocidade, convenções e, principalmente, normas (BUZAN, 2014). Entender que as relações dentro do sistema internacional vão além da relação entre poder e dominação faz com que reconhecimento de sociedades seja mais e mais comum. A partir disso, pode-se entender que a ideia de uma sociedade internacional se dá quando dois ou mais Estados institucionalizam seus interesses mútuos e, muitas vezes, compartilhando de uma identidade comum, criam e mantêm normas, regras e instituições que, ao serem compartilhadas, irão regir essa sociedade (BUZAN, 2014).

O princípio dessa sociedade é de que, se os humanos que, como indivíduos, vivem em sociedade e moldam e são moldados por ela, os Estados que também compartilham de uma sociedade na qual além de construírem e moldá-la, também são moldados por ela. Outro conceito importante para essa análise é a ideia de instituições. Buzan (2014) traz duas conceituações para esse termo, sendo “1) uma organização ou estabelecimento fundado por algum propósito específico; 2) um costume, lei ou relacionamento estabelecido em uma sociedade ou comunidade”³ (BUZAN, 2014, p. 16, tradução nossa) Ao trazer a ideia de instituições é importante também diferenciá-las entre instituições primárias e instituições secundárias, para Buzan (2014), a primeira diz respeito às práticas sociais dentro da sociedade, além de compartilhadas, essas práticas são vistas como legítimas e levam a uma identificação entre os membros de determinada sociedade. Já a segunda, é a ideia material da instituição em si, são o produto dessas sociedades e os resultados dos arranjos intergovernamentais que buscam um propósito

3. ‘an organisation or establishment founded for a specific purpose’, or in more general ones, as ‘an established custom, law, or relationship in a society or community’ (BUZAN, 2014, p. 16)

específico, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (BUZAN, 2014).

Por fim, um último conceito que será tratado mais a fundo nas próximas seções é a ideia de Ordem dentro da sociedade internacional. Hedley Bull (2002), trouxe esse conceito primeiramente pensando na Ordem dentro da vida social, que para ele seria como um arranjo particular dentro da vida social que vai promover certos valores e metas dentro daquela sociedade. Para o autor, toda sociedade possui objetivos que são importantes e elementares para o funcionamento da mesma, mesmo que alguns desses objetivos possam se divergir, ele considera que três desses estão sempre presentes: 1) Garantia da vida; 2) Garantia do cumprimento de promessas; e 3) Garantia da posse (BULL, 2002). Trazendo essa ideia para o internacional, podemos considerar que a “Ordem Internacional é um um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade internacional” (BULL, 2002, p. 13). Para ele, a sociedade internacional se dá quando um grupo de estados que possuem interesses e valores comuns, e estão conscientes disso, se juntam em uma sociedade, através de normas, regras e instituições comuns que ligam esses estados através de um relacionamento (BULL, 2002).

Com isso, entendemos os principais conceitos da Escola Inglesa que serão abordados durante as análises deste artigo, e nos ajudarão a entender o pensamento de Clark (2005) dentro da ideia de Legitimidade para esses Estados dentro dessa Sociedade Internacional. A seguir entenderemos esse novo conceito para assim, depois, analisarmos através das lentes cinematográficas do universo de John Wick.

A ideia de Legitimidade e a Sociedade Internacional

Em seu livro “Legitimacy in International Society”, Ian Clark (2005) faz uma análise interessante sobre a relação entre a legitimidade e a Sociedade Internacional. O autor inicia seu pensamento falando sobre o pensamento já existente sobre a necessidade de uso de uma linguagem em particular para discutir esse tipo de ação. Ao falar sobre algumas discussões que trazem a ideia de legalidade, moralidade e justiça internacional como pensamentos presentes no estudo da Sociedade Internacional, ele traz o pensamento de que a linguagem de legitimidade vem sendo recorrente e dominante dentro das relações internacionais há muito tempo. Clark diz que os princípios da

legitimidade dentro desses estudos expressam um acordo social que diz quem pode participar das relações internacionais, além de expressar a forma correta de conduta dentro desse cenário (CLARK, 2005).

A partir do ponto que a legitimação e a legitimidade⁴ se sobrepõem, essa sobreposição passa a ser um espaço político, o qual há o encontro de normas, a busca por consenso, e a distribuição de poder, isso vai decidir o que será considerado as práticas de legitimidade dentro das relações. A relação entre legitimidade e consenso também é bem forte, a revelação da primeira se mostra como uma busca do que pode ser razoavelmente aceito dentro da sociedade internacional, através de um consenso tolerável no qual os Estados podem agir a partir disso. Dentro de sua análise, Clark traz um questionamento interessante: Qual seria a real relação entre a legitimidade e o consenso, dentro do estudo das relações internacionais? Para ele, as práticas de legitimidade são baseadas em um grande número de normas, principalmente nas de legalidade, moralidade e constitucionalidade (CLARK, 2005).

No desenvolvimento da Sociedade Internacional, essas normas influenciaram várias conjunturas históricas, operando, principalmente, na área de legitimação, e transformando essa em legitimidade apenas no processo de contestação política. Entre os princípios e estratégias de legitimação, é possível descobrir as práticas de legitimidade as quais essas normas foram interpretadas, desenvolvidas, transcritas e mediadas ao longo dos anos. O pensamento de Clark (2005), neste livro, tem como principal foco entender os princípios e práticas que são desenvolvidos através da perspectiva de legitimidade, pensando as normas e o poder material, características imprescindíveis do comportamento internacional. Para ele, a legitimidade ao mesmo tempo em que constriange o poder, também possibilita o mesmo. Da mesma forma, o poder pode difundir a legitimidade, mas ao mesmo tempo não a esvazia do seu conteúdo normativo dentro da sociedade. O autor defende que há duas principais razões para fazer essa associação entre legitimidade e sociedade internacional, a primeira se restringindo a como a sociedade dá sentido ao conceito de legitimidade, e a segunda como a legitimidade está no centro do que é entendido como Sociedade Internacional (CLARK, 2005).

4. Legitimacy, in this sense, is attached to society as the subject. Separately, the actors within international society are engaged in endless strategies of legitimation, in order to present certain activities or actions as legitimate. (CLARK, 2005, p.2)

Se a legitimidade pode definir tanto o direito de membresia quanto a conduta adequada dentro da sociedade, ela específica, claramente, os requerimentos necessários para se fazer parte da Sociedade Internacional. De acordo com o autor, podemos pensar nessa sociedade como um conjunto de mudanças históricas dos princípios da legitimidade, elas não são, necessariamente, expressadas em forma de instituições, e vão muito além do direito internacional, além de ser, muitas vezes, extremamente informais para serem consideradas regras. Em sua forma mais básica, essas mudanças postulam relações dentro dessa sociedade que condicionam a aceitação de obrigações em comum, o que dá origem aos princípios da própria legitimidade. Para Clark, as normas operam, dentro da sociedade como avaliativos para ato e performances internacionais, que são vistos, por eles, como objetos, diferente da legitimidade, que vê a Sociedade Internacional como um sujeito, ela dá a condição da sociedade e não dos seus atores e ações individuais (CLARK, 2005).

Se essa concepção for aceita dentro dos estudos das relações internacionais, a legitimidade pode realizar o trabalho teórico sobre regras, valores e instituições que é hoje encontrado dentro das vertentes da Escola Inglesa. Como tratado anteriormente, com Hedley Bull (2002) e com Barry Buzan (2014), quando um grupo de Estados se vê consciente de suas ações e interesses em comuns, eles se unem em uma sociedade, através de regras e normas, que farão com que suas ações e objetivos se tornem legítimas dentro dessa sociedade que chamamos de Sociedade Internacional

Ao entender também que, dentro das relações internacionais através das lentes da Escola Inglesa, o mundo não é apenas baseado em poder e riqueza, ou dominação e capacidades, mas ao invés disso, podemos vê-lo lugar de igualdade, equidade, direitos, reciprocidade, costumes, associação e cooperação (BUZAN, 2014). O que reforça, de certa forma, a ideia de legitimidade de Clark quando pensamos como os princípios de legitimidade podem oferecer a possibilidade de análise teórica mais restrita da sociedade internacional. Isso envolve pensar nos princípios fundamentais da legitimidade em todos os momentos, e como eles foram traduzidos em si, através das políticas contestadas e das normas consensualmente mediadas ao longo dos anos e atualmente disponíveis na Sociedade Internacional (CLARK, 2005).

Por fim, em outro livro sobre legitimidade que Ian Clark (2007) escreveu, “International Legitimacy and World Society”, ele traz

mais algumas reflexões interessantes sobre a forma que a legitimidade pode ser vista e entendida dentro das relações internacionais e da Sociedade Internacional. Primeiramente, ele reflete sobre como dentro dos estudos das relações internacionais aceitamos muitas coisas como certas, por exemplo, como algumas coisas aconteceram de certa forma, talvez não haja necessidade de explicá-las. Trazendo novamente a ideia central da Escola Inglesa, Clark fala sobre como a imagem predominante da Sociedade internacional é limitada aos interesses dos Estados e, por isso, eles são os principais sujeitos de preocupação dentro dessa sociedade. Nesse livro, o autor faz uma análise sobre a relação entre a Sociedade Internacional e a Sociedade Mundial, buscando entender de que forma as duas se encontram dentro das relações sistêmicas e de que forma estão atreladas com a criação, revisão e mudança de normas (CLARK, 2007).

Ele busca explicar como as normas impactaram no desenvolvimento da noção de legitimidade entendida na sociedade e como a Sociedade Internacional passou a admitir essas normas em detrimento de outras. A partir disso, ele parte para uma reflexão de que, de certa maneira, a Sociedade Internacional não exerce total controle sobre sua própria agenda de legitimidade, e a partir disso abre espaço para que outros atores sociais possam intervir e participar do desenvolvimento de novas normas. Dito isso, as práticas de legitimidade tomam parte em uma estrutura normativa, e as normas internacionais específicas se tornam a língua dominante que conduz as práticas de legitimidade internacional. Dentro dessa discussão, o ponto central é como o direito à membresia dentro da Sociedade Internacional teve, ou não, relação com os momentos que as duas Sociedades, Mundial e Internacional, se engajaram uma com a outra. Por fim, Clark buscou entender se a sociedade internacional foi levada a adotar novas estruturas normativas por causa da sociedade mundial, e, se isso realmente ocorreu, como os princípios de legitimidade serão reformulados para dar conta dessas novas normas que vêm se revisando.

Análise Cinematográfica

John Wick: De volta ao jogo

No primeiro filme da franquia “John Wick”, somos apresentados ao personagem principal e ao universo em que ele está inserido, com seus elementos principais e bases. John Wick é um ex-assassino

profissional conectado a uma rede global de serviços clandestinos, que se aposentou há uma década após seu casamento com Helen Wick. A história começa com a tristeza de John pela perda de sua esposa, que faleceu de uma doença terminal. Em seguida, sua casa é invadida, seu cachorro - a última lembrança de Helen - é morto e seu carro é roubado. Isso desencadeia a raiva de John, levando-o a uma busca pelos responsáveis e mergulhando-o em uma sequência de eventos que expandem o universo do filme (JOHN..., 2014).

É nesse momento que John entra em contato com seus antigos empregadores, uma organização internacional de assassinos profissionais. Por meio de uma plataforma online, eles recebem informações e contratos para executar alvos. Cada assassino que completa um contrato recebe uma quantia em dinheiro. Centenas de contratos são disponibilizados simultaneamente, e milhares de assassinos competem pelos altos prêmios, que variam de acordo com a influência da vítima, a dificuldade da missão e a importância do contrato determinada pela “Alta Cúpula” - o conselho diretivo da organização responsável por estabelecer, difundir e fazer cumprir as regras da sociedade de assassinos. Eles também aplicam punições por qualquer desafio ou corrupção das normas, por meio dos “juízes” (JOHN..., 2014).

O sistema de normas e regras é o cerne da franquia, e todas as situações se desenrolam a partir dele. Após perseguir os responsáveis pelo roubo de seu carro e pela morte de seu cachorro, John descobre que a gangue é liderada por Iosef, filho de Viggo Tarasov, chefe do crime organizado russo e membro da organização. Ao atacar o filho e, posteriormente, o próprio membro, John viola as regras, pois deveria ter se mantido afastado dos negócios após sua aposentadoria. Isso desencadeia uma caçada contra John Wick, agora um infrator da instituição e de suas diretrizes (JOHN..., 2014).

Nesse ponto, o filme transmite uma mensagem clara: as regras são absolutas e violá-las resulta em punição com a morte. No entanto, há um lugar sagrado onde o assassinato é proibido, independentemente da situação: o “Continental”, um hotel que serve como ponto de encontro para membros do submundo, onde podem obter recursos, assistência médica e alimentação. Qualquer assassinato cometido dentro do Continental é punido com a morte, tanto para o assassino quanto para o responsável pelo hotel. Ao longo da franquia, diferentes hotéis Continentais são apresentados em diferentes capitais, sugerindo a existência de uma sociedade clan-

destina bem estabelecida em todo o mundo, unida por uma rede de princípios e valores que John deve seguir novamente após sua aposentadoria (JOHN..., 2014).

O primeiro filme termina ao apresentar ao público uma parte do universo de John Wick. Até aquele momento, os elementos apresentados estabelecem um ambiente normativo, com fiscalização e punições. Os principais personagens são os assassinos contratados, as famílias e gangues formadas por eles, os funcionários dos Continentais, os juizes e os membros da Alta Cúpula, os mais altos na hierarquia da franquia (JOHN..., 2014).

John Wick II: Um novo dia para matar

No segundo filme do universo de John Wick, somos levados de volta ao mundo no qual o protagonista está inserido. Neste ponto, o roteiro introduz mais uma regra da organização: um juramento de sangue realizado por meio de um marcador semelhante a um relógio de bolso. Esse acordo é feito entre duas partes que se comprometem a trocar favores de igual valor quando solicitados. Quebrar esse contrato também é punido com a morte (JOHN..., 2017).

Embora o segundo capítulo da franquia não apresente tantas regras quanto o primeiro, ele nos mostra a seriedade com que elas são tratadas nesse universo. Durante todo o filme, John se esforça física e mentalmente para cumprir seu juramento de sangue, apesar de suas próprias convicções. Fica claro como as normas estão enraizadas nessa sociedade secreta, a ponto de haver uma clara discordância entre os desejos pessoais do personagem e suas ações, impulsionadas não por suas convicções, mas pelo dever de seguir as regras (JOHN..., 2017).

Apesar do embate entre o indivíduo e a instituição, o filme termina com John cedendo a seus desejos pessoais. Ao quebrar a regra mais importante da sociedade, que é a de não cometer assassinatos dentro dos hotéis Continentais, sua condição na organização é alterada. Ele se torna um “excomunicado”, banido e caçado pela comunidade. Os excomunicados têm contratos de recompensa em suas cabeças e devem ser executados por outros membros da organização. O filme termina com uma mensagem clara transmitida por Winston, o gerente do Hotel Continental de Nova Iorque, em uma conversa com John: “Regras. Sem elas, seríamos apenas animais” (JOHN..., 2017). A crença da sociedade secreta à qual John serviu se torna evidente.

Independentemente das transgressões às leis estatais, ultrapassar os limites impostos por essa comunidade é intolerável. Nesse ambiente, o que torna os homens animais não é a violência em si, mas a incapacidade de cometê-la sem escrúpulos ou limites.

John Wick III: Parabellum

O filme começa imediatamente após os eventos de seu antecessor, onde John Wick violou uma das principais regras da organização de assassinos conhecida, a “Alta Cúpula”, ao matar um membro no Hotel Continental. Neste terceiro capítulo, Wick está em fuga, sendo perseguido por uma recompensa global de US \$14.000.000,00 por sua cabeça (JOHN..., 2019).

Enquanto luta para sobreviver à caçada, John também busca uma maneira de limpar seu nome e se redimir perante a Alta Cúpula, de modo a reintegrar a sociedade. Utilizando-se do próprio arcabouço de regras da organização, o assassino busca a *Ruska Roma*, máfia de origem soviética situada em Nova Iorque e detentora de um assento no conselho da Alta Cúpula. Com isso, o roteiro nos revela que a Alta Cúpula é formada por famílias influentes de diferentes regiões do globo, como Japão, Itália, Rússia e França, que se categorizam como “famílias”. Todos os membros da organização são, também, membros desse círculo familiar, que operam como sub-organizações mais acessíveis e diretas. Conforme as regras da Alta Cúpula, as famílias possuem sua própria constituição e, desde que o significado de seus mandamentos não entre em conflito direto com as decisões da Cúpula, elas têm livre agência (JOHN..., 2019).

É com base nestas afirmações que John, de origem bielorrussa, recorre à comunidade soviética e retoma acordos feitos previamente, que o possibilitam sair da cidade e buscar atores mais importantes para seus objetivos. Estes movimentos levam a Sofia, uma antiga colega com quem realizou um juramento de sangue e, agora, pode pedir por favores. Neste ponto, Sofia passa a ser uma personagem importante: o acordo firmado com John 20 anos antes do atual momento estipula um favor a ser concedido por ela. Sofia, então, conduz John ao “Ancião”, a figura mais importante da Alta Cúpula, e capaz de restabelecer a condição de John enquanto membro oficial e protegido pelo sistema de normas da organização (JOHN..., 2019).

O homem restabelece a membresia de John, perante um novo voto de lealdade realizado pelo protagonista. Para cumprir sua puni-

ção, John precisará realizar missões e fechar contratos estabelecidos na Alta Cúpula. No entanto, um movimento inesperado causa um fenômeno curioso nos filmes. O Ancião, personagem principal na hierarquia da Alta Cúpula, descumpra seu acordo com John Wick, insistindo na caçada ao protagonista. A falha na barganha entre os dois atores se torna um impedimento para o restabelecimento da ordem pacífica entre John e o comando da organização. Aqui, uma nova linha é traçada no universo de John Wick, pois as normas não são apenas quebradas, mas, também, são quebradas pelo principal responsável por sua manutenção dentro daquela pequena sociedade (JOHN..., 2019).

Sendo assim, outros personagens também se veem tentados a transgredir as regras impostas pela Alta Cúpula. Ao testemunharem as ações de John Wick e do próprio Ancião, encarregado de manter o regulamento, alguns personagens são levados a quebrar as normas estabelecidas pela sociedade de assassinos. Seja movidos por vingança, ganância ou necessidade, esses indivíduos arriscam sua posição na hierarquia e desafiam as diretrizes da organização. Essas transgressões adicionais acrescentam complexidade à trama, intensificando os conflitos e reforçando a ideia de que, mesmo em um mundo regido por regras rígidas, a natureza humana pode levar à quebra das normas estabelecidas pela Alta Cúpula, se as partes não respeitam o acordo antes formulado (JOHN..., 2019).

Ao fim do terceiro filme, John e outras personagens estão em posição de irreverência para com a Alta Cúpula. A transgressão das regras por parte de membros isolados, tal qual uma exceção, não apresenta uma ameaça real ao sistema de normas imposto pela organização. No entanto, quando os próprios mecanismos que sustentam a instituição começam a falhar, há uma reação quase instantânea, que leva todos os atores à uma desconfiança mútua, causando situações disruptivas na ordem.

3.4 John Wick IV: Baba Yaga

O quarto filme da franquia continua nos guiando a uma atmosfera cada vez mais conflituosa entre os membros comuns da Alta Cúpula e seu conselho diretor. Após transpor normas estipuladas e enraizadas, John Wick protagoniza a pior das transgressões possíveis a um membro da organização, ao assassinar o Ancião, mais alto dirigente do coletivo de assassinos. Mais uma vez, somos confrontados com uma perseguição. O contrato pela execução de

John Wick atinge o valor de US \$25.000.000,00, e o protagonista se torna alvo de todos os membros da organização, ainda obedientes, ao redor do mundo (JOHN..., 2023).

Em busca de uma resolução possível, John recorre a outro membro proeminente da Alta Cúpula, Vicent de Gramont, um Marquês francês de alta influência dentro da comunidade clandestina a qual John pertenceu. Há, então, a revelação de um mecanismo de resolução para situações extremas dentro do regulamento da Alta Cúpula: um duelo direto entre as duas partes conflitantes. Cada parte tem o direito de estabelecer um interesse e, ganho o duelo, será concedida à parte sua demanda. John, que luta por sua vida, manifesta o desejo de ser, em caso de vitória, imediatamente desvinculado da Alta Cúpula, de modo a se aposentar novamente e não mais possuir contato com a organização. Ainda, pede que os direitos de Winston, um de seus amigos e protetores, sejam restabelecidos e a ele seja oferecida, novamente, a gerência do Hotel Continental de Nova Iorque (JOHN..., 2023).

Há, neste sentido, algo claro no universo de John Wick. As regras são quebráveis de acordo com o comportamento humano, não-previsível e, uma vez seres sociais, os indivíduos podem agir de maneira inesperada, mesmo quando há um amplo arcabouço normativo. Há, aqui, a necessidade de que o arcabouço possua mecanismos de autorregulação: há de se entender a possibilidade de quebra de acordos e, ainda mais, há de se estipular possíveis formas de manutenção deste.

Ao fim do quarto e, até então, último filme da franquia, John Wick consegue alcançar seus interesses. Ao vencer o duelo com Vicent de Gramont, ele se aposenta, recupera sua liberdade e as posições de seus companheiros. Encarando este desenrolar dos fatos como uma autorregulação da instituição, os outros membros se contentam com o resultado, voltando a seguir as regras do jogo social da Alta Cúpula, que se mostra uma instituição forte e de normas bem embasadas, mesmo frente ao maleável comportamento humano (JOHN..., 2023).

A Relação entre Legitimidade e franquia John Wick

No tópico anterior, fez-se uma pequena análise entre os filmes da franquia de John Wick e as ideias centrais que abarcam uma das teorias de Relações Internacionais, a Escola Inglesa. Neste momen-

to, o ponto central dessa análise será entender como o universo dos filmes se relaciona com a ideia de Legitimidade de Ian Clark, tratada na primeira parte deste artigo.

Quando pensamos no universo de John Wick é preciso, primeiro, entender que ele se desenvolve ao passar dos filmes. Por exemplo, o primeiro filme da franquia é a apresentação do personagem, trazendo alguns pequenos pontos de seu passado e dando uma breve introdução do mundo do qual um dia ele foi parte e que agora está voltando a ser. Esse filme fala sobre as relações que ele teve no passado, antes de sair do mundo do crime, e como isso sustenta a ideia de hierarquia e regras dentro dos filmes. No segundo filme, têm-se um aprofundamento maior do mundo em que os personagens vivem. Logo no início ao achar que poderia voltar a sua aposentadoria como se nada tivesse acontecido, John Wick esquece, por um momento, das regras e normas que permeiam aquela sociedade de que ele um dia já fez parte. É isso que nos é mostrado quando trazem a ideia do juramento de sangue, ao voltar a matar no primeiro filme, mesmo por um motivo pessoal, e se envolver novamente com pessoas daquela sociedade, John se vê sem saída a não ser voltar a seguir as regras estabelecidas pela Alta Cúpula naquele momento.

Com o assassinato de um membro da sociedade dentro do Hotel Continental, John quebra a maior das regras desse mundo, e é abolido de suas funções e de seu lugar dentro dele, e, além disso, passa a ser caçado por esse mesmo motivo. No terceiro filme a história segue o personagem na busca por perdão para que possa voltar a ter seu status revogado e novamente se aposentar, o que não dá certo, visto que no último filme, até então, da franquia, ele ainda está fugindo, e recorre a sua última opção, um acordo com a própria Alta Cúpula que ele mesmo desrespeitou, matou membros e fugiu todo esse tempo.

A ideia de legitimidade está totalmente envolta na franquia, quando se pensa no papel da Alta Cúpula e em como a sociedade inteira do filme se envolve em suas regras e normas previamente estabelecidas. A legitimidade é o que define quais são os requisitos necessários para que um indivíduo possua o direito à membresia e quais são as normas de conduta dentro daquela sociedade. Anteriormente, quando explicou-se essa reflexão feita por Clark (2005), um dos questionamentos feitos por ele foi sobre qual a relação entre a ideia de legitimidade e do consenso, e como as regras e normas estabelecidas nas sociedades são, na verdade, forjadas em cima da

ideia de legitimidade. Ele traz também a ideia do poder, e como a legitimidade está totalmente atrelada a ele, sendo possível ver como um dá espaço para o outro se desenvolver dentro da sociedade. Pensando nas diretrizes principais dos pensamentos dos teóricos da Escola Inglesa, podemos ver, dentro da franquia, algumas instituições primárias e secundárias explícitas nesse mundo.

Primeiro, Hedley Bull (2002), fala sobre os objetivos elementares dentro da Sociedade Internacional e como eles estão entrelaçados com a Ordem dentro daquela sociedade, esses seriam a vida, a posse e a verdade. Todos esses três elementos são visíveis dentro da história: mesmo que os personagens sejam assassinos de aluguel, a vida de seus membros dentro da sociedade é preservada e muito importante para os que estão no ponto mais alto da hierarquia. No sentido de posse, é possível relacioná-lo com a Alta Cúpula e a relação que eles têm com os membros da organização, vemos isso no último filme quando nos é mostrado como esses membros são considerados possessão da Cúpula e por isso ela tem o direito de fazer o que quiser com eles. Por fim, a verdade, é algo que John busca durante toda a franquia, seja para com ele mesmo, seja para com o Winston e o Continental, seja com a própria Alta Cúpula. Considerando que a verdade, dentro da franquia, pode ser entendida na teoria como o cumprimento dos acordos dentro do Sistema Internacional, é importante ressaltar como esse conceito é de grande importância dentro dos filmes. Entendendo que essa verdade só será alcançada no momento em que as condições dentro daquele mundo permaneçam as mesmas, ao mesmo tempo que o personagem acredita que a busca pela verdade pode levar a desacordos e mudanças dentro de seu mundo.

Clark (2007) traz outra reflexão que também se relaciona com o mundo de John Wick: certas coisas acontecem há tanto tempo e estão presentes desde sempre que nem nos damos conta de questionar o porquê. A ideia da aposentadoria dentro daquela sociedade mostra como eles lidam com isso. Aparentemente John foi o primeiro a fazer esse pedido, e com isso precisou realizar uma tarefa “impossível”, mas para isso ele precisou da ajuda de outra pessoa de dentro da organização, e, por isso, mesmo achando que estava fora desse mundo, ele não estava. Isso faz com que percebamos a forma como a sociedade foi moldada dentro dos padrões e das vontades de quem manda dentro dela, a Alta Cúpula. Mesmo quando alguém consegue sair, essa pessoa ainda estará ligado a alguém que está lá

dentro, e cedo ou tarde acabará voltando, que foi o caso de John. Nos filmes, não sabemos quem é a Cúpula, ou quem ocupa as mesas mais altas, mas sabemos que todos eles são de famílias influentes que fundaram a organização e criaram as regras presentes nela.

Nesse ponto, entendemos a relação entre o poder de ser influente, que leva à legitimação do seu papel e do seu lugar dentro daquela sociedade, e que, por fim, legitima as decisões tomadas dentro dela, levando ao desenvolvimento das regras e normas que permeiam aqueles que vivem dentro dessa sociedade. O maior exemplo de legitimidade dentro do universo de John Wick é a Alta Cúpula, ela que diz o que é certo ou errado, ela que decide se você pode ou não realizar tais atos e ela que decide se o que você faz é ou não digno daquela sociedade. Portanto, mesmo no último filme, com alguns personagens se juntando para ajudar John e, de certa forma, se rebelando contra a Cúpula, não há, em nenhum momento, a deslegitimação da organização. A Instituição é forte, tem poder sobre seus membros e, mesmo em situações de crise, como as vistas nos filmes, ainda se mantém de pé através das regras que ela mesmo sustenta.

Isso pode ser visto no último filme, quando, mesmo que um dos membros da Alta Cúpula perca seu duelo com John, o acordo entre eles continua ativo e o personagem pode agora ser livre novamente. Isso traz uma reflexão interessante sobre como a Alta Cúpula, mesmo sendo a base das regras, normas e legitimidade dentro daquela sociedade, também está sujeita a agir dentro delas e de ser julgada por elas. Ao aceitar o acordo proposto por John Wick para realização do duelo, o Marquês achou que, mesmo se perdesse poderia ultrapassar certas regras para um bem maior, mas não foi isso que ocorreu. Ao final do filme, quando o Duque perde o duelo para John Wick, o mesmo recebe um tiro e é morto no local, logo após, o avaliador que está presente no local, parabeniza o sr. Wick e dizer que, agora, ele está livre de suas dívidas para com a Cúpula e que pode voltar a se aposentar, ao mesmo tempo, parabeniza também o Winston pela reconquista de seu cargo como gerente do Continental.

Com isso, vê-se diversas relações entre a legitimidade, o poder e o consenso na franquia. A legitimidade da Cúpula só existe a partir do momento que todos dentro daquela sociedade concordam em viver dentro das regras propostas por eles. Ao mesmo tempo, ao aceitar viver sob essas normas, os indivíduos daquela sociedade dão poder à Cúpula para que ela se mantenha como base de manutenção da mesma. No quarto filme, mesmo com alguns indivíduos

se rebelando contra as decisões da Alta Cúpula, os mesmos sabem que estão infringindo as regras postas, e deixam claro que sabem das consequências, e, em nenhum momento julgam errado a ação dela, mas aceitam seu destino como descumpridores da lei.

Por fim, ao se colocar sob suas próprias regras, ao final do filme, a Alta Cúpula mantém sua única crença, o respeito às regras e normas estabelecidas dentro da sociedade, ou seja, ao fazer isso, a própria Cúpula se dá legitimidade para continuar no centro daquela sociedade, pois mesmo em uma situação de crise como aquela, sua única opção era seguir as regras que ela própria criou. Com isso, não apenas ela mantém sua posição de poder e legitimidade dentro daquela sociedade, como também mantém os indivíduos fiéis de que suas ações serão sempre guiadas pelas instituições acima deles.

Conclusão

Ao fim desse artigo pode-se ver que o intuito inicial foi cumprido: a busca por entender de forma mais clara alguns conceitos da Escola Inglesa levaram a uma análise cinematográfica que fez com que entendêssemos melhor como esses conceitos podem ser visíveis no mundo. Ao falar, primeiramente, sobre a própria Escola Inglesa e focar, especificamente nos conceitos de legitimidade e poder, pode-se entender melhor como essas formas são utilizadas no mundo para manter, e criar, as regras e normas que regem os Estados e suas vontades dentro da Sociedade Internacional. O foco principal foi entender como esses conceitos se relacionam com os estudos da Escola Inglesa, com as Instituições e com as ações dos Estados.

Na segunda parte, ao resumir os filmes da franquia, pode-se enxergar, de certo modo, o que seria trazido no último tópico, explicando dentro desses pequenos resumos quais as relações que estes filmes possuem com as ideias de regras e normas, e como eles tratam isso, mesmo que de forma geral, dentro de suas histórias. Ao entender melhor o universo, os personagens e suas relações, é mais fácil nos levar a associar a história em si com os conceitos previamente estabelecidos, além de ajudar a fazer uma análise mais real e prática sobre o assunto estudado. Por fim, na terceira parte deste artigo, ao fazer a análise e relacionar os conceitos pré-estabelecidos com os filmes em si, podemos ver como o mundo criado pelo diretor Chad Stahelski na franquia de John Wick utiliza de percepções do mundo real as quais podemos ver, claramente, quando as relacionamos com os estudos das relações internacionais.

Toda a análise foi feita com base no que é estudado dentro das diretrizes da Escola Inglesa, com as discussões sobre Ordem, Instituições, Regras e Normas dentro da teoria. Foi adicionado a discussão feita por Ian Clark (2005) sobre o papel real da legitimidade dentro da Sociedade Internacional, e em como esse conceito está sempre no centro das discussões, mesmo não tendo sido considerado como parte importante no início desses estudos. No fim, chega-se ao final desse artigo com uma boa análise sobre a forma como o mundo cinematográfico pode nos fazer entender, de forma mais fácil e, muitas vezes mais simples, as teorias de relações internacionais.

REFERÊNCIAS

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política internacional.**

Brasília: Editora UnB, [1977] 2002.

BUZAN, Barry. **An introduction to the English School of International Relations: the societal approach.** Cambridge: Polity, 2014.

CLARK, Ian. **International Legitimacy and World Society.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

CLARK, Ian. **Legitimacy in International Society.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

JOHN Wick: *Baba Yaga*. Direção: Chad Stahelsk. Produção: Basil Iwanyk e David Leitch. Santa Mônica: Lions Gate Entertainment, 2023. 1 DVD (169 min), son., color.

JOHN Wick: De volta ao jogo. Direção: Chad Stahelsk e David Leitch. Produção: Basil Iwanyk e David Leitch. Santa Mônica: Lions Gate Entertainment, 2014. 1 DVD (101 min), son., color.

JOHN Wick: *Parabellum*. Direção: Chad Stahelsk. Produção: Basil Iwanyk e David Leitch. Santa Mônica: Lions Gate Entertainment, 2019. 1 DVD (130 min), son., color.

JOHN Wick: Um novo dia para matar. Direção: Chad Stahelsk. Produção: Basil Iwanyk e David Leitch. Santa Mônica: Lions Gate Entertainment, 2017. 1 DVD (122 min), son., color.

Chamada de artigos

FRoNteIRA, Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, publicada pelo Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, dirige-se aos estudantes de cursos de graduação de Relações Internacionais do Brasil – embora aceite artigos de graduandos em outros cursos e/ou de fora do país. Projetada para ser um fórum permanente de expressão e debate entre estudantes, a revista tem como objetivo estimular a iniciação científica. A sua qualidade, reconhecida pelo processo de classificação Qualis/Capes, é assegurada por um Conselho Editorial composto por professores e pesquisadores de todo o país.

Entrega de artigos

A Revista Fronteira opera em fluxo contínuo. Os artigos serão analisados conforme ordem de chegada.

Normas de produção

O artigo deve ser entregue em formato .doc pelo sistema da Revista Fronteira, em que o(s) autor(es) deverão cadastrar suas informações, como, por exemplo, nome completo do autor, o curso de graduação a que está vinculado, telefone e e-mail de contato.

A Fronteira atenta ainda para as seguintes considerações:

- 1 - O autor deve estar cursando, obrigatoriamente, o nível de graduação ou ter concluído o curso há, no máximo, um ano;
- 2 - Os artigos enviados devem ser inéditos;
- 3 - Todo e qualquer artigo enviado à Revista Fronteira será submetido ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão soberana acerca do mérito da proposta;
- 4 - Os artigos devem ser gravados e impressos em Word, com texto digitado em espaçamento duplo, Times New Roman e corpo 12. Devem conter, obrigatoriamente, entre 30 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços; notas; referências; e palavras e caracteres de quadros, gráficos e tabelas). Além

disso, devem ser acompanhados por abstracts, resumos de 500 a 800 caracteres em português e em inglês, com quatro a seis palavras-chave, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;

- 5 - Os quadros e gráficos devem ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;
- 6 - As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais do texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;
- 7 - Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores de três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas; se maiores de três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Em sequência a cada citação, devem aparecer o sobrenome do autor, o ano da publicação e o número de página;
- 8 - As referências devem vir ao final do texto, em ordem alfabética, com título do livro ou periódico em negrito. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição local, editora, data. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;
- 9 - Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou a outros modelos de publicação, pede-se seguir as normas da ABNT (para mais informações, verificar http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf);
- 10 - A Fronteira se reserva o direito de alterar os originais, a fim de adequá-los às regras acima descritas;
- 11 - Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que a Revista Fronteira e seus conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões expressas.

12 - Autores que solicitarem o arquivamento do artigo durante o processo de submissão ficarão em quarentena mediante novo processo de avaliação.

Telefones para contato: (31) 3319-4257 e (31) 3319-4935. Para mais informações, favor enviar e-mail para fronteira@gmail.com.

Atenciosamente,

Conselho Executivo da Revista *Fronteira*.

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Souza Ramos
Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Fabiana Kent Paiva
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Letícia Maria Antunes do Carmo
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Victor de Matos Nascimento
Vinícius Tavares de Oliveira